



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

RENATA GRECO DE OLIVEIRA

CONFLITOS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO ESCOLAR:
O caso da cidade de Governador Valadares (MG)

FLORIANÓPOLIS - SC
2023

Renata Greco de Oliveira

CONFLITOS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO ESCOLAR:

O caso da cidade de Governador Valadares (MG)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Cristina Scheibe Wolff, Dra.

Coorientadora: Profa. Fernanda Cristina de Paula, Dra.

FLORIANÓPOLIS - SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Renata Greco de
CONFLITOS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO
ESCOLAR: : O caso da cidade de Governador Valadares (MG) /
Renata Greco de Oliveira ; orientadora, Cristina Scheibe
Wolff, coorientadora, Fernanda Cristina de Paula, 2023.
300 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Gênero. 3. Estudos Feministas.
4. Currículo Escolar. I. Wolff, Cristina Scheibe. II.
Paula, Fernanda Cristina de. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas. IV. Título.

Renata Greco de Oliveira

CONFLITOS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO ESCOLAR:

O caso da cidade de Governador Valadares (MG)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado, em 26 de julho de 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Joana Maria Pedro, Dra.

UFSC

Prof. Fernando Seffner, Dr.

UFRGS

Profa. Vera Fátima Gasparetto, Dra.

UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Cristina Scheiber Wolff, Dra.

Orientadora

Florianópolis, 2023.

Dedico essa tese à minha irmã Fernanda Greco... a mais inteligente e incrível feminista que convivi. Minha maior referência, e hoje nossa maior saudade!

E ao meu filho Fabrício... por nossa luta comum!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a entrevistadas, entrevistados e participantes que constituíram a essência dessa pesquisa. A cada uma e cada um minha total gratidão pelo tempo e pela partilha. Muito obrigada!

Agradeço minha família por todo apoio e suporte! Minhas irmãs amadas, minha sobrinha e meu sobrinho, e meu filho, só de ter vocês já seria muito... obrigada pela torcida e por toda ajuda!

Agradeço as amigas Bethânia e Nice por entenderem minhas ausências e por serem presenças.

Agradeço a UNIVALE pela oferta do dinter que possibilitou a formação de 17 novos doutores para a cidade de Governador Valadares.

Agradeço às equipes da AEX e do GEPE e suas gestoras por compreenderem minhas necessidades nos momentos mais complicados da produção dessa tese. Professoras Kíssila, Marlene e Viviane, estou muito grata! Colegas da AEX que estiveram na torcida por mim, desde o processo seletivo, colegas do GEPE que me suportaram nesse finalzinho. E embora a gratidão seja por todas e todos, preciso registrar meu carinho especial a três colegas-amigas que foram muito solidárias comigo: na AEX, Dalbani e Dilemara, por me suportarem e apoiarem por tanto tempo, muitas vezes acumulando demandas em função do meu envolvimento com a tese; e no GEPE, Karine, pela generosidade comigo, me auxiliando nas minhas dificuldades em relação às minhas novas atribuições, e pelo cheirinho de alecrim que me trouxe o foco que tanto buscava pra finalizar minha escrita. Muito obrigada, meninas!

Agradeço às professoras orientadoras Cristina e Fernanda por tudo, e principalmente por não desistirem de mim em momento algum. Quero aproveitar e registrar minha admiração por vocês duas. São muito queridas, mulheres fortes e referências potentes para outras mulheres e para os movimentos feministas. Além de tudo, vocês são muito generosas, obrigada!

Agradeço aos colegas do dinter - Adriana de Oliveira Leite Coelho, Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá, Ana Cristina Marques, Cláudio Manoel Cabral Machado, Edmarcius Carvalho Novaes, Franco Dani Araújo e Pinto, Hernani Ciro Santana, Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos, José Carlos Freire, Leonardo Castro Maia, Lenício, Lissandra Lopes Coelho Rocha, Murilo Ramalho Procópio, Mônica Valadares, Romero Meireles Brandão, Sara Edwrigens Barros Silva, Vanrochris Helbert Vieira - pela oportunidade de solidariedade, de trocas, de alegrias e risadas! Foi um tempo inesquecível e vocês fizeram parte dele! E aqui também vou me permitir destacar agradecimentos especiais: a amiga Adriana Sá pelas

parcerias, produções e contribuições em vários momentos, e à sua “irmã” e minha amiga Sara Silva por me suportar quase um mês lá em Floripa, dividindo o apartamento, me apresentando pessoas tão bacanas, dividindo refeições, despesas, limpezas, trajetos para a UFSC e muito mais! Obrigada, queridas!

Agradeço a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Ciências Humanas por acreditar na parceria com a UNIVALE, por nos possibilitar essa formação cujo acesso é limitado por diversas condições e nos foi facilitado, pela qualidade do curso e pela compreensão em relação às dificuldades que tive. Estou muito agradecida!

Agradeço assim, de modo especial, a professoras e professores do programa que fizeram o dinter possível, que imprimiram essa qualidade, doando de forma altruísta seus saberes: Alexandre Vaz, Carmen Rial, Eunice Nodari, Haruf Salmen, Javier Vernal, Joana Maria Pedro, Julia Guivant, Luiz Fernando Scheibe, Marcos Montysuma, Miriam Pillar Grossi, Myriam Mitjavila, Rosana Martinelli, Teresa Kleba Lisboa. As aulas foram sem dúvida o melhor tempo desses tempos, e deixaram muita saudade!

Agradeço às bancas de qualificação e defesa. Essa generosidade em nos avaliar, em contribuir com nosso trabalho, vinda de pessoas que sou fã, traz alegrias e realizações incríveis! Obrigada por me proporcionarem momentos tão importantes em minha vida! Fernando Seffner, Joana Pedro e Vera Gasparetto, muitíssimo obrigada por todas as considerações e apontamentos na qualificação! E agradeço também a vocês novamente e a Elaine Schmitt e Nucia de Oliveira pela disponibilidade em ler e contribuir com meu trabalho! Fico comovida por essa dedicação que pessoas como vocês têm para a pesquisa, para o conhecimento, sobretudo no campo dos estudos feministas e de gênero. Obrigada!!!

Fica ainda a sensação que não agradei a todas as pessoas que deveria, e não agradei o suficiente às que já citei... um café, um carinho, um texto, um incentivo... foi tanta gente... Obrigada!

“Gracias a la vida, que me ha dado tanto!” (Violeta Parra)

“Útero e falo são complementares, não possuem primazia um sobre o outro, pois a criação depende de ambos. Humanos não são superiores a animais, nem homens a mulheres, nem uma raça é mais bem dotada que outra. Qualquer discurso proferido no sentido de que uma classe de seres qualquer é melhor que outra obviamente vem da classe dominante ou reproduz seus valores. O desejo de perpetuação no poder e a vontade de desfrutar das regalias de ser “superior” trazem a distorção dos fatos por meio de ideias e conceitos que fluem na linguagem. Quem não se submeter ao “usurpador” poderá ser até mesmo vítima de violências físicas. As agressões físicas não são as únicas atrocidades cometidas: há a violência intelectual e psicológica, muito eficazes, normalmente apoiadas em veículos de comunicação com apelos subjetivos e subliminares. A distorção cultural atua de forma tão preponderante que muitas vezes perpetuamos preconceitos sem desejá-los, uma vez que inúmeras ideias nos foram bombardeadas, inculcadas, para que a elas aderíssemos, desde a nossa mais tenra infância. Tais conceitos e as práticas sociais decorrentes deles são revestidas dos juízos de valor sobre o que é aceitável ou louvável, mas enfim elas revelam racismo, machismo, nazismo, fascismo, tortura, canibalismo etc. Por outro lado, a partir de um questionamento sincero, as inferioridades e superioridades desaparecem. Sendo a vida o bem maior que cada ser possui e decorrendo dela todos os outros valores, é perante a morte que podemos ver com clareza o que somos. Assim como o nascimento – momento em que todos os seres estão desprovidos de conceitos de superioridades –, a morte vem para todos, independentemente de cor, raça, credo, espécie e religião. Nascimento e morte revelam uma mesma verdade: basicamente todos somos diferentes, mas essa diferença não nos torna melhores ou piores. O que fazemos com o que somos é o que faz a grande diferença, a natureza benevolente de nossos pensamentos, sentimentos e atos é o que conta.”

(Tamina Thor)

RESUMO

O objetivo da pesquisa é pensar conflitos e disputas no campo político-educacional na elaboração dos planos governamentais que normatizam os currículos escolares no período de 2014 a 2025, e projetos de ataques às pautas de gênero nesses currículos, em um cenário historicamente construído. Em um diálogo entre o local e o global o estudo teve como foco o caso específico desses acontecimentos na cidade de Governador Valadares (MG). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho interdisciplinar, amparada em estudos feministas e de gênero, estudos sobre currículo e políticas públicas em educação, e em um estudo sobre a história da cidade de Governador Valadares, desde a colonização tardia de seu território, atravessada pelas questões de gênero. Os instrumentos para coleta de dados de campo foram a realização de entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa. Problematizou-se a viabilidade e os espaços de uma educação feminista em Governador Valadares e encontrou-se resistências em professoras feministas, mas também o medo que surge do pânico moral disseminado por religiões e grupos políticos conservadores e patriarcais. A leitura dos conflitos na câmara municipal em 2015 e 2019 trouxe a materialização da compreensão do currículo como um campo de disputas e suas implicações político-ideológicas. Os estudos revelaram a cultura conservadora local, o que levou a uma leitura de gênero na perspectiva decolonial. Concluiu-se que a colonialidade presente na cultura conservadora da cidade trouxe, por meio do legislativo municipal, a censura aos currículos, as dificuldades para o desenvolvimento de uma educação feminista, o medo e os desafios a professoras e professores que fazem a resistência progressista na educação do município.

Palavras-chave: PME; ESP; “ideologia de gênero”; educação feminista; Governador Valadares.

ABSTRACT

The objective of the research is to think about conflicts and disputes in the political-educational field in the elaboration of government plans that regulate school curricula in the period from 2014 to 2025, and projects of attacks on gender guidelines in these curricula, in a historically constructed scenario. In a dialogue between the local and the global, the study focused on the specific case of these events in the city of Governador Valadares (MG). This is a qualitative, interdisciplinary research, supported by feminist and gender studies, studies on curriculum and public policies in education, and a study on the history of the city of Governador Valadares, since the late colonization of its territory, crossed by gender issues. The instruments for collecting field data were semi-structured interviews and conversation circles. The viability and spaces of a feminist education in Governador Valadares were problematized and resistance was found in feminist teachers, but also the fear that arises from the moral panic spread by religions and conservative and patriarchal political groups. The reading of the conflicts in the city council in 2015 and 2019 brought the materialization of the understanding of the curriculum as a field of disputes and its political-ideological implications. The studies revealed the local conservative culture, which led to a gender reading in the decolonial perspective. It was concluded that the coloniality present in the conservative culture of the city brought, through the municipal legislature, the censorship of the curricula, the difficulties for the development of a feminist education, the fear and the challenges to teachers who make the progressive resistance in the municipal education.

Keywords: PME; ESP; “gender ideology”; feminist education; Governador Valadares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica dos percursos da tese.....	24
Figura 2 – Mapa de distritos de Governador Valadares.....	81
Figura 3 – Vista parcial de Governador Valadares com a Ibituruna ao fundo.....	82
Figura 4 – Organograma do PIBID UNIVALE 2014-2016	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados do IBGE: comparativo Microrregião, Minas Gerais e Brasil.....	83
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – vereadores e suplentes responsáveis por analisar e dar parecer aos vetos.....205

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVVL	Associação Valadarense de Voo Livre
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BR	Rodovia Federal Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEMG	Constituição do Estado de Minas Gerais
CF	Constituição Federal
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CMGV	Câmara Municipal de Governador Valadares
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CONEP	Conselho Evangélico de Pastores de Governador Valadares
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DEM	Democratas
DRD	Diário do Rio Doce
ESP	Escola Sem Partido
ETI	Escola de Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FAE	Faculdade de Educação da UFMG
FOREXT	Fórum Nacional de Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior
GDE	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Diversidade na Escola (da UFMG)
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GV	Governador Valadares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IG	Ideologia de Gênero
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários e mais

LOMGV	Lei Orgânica do Município de Governador Valadares
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
MBL	Movimento Brasil Livre
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MPE	Ministérios Público Estadual
MST	Movimento Sem Terra
NUDIS	Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEAS	Programa
PEE	Plano Estadual de Educação
PGV	Prefeitura de Governador Valadares
PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PISM	Programa de Ingresso Seletivo Misto da UFJF
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PMN	Partido Mobilização Nacional
PNDH3	Plano Nacional de Direitos Humanos 3
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PP	Partido Progressista
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PR-ES	Partido Republicano do Espírito Santo
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PR-PE	Partido Republicano de Pernambuco
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
QG	Quartel General
SAAE-GV	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECOM	Secretaria de Comunicação
SindUte-GV	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Governador Valadares
SindUte-MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SINSEM-GV	Sindicato dos Servidores Municipais de Governador Valadares
SMED	Secretaria Municipal de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TEIA	Grupo Território, Educação Integral e Cidadania (da UFMG)
UDN	União Democrática Nacional
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
O desenho da tese nas águas de um rio	27
Afluente 1: “ideologia de gênero” e colonialidade.....	28
Afluente 2: colonização, colonialidade e gênero na história da “Princesa”	29
Afluente 3: PME e ESP na colonialidade de GV	30
Para cada afluente um plano de navegação	32
Afluente 1: revisão bibliográfica	35
Afluente 2: historiadores e entrevistados.....	36
Afluente 3: registros e rodas de conversa.....	41
1 “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: QUE HISTÓRIA É ESSA?	47
1.1 Antes da história	47
1.1.1 “Ideologias” e gênero	47
1.1.2 Para começar pelos anos 1990.....	50
1.2 “Ideologia de gênero” desde os anos 90	51
1.3 Caminhos e alianças da ideologia antigênero.....	59
1.3.1 No contexto mundial	59
1.3.2 Na América Latina.....	63
1.3.3 No Brasil.....	68
1.4 Um giro na minha tese: feminismo decolonial.....	76
2 MARCAS DE GÊNERO NA “PRINCESA”: da colonização à emigração	84
2.1 De 1808-1920: Valadares pré-colonial.....	88
2.2 De 1930-1950: nasce a princesa	94
2.3 De 1960 a 1964: a Mulher da Boca Aberta e o Golpe na Princesa	113
2.4 De 1964 ao final dos anos 1970: início da emigração em tempos de ditadura.....	129

3 VALADARES (NÃO) FAZ MEU GÊNERO.....	132
3.1 Décadas de 1980 e 1990: emigração e assentamento	133
3.1.1 Década 1980	134
3.1.2 Década 1990	140
3.2 O século XXI.....	148
3.2.1 Primeira década do século XXI.....	148
3.2.2 Segunda década do século XXI.....	156
4 PARA AS ESCOLAS DA PRINCESA: PME 2015.....	173
4.1 Do PNE à elaboração do PME-GV	174
4.2 A sessão de votação.....	182
4.3 O resultado da sessão.....	194
4.4 O veto e a derrubada do veto	203
4.5 Considerações todo o processo do PME-GV	230
5 A DISCUSSÃO DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO EM 2019	234
5.1 Capitalismo estruturante e questões decoloniais	236
5.1.1 Valadares é uma cidade conservadora, preconceituosa.....	239
5.1.2 Uma pioneira na roda	244
5.1.3 A questão religiosa – igreja católica reage às conquistas.....	246
5.2 Conflitos e ameaças em 2019 na câmara e o contexto político.....	250
5.2.1 Mobilização e participação.....	251
5.2.2 A galeria reage.....	256
5.2.3 A inconstitucionalidade do PL 127/2019 e o Substitutivo 001/2019.....	258
5.3 Para ir fechando a roda: resistências, desafios e pandemia	264
5.3.1 Gênero na escola, currículo e autonomia docente	268
5.3.2 Fechando essa conversa: os impactos da pandemia	278
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
REFERÊNCIAS	288

INTRODUÇÃO

Ainda são impactantes os acontecimentos em torno das discussões curriculares da Educação Básica brasileira na última década. Nesse período, a pauta de gênero permeou debates e movimentos políticos materializados em documentos normativos sobre a organização dos currículos escolares. Após quatorze anos de governos de esquerda no Brasil (2003-2016), com avanços das pautas progressistas nos diversos setores político-sociais, e de modo significativo também na educação, entramos em um ciclo de retrocessos que nos remete aos idos dos anos 1970 quando vigorava o modelo tecnicista da educação militar do período da ditadura. Um cenário preocupante da exclusão dos estudos de gênero dos currículos escolares se consolidou no momento político brasileiro, em meados da segunda década do século XXI, e nos desafia a compreender o que nos trouxe “de volta” para um futuro “cheio de passado”. Assim, o objetivo dessa tese é pensar conflitos e disputas no campo político-educacional na elaboração dos planos governamentais que normatizam os currículos escolares no período de 2014 a 2025, e projetos de ataques às pautas de gênero nesses currículos, em um cenário historicamente construído. Em um diálogo entre o local e o global o estudo terá como foco o caso específico desses acontecimentos na cidade de Governador Valadares (MG). Como as pautas e agendas de gênero foram tratadas no campo político e das políticas públicas que incidem na educação, e que raízes históricas emergiram nos conflitos e disputas representadas na Câmara Municipal de Governador Valadares em episódios de 2015 (votação do Plano Municipal de Educação) e 2019 (proposição do projeto Escola Sem Partido)?

Para entender o que aconteceu nessa cidade é preciso antes buscar os desdobramentos nacionais e globais dos retrocessos no campo de gênero vivenciados nos últimos anos. No Brasil, esse cenário remonta aos primeiros anos do segundo mandato do governo¹ de Dilma Rousseff, pela influência de duas pautas reacionárias conservadoras que impactaram de modo decisivo nas discussões de documentos nacionais normativos dos currículos escolares²: o *lobby*

¹ Dilma Rousseff foi eleita Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores em 2010, sendo seu primeiro mandato de 2011 a 2014. Foi reeleita, tendo um segundo mandato de 2015 a 2018, mas que não cumpriu até o final, devido ao processo de *impeachment* sofrido em 2016.

² 1) Planos Decenais de Educação: Plano Nacional de Educação (PNE); Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME). 2) Base Nacional Curricular Comum (BNCC)

da “Ideologia de Gênero” e o movimento Escola sem Partido (ESP). A expressão “Ideologia de Gênero” transformou-se em um discurso de uma ideologia antigênero, que reúne diferentes grupos reacionários, e pode ser entendida como um *lobby*, pois tem o objetivo de impelir que seja incorporada a ideia da existência de uma ideologia de gênero a ser combatida. Já o movimento ESP, que adota tal *lobby*, reivindica uma escola acrítica e apolítica, trazendo de volta a concepção pedagógica que tão bem serviu aos anos de ditadura no Brasil, em prol de uma educação alienante, com objetivos meramente mercadológicos. “O ESP veio explicitar, pelo viés da intolerância ao outro, a inadequação do político na escola [...]” (MACEDO, 2017, p. 519) evidenciando um projeto de manutenção das relações de poder, dominação e privilégios ideologicamente sustentadas. O ataque mais específico deste movimento aos currículos se deu no campo dos estudos de gênero, uma vez que aderiu suas pautas ao *lobby* da chamada “ideologia de gênero”, e impactou tanto a BNCC quanto os planos decenais da educação.

Depois de muita discussão e polêmica na Comissão que analisava o tema, o lobby reacionário conseguiu retirar do PNE a igualdade de gênero. A maioria dos parlamentares presentes na votação do dia 22/04/2014 cedeu ao lobby dos pastores-deputados [...] e aceitou excluir a diretriz que propunha a superação das desigualdades educacionais “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. (PARAÍSO, 2018, p. 30)

Essa vitória conservadora na Câmara dos Deputados não constitui um evento isolado fruto do movimento ESP e do *lobby* da “ideologia de gênero”. Tão pouco expressa uma realidade especificamente brasileira, mas faz parte do neoconservadorismo de dimensões mundiais que deflagra em reação aos movimentos socioambientais e ao próprio feminismo que ameaçam a hegemonia capitalista neoliberal. O estudo desses acontecimentos nos levará a tempos ainda mais distantes. A distorção dos estudos de gênero em “ideologia de gênero” é mais antiga e revela a inabilidade e o desrespeito dos que pretendem conservar a ideologia patriarcal.

Seus impactos na educação brasileira trazem a nós, profissionais desta área, preocupações profundas sobre a educação no Brasil. Como fica a formação política de nossos jovens? Como a escola pode se organizar no sentido de promover uma educação para a luta contra as diversas formas e modalidades de opressão que o patriarcado³ nos impõe? Que espaços restam aos educadores que defendem uma pedagogia inspirada no feminismo

³ “O patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo, observa Carole Pateman (1988). Esse diagnóstico gera uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo.” (AGUIAR, 2000, p. 305)

decolonial⁴? Que outros espaços vêm se consolidando como resistência? São questões que estão ancoradas na minha compreensão sobre o feminismo, ou sobre os feminismos no plural. Como pedagoga minhas inquietações se voltam para a educação feminista que se ocupa das diversas formas e modalidades de opressão, no sentido da formação de pessoas sensíveis e atuantes para a justiça e equidade nas implicações das relações sociais e ambientais. Por uma ideia de educação com e para TODAS, TODES E TODOS, Hooks (2018) alerta para a necessidade de oferecer educação feminista em massa, para mulheres e homens, a fim de desconstruir os pré-conceitos contra o feminismo que são sustentados pela informação negativa que veicula nas mídias e redes sociais.

Os cidadãos desta nação não conseguirão conhecer as contribuições positivas do movimento feminista para a vida de todos nós se nós não enfatizarmos esses ganhos. Contribuições feministas construtivas para o bem-estar de nossas comunidades e da sociedade são frequentemente apropriadas pela cultura dominante, que então projeta representações negativas do feminismo. A maioria das pessoas não tem conhecimento da miríade de maneiras que o feminismo mudou positivamente nossa vida. Compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo. (HOOKS, 2018, p. 38)

Por isso, minha preocupação com a educação não é apenas voltada para a escola, mas de modo geral com o campo das relações sociais na educação integral (escolar e não escolar) de um território que educa.

Haesbaert e Limonad (2007) destacam três vertentes básicas das abordagens conceituais de Território. A primeira, que privilegia a perspectiva científico-jurídica, e eles consideram como “majoritária, inclusive no campo da geografia” (p. 45), define território como um determinado espaço com suas delimitações, controlado por determinado poder, de modo especial o de caráter estatal, entre outras relações de regulação. Uma segunda vertente, de base cultural ou culturalista, entende território como “produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social” (p. 45). E por fim, falam de uma vertente “econômica (muitas vezes economicista) minoritária” onde a “(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (p. 45).

E ainda destacam uma outra abordagem ligada à relação ambiente e cultura-sociedade:

⁴ De acordo com Ballestrin (2020, p. 11), feminismo decolonial está diretamente associado ao projeto teórico decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade.

Outra questão que merece um tratamento mais detalhado é aquela que diz respeito à indissociabilidade entre território e natureza, geralmente menosprezada pelos geógrafos. Com todas as controvérsias que esta diferenciação implica, natureza e cultura ou natureza e sociedade estão presentes (ou pelo menos deveriam estar) em toda definição de espaço geográfico e território. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 45)

E é com esta última que me identifico quando falo em “território que educa”, sem desconsiderar os aspectos jurídicos, políticos, culturais e econômicos que definem os territórios, muito pelo contrário, entendo também que a relação sociedade e ambiente são indissociáveis e ajuda a compreender os territórios educativos numa perspectiva de educação integral, ou seja, da educação para a relação com mundo que é “nosso bem comum”, aqui no sentido de “bem comum” arendtiano⁵.

Assim como na leitura “Não há jamais compreensão autônoma, sentido constituído [...]” (GOULEMOT, 2001, p. 115), imposto pelo texto, e apenas “alguns fragmentos de uma singular liberdade” de interpretação (GOULEMOT, 2001, 116), também na aprendizagem e formação das subjetividades não há saber totalmente imposto por quem ensina ou totalmente singular por quem aprende. Tanto na leitura quanto na aprendizagem o que há é a relação indivíduo e sociedade de que trata Norbert Elias (1994). Para ele, nos constituímos em nossa individualidade na coletividade, não havendo possibilidades de nos tornarmos indivíduos fora do meio sociocultural que nos constitui, nem tampouco haveria sociedade sem a coletividade de indivíduos. É por isto que “Como mulheres, precisamos desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós mesmas se quisermos ir além dos aspetos mais superficiais da mudança social [...] aquele pedaço do opressor que está plantado em nós”. (LORDE, 2019, p. 247). Assim, pensar educação faz pensar também política e sociedade.

Embora minha motivação tenha origem no campo da educação, antes mesmo de entrar em estudos voltados às questões de gênero (feministas) nos currículos escolares, estou focada nos antagonismos e conflitos desse fenômeno reacionário mundial que busca por retrocessos em relação a direitos e liberdades conquistadas nas últimas décadas, e pauta a perda de conquistas sociais, ambientais, étnicas, de gênero, etc. E mais especificamente, me interessa como esse fenômeno aparece em Governador Valadares (MG), em relação a gênero e educação, materializando-se nos documentos que normatizam os currículos escolares. E, ainda que minha escolha profissional pelo campo da pedagogia tenha sido por acreditar que a educação é a

⁵ De inspiração aristotélica, o “bem comum” para Hannah Arendt está ligado a um compromisso político do “amor mundi” como um bem coletivo, que pertence à humanidade e, portanto, cabe a humanidade cuidar desse bem comum, trazendo os interesses coletivos acima dos interesses privados. (ARENDR, 2000)

melhor possibilidade que temos para intervir na sociedade, estou me propondo inverter o olhar e buscar compreender movimentos e fenômenos sociais que interferem na educação. Porém essa inversão do olhar é só o avesso de um mesmo movimento: é compreendendo como a sociedade interfere na educação que podemos fazer desta uma via ainda mais potente para transformação social.

Hoje, estudiosas feministas são a mais importante circunscrição com foco em gênero e a fonte de muito conhecimento sobre as mulheres e hierarquias de gênero. Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções. (OYĚWŪMÍ, 2004, p. 02)

Pela centralidade das pautas feministas no conflito presente nos embates sobre o currículo escolar, gênero aparecerá aqui não apenas como uma categoria, mas também como tema de discussão e reflexão sobre a campanha contra a chamada “ideologia de gênero” e o movimento Escola Sem Partido; e mais, como conteúdo educativo/formativo de uma pedagogia feminista. Pois, é na perspectiva de uma educação feminista contra o patriarcado branco e capitalista que os estudos de gênero devem compor os currículos da Educação Básica no Brasil. Ainda que não seja a única forma que gênero irá aparecer, é importante lembrar que Joan Scott (1995) ao tratar de gênero como uma “categoria útil de análise histórica” alerta para a história das palavras e discorre sobre o surgimento do termo gênero para as pautas feministas. A adoção do termo como categoria de análise reconhece sua conotação relacional que define os estudos sobre homens e mulheres nas relações generificadas.

A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, 1995, p. 84)

Essa compreensão levou-me a ler o conflito em função do conservadorismo e da opressão de gênero presente na cidade e nas relações políticas aqui desenhadas, como um estudo de caso, que tem similaridades e especificidades em relação ao conflito nacional que “parece” iniciar em 2013. Um olhar para a história de Governador Valadares na perspectiva de gênero, para entender a exclusão e o ataque às temáticas de gênero nos currículos da educação básica no município. Assim, gênero se constitui importante categoria de análise e construção da história, de uma nova história. O termo gênero é proposto por Scott (1995) como categoria não

somente para compreender a história, mas como também para escrever a história, numa visão política mais global.

A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história. (SCOTT, 1995, p. 73)

Ao evocar outras categorias para as leituras de gênero, os estudos feministas revelam a amplitude do feminismo, como movimento que integra as interseccionalidades das diversas lutas e pautas de grupos chamados de minorias. Assumir uma perspectiva de interseccionalidade nas pautas feministas é entender que diferentes realidades de discriminação se sobrepõem. Crenshaw (2002) afirma que a interseccionalidade é uma leitura das interações dinâmicas entre dois ou mais fatores de opressão, que determinam as estruturas relativas às questões de gênero, raça, etnia, classe, etc.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Dominações de classe, sexismo, heterossexismo, racismo, discriminação etária, elitismo vêm do mesmo lugar: da crença no direito de dominar. Por isso, para Lorde (2019) não há hierarquia de opressão porque não é possível entendermos que a conquista de direitos e superação de discriminações e opressões é direito de alguns grupos, mas, de outros não. “Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas.” (LORDE, 2019, p. 236). E esse reconhecimento e adesão às interseccionalidades se aprofundam na perspectiva do feminismo decolonial, que percebe todas essas pautas como indissociáveis.

O feminismo decolonial nos provoca pensar que não podemos nos perder na fragmentação das pautas contra a opressão, e que a desfragmentação de gênero, classe e etnia também precisa ser pautada.

Importante que movimentos, pautas e estudos feministas/de gênero estejam fortalecidos para articulação da resistência. Hemmings (2009) faz uma crítica às fragmentações do feminismo, que dizem da diversidade de feminismos que surgem ao longo da história, e

Tiburi (2018) nos faz “[...] um convite e um chamado para o diálogo e a luta.” (p. 125) definindo o feminismo “como uma postura ético-política.” (p. 77). De toda forma é possível pensar e reconhecer diversas correntes feministas, ainda que para buscar um profundo diálogo entre as interseccionalidades e políticas que nos definem. “A dialogicidade do feminismo refere-se a essa presença concreta das diferenças. O feminismo é um espaço-tempo, no qual habitam a multiplicidade dos corpos em relação não violenta.” (TIBURI, 2018, p. 45). Quando entendemos que a luta feminista é contra todas as formas de violência e opressão, buscamos o não silenciamento, o espaço de fala como espaço para todas, todes e todos.

O feminismo é a própria democracia que queremos, mas uma democracia profunda, que começa colocando a questão dos direitos das mulheres e avança, interrogando a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos, em cenários nos quais o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais. (TIBURI, 2018, p. 46)

É a luta contra o patriarcado branco capitalista buscando a transformação da sociedade não apenas no campo das relações binárias entre homem e mulher, mas também na superação de outras relações de opressão, de exploração dos corpos e dominação.

Para Meyer (2008) o conceito de gênero nos afasta das concepções limitadoras do feminino e masculino, dos papéis sociais de homem e mulher, para uma visão muito mais ampla dos atravessamentos e representações que acabam por constituir feminilidades e masculinidades. Nossa sociedade heteronormativa e excludente "define" ser homem e ser mulher, atribuindo papéis sociais por concepções binárias pautadas sobre a ideia da existência do “sexo biológico”⁶.

Identidade e diferença guardam conexão com o regime de heteronormatividade, entendida como norma que articula as noções de gênero e sexualidade, estabelecendo como natural certa coerência entre sexo (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa). Esse modelo, binário e dicotômico, é entendido como natural e para muitos parece estar na “ordem das coisas”, o que faz com que indivíduos que não se reconheçam nele sejam percebidos como doentes, desviantes, perturbados, transtornados, pecadores etc. (SEFFNER, 2013, p. 150)

⁶ A ideia de “sexo biológico” é pautada no determinismo biológico, e por volta dos anos 1970 era utilizada pelo feminismo para se contrapor ao conceito de gênero, que seria um construcionismo social. Nicholson (2000, p. 10-15) alerta ao risco desse fundacionalismo biológico do feminismo dos anos 70 pois, leva a pensar que as diferenças de raça e classe entre mulheres como apenas coexistentes e não como interseccionais (p. 13). Assim, ela pontua que o feminismo precisa abandonar tanto o determinismo quanto o fundacionalismo biológico.

Esse controle social que normatiza as experiências se perpetua exatamente por uma educação que cuida de manter a ideologia dominante. Fica evidente que “O patriarcado opressor sempre foi a verdadeira ‘ideologia de gênero’” (TIBURI, 2018, p. 48). Apesar disto, avança o *lobby* que surgiu na igreja católica, e aparece em 1998, no documento “A ideologia do gênero: seus perigos e alcances” da Comissão *Ad-Hoc* da Mulher e Comissão Episcopal do Apostolado Leigo, elaborado na Conferência Episcopal Peruana (JUNQUEIRA, 2017). Um ano antes, um texto de Ratzinger (quem em 2005 viria a ser o Papa Bento XVI) “[...] se constituiria uma peça-chave para começar a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 726). Assim, a expressão ganha nova conotação, como se o movimento feminista contraideológico (que luta contra a ideologia patriarcal) fosse a ideologia a ser combatida.

À guisa de uma moral dita “cristã”, as mulheres feministas e as pessoas LGBT se transformaram, na visão de quem prega contra a “ideologia de gênero”, em uma força do mal, no inimigo, a ser combatido a qualquer custo. [...] A ampla disseminação da falsa premissa da “ideologia de gênero”, vista como a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, por consequência, da família, dentro dos ambientes educacionais, despertou uma espécie de pânico moral, retrocesso e demonização do “inimigo”, quando o que se pretendia com a “promoção da igualdade [...] de gênero e de orientação sexual” era simplesmente contribuir para “a superação das desigualdades educacionais” (BRASIL, 2012d) que comprovadamente existem entre os gêneros, em consonância com as décadas de debates, acordos e políticas públicas estabelecidos democraticamente a fim de promover a equidade de gênero. (REIS e EGGERT, 2017, p. 19-20)

O movimento ESP se apropria da conotação religiosa sobre “ideologia de gênero” unindo direita e extrema direita, conservadores e ultraconservadores no combate ao feminismo e aos grupos LGBTQIAPN+. Com a falsa pretensão de uma neutralidade política – como se isto fosse possível – trabalham para excluir a formação crítica das escolas e atacam, sobretudo, os movimentos que combatem a ideologia de gênero – no sentido que a compreendo – o patriarcado. Esses movimentos de gênero são vistos por alguns grupos como uma ameaça ao modo de vida que consideram “normal”, ameaça à forma por eles concebida de “ser homem” e de “ser mulher” e às uniões afetivas nucleares, ou seja, como uma ameaça à família. Para outros grupos, o feminismo é uma ameaça ao capitalismo, uma ameaça ao modelo de sociedade e economia exploratório que esses grupos defendem, ameaça a toda forma de dominação, sendo por isso veementemente combatido. A discussão de gênero na escola, em uma perspectiva feminista da educação, pauta-se na compreensão e luta por uma democracia efetiva, como nunca houve, voltada aos direitos de todas, todes e todos que estão subjugadas pelo patriarcado

no trabalho, procriação, cuidado e prazer alheios, pela necessidade de sobrevivência. Ou seja, educação feminista é também antirracista e anticapitalista, pois parte de uma perspectiva que se contrapõe ao feminismo liberal, tornando inseparáveis as lutas de gênero, classe e raça. É o feminismo defendido pelas autoras do manifesto “Feminismo para os 99%”:

O feminismo para os 99% é um feminismo anticapitalista inquieto – que não pode nunca se satisfazer com equivalência, até que tenhamos igualdade; nunca satisfeito com direitos legais, até que tenhamos justiça; e nunca satisfeito com a democracia, até que a liberdade individual seja ajustada na base da liberdade para todas as pessoas. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 123)

Ancorados no caldo cultural das aprendizagens conservadoras, igrejas, partidos políticos e outros grupos reacionários se apropriaram do conceito de gênero, dando-lhe conotação pejorativa sob o *lobby* da “ideologia de gênero”. Arelado ao movimento ESP, esse *lobby* avançou e ganhou espaço nas bancadas políticas conservadoras de igrejas cristãs de denominações diversas, influenciando políticas públicas voltadas para a educação escolar. Enquanto o movimento ESP se articulava politicamente em todo país, o *lobby* “ideologia de gênero” servia na busca de garantir o *status quo* da ideologia patriarcal, imprimindo pânico na sociedade, sobretudo entre pais e educadores.

Em outras palavras, consideramos que a gramática política que envolve a noção “ideologia de gênero” opera na lógica dos fenômenos que a sociologia denomina de pânico morais, reconhecíveis quando emerge a retórica da sociedade sob ameaça (ver Miskolci, 2007). (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 739).

Espalha-se o medo ao anunciar o “apocalipse” por meio de uma suposta libertinagem sexual que decretaria o fim da família e da sociedade. Ao mesmo tempo outros movimentos políticos midiáticos criam um contexto e atmosfera favoráveis ao levante dos reacionários defensores da moral, da família e da sociedade a qualquer custo. O medo e a demonização da diversidade sexual disseminados por algumas religiões cristãs estão carregados das intenções políticas, das relações de poder e de certa forma revelam o quanto são temidos os movimentos de mulheres no centro das lutas de libertação política, antropológica e ideológica.

É importante estudar e compreender o que ocorre socialmente e envereda pelas portas da escola. Há toda uma sustentação cultural que não pode ser ignorada, e faz parte do objeto que proponho compreender, mas com a clareza que no encontro de ideias/grupos antagônicos, cabe ainda mais à pesquisadora o cuidado “antropológico”. Ainda que não seja uma pesquisa etnográfica, na antropologia encontro a compreensão de Wagner (2010, p. 26) da não

neutralidade, da objetividade relativa, em que quem pesquisa “lê” culturas a partir de sua própria construção cultural.

Foi em histórias vividas e nos sentidos que delas construí em mim mesma, que a questão de gênero surgiu para mim como inquietação, saber e busca, como ideia e tema. Mas é sem dúvida nas leituras que o tema ganha forma, conteúdo e método. Para Goulemot (2001) a relação com o texto é urdida “[...] por uma fisiologia, uma história e uma biblioteca” daquele que lê e constrói sentido.

O sentido, aquele que se constitui por uma leitura historicamente datada, empregado por um indivíduo que tem um destino singular, nasce, portanto, do trabalho que esse fora do texto assim definido opera, para além do sentido das palavras, do agrupamento de frases, sobre o texto. (GOULEMOT, 2001, p. 108)

Damos sentido ao que coletamos em leituras, do texto ou do mundo (na perspectiva freireana), estando nossas subjetividades nos sentidos que construímos, mas sempre a partir dessa nossa relação com a sociedade mediada pelas linguagens. Nesse movimento, meu objeto de pesquisa consolidou-se a partir da relação plural e ao mesmo tempo singular que venho estabelecendo com a temática desde que me entendi mulher e comecei a me dar conta das relações de gênero como relações de cultura e poder – forma de dar sentido às relações, considerando o poder.

O desenho da tese nas águas de um rio

Para explicar a estrutura dessa tese, quero trazê-la para uma imagem, quero “desenhar” a forma como essa escrita encontrou saída para sequenciar o concomitante, e para dar ordem a fluxos (quase) paralelos de estudos, resultados e compreensões. Assim, permitam-me a metáfora que segue.

Não é uma pesquisa que flui em seu próprio leito, correndo, como aquele trecho final do rio que vai indo sozinho e por fim deságua no mar, na tese. Minha tese está mais acima do rio, muito antes do litoral, bem nas terras das Gerais mesmo, ainda longe de alcançar do mar. Está num ponto da bacia em que três afluentes, vindos na perpendicular, se unem num leito largo, que simplesmente continua indo...

Figura 01: Representação gráfica dos percursos da tese



Fonte: elaborada pela autora

Para chegar na questão das disputas do currículo sobre as pautas de gênero em Governador Valadares, nos episódios na Câmara Municipal nos anos de 2015 e 2019, precisei navegar na história por três diferentes veios, buscando elementos para compreender os acontecimentos desses dois momentos que vêm impactando a educação no município.

Para alcançar meu objetivo foi necessária uma construção de cinco capítulos, que em conjunto irão compor a leitura dos antagonismos do fenômeno reacionário de retrocessos nas conquistas de gênero (entendendo que estas não estão descoladas das questões sociais, ambientais e étnicas), em Governador Valadares (MG), materializando-se no conflito em torno da chamada “ideologia de gênero” e o Plano Municipal de Educação (PME), bem como das discussões e definições das propostas do movimento Escola Sem Partido (ESP) que chega em 2019 na cidade.

Afluente 1: “ideologia de gênero” e colonialidade

Comecei olhando o plano global X nacional, e fazendo uma leitura do cenário internacional e nacional a partir do feminismo, das lutas sociais e ambientais, pontuando os avanços que essas pautas tiveram no final do século passado, e os retrocessos sofridos na última década, tanto no Brasil quanto no exterior. Embora trate de um contexto amplificado, é o menor afluente, comportando uma viagem paradoxalmente breve, ao considerarmos seu alcance histórico e geográfico.

Um primeiro e único capítulo se encontra nesse estreito rio abordando a origem da chamada “ideologia de gênero” e o movimento mundial reacionário. É preciso ainda compreender como um contexto político se forma ao mesmo tempo, dando suporte para esses avanços de uma direita ultraconservadora e quais outros grupos e arranjos são consolidados

nesse processo. Como não é um fenômeno isolado no Brasil, foi necessário iniciar apresentando rápido panorama do cenário mundial, passando pela América Latina e por fim trazendo para a realidade nacional, onde figuram o movimento da ESP, as ações de lideranças religiosas e as práticas midiáticas em redes sociais que aderem e fomentam o *lobby* da “ideologia de gênero”. A compreensão de todo esse cenário será fundamental para uma leitura da questão em Governador Valadares (MG).

Afluentes 2: colonização, colonialidade e gênero na história da “Princesa”

O segundo afluente foi o mais longo que gerou dois capítulos... veio do final do século XIX até a segunda década do século XXI. Essa navegação me traz ao Vale do Rio Doce onde se encontra a microrregião em que a cidade Governador Valadares é polo. Nesse percurso narro um pouco da história da cidade, buscando, além dos fatos e conflitos históricos da região, a categoria gênero. Esse exercício é inédito em relação à história da cidade, e por isso se fez imprescindível para a minha tese. Para entender os conflitos da última década, era necessário ter um perfil da cidade na perspectiva de gênero, que estivesse na sua constituição histórica, e que não foi diretamente abordado nos textos dos historiadores / pesquisadores que trataram (tratam) da história da cidade. Mas, estava ali, nas entrelinhas dos textos, nas narrativas dos entrevistados, nas minhas memórias de como nossas vidas (eu, minhas irmãs, minha pequena família...) foram entrando na história da cidade que também nos constituía. Assim, juntei os elementos que consegui acessar no contexto da pandemia⁷, que me permitiram olhar para Governador Valadares, trazendo gênero como categoria. Assim, nos segundo e terceiro capítulos, narro minhas leituras da e sobre a cidade, trazendo “Valadares” na perspectiva de gênero. Foi preciso mergulhar um pouco na história da cidade e dizer sobre o “terreno” que o conservadorismo mundial encontrou aqui. Quais as raízes históricas da cidade na sua formação política e antropológica, aspectos econômicos e populacionais, e como gênero aparece nesse cenário. Como sempre tive uma percepção de Governador Valadares como uma cidade conservadora, fui buscar no período da ditadura o que se passou na região e como as lideranças locais se organizaram e conduziram o momento. O que encontrei acabou me levando para o período de colonização da região e toda a história da cidade até a chegada do Golpe de 1964.

O que encontrei sobre o pós-golpe levou-me para os movimentos migratórios, as configurações religiosas e os cenários políticos desde meados dos anos 1960, da década de 1970

⁷ Pandemia pela COVID-19, doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 (coronavírus), de alcance global, que chegou em Governador Valadares (MG) em março de 2020, forçando a população ao isolamento social.

e ao longo das décadas seguintes (1980, 1990 e a primeira década do século XXI). Essa história será contada por muitas pessoas: pesquisadores, historiadores, pessoas envolvidas em educação, em eventos e movimentos de gênero. Todas que foram ou são cidadãs nessa cidade brasileira, de médio porte. Uma capital regional, uma cidade jovem, que se mostra conservadora. Para desenhar todo esse cenário, busquei nos entrevistados suas percepções sobre a cidade, mas também não me furtarei a discorrer minhas leituras sobre Valadares.

Toda essa construção narrativa teve o propósito de mostrar e pensar a cidade, para somente então, no próximo aflente, cujo estudo e pesquisa transcorriam ao mesmo tempo que este, trazer as questões, os conflitos e definições sobre PME (2015) e ESP (2019), pautadas pelo *lobby* da “ideologia de gênero”.

Aflente 3: PME e ESP na colonialidade de GV

Naveguei o terceiro aflente para entender os conflitos de 2015 sobre a votação do Plano Municipal de Educação, e de 2019, na votação do Projeto Escola Sem Partido que culminou no seu substitutivo Escola Democrática. Enquanto estudava a história da cidade, fui também buscando os eventos, conversando com pessoas, conhecendo os acontecimentos de 2015 e 2019, que até então só havia “ouvido falar”. À medida que ouvia narrativas, que assistia a gravação da reunião da câmara que votou o PME em 2015, que lia ou via matérias jornalísticas sobre a votação do ESP em 2019, fui percebendo ressonâncias históricas.

E quando já podia avistar o encontro das águas resolvi olhar para trás. Havia “no futuro” uma repetição do passado... a marca cíclica da história foi se desenhando para mim. Por onde eu havia navegado havia um rastro de ideias e possibilidades que eu precisava retomar, repensar. Não vou dizer que encontrei minha bússola, pois não estava buscando o norte, ao contrário, foi buscando o Sul que pude perceber para onde todo esse estudo estava me levando. Foi quando nas águas da latinidade fiz do feminismo decolonial o meu “catuá⁸”, e peguei o remanso, voltando contra a correnteza, subindo o rio no refluxo, para enfim desnudar a cidade e propor uma tese.

O quarto e quinto capítulos, que constituíram o terceiro e médio rio, abordam os movimentos reacionários ancorados nos argumentos de combate à chamada “ideologia de

⁸ Catuá, procurei no dicionário e não encontrei, nem mesmo na rede virtual, escrevendo de variadas formas, achei sequer uma menção a essa palavra, não com o significado que a conheço. Ela apareceu, grafada com “k” (*katuá*) como uma palavra do idioma “Maori”, que seria traduzida como realmente. Mas o catuá que conheci e usei no Rio Doce, era uma longa vara, normalmente cortada no bambu ribeirinho, que é usada para impulsionar o barco (canoas de madeira de pequenos pescadores) rio acima, empurrando no fundo do rio, pois o esforço assim é menor que subir a correnteza no remo.

gênero” nas discussões e votações dos planos para a educação em Valadares e nas sessões que votaram projetos de Escola Sem Partido e seu substituto. Sua compreensão e análise estão no diálogo com os capítulos anteriores. Um estudo de caso sobre Governador Valadares e o debate público sobre a “ideologia de gênero” na câmara de vereadores. Pensar essas questões em Valadares, entender o caso de Valadares, é uma forma de compreender como essa política se concretiza em um território. Como a genealogia da questão da “ideologia de gênero” (Richard Miskolci) que aparece no mundo, na América Latina, no Brasil, chega a Governador Valadares, e que contexto encontra aqui. Qual a história, seus desdobramentos nos campos da política e da educação...

Penso aqui em uma relação do cenário nacional com o cenário local que, depois de oito anos de um governo de esquerda, à semelhança com o contexto nacional, se viu às voltas com investigações e ações da polícia federal. A dupla vitória da direita, uma quanto às discussões do Plano Municipal de Educação e as questões de gênero em 2015 e outra nas eleições municipais de 2016. A devastadora vitória da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, encorajando a chegada do movimento ESP a Valadares em 2019. Os riscos em ano de nova eleição (2022) com as chances de uma extrema direita sair vitoriosa sobre quem se levanta contra a atual administração da direita que está no poder, mas que não se concretizaram. E enfim, enquanto escrevo essa tese, chegamos apertados ao resultado da eleição presidencial, em que uma esperança de revigoração das pautas feministas e ambientais nasce das urnas.

Ainda assim, conservadores e reacionários continuam mobilizados e ativos. Embora possa perceber que uma direita moderada esteja cada vez mais afastada das pautas radicais da direita fascista, extremistas ainda avançam e ameaçam a democracia, o que é também ameaçar as pautas feministas e ambientais. Ainda estamos no meio do rio... ainda há muita “água para correr”. O rio das Gerais, longe do mar, passa aqui na minha casa... tão largo que moramos dentro dele, e nele fica a minha tese.

No rio doce da tese passa uma história de colonização marcada pela colonialidade e o pânico moral, contraposta à diversidade e pluralidade que constituem a região, desde sua origem e em todas suas 80 décadas, marcada pela migração. E lhe atravessa as margens, nos ciclos dessa história, os conflitos em torno do *lobby* “ideologia de gênero” sobre o currículo das escolas do município Governador Valadares, em uma nova faceta dessa colonialidade – de gênero, classe, etnia e exploração ambiental – que está tanto na base da formação desse território, quanto em toda sua história. Assim, é uma tese que ainda corre o leito, que não

finalizou o rio, porque vê chegar as resistências de novas águas, nesse território coronelista que em que minha utopia há de se cosmopolitizar⁹ antes de chegar no mar!

Para cada afluente um plano de navegação

Uma vez definido o traçado da tese posso apresentar melhor o plano de navegação, ou seja, a metodologia de trabalho e as estratégias específicas de cada afluente até o encontro das águas.

Foi uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando uma metodologia que parte da compreensão que "Qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade." (DENZIN e LINCOLN, 2006, 33), e que toda análise, conclusões e elaborações que vierem do encontro de olhares da pesquisadora, dos entrevistados, de matérias e reportagens constituem saberes que carregam filtros de quem realiza a pesquisa e constrói seu relato.

Segundo Minayo (2010), o termo metodologia inclui “as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2010, p.22). Ou seja, não se restringe a um conjunto de técnicas, mas, refere-se ao caminho próprio do processo de pesquisa.

Este foi um estudo que trouxe uma temática global - o *lobby da “ideologia de gênero”* impactando a política, a sociedade e a educação - para um contexto local, tratando de momentos bem específicos dessa questão na cidade de Governador Valadares. Por não ser um fenômeno isolado, mas antes disso, uma tendência inserida nos cenários nacional, continental e mundial, a pesquisa ganhou forma de um estudo de caso instrumental. Segundo André (2005), o estudo de caso instrumental é desenvolvido quando o foco de interesse do pesquisador está em dado fenômeno e ele escolhe um campo específico para estudar o seu tema. Assim, busquei no caso específico de Governador Valadares, mais precisamente nos episódios de 2015 e 2019 na câmara municipal, que votaram projetos sobre o currículo das escolas do município pautando o *lobby “ideologia de gênero”*.

O trabalho de pesquisas que tratam o conhecimento como produção de sentido, como acontece nos estudos de caso, demanda um olhar histórico sobre o objeto, sem, contudo, se constituir como uma historiografia. É importante sinalizar esse caráter metodológico uma vez

⁹ Não no sentido de ser uma cidade cosmopolita, global ou globalizada, mas, no sentido de um cosmopolítico, aberto à pluralidade de ideias, de culturas, de modos de ser e estar no mundo.

que não sou historiadora, mas que lancei mão de pesquisas sobre a história da cidade, assim como relatos com características de história oral.

De acordo com Alberti (2005) a história oral oferece riqueza de dados pela utilização de entrevistas com pessoas que possam testemunhar aspectos diversos da vida contemporânea, suas conjunturas e acontecimentos. De acordo com a autora as fontes orais são legítimas uma vez que seus limites e riscos não são maiores que outras fontes históricas, como as fontes documentais ou jornalísticas. Contudo, a autora ressalta uma diferença que, em documentos impressos o componente ideológico está cristalizado no tempo que foi produzido, mas na história oral, os relatos dos entrevistados representam ideologia em movimento, eles reconstroem e reinterpretam os acontecimentos. (ALBERTI, 2005). Reforçando a perspectiva que um...

[...] aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Ninguém ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. (MINAYO, 2010, p. 14)

A pesquisa que trabalha com história oral funda-se no pensamento hermenêutico da relação entre o todo e as partes e na ideia do indivíduo enquanto valor (ALBERTI, 2004). A autora considera que para tomarmos os conteúdos dos relatos como fatos é preciso saber “ouvir contar”, consolidando essa escuta como uma construção reflexiva, teórica e metodológica. Nesse sentido, a história, como uma atividade de pensamento, trabalha com conjunturas que selecionam percepções que buscam explicar os acontecimentos, considerando a impossibilidade de uma reprodução exata do fato narrado. Verena Alberti (2004) compreende que o conceito de “narrativa” é mais amplo que de “relato”, pois há ainda o trabalho da linguagem na produção da racionalidade. Para ela, cabe ao pesquisador que trabalha com história oral atentar-se ao que essas narrativas oferecem para além das subjetividades do entrevistado, marcadas pelos contextos de sua produção.

Definidas as orientações metodológicas é necessário também fundamentar minha escolha/seleção de entrevistados e participantes,

[...] no sentido que a força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. (JOUTARD, 2000, p. 33)

Procurei então ouvir pessoas ligadas aos movimentos de gênero, na cidade, na educação ou na cultura, mas que, diante dos acontecimentos que foram o foco desse estudo, e seus impactos nos currículos das escolas no município, de alguma forma representam/representavam os “derrotados”. Ainda que “derrotados” não seja totalmente coerente, uma vez que, em sua maioria, são pessoas ainda ligadas aos movimentos de gênero ou à educação, que fazem os enfrentamentos das pautas feministas em suas vidas do cotidiano, que ainda estão na luta e mostram resistências.

Trouxe para minha metodologia de pesquisa duas inquietações: 1) dar voz para os que defendem as pautas de gênero, 2) que produção científica não reproduzisse somente o contexto elitizado e eurocêntrico em que “[...] seus relatos continuam a ser articulados seguindo a lógica, a semântica e o léxico do colonizador, do império cultural” (COSTA, 2007, p. 106). A proposta é construir um texto democrático, capaz de produzir saberes propulsores de mudanças e transformação social.

As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por uma poderosa ordem discursiva que rege o que deve ser dito e o que deve ser calado, e os próprios sujeitos não estão isentos desses defeitos. Os sujeitos se constituem no interior de tramas históricas. Eles são, simultaneamente, constituídos e constituintes. Nesta concepção, a centralidade da linguagem passa a ser evidente. (COSTA, 2007, p. 99)

Assim, optei que a semântica presente nas entrevistas e participações seria a daqueles que na ordem discursiva são quase sempre silenciados. Infelizmente, ao desenvolver a pesquisa no contexto da pandemia da COVID-19, não consegui chegar a todos os grupos que gostaria de entrevistar. No contexto do isolamento social, muitas foram as minhas limitações para realizar as entrevistas planejadas. Ainda assim, foi possível realizar momentos que trouxeram contribuições significadas para os estudos. Nesse exercício, acabei optando por colocar-me também como participante, o que torna ainda maior o desafio, considerando que irei revisitar leituras e espaços que me constituíram, que inscritos em mim ou em seus “avessos” metabolizados, são a própria gênese das leituras que faço. Isto implica no quanto colocarei das minhas experiências na tese, da minha vida/história, de quem sou e quanto sou e não sou valadareense: a minha própria observação participante da vida de Governador Valadares e meus estranhamentos sobre a cidade. Ao narrá-los, estou eu também, nas leituras, experiências, nas escritas, conceitos e escolhas, sob limitações, construções, subjetividades e polissemias.

Entendo que uma pesquisa participante já assume por si um compromisso político e que o grau de participação pode variar, segundo André e Lüdke (1986), desde a participação total à observação total, variando também em “participante como observador” e “observador

como participante”. Nesse sentido, estarei observando como uma participante, mas em alguns momentos, estarei também participando como uma observadora da cidade. A pesquisa levará em conta o respeito aos participantes, sua dignidade e autonomia, assegurando sua vontade sob forma de manifestação expressa, livre e esclarecida.

Afluentes 1: revisão bibliográfica

O primeiro “rio que naveguei” foi o “afluente” que chamei de “ideologia de gênero” e colonialidade. A minha navegação aqui foi buscando primeiro conceituar “ideologia de gênero”, tendo o cuidado em trazer um conceito que ao mesmo tempo desse conta do que realmente é uma ideologia de gênero, mas também desse conta de fazer uma crítica ao que a extrema direita, os conservadores, religiosos, etc. vêm chamando de “ideologia de gênero”. E me posicionei a partir desses conceitos, entendendo que a verdadeira ideologia de gênero é a ideologia patriarcal, partindo de uma perspectiva de ideologia como uma imposição ideológica e cultural. Assim, ao longo do texto da tese, vou compreender a expressão ideologia de gênero (sem aspas) como uma ideologia no campo das relações de gênero que nos é imposta desde que nascemos, e essa é a ideologia patriarcal. Por isso, quando o sentido da expressão for aquele mesmo utilizado nas pautas conservadoras, ela será grafada entre aspas, pois tem sentido contrário do que estou adotando.

Nesse percurso eu acabo construindo também uma história da do termo ideologia de gênero e um pouco da história do projeto Escola Sem Partido que é fundamentado na falácia da “ideologia de gênero”. E minhas preocupações vão além da cidade e do país, elas estão mesmo no âmbito global, porque é perceptível, principalmente a partir do ano de 2013, um movimento globalizado de uma direita conservadora radical contra as pautas e avanços dos movimentos de combate a todo tipo de opressão, incluindo-se os movimentos de etnia, de classe, e claro, os movimentos de gênero como os movimentos feministas. Início as leituras nos anos de 1990, ou ainda no final dos anos 80, quando os movimentos ganham força e surgem as resistências que dão origem ao *lobby* “ideologia de gênero”.

A revisão bibliográfica simples foi realizada por meio de buscas teóricas no repositório da UFSC, na base de dados SCIELO sobre “ideologia de gênero” e Escola Sem Partido, utilizando como descritores as próprias expressões, combinadas com outras palavras-chave como “história”, “educação”, “gênero”, “feminismo”, “conflitos”. Antes mesmo dessa busca sobre o objeto da pesquisa, já havia uma fundamentação teórica sobre feminismo e gênero, construída a partir das bibliografias de disciplinas e estudos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, de orientações da tese, participação em eventos e grupos

de estudo ligados ao objetivo da pesquisa. Para a construção desse primeiro capítulo trabalho com textos de Richard Miskolci, Sonia Correa, Flávia Birolli e Fernando Seffner, entre outros autores que estão discutindo como o *lobby* da “ideologia de gênero” surge e se dissemina na América Latina, impactando na educação.

No entanto, foi quando esse afluente já desembocava no leito do rio que (re)encontrei textos sobre o feminismo decolonial, sobre o pensamento decolonial, as pautas decoloniais, o colonialismo e a colonialidade, estudados em disciplinas do programa de doutorado e a partir deles. Isso me faz voltar em todos os afluentes, e claro, voltar também no afluente que discute o conceito de “ideologia de gênero” e o movimento do projeto escola sem partido. Eu faço um retorno, voltando a olhar tudo que eu já havia estudado, escrito e desenvolvido também numa perspectiva decolonial, pois esse encontro com a decolonialidade me trouxe a possibilidade de organizar a minha tese, de olhar para os fenômenos que aconteceram em 2015 e 2019 no campo das políticas em educação de Governador Valadares.

Afluente 2: historiadores e entrevistados

É importante sinalizar que até março de 2022 não existiam pesquisas sobre a história de gênero em Governador Valadares. A temática de gênero em relação à cidade aparece principalmente em pesquisas sobre migração, sobretudo nos trabalhos de Gláucia de Oliveira Assis e Sueli Siqueira. Porém, nenhum estudo foi realizado ainda no sentido de compreender como as relações de gênero se constituíram na cidade. Duas estratégias então se fizeram necessárias para esse desafio que ficou colocado aos doutorandos do programa interinstitucional de Doutorado Interdisciplinar UFSC-UNIVALE, que trabalharam com pesquisa na linha de gênero em Valadares: 1) buscar nas narrativas e pesquisas já produzidas as marcas, os sinais sobre as questões de gênero ao longo da história da cidade; e 2) conversar com pessoas que poderiam narrar histórias e memórias de suas experiências de gênero em Governador Valadares. E embora não tenha sido a história de gênero em Valadares o estudo da minha tese, essas leituras e entrevistas foram necessárias.

Para o estudo bibliográfico, ainda em tempos de pandemia, busquei publicações de pesquisas sobre Valadares ligadas a grupos de estudos e ao Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, e a partir desse levantamento inicial encontrei outros estudos correlatos que se mostraram significativos. Dentre a literatura acessada, encontrei uma significativa produção acadêmica sobre a história da colonização do território onde hoje é Governador Valadares, desde suas origens até meados/final dos anos 1960. Após esse período, a produção sobre a cidade se torna menos abundante e se especializa em algumas temáticas.

Dissertações e teses falam sobre emigração (dos anos 1960 até a primeira década do século XXI), e sobre conflitos agrários e assentamentos (anos 1990), que foram muito pertinentes às discussões que proponho, mas também outras muito específicas sobre economia e outros temas, que optei por não trabalhar.

Ao encontrar referências sobre o período ainda de colonização das terras onde hoje é a cidade Governador Valadares com mais facilidade que outros tempos, ainda que esse não fosse o meu foco temporal mais imediato como a breve viagem sob o viés de gênero que fiz às décadas de 1980 e 1990 no Mundo e no Brasil no primeiro capítulo, essas leituras mostraram-se imprescindíveis na busca de respostas para perguntas que moveram meus estudos. As fontes textuais me permitiram trazer parte da história política da cidade, que precede o período que tenho focado para estudar os conflitos objeto desta tese, mas que entendi como um resgate necessário para pensar os acontecimentos de 2015 e 2019. Assim, no capítulo dois vou falar da colonização do espaço – que se torna território – até o final dos anos 1970 quando o movimento de emigração “explode” na cidade, chegando ao seu ápice nos anos 1980. E seguindo a lógica do primeiro capítulo no “afluente” anterior, trato no terceiro capítulo das narrativas e contextos que se deram a partir dos anos 1980/1990 e adentraram o século XXI.

Os textos de Simam (2008) e Borges (2004) são viagens no tempo. De todos os historiadores que li, elas trouxeram mais detalhes, mais riquezas descritivas e narrativas, que infelizmente não cabem nesse trabalho, mas que merecem ser degustadas por quem gosta de histórias da história. Dentre todas as leituras que fiz sobre Valadares, somente um livro não é produção acadêmica: *Nas Terras do Rio Sem Dono* de Carlos Olavo da Cunha Pereira. Um romance cheio de dados e fatos de uma história (quase) real que ele escreveu enquanto esteve exilado na Bolívia em função de perseguições pela Ditadura Militar após o Golpe de 1964.

A obra relata o período em que o autor era Diretor do Jornal *O Combate* na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. O autor vivenciou o dia a dia dos conflitos entre os proprietários locais e o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, no período que antecedeu o Golpe Civil/Militar de 1964. (MORAIS, 2013, p. 134)

Segundo Moraes (2013, p. 136-137) o livro é um romance histórico que é caracterizado como literatura de fronteira por trazer narrativas que se situam nos limites entre a ficção e a realidade, e que pretende sim alguma verdade histórica em seu texto. E embora seja um texto que não guarda o mesmo rigor metodológico da História e da pesquisa científica, abre possibilidades para leituras de narrativas e contextos representativos ao assumir certo compromisso com a realidade sócio-histórica.

O romance histórico [...] evidentemente, não é uma simples narração dos acontecimentos históricos, também de forma nítida não é uma mera ficção. Trata-se de uma obra amarrada à realidade, seja por um determinado contexto, personagem ou temporalidade. (CAPRARO, 2011). Sendo assim, fazemos uma leitura com Frederic Jameson (2007) de que “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interseção de ambos” (p. 192). Nas Terras do Rio Sem dono não narra somente a experiência individual do autor, nem é somente uma compilação de dados históricos, mas um relato dos acontecimentos sociais, que tiveram seu desenrolar no interior de Minas Gerais, que antecederam o Golpe Civil/Militar de 1964. (MORAIS, 2013, p. 136-137)

Dentre autores que estudaram períodos mais remotos, Simam (2008) lançou sobre Valadares um olhar inspirado no tempo labiríntico de Walter Benjamin, se propondo a contar uma história da cidade a partir das múltiplas temporalidades que emergem das narrativas daqueles “[...] que teriam vivido mais do que eu e participado mais ativamente do processo de formação da cidade” (SIMAN, 2008, p. 243). Assim também me propus conversar com as algumas pessoas da cidade que, ao longo das últimas quatro décadas, estiveram envolvidas, mais do que eu, com eventos, movimentos e debates no campo de gênero e feminismo.

Para responder ao desafio em narrar algo mais dessa cidade e de como as questões e movimentos de gênero caminham ou não nas ruas largas e calçadas espaçosas de seu traçado (quase) cartesiano, foi necessário escutar pessoas, os sujeitos que “lá” estiveram, que vivenciaram as histórias, ainda que permeadas de suas outras estórias. Na perspectiva mesmo da História Cultural que segundo Lacerda Filho (2006) é a história dos anônimos, que busca apreender as dadas relações e experiências, oportunizando análises qualitativas significativas para a compreensão histórica. Mais uma vez a pandemia colocou-se como barreira para a pesquisa, e estratégias alternativas foram buscadas.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, e a seleção dos entrevistados se deu de forma alternativa, pois foi necessário realizá-las por meios digitais, utilizando ferramentas como WhatsApp e Google Meet. A estratégia iniciada dois meses antes de decretado o isolamento social (janeiro/fevereiro 2020), e que seria utilizada em todas as entrevistas previstas inicialmente, foi a técnica de amostragem “bola de neve” que permite a definição por critérios de referência, acessibilidade e experiência (BIERNACK; WALDORF, 1981). Foi realizada uma escolha inicial por duas pessoas que viveram de alguma forma as questões de gênero da cidade entre os anos de 1980 e 1990. A partir delas outros dois participantes foram indicados e entrevistados, e esses indicaram mais pessoas, mas, antes que tivesse tempo de localizá-las precisei redefinir minhas estratégias. Em uma nova proposta abandonei a ideia da “bola de neve” e defini somente sete entrevistas (mais três além das que já havia realizado), moradoras

de Governador Valadares nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, ligadas a experiências de vida permeadas pelas questões de gênero, como pessoas que são militantes dos movimentos sociais e de gênero em Valadares, sobretudo aquelas que tivessem participado das reuniões da câmara municipal em que ocorreram conflitos sobre o PME (2015) e a ESP (2019).

As quatro entrevistas realizadas presencialmente, assim como outras três realizadas por meios digitais, seguiram as mesmas estratégias, entendendo que...

[...] a entrevista semi-estruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 3)

Assim, embora houvesse um roteiro inicial, no desenvolvimento das respostas dos entrevistados outras questões surgiam e eram trabalhadas, fazendo destes interlocutores ativos participantes da configuração da própria entrevista. Foram realizadas sete entrevistas, e a seleção dos três entrevistados por meios digitais não se deu como proposto inicialmente, pela dificuldade de contato e realização por meios digitais com alguns indicados. Assim sendo, além das/os quatro já citadas/os, sendo duas pessoas selecionadas pela técnica “bola de neve” ainda presencialmente, outras/os três entrevistadas/os foram convidadas/os por mim, por conhecê-las/os e saber de seus envolvimento com a história e a cultura da/na cidade.

Uma opção que faço no momento é me esforçar para preservar a identidade de todas e todos que participaram da pesquisa, sejam as/os entrevistadas/os sobre gênero na cidade ou as/os participantes das rodas de conversa sobre os conflitos na câmara municipal em 2019. Assim, irei descrever o perfil das/os entrevistadas/os sem, contudo, identificar o conjunto de características de cada um/a com o codinome utilizado para designá-la/o ao relatar sobre as entrevistas. Mesmo sabendo que algumas narrativas, pelos detalhes dados, poderão sinalizar algumas de suas características, e entendendo que essa escolha limita algumas percepções do leitor, é um cuidado que preferi adotar e será padronizado em relação também a quem participou das rodas que entrarão no capítulo final.

Assim, nesse conjunto de sete entrevistados, que serão denominados de Entrevistado 01 a Entrevistado 07¹⁰, encontram-se as seguintes características:

¹⁰ A numeração não seguirá a ordem de realização das entrevistas, mas sim a ordem da inserção de referência àquele/a entrevistado/a.

- Quatro mulheres e três homens.
- Dois homens e uma mulher que se identificaram gays.
- As profissões são: um/a funcionário/a público/a, um/a jornalista, um/a pesquisador/a (historiador/a), um/a produtor/a cultural, um/a educador/a social, um/a professor/a da Educação Básica e um/a advogado/a.
- Dentre essas pessoas, além de suas profissões/trabalhos, tem uma que pesquisa a história da cidade de forma autônoma, outra que já foi vereadora, uma pessoa que já foi professora universitária e uma sindicalista.
- Duas pessoas que militam em movimentos sociais e de gênero, e uma que milita em movimentos sociais, de gênero e étnico-raciais. Uma pessoa que foi “Madrinha” do concurso “Miss Gay” de Valadares, que era realizado na década de 1990, e um atleta do torneio de vôleibol “Gaygames” que também era realizado na cidade na mesma época.
- A faixa etária variou entre 45 a 65 anos e o nível socioeconômico ficou dividido entre classe média-baixa e uma classe média mediana.

E por fim, embora tenha trabalhado com a história da cidade, buscando nela a perspectiva de gênero, não tenho a pretensão de fazer uma análise territorial, pois fora algumas incursões em textos de Claude Raffestin ou Rogério Haesbaert, não tenho muitas leituras na área e não teria profundidade teórico-metodológica para isso. Mas também não posso fugir em me posicionar sobre o tema, pois meu objeto será lido na cidade e nas suas relações em contextos sócio-históricos e espaços-temporais, o que aproxima do que Raffestin (1993) discute para uma análise territorial. E embora venha evitando o uso da palavra “território” ela já apareceu 15 (quinze) vezes no texto dessa tese até aqui, e na introdução da tese cheguei a esboçar um breve conceito de território para explicar o que chamo de território educativo. Mas, nesse capítulo e no próximo, uma noção de território se faz novamente necessária, e de forma aproximada à ideia de cidade. Assim, minha compreensão de território está na ideia de um espaço “transformado a partir do vivido”.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Ou seja, um território não é somente uma área delimitada que constitui um Estado de poder, vai muito além disso. A divisão política e o espaço compõem sim o território, mas ele é feito também de relações de poder, interações simbólicas, dimensões sociais e culturais. Assim,

espaço e território não são sinônimos, mas é no espaço que se produz o território, ele antecede o território, pois torna-se território ao ser apropriado como uma cena do poder, de intencionalidades, de práticas e estratégias no lugar onde se dão todas as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Relações de poder e produção de recursos que são ou podem ser ferramentas políticas e de poder que condicionam ou imprimem as ações. A cidade é a cena... pois que é território vivido. Cenas, cenários e atmosfera de Governador Valadares que emergem das narrativas de entrevistados que aparecem nos textos e pesquisas lidas e que apresentam dinâmicas e disputas nesse território.

Disputas e conflitos pelo poder, pelo controle e “Assim, o território é o resultado desta estratégia de controle que vai depender de quem ou o quê está controlando ou influenciando.” (MEDEIROS, 2011, p. 14). Essas relações aparecem desde a colonização do espaço, transformando-o em um território que ainda carrega ecos do seu processo inicial de ocupação e formação da cidade. Por isso, esse “afluente” ampliou significativamente o recorte temporal, na tentativa de trazer um sentido para o objetivo desse estudo. E nessa proposta, nos dois capítulos desse afluente, são narrados vários tempos da cidade, entre textos e entrevistados, historiadores e relatores que me emprestaram suas memórias. Em todos os tempos, meu olhar é atravessado pela categoria gênero num viés do feminismo decolonial, ou do que eu consigo ver por essa lente.

Afinal, assim como no outro afluente, quando já aportava no leito largo do velho rio, me questionei até que ponto uso essa lente decolonial, ou o quanto não consigo ver por ser eu também um indivíduo dessa sociedade, como ela se constitui, e nela nos constituímos. “É através de nossos conceitos que conhecemos o mundo, porém o mundo também age na formação de nossos conceitos, moldando-os e limitando-os, cujas consequências são também materiais/reais” (COSTA, 2014, p. 92). Estou lendo o mundo mais próximo de mim ao longo da minha vida, aquele do qual sou constituída e constituinte, e reconheço a complexidade e limitações desse propósito, ao mesmo tempo que tenho a meu favor as inquietações que esse mundo sempre me implicou. E considero necessário o exercício de desconstruirmo-nos (eu e “meu mundo”).

Afluente 3: registros e rodas de conversa

O terceiro “afluente” também se divide em dois capítulos, e neles enfim trato do foco desta tese. No capítulo quatro falo sobre o episódio de 2015, quando houve a votação do Plano Municipal (PME) de Educação na Câmara Municipal de Governador Valadares. O evento foi a culminância de um processo de construção do PME, que abordo dialogando com uma pesquisa

realizada ainda em 2015, ano em que se deu a votação, além das fontes primárias de registros e notícias. No capítulo cinco, trato da votação do projeto Escola Sem Partido, e para tanto também utilizei fontes primárias. Matérias veiculadas em jornais virtuais e audiovisuais também foram utilizadas, mas, aprofundo sobre o episódio de 2019 e suas questões correlatas a partir do olhar das/os participantes da pesquisa.

Não encontrei um significativo volume de pesquisas que tratassem do PME de 2015 e seus desdobramentos em Governador Valadares, e nenhuma pesquisa sobre a questão do projeto da ESP na cidade em 2019. Por isto, serão capítulos em que utilizarei mais fontes primárias. O debate público sobre as temáticas feministas de gênero nos currículos escolares deixou registros em redes sociais, jornais locais, estaduais e nacionais, e nos documentos em ata, áudios e vídeos da câmara de vereadores, onde se deram momentos de intenso debate sobre essa pauta.

Aqui também busquei relatos e perspectivas de “quem estava lá”. Para entender os conflitos, tratei de ouvir pessoas que participaram efetivamente dos momentos de maior tensão desse debate: grupos sociais, sindicatos, profissionais da área da educação. É importante conhecer a percepção desses sujeitos sobre o que vivenciaram, como se articularam e como percebem as continuidades após a aprovação do PME (2015) e do projeto Escola Democrática¹¹ (2019). É preciso dizer de todo esse período (2015-2019), pois nele encerra a maior parte dos conflitos que estou abordando. Durante esse período, tanto no cenário nacional quanto local, grupos se mobilizaram e articularam ataques às pautas de gênero ou lutas de resistências a esses ataques. Ocorreram movimentos de pais pautados pelo ESP, movimentos de grupos independentes ou partidários com explícita perseguição e censura aos professores. São situações diversas e múltiplas narrativas, dentre as quais inseri também as minhas experiências.

Outro fator de expressiva influência, além da pandemia, para algumas escolhas, foram os próprios resultados iniciais sobre o estudo da cidade. Ao perceber a história da colonização da região e da cidade de Governador Valadares, começou a desenhar para mim a importância em fazer um trabalho posicionado, não apenas reconhecendo a impossibilidade da suposta neutralidade científica, mas assumindo um viés, um posicionamento e uma perspectiva: aquela das ausências que encontrei na história: as mulheres “da boca fechada”. Assim, tod@s entrevistad@s e participantes da pesquisa sobre o século XXI em Valadares foram inicialmente escolhidos pela relação com a pauta de gênero, com o envolvimento nas lutas sociais, com ou

¹¹ Em 2019 a Câmara Municipal votou e aprovou o Projeto Substitutivo do "Escola Sem Partido" intitulado agora de "Escola Democrática".

pelo viés de gênero, ou pela presença no episódio de 2019, lutando contra a implementação da Escola Sem Partido em Governador Valadares.

Quando iniciei a pesquisa sobre os episódios de 2015 e 2019 na câmara, já estávamos em contexto de pandemia, e após o término desse período não tive mais tempo hábil para realizar novas entrevistas. Com as dificuldades da pandemia 2020-2021 optei por outras fontes cujo acesso foi mais fácil naquele momento: a gravação em vídeos das reuniões, na íntegra, e as suas respectivas atas. Também, entre os entrevistados e participantes dessa pesquisa ocorreram relatos que se referem a esse período, seu processo e seu contexto, ainda que não tenham participado da votação. De toda forma, acredito importantes algumas considerações sobre minhas opções teórico-metodológicas no estudo desse episódio que faz parte de meu objeto de pesquisa. Além disso, à medida que avancei na pesquisa fui percebendo que no dia da reunião de aprovação do PME em 2015 não havia nenhum representante dos movimentos de gênero na galeria da Câmara Municipal. Nenhum coletivo, nenhum militante, ninguém esteve presente ou teve voz naquele momento. E por fim, encontrei somente um estudo, uma monografia sobre a votação do PME de Governador Valadares em 2015 na câmara dos vereadores.

O acesso a entrevistas e buscas em acervo de mídias impressas não foi viável em 2020, e isto me levou a escolhas de coleta e tratamento de dados adaptáveis ao momento, o que acabou por conduzir a alguns caminhos e me fazer abandonar outros. As entrevistas e as rodas de conversa foram online, os veículos de imprensa acessados também. Assim, seguindo a sugestão da minha banca de qualificação, investiguei o assunto buscando matérias de jornais e fontes documentais como as atas da câmara municipal. Também tive acesso à gravação da reunião da Câmara Municipal que contribuiu de forma muito significativa para o trabalho.

Os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: como gênero de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas. São produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. (SPINK, 2004, p. 126)

Sobre a votação do ESP em 2019, além das mídias, foram realizadas duas edições de Roda de Conversa Virtual¹² em junho e julho de 2021. Participaram das rodas pessoas que

¹² A Roda de Conversa é uma estratégia docente que sempre utilizo como estratégia didática em aulas, ou instrumento de avaliação. Fiz uma adaptação da técnica para coleta de dados e para realização virtual, via Google Meet. Cada Roda teve a duração de aproximadamente duas horas. Organizei as perguntas por blocos temáticos, e

estiveram presentes em ao menos uma das duas reuniões de votação do projeto sobre a ESP e seu substitutivo em 2019. Foram convidadas ao todo 08 (oito) pessoas para a Roda de Conversa Virtual, mas somente seis participaram da proposta. As/os convidadas/os foram selecionadas/os por indicação de um/a dos/as entrevistados/as na etapa anterior, integrante de um grupo que atua com questões de gênero e etnia.

As rodas de conversa foram virtuais, pela ferramenta Google Meet, em duas sessões que duraram em média duas horas e meia cada uma. Foram entrevistas coletivas semi-estruturadas cujo roteiro inicial tratou das seguintes questões:

- Idade, escolaridade, atuação profissional, gênero, etnia, classe social.
- Naturalidade e cidades (territórios) onde já morou, atuação em movimentos sociais, atuação política.
- Como você percebe gênero (e interseccionalidades) em GV?
- Contexto histórico-político-social da cidade na época do evento da votação na câmara dos vereadores.
- Como você “chegou” lá? Quais grupos estavam lá? Como percebe as atuações dos diversos grupos e pessoas naquele momento?
- Como você vê os desdobramentos disso e o momento que estamos? Como estão os currículos, as escolas e a *educação feminista*?
- E a pandemia, algo a acrescentar?

No capítulo final, quando trato das rodas, as/os participantes são identificadas/os como Participante 1 a Participante 6. Assim como fiz em relação às entrevistas, vou trazer o perfil das/os participantes por temática e não por perfil, para dificultar a identificação dessas pessoas.

- A faixa etária das/os participantes varia de 40 a 65, sendo três pessoas de 40 anos, duas de 42 e uma de 65 anos.

- Quanto à escolaridade, todas/os têm graduação, sendo que alguns/algumas participantes têm mais de uma graduação, elas se distribuem nas seguintes áreas: duas licenciaturas em História, duas licenciaturas em Filosofia, uma graduação não informada, uma graduação em curso em Economia (segunda graduação), dois bacharelados em Direito, um bacharelado em Jornalismo e um em Administração. Seis pós-graduações não informadas e um mestrado em Educação.

- No campo da atuação profissional são duas/dois servidoras/es públicas/os, sendo um/a técnico/a administrativo/a e outro/a professor/a em instituto federal. Três servidoras/es

elas ficavam expostas como apresentação de slides durante a participação dos entrevistados. As pessoas mantiveram suas câmeras abertas e se revezaram nas respostas e comentários. Foram momentos de encontros, descobertas e críticas muito proveitosos para minha pesquisa.

públicas/os professoras/es na rede estadual da Educação Básica. Um/a analista de projetos, um/a advogado/a e um/a professor/a no Ensino Superior.

- Dentre as/os seis participantes, quatro eram mulheres e dois homens. Os dois homens se identificaram como gênero masculino. Entre as mulheres, duas se identificam como gênero feminino, uma se apresentou bissexual e a outra não abordou sua identidade de gênero.

- As/os participantes indicaram também sua autopercepção etno-racial que em resumo foram três pessoas brancas e três pessoas negras/pretas. Em minha percepção não faria a mesma leitura e acabaria por identificar três pessoas negras/pretas, duas pessoas pardas e uma pessoa branca. Uma das pessoas que se identificou branca salientou que apesar de sua avó ser “uma imigrante italiana” ela havia se casado com “um negro índio bugre” (que seria no caso, seu avô).

- Quanto a classe social, até mesmo a forma de se identificarem foi variada. Uma pessoa se identificou como classe média, mas eu entendo que seria uma variação de média-baixa, como outras duas pessoas se identificaram. É interessante observar que as três pessoas têm o mesmo nível socioeconômico. Um/a participante se identificou de classes populares na infância, mas não especificou sua atual situação socioeconômica, que, na minha compreensão, pode ser entendida como classe média. E outras duas pessoas se identificaram da “classe trabalhadora”, o que na verdade se aplica a todas/os participantes.

- Dentre as/os participantes três são naturais de Governador Valadares e sempre residiram na cidade. Um/a veio de uma cidade pequena bem próxima, onde, na sua adolescência não havia escola de Ensino Médio, para estudar em Valadares. Uma pessoa veio do da região do Triângulo Mineiro já adulta e outra veio do interior de São Paulo, com os pais, ainda adolescente.

- Quanto ao engajamento política na cidade e militância nas pautas de gênero, etnia e classe, os participantes também se posicionaram, sendo que algumas pessoas participam ativamente de mais de um movimento ou campo de atuação política. Três pessoas atuam através de seus sindicatos de professores ou profissionais da educação, inclusive uma delas ocupa cargo de liderança. Todas disseram contribuir em movimentos sociais da cidade sempre que possível, mas somente três o fazem através de coletivos de gênero e etnia. Uma das pessoas sempre se envolveu buscando cargos de engajamento político, nas organizações do seu campo de trabalho e foi vereador/a militante das causas sociais e da mulher. Duas disseram que tiveram sua formação política nos movimentos religiosos das CEB's¹³, e uma delas é militante em movimento de juventude, coletivos de periferia e ligada à cultura.

- Por fim, trago outras informações que considero relevantes. Uma pessoa é filha de pais engajados historicamente nas lutas políticas e sociais de partidos de esquerda em Governador Valadares. Um/a professor/a se identifica como marxista e o/a participante que já foi vereador/a, também já concorreu à prefeitura municipal, sempre em partidos de alinhamento de esquerda. E duas pessoas participantes das rodas de conversa foram também entrevistadas sobre a história de gênero na cidade (entrevistas trabalhadas no ‘afluente’ anterior).

Nesse ir e vir local-nacional-local retomei alguns autores que fundamentaram o meu primeiro capítulo, sobretudo os que tratam especificamente sobre o ESP e a “ideologia de gênero”, que publicaram sobre os conflitos e seus desdobramentos nas escolas, a partir de outras cidades. Mostrar os conflitos e seus desdobramentos no território é o objeto deste estudo. Poderia finalizar neste texto a escrita da tese.

E de novo pego meu “catuá” decolonial... mais uma vez volto pelo remanso para olhar tudo que li, ouvi e escrevi pelo viés da colonialidade que ainda se faz presente nas águas dessa cidade.

¹³ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são da Igreja Católica e “[...] surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965.” Fonte e mais informações em: <https://portaldasCEB's.org.br>. “Por isso a dimensão social das CEB's costuma se expressar no apoio de seus membros a diversas formas de ação coletiva, como os movimentos reivindicatórios, e no incentivo à participação em organizações populares.” Fonte e mais informações: <http://CEB'sdobrasil.com.br/>.

1 “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: QUE HISTÓRIA É ESSA?

1.1 Antes da história

A minha intenção nesse capítulo é fazer uma linha do tempo em relação ao termo “ideologia de gênero” e concomitantemente uma “linha espacial” desde o contexto mundial, passando pela América Latina e chegando ao Brasil, para somente no capítulo seguinte, desembarcar no velho porto das canoas¹⁴. Toda essa narrativa será entrelaçada a percepções minhas, buscando dialogar com a bibliografia utilizada. O capítulo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que busca apresentar a constituição do *lobby* “ideologia de gênero”, pois é importante compreender esse *lobby* e como ele se articula e passa a constituir os movimentos reacionários em relação à gênero e educação, para que possamos ir a Governador Valadares (GV), Minas Gerais (MG) e olhar de perto o que aconteceu em torno dos conflitos sobre as questões de gênero no currículo escolar (na votação do PME em 2015 e do ESP em 2019).

Antes de tentar desenhar como entendo essa história, como chegamos até “aqui”, sinto a necessidade de explicar duas questões: primeiro reafirmar o que considero ideologia de gênero, a partir das minhas leituras de estudos feministas e como vejo a “ideologia de gênero” combatida por grupos políticos e religiosos conservadores; segundo, contextualizar histórica e geograficamente o ponto de partida da história que irei narrar.

1.1.1 “Ideologias” e gênero

Ideologias, no plural mesmo. Porque o exercício de conceituar “ideologia” já é plural. Eagleton (1997, p. 15) abre a introdução de seu livro dizendo que o termo possui diferentes significados conforme conveniência, tão diversos que nem todos eles são compatíveis entre si. Então, antes de falar da “ideologia de gênero” propriamente dita, vou compartilhar alguns sentidos abordados por Terry Eagleton que ajudarão a situar quanto aos usos da palavra especificamente nessa pesquisa. Eagleton considera útil refletir sobre o significado de um termo a partir de seu uso no senso comum (1997, p. 16), no cotidiano das pessoas, o que se faz ainda

¹⁴ Aqui uma referência ao nome Porto das Canoas, dado em 1818 ao porto que se localizava onde hoje é a região central de Governador Valadares. Fonte: História da Cidade. Por Secretaria de Comunicação e Mobilização Social. Publicado em 01/01/2015. Contribuição: Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-da-cidade/12094>

mais oportuno ao considerar que a expressão “ideologia de gênero” vem sendo exaustivamente repetida nas relações do cotidiano.

Uma das formas mais usuais de entender “ideologia” é como uma “estrutura rígida de ideias preconcebidas que distorce a compreensão” (EAGLETON, 1997, p. 16). Isto supõe uma forma única e correta de compreender o mundo, quem ousar pensar por outro viés estará vendo por meio de algum sistema doutrinário que impede de ver “da forma correta”. É uma possibilidade que seja a forma como a população se relaciona com o termo "ideologia" utilizado na expressão "ideologia de gênero", revelando uma visão simplista, esquemática e estereotipada. Outro sentido trabalhado por Eagleton (1997, p. 19) seria do conceito de “ideologia” ligado às questões de poder, sendo, portanto, legitimadora do poder de uma classe ou grupo social dominante. A ideia, assim, estaria a serviço da manutenção das relações de dominação. E por fim, compartilho mais uma conotação para “ideologia” trabalhada pelo autor, como um corpo de ideias que sustenta fins e meios organizados da ação política (EAGLETON, 1997, p. 20).

Ao longo de toda a tese a palavra ideologia aparecerá em contextos diferentes. Em “ideologia de gênero”, ao buscar primeiro o sentido que lhe é atribuído nos discursos antigênero, penso na conotação pejorativa, de fraude, mentira, de ideias nocivas às estruturas sociais. Mas há aqui uma duplicidade, uma sobreposição de sentidos negativos da palavra “ideologia”, pois ao mesmo tempo em que é o indesejável para os grupos conservadores, pois poderá abalar suas estruturas, é também a linguagem forjada por eles para legitimar e mobilizar ações de manutenção das estruturas dominantes. E, como defino ideologia de gênero sendo o próprio patriarcado, adotarei, ao me referir à ideologia por trás desse movimento reacionário contra os direitos humanos nas questões de gênero, a expressão utilizada por Reyes, Ramírez e Wolff (2020): ideologia antigênero, que será outra expressão que usarei com frequência. E em sentido semelhante quando falar em *ideologia patriarcal* estarei pensando em “ideologia” como mantenedora das relações de poder e dominação. Ambas carregam o mesmo significado pejorativo, de um engodo que serve à manutenção do poder patriarcal colonial, de ideias a serem combatidas e superadas. Afinal, ao contrário da chamada “ideologia de gênero”, a ideologia patriarcal ou a ideologia antigênero não oferecem riscos para as estruturas dominantes, elas as sustentam.

Não há uma dominância opressora do pensamento pela inclusão em gênero, não estamos todos submetidos desde o nascimento às crenças e valores da diversidade de gênero, ao contrário, nascemos dentro de crenças e valores de preconceitos ideológicos das relações de poder patriarcais, da heteronormatividade, do pensamento binário. Nesse sentido, a ideologia

de gênero é o próprio patriarcalismo colonial. Nascemos, nos constituímos e consolidamos nossa identidade em crenças e valores da sociedade em que nos encontramos histórica e geograficamente. Na perspectiva da relação indivíduo-sociedade de Norbert Elias (1994), se compreende não haver possibilidades de nos tornarmos quem somos fora do contexto social sendo, portanto, extremamente complexo romper e superar uma ideologia dominante. E a ideologia dominante é a patriarcal.

Nas considerações finais de sua dissertação de mestrado, Fernanda Vasconcelos Dias explica o título do seu trabalho: “Sem querer você mostra o seu preconceito!”. Ela conta que se trata de uma fala de uma jovem estudante que participou da pesquisa “[...] quando foi pronunciada em meio a uma discussão sobre preconceitos raciais, envolta em argumentos relacionados à sua negação e à sua inegável verificação na vida social [...]” (DIAS, 2011, p. 236). Não percebemos por não fazermos o exercício antropológico do estranhamento, uma vez que nossa construção, nossa própria subjetividade é forjada em uma dada realidade com todo o seu conjunto de significados. Segundo Medeiros (2011, p. 84) é esse conjunto que transforma um espaço geográfico em território, e esse território vai se constituindo pelas pessoas que são por ele também constituídas, no que compreendo a relação indivíduo e sociedade de Elias (1994). Medeiros (2011) traz ainda as visões de Raffestin e Bonnemaïson para dizer de território como o espaço relacional produzido pelas relações humanas em sociedade.

Sempre que me referir ao *lobby* direitista, usarei aspas, pela incompatibilidade entre o que compreendo como uma ideologia de gênero, na perspectiva do feminismo. Meu objetivo não é negar que essa criação do discurso antigênero exista. Não estou simplesmente dizendo que “ideologia de gênero” não existe, mas dizendo que essa criação é um engodo. Ao insistir nas aspas pretendo continuamente lembrar ao leitor que

É estratégico e necessário afirmar a sua “existência” escancarando seus pressupostos ideológicos, sua elaboração fraudulenta, seu funcionamento retórico e seus fins políticos. “Teoria/ideologia do *gender*” existe: é uma invenção vaticana, urdida para acender uma controvérsia antifeminista e, assim, animar e orientar em termos discursivos e político-ideológicos uma reação ultraconservadora e antidemocrática, antagônica aos direitos humanos e, sobretudo, adversa aos direitos sexuais (Bernini, 2015; Carnac, 2014; Garbagnoli, 2014a; Husson, 2013a, 2013b; Roghi, 2015). (JUNQUEIRA, 2018, p. 486)

Posto isto, para começar a falar dessa história de “ideologia de gênero” vou voltar na década de 1990 para olhar como ela surge, quais motivos parecem gestá-la, para depois discutir conflitos e retrocessos da segunda década do século XXI.

1.1.2 Para começar pelos anos 1990

Vivi minha infância nos anos finais da ditadura militar no Brasil e minha adolescência no período de transição da abertura e do início da “retomada democrática” do país no final da década de 1980. Ainda lembro com clareza de tempos hoje esquecidos por uma grande massa, na qual incluo amigos e colegas da infância, dos tempos da escola, que hoje parecem ter vivido os anos 70/80 num Brasil paradisíaco que eu não conheci. O cenário que lembro era de um país economicamente falido, com uma grande dívida externa e altíssimos índices de inflação, de profundas desigualdades sociais e de um modelo tecnicista propositalmente acrítico para a educação, em situações didáticas que nos faziam memorizar sem compreender. Pouco ou nenhum valor era dado às disciplinas de História e Geografia, menos ainda as artes na “Educação Artística”, enquanto as disciplinas Filosofia e Sociologia haviam sido banidas dos currículos. E até a matemática era trabalhada com a ênfase em memorizar fórmulas e algoritmos ao invés de promover o raciocínio lógico-matemático, base para o pensamento filosófico e para a produção científica, que contribui no desenvolvimento do pensamento político crítico.

O cenário em toda a América Latina não era muito diferente do que o que experienciei em meu país, em minha cidade. Os demais países latino-americanos estavam saindo também de seus governos militares, ditaduras que foram frutos de golpes e tempos de violências apoiados e fomentados pelo imperialismo estadunidense. Enquanto a Europa superava o pós-guerras mundiais e lidava com as sequelas dos horrores do nazismo e do fascismo, o “terceiro mundo” americano tentava se desvencilhar de suas mais recentes “relações coloniais” e inaugurar uma democracia nunca experimentada. A abertura política dos anos 80 e a eleição presidencial em 1985, ainda que indireta, marcam o fim de 20 anos da ditadura militar no Brasil. Mas o estrago já estava feito, os militares foram muito bem-sucedidos na educação de uma população acrítica. Para as classes médias uma Escola Tecnicista que treinava estudantes para acessarem o Ensino Superior e conseqüentemente os melhores trabalhos e carreiras, enquanto para as classes populares essa mesma escola, quando muito boa, se limitava a formar o profissional técnico. Porém, seu “projeto” político era mesmo para o fracasso e exclusão. Enfim, cresci nesse tempo em que comunista era chamado terrorista e que o Brasil era o país do futuro, o país “que vai pra frente”¹⁵ deixando milhões para trás.

¹⁵ Referência à música “Este é um país que vai pra frente”, usada para propaganda política no governo Geisel, que foi gravada pelo grupo musical “Os Incríveis” em 1976 e que se tornou um “hino” para a educação de crianças e jovens até o início dos anos 1980. “[...] um álbum especial para a Presidência da República intitulado “Trabalho e Paz” - OS INCRÍVEIS. Trabalho e Paz. São Paulo: RCA Victor, 1976”.

Quando chegaram os anos 1990 o mundo eclodiu em movimentos significativos que possibilitam vitórias ambientais e feministas. As frágeis democracias latino-americanas, que como bebês aprendendo a andar mal se equilibravam, sinalizavam novas possibilidades políticas e as pautas progressistas foram ganhando espaços. Veio o novo milênio cheio de transformações e avanços em sua primeira década, se mostrando promissor para um mundo realmente de todes, incluindo todas as espécies que no planeta habitam. “No entanto, como temos testemunhado ao longo da história, mais cedo ou mais tarde as mudanças sociais provocam uma reação.” (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020) e a segunda década do século XXI inicia-se com o final da gestação de um novo reacionarismo. Ver o avanço dos movimentos e ações reacionárias que impingiram retrocessos ao Brasil, culminando com o golpe que depôs a presidente Dilma Rouseff, trouxe pra mim a lembrança do outro golpe, o de 1964, aquele dos militares. Trouxe também o medo, mas não levou as esperanças. A história é mesmo dialética e cíclica. Talvez o que melhor desene o movimento histórico seja uma espiral, pois nunca é uma volta exata ao mesmo ponto, mas se é retrocesso é porque algo está voltando, embora em outro “nível” e mais abrangente. Por isso, quero começar pelos anos 90, quando um novo “lobo mau” era concebido e nutrido: o discurso do combate à “ideologia de gênero”.

1.2 “Ideologia de gênero” desde os anos 90

Chegamos aos anos 90, pois é nesse período que é gestado e inaugurado o *lobby* da “ideologia de gênero”. Um processo que explode no início da segunda década do século XXI em todo mundo, e com grande impacto na América Latina e no Brasil, parecendo uma “[...] onda inesperada a ameaçar conquistas legais de grupos até recentemente no limbo da cidadania [...]” (MISKOLCI, 2018, p. 03). Mas, como alertou Miskolci, esse não foi um fenômeno assim tão inesperado.

A maioria tende a concordar que foi depois da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Beijing, no ano de 1995, que intelectuais laicos assim como lideranças religiosas católicas cunharam a noção de “ideologia de gênero” para sintetizar o que compreendem como divergência entre o pensamento feminista e seus interesses. (MISKOLCI, 2018, p. 03)

César; Duarte (2017), Junqueira (2018), Reyes; Ramirez; Wolff (2020) também situam na *IVth. World Conference on Women – UN*, realizada em Pequim em 1995, um marco da elaboração da ideologia antigênero em reação aos avanços de debates e pautas feministas. Biroli; Caminotti (2020, p. 01) situam a origem dessa reação nos círculos intelectuais católicos

da década de 1990 e apontam suas produções documentais e bibliográficas como uma espécie de “antídoto” para os abalos nas estruturas hierárquicas de família – homens e mulheres – com os progressos das feministas no campo dos direitos humanos nas questões de gênero.

Mesmo antes de Pequim, segundo Junqueira (2018), a Santa Sé e seus aliados mobilizaram-se contra as discussões de gênero nos organismos internacionais. Como a ensaísta e professora Christina Hoff Sommers, que em 1994 publicou uma obra considerando as pautas da diversidade de gênero como “extremismo fanático e perigoso”, cunhando o termo “gender feminism” como um feminismo ideológico e nocivo à sociedade (Junqueira, 2018, p. 464). O termo pode ser visto como uma incubadora para expressão “ideologia de gênero”. Após a Conferência Internacional sobre População, no Cairo em 1994 e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim em 1995 (idem, p. 463) o Vaticano intensificou sua “contraofensiva” antifeminista pautada na doutrina católica e naturalização da ordem social e moral, mobilizando-se junto a ONU por meio de grupos ligados à Santa Sé e outros representantes católicos. A produção de Dale O’Leary, escritora, conferencista, membro da “Opus Dei”, é apontada por Junqueira (2018), Miskolci (2018) e César; Duarte (2017) como essencial na formulação do *lobby* “ideologia de gênero”. Segundo César; Duarte (2017, p. 143), as agências de fomento reconhecem pesquisadores e viabilizam a produção de conhecimentos sobre diversidade sexual e de gênero que implementam ações e movimentos nesse campo há alguns anos. Enquanto os conservadores pautam-se em uma retórica pseudocientífica.

E foi na Conferência de Pequim (1995) que os estudos de gênero conseguiram pela primeira vez o reconhecimento dos mecanismos culturais produtores de gênero e suas desigualdades (JUNQUEIRA, 2018, p. 469). Em documento fruto dessa conferência, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, consta que as políticas de governos e de instituições econômicas da comunidade internacional deveriam compreender e se pautar na perspectiva dos estudos de gênero (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 727). Essa declaração provocou reações na igreja e seus elaboradores da retórica antigênero. A Opus Dei e as organizações pró-vida reagiram enfaticamente (JUNQUEIRA, 2018, p. 469). São grupos religiosos conservadores e fundamentalistas. Oportuno lembrar que a Igreja Católica não constitui um bloco hegemônico, mas possui grupos diversos que reagem de diferentes formas às questões de gênero, incluindo espaços de protagonismos feministas. Ao escrever sobre a conferência de 1995, O’Leary em 1996, segundo Junqueira (2018, p. 465-466), diz que

Os objetivos dessas feministas seriam “abolir a natureza humana” e impedir a principal missão da mulher na esfera educativo-cuidadora. Disso, resultaria a “agenda de gênero”, cuja meta seria construir um mundo com menos pessoas, mais prazer

sexual, sem diferenças entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral. Para tanto seria preciso garantir acesso gratuito à contracepção e ao aborto, estimular a homossexualidade (“sexo sem bebês”), oferecer uma educação sexual a crianças e jovens que incentive a experimentação sexual, abolir o direito dos pais de educar seus filhos, instituir a paridade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inserir todas elas no mercado de trabalho (“retirá-las do lar”) e desacreditar as religiões que se opõem a esse projeto.

É interessante observar que quando ela fala em “retirá-las do lar” fica claro que ela se refere a uma classe social específica, ou melhor dizendo, que ela exclui as mulheres das classes populares que sempre trabalharam, sempre estiveram “fora do lar”. Vale lembrar o discurso de Sojourner Truth (1851)¹⁶ e perguntar de que mulheres ela está falando. Então aquelas que sempre trabalharam, que não são “mães em tempo integral”, não são mulheres? Segundo Bozzano (2019), a Quarta Conferência Global da Mulher organizada pelas Nações Unidas em 1995, em Beijing estabeleceu algumas linhas básicas para o combate a diferenças entre homens e mulheres e para tratar a violência de gênero em escala global. Mas, não tratou de outras agendas dos feminismos latino-americanos, debates que fluíram após as políticas que decorreram do evento, em parte como consequência dessas ações (p. 03).

Assim, a participação onusiana na globalização/internacionalização/transnacionalização do movimento feminista tem sido uma questão bastante conflituosa, disputada e controversa em seu interior. Alguns dos principais argumentos giram em torno da questão da perda de autonomia e independência das organizações feministas e de mulheres; da versão (neo)liberal do feminismo difundida pela organização; da despolitização e domesticação da categoria “gênero” pelo uso excessivamente tecnocrático, assim como pelo seu próprio entendimento ocidental; do favorecimento das organizações feministas mais profissionalizadas e burocratizadas (ALVAREZ et al., 2003; MIÑOSO, 2014). (BALLESTRIN, 2020, p. 03)

Antes mesmo que essas agendas pudessem se consolidar em feminismos de(s)coloniais¹⁷, os ataques às conquistas da conferência de 1995 avançavam. O’Leary utiliza

¹⁶ A intervenção política da escrava liberta Sojourner Truth, em seu famoso discurso, em 1851, em Akron (Ohio), durante a Convenção dos Direitos da Mulher, foi um dos primeiros momentos de articulação interseccional do racismo, gênero e classe quando ela, de forma dramática e rítmica, questiona: “e não sou mulher?” (Avtar BRAH; Ann PHOENIX, 2004, p. 76). (COSTA, 2022, p. 02)

¹⁷ Chamando assim os movimentos das mulheres subalternizadas em geral. Sobre Feminismo Decolonial falarei posteriormente. “Neste texto, sugiro que isso caracteriza distintivamente o feminismo de(s)colonial, sendo ele próprio um feminismo subalterno que articula diferentes expressões feministas – também subalternas – com propósitos descolonizadores.” (BALLESTRIN, 2020, p. 03) “A expressão “feminismos subalternos” é capaz de abarcar uma pluralidade constitutiva dos feminismos contemporâneos, auxiliando na compreensão do paradoxo da representação feminista. Por meio dela, é possível incluir movimentos amplos e específicos de mulheres e feministas (acadêmicas, ativistas, autônomas, partidárias), tais como o feminismo pós-colonial, terceiromundista, transcultural, fronteiro, latino-americano, “do sul”, “de cor”, negro, indígena, comunitário, lésbico, islâmico. (BALLESTRIN, 2020, p. 04)

uma retórica em que não está totalmente errada em alguns pontos que apresenta, a questão é como apresenta. Seu discurso, ideológico, tem um apelo dramático que distorce e deslegitima as ideias feministas. É um discurso falacioso, nocivo e perigoso justamente porque usa claramente o próprio discurso feminista, de gênero, para satirizá-lo, imprimindo-lhe perversidade. Faço a seguir um breve exercício de desconstrução de sua fala e que talvez ilustre melhor o que tento explicar.

A agenda feminista é de construção de um mundo com mais prazer sim, respeitando os direitos reprodutivos da mulher, inclusive garantido acesso gratuito à contracepção e ao aborto, e os direitos sexuais de todas, todes e todos, sem desigualdades entre homens e mulheres e sem a obrigatoriedade de que toda mulher seja mãe, ou que exerça essa maternidade em tempo integral. Não é uma questão de estimular ou normatizar a homossexualidade, mas normalizá-la com urgência, oferecendo educação sexual nas escolas para contribuir no desenvolvimento saudável de crianças e jovens, que aprendam a respeitar seus corpos, fazer-se respeitado e respeitar os outros, contribuindo na educação integral desses sujeitos. Um mundo em que haja paridade entre todos, todas e todes no trabalho, dando as condições em equidade para se inserirem no mercado, quando for esta a sua escolha, independentemente de sua identidade sexual. Um mundo de organização política laica, em que as diversas religiões possam coexistir sem conflitos entre si e com os não religiosos.

De toda forma, o discurso conspiracionista de O’Leary reverbera entre os militantes da “nova cruzada”¹⁸ católica, pois vai ao encontro das formulações vaticanas e torna-se a base retórica dos movimentos antigênero que se desencadearam. O tom dramático e perverso e a utilização de uma ideologia feminista invertida serão constantes nos desdobramentos das ações conservadoras. Essa cruzada reacionária surge para combater os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ na luta pela garantia dos Direitos Humanos.

Entre os formuladores da expressão “ideologia de gênero” Junqueira (2018, p. 467) destaca também Michel Schooyans¹⁹, ligado à Opus Dei,

¹⁸ A menção a uma cruzada aparece em Miskolci; Campana (2017), Junqueira (2018), Miskolci (2018) e Reyes; Ramirez; Wolff (2020). As “novas cruzadas” são uma reação da ala conservadora e fundamentalista da Igreja Católica após as conferências do Cairo e de Pequim, guiada por uma ideologia antigênero, que extrapola a igreja, ganhando os mais diversos adeptos em todo o mundo, assim como também no Brasil. “Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais.” (JUNQUEIRA, 2018, p. 451).

¹⁹ Padre belga que viveu no Brasil entre 1959 e 1969, lecionou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e empenhou-se contra a “ameaça comunista” (JUNQUEIRA, 2018, 467).

[...] pelas críticas ao aborto, ao uso de contraceptivos e por ser o primeiro a acusar os organismos internacionais de estarem à deriva do interesse de “minorias subversivas” promotoras de uma cultura anti-família, do “colonialismo sexual” e da “ideologia da morte”. Tal posicionamento aparece, sobretudo, em *L'Évangile face au désordre mondial* (1997) e *La face cachée de l'ONU* [A face oculta da ONU] (2000). [...] Suas contribuições foram centrais na construção de uma representação sobre a existência de uma conspiração mundial da “ideologia de gênero” por parte das “feministas radicais” ou “ultrafeministas” e seus aliados.

Junqueira (2018, p. 467) acrescenta que o livro “O evangelho perante a desordem mundial” de 1997 parece ser o primeiro que circulou a expressão “ideologia de gênero”, embora como Junqueira sinaliza, há todo um processo de incubação desta expressão e de toda a retórica reacionária que articulou grupos, redes, significados e representações. Há uma complexidade de momentos e movimentos que dificulta precisar a origem do termo, mas, pode-se considerar sua emergência e circulação a partir desse livro em que

Schooyans dedicou amplo espaço à denúncia da “ideologia do gênero”. Nessa obra, o sintagma comparece profusamente, e o autor chega a reservar um capítulo inteiro para expor o que considera ser “a coligação ideológica do ‘gênero’” com o socialismo, o malthusianismo, o eugenismo e o liberalismo. (JUNQUEIRA, 2018, p. 467).

O livro traz ainda um texto do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger que ataca o que ele chamou de “ideologia do empoderamento das mulheres”. Miskolci e Campana ao situarem as origens da retórica de uma “ideologia de gênero” na Igreja Católica, destacam esse texto de Ratzinger como “[...] peça-chave para começar a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 726). Para os autores, o texto de Ratzinger é mesmo um ataque a décadas de luta e produção de conhecimentos feministas, e mais precisamente uma reação à conferência de 1995 em Pequim.

De fato, responsável por uma sofisticada e volumosa produção bibliográfica, ao lado de sua implacável oposição à Teologia da Libertação, ele manteve um ataque permanente ao relativismo cultural, ao feminismo, à liberdade sexual e à homossexualidade, em uma defesa intransigente da doutrina católica. (JUNQUEIRA, 2018, p. 478)

Uma guerra político-moral aflora no final dos anos 90, trazendo pela igreja uma busca em reafirmar que corpo, desejo e sexualidade são questões da natureza, definidas apenas pela biologia que materializa a “criação divina”. Do outro lado as pautas e os estudos feministas, construídos e consolidados a partir da pesquisa científica, reivindicam e avançam no sentido

contrário, da luta pelos direitos de todas, todos e todes. A narrativa da ala conservadora fundamentalista da Igreja Católica rechaça toda e qualquer perspectiva de gênero como uma construção cultural a que somos submetidos nas relações em sociedade e que gera a exclusão de milhões de pessoas vivendo desprovidas de sua cidadania. “Tais esforços se embasam em leituras e interpretações de textos religiosos ora precárias, ora francamente interessadas, e visam disseminar um preconceito reativo contra conquistas importantes das mulheres e da população LGBTI.” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 144).

Em 1998 a “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez em um documento eclesialístico, construído por Óscar Alzamora Revoredo²⁰ para a Conferência Episcopal do Peru, inspirado no trabalho de O’Leary (JUNQUEIRA, 2018, p. 468). Assim, a “ideologia de gênero” chega à América Latina no final dos anos 90, de forma ainda discreta. Narrar a gestação, emergência e circulação da expressão “ideologia de gênero” é tarefa razoavelmente simples. Contudo, definir o termo não me parece assim tão fácil.

Uma expressão cunhada para definir uma ideia que distorce e deturpa as discussões dos estudos de gênero, construída como principal arma dessa guerra política-moral que é, sobretudo discursiva. Forjada no espaço de uma das mais disseminadas religiões do mundo a expressão ganha força e legitimidade à medida que a cruzada da ideologia antigênero avança. Elas se retroalimentam – a cruzada e seu *lobby* – uma vez que a principal estratégia dessa batalha é discursiva. Sua ofensiva retórica muito bem-sucedida, alcançou além de aliados históricos, outros grupos, que repetindo exaustivamente ataques verbais bem construídos, a exemplo dos textos de O’Leary, cooptam cidadãos “comuns”, elaboraram “verdades” que justificam o combate à “ideologia de gênero”.

Trata-se de uma estratégia reacionária que assume os contornos de uma “guerra cultural”, na qual, em meio a um formidável empenho persuasivo e intenso apelo a emoções, os/as missionários/as convocados a defender “a família” se perfilam por detrás de barricadas morais para disparar preconceitos e informações distorcidas, fantasiosas e alarmantes, demonizando o adversário e ensejando, especialmente nas famílias, nas escolas e nos espaços de deliberação pública, ambiências e rotinas de intolerância, ameaças e intimidações. (JUNQUEIRA, 2018, p. 485-486)

Entendo que assim Junqueira define bem o *lobby* da “ideologia de gênero”, mas quero avançar um pouco mais no desenho do que entendo desta expressão cunhada no interior de uma base conservadora. Longe de ser um conceito científico ou de retratar os estudos e pautas

²⁰ Bispo marianista auxiliar de Lima, ultraconservador (JUNQUEIRA, 2018, p. 468).

feministas, esse *lobby* é o mote da campanha retórica da ideologia antigênero. Assim, é um termo que se define pelo deslocamento, desfio e distorção de temas e pautas feministas, e dá um nome pejorativo não aos estudos de gênero, mas à versão deturpada desses, chamando-os de “ideologia de gênero”. Ou seja, é uma expressão que denomina algo que não existe, que não passa de um discurso falacioso. E não há uma definição cabível a um discurso falacioso, a não ser essa mesma, de sua falácia. Ou seja, “ideologia de gênero” é um engodo elaborado, inicialmente, pela Igreja Católica, que avança e é incorporado a outros discursos conservadores do patriarcado e todas as suas mazelas. É a mentira que sustenta todo um cenário político-discursivo por interesses diversos.

Para seus criadores e divulgadores a “ideologia de gênero” é

[...] “um sistema de pensamento fechado” a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos (Scala, 2010). E como ideologia, a equipara aos diversos totalitarismos, incluindo o nazismo e o comunismo. (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 727)

Para a Igreja e seus aliados, o conceito de gênero dos movimentos e estudos feministas “é uma ideologia imperialista perigosa”, considerando que se utilizada para pensar políticas públicas acabaria violando as liberdades individuais (ROUSSEAU, 2020). Mas como pode ser uma ideologia imperialista se é um pensamento que vem de minorias oprimidas e não de seus opressores?

Como lembra Junqueira (2018, p. 459), esse discurso antigênero ao falar em “ideologia de gênero” quer inscrever nos estudos de gênero as suas próprias características especulativas, incertas, não científicas e busca revestir a sua própria perspectiva de uma cientificidade que inexistente desde sua origem. A ideologia antigênero reacionária, embora não se resume apenas aos movimentos da Igreja Católica, como veremos posteriormente, surge exatamente no espaço do Vaticano, em uma religião que é predominantemente de homens. O que isso diz do/ao feminismo? Ou, quem tem medo do feminismo, e por quê? Sendo o movimento feminista um movimento contraideológico, ser-lhe contrário é defender a ideologia dominante e sustentá-la, é ir na direção contrária à defesa dos direitos humanos. Mas, por que a igreja se faz resistência aos avanços e lutas das mulheres e de gênero? Por que a Igreja Católica se levanta contra o feminismo? Por que a igreja precisa manter o patriarcado?

Não encontrei respostas a essas perguntas, mas algumas questões merecem ser abordadas ainda sobre os acontecimentos envolvendo a Igreja Católica. Nos anos 90 alguns de seus problemas e desafios estavam em evidência: casos de pedofilia entre padres,

reconhecimento da necessidade de reformas, novas discórdias e rivalidades, e o paulatino esvaziamento de missas e de outras atividades paralelamente ao crescimento e avanço de igrejas evangélicas neopentecostais, especialmente na América Latina (JUNQUEIRA, 2018, p. 484). As estratégias conservadoras de Karol Józef Wojtyła (Papa João Paulo II) começam a sofrer questionamentos e impactos de resistências vindas não só de uma comunidade externa, mas também internamente. É no início dos anos 90, por exemplo, que o movimento “Católicas pelo Direito de Decidir”, inaugurado nos EUA em 1971, chega à América Latina, pautando os direitos reprodutivos da mulher (OLIVEIRA, 2009, s/p). Ao invés de recuar e repensar seu posicionamento, a igreja avança e ataca os movimentos feministas. O que sucede na virada do milênio parece ser uma colheita positiva tanto no campo ambiental quanto feminista. As conquistas dos anos 90 pareciam anunciar novos tempos para as relações humanas, com mais justiça e equidade, e direitos consolidados. Mas, há uma repercussão do ataque da igreja, ele é disseminado nos seminários católicos e logo se espalha para outras igrejas cristãs, algumas já com intenções de influenciar o campo da política eleitoral.

O “barulho” aumenta e caminha pela América Latina e no Brasil, tendo seu auge de 2014 a 2018. Outros grupos se interessam e aderem ao *lobby*, mas os motivos não são mais apenas religiosos, tem implicações político-econômicas profundas e usam do pânico moral para manter o *status quo* da ordem econômica mundial.

O processo para instaurar o pânico moral é discursivo.

Para alavancar a eficácia de seu discurso, essa estratégia requer investimentos na capacidade performativa da linguagem da autoridade, além de esforços retóricos contundentes em favor da renaturalização da ordem social e moral tradicional e da afirmação restritiva das normas de gênero. (JUNQUEIRA, 2018, p. 486)

Para Miskolci (2018) esse pânico moral é um “fantasma a ser exorcizado”, mas também compreendido, pois engendra interesses não apenas religiosos, como também políticos e sociais. Os adeptos do combate à “ideologia de gênero” parecem lutar com um fantasma ou mesmo contra o dragão quixotiano. Mas, não é assim, pois o dragão existe, só não é um dragão! São cidadãos e cidadãs que estão lutando, não contra esse Dom Quixote coletivo, nem contra ninguém, mas a favor de seu direito a vida política, e seu direito de existir! Infelizmente, para muitos o pânico se justifica em uma ameaça concreta, como se uma conquista de um direito que já se têm, por aqueles que ainda não o têm, trouxesse perdas aos primeiros, ainda que nem tenham consciência disto. “Cabe-nos a cautela sociológica de distinguir aqueles que reagem com pânico daqueles que criaram o fantasma que o alimenta” (MISKOLCI, 2018, p. 03).

Em pânico, a população agride, reage e busca seu alvo, a fonte do seu medo. César; Duarte (2017, p. 150) lembram sobre a violência contra os alvos desse pânico moral. Em tempos de Internet isto é potencializado nas redes e mídias sociais *online*. Além da violência verbal e tantas vezes física, há também uma violência moral e simbólica.

De toda sorte, em situação de pânico moral, a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos a escrutínio. Em tais casos, para esse último pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças. (JUNQUEIRA, 2018, p. 461)

Esse pânico moral influenciou políticas públicas, currículos escolares e até as eleições presidenciais no Brasil. Nada por acaso. Quem se aliou à Igreja Católica na “Cruzada contra o Gênero”? Que grupos, com seus interesses, estão por trás da explosão da ideologia antigênero? Como o pânico moral foi espalhado? No meu desafio em entender como isso chegou a Governador Valadares e impactou na nossa educação, escolhi entrar no século XXI perseguindo a trajetória do *lobby* “ideologia de gênero” a caminho da América Latina e do Brasil. Para isso, voltaremos para a Igreja Católica do início do novo milênio, caminhando com ela até a entrada da segunda década dos anos 2000, a fim de conhecer os aliados do combate ao dragão da “ideologia de gênero”.

1.3 Caminhos e alianças da ideologia antigênero

1.3.1 No contexto mundial

Os avanços no mundo, durante os anos 90, não se deram sem tensões. Mas os anos 2000 começam na esteira das conquistas feministas e ambientais. Reyes, Ramírez e Wolff (2020) nos lembram que a história é cíclica, ou que transcorre no movimento de “vai e vem” das ondas. Gosto também da ideia do pêndulo, cujo movimento só termina quando alcança um equilíbrio, mas ainda vou ficar com a figura da espiral (porque voltamos sim, mas com algo diferente). Assim, as vitórias legislativas e de reformas em questões de gênero por todo o mundo ameaçam muito mais as estruturas vigentes do que aos dogmas da velha igreja. Outras igrejas, as grandes corporações, os Estados e as mídias de massa parecem assustadas. Há algo no texto de Ratzinger que me parece sinalizar os motivos: pautas feministas e ambientais estão juntas e avançaram abalando velhas estruturas religiosas, políticas e econômicas. E para tamanho abalo “eles” se juntam e apontam um culpado: a “ideologia de gênero”.

Eles estão certos de uma certa forma, justiça de gênero e a implementação de demandas feministas significariam a verdadeira emancipação das mulheres como indivíduos com todos os direitos e a morte de culturas machistas tão impregnadas em sociedades latino-americanas. (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020, p. 19)

Não tenho dúvida sobre essa quebra das estruturas étnicas, morais, legais, sociais, ambientais e econômicas com o avanço das conquistas desse feminismo que abrange também as causas ambientais. Todas desconstruídas junto com o naturalismo de gêneros, etnias e outras categorizações que imprimem violência e exclusão social. Mas, enquanto no campo político os avanços continuam, os retrocessos são cevados entre os grupos que se sentem prejudicados com a consolidação de um mundo de equidade para todas, todos e todes.

Em 1997 Ratzinger escreveu contra os avanços feministas e ambientais. Em 2005 ele se tornou o Papa Bento XVI. O novo papa mostra-se ainda mais conservador que seu antecessor e ocupa-se de proferir declarações pela Igreja Católica de combate às pautas sobre os direitos reprodutivos da mulher e sobre a diversidade de gênero. E nessa direção a Igreja caminha em sua ação, porém não está sozinha.

Ação que não se limita a documentos ou declarações da Igreja, mas também de diversas organizações não governamentais denominadas de “pró-vida” e que se caracterizam por terem um acentuado perfil religioso conservador. A partir de diversas ações políticas (como lobby legislativo ou denúncias a funcionários públicos), jurídicas (como a apresentação de ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade) e midiáticas (através de manifestações públicas, programas de rádio e televisão ou congressos “acadêmicos”) instalam nas discussões públicas os “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”. (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 729).

Segundo Miskolci e Campana (2017, p. 725), a ideologia antigênero ganha escala global, particularmente na Europa e na América Latina, com discussões que giram em torno das questões sobre a saúde reprodutiva das mulheres, a diversidade de gênero e sexualidade e a educação sexual, na segunda metade da primeira década do século XXI. É instaurado um terreno fértil para oportunistas com as mais diversas preocupações políticas e econômicas explorarem e manipularem por meio do pânico moral que já se espalhava.

Em entrevista para o canal do YouTube “Meio”, do jornalista Pedro Dória, no programa “Conversas”, Kalil (2020) relembra a crise econômica de 2008, pois suas consequências também contribuem para um contexto favorável à ideologia antigênero. A adesão de jovens e pessoas de classe média baixa que tiveram sua vida econômica devastada ao movimento *Occupy* de 2011 abre novo espaço para um projeto de direita de ataque às pautas feministas e de esquerda. As pessoas que sofrem desde a crise de 2008 se sentem injustiçadas

e acreditam, por exemplo nos EUA, que latinos e negros devem ser banidos do país pois estão ocupando seus lugares. Esse cenário é terreno propício para “[...] uma direita populista que apela a setores insatisfeitos da classe média afetados economicamente, mas especialmente em uma forma moral e cultural pelas tendências da globalização” (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020).

Entrando já na segunda década do novo século, os problemas internos da Igreja Católica também se ampliavam, e em 2012 “[...] o efeito dos vazamentos de documentos confidenciais foi devastador: os *Vatileaks* revelaram desde detalhes embaraçosos das finanças pessoais do papa, à existência, no Vaticano, de uma ampla rede de corrupção [...]” (JUNQUEIRA, 2018, p. 484). Escândalos com fraudes e subornos, lavagem de dinheiro, abuso de poder e práticas ilícitas “envolvendo altos funcionários da Santa Sé, políticos italianos e mafiosos” (idem).

Em 2013, na França, foi aprovada a lei do “casamento para todos” o que desencadeou manifestações organizadas pelos fundamentalistas católicos que argumentavam estarem defendendo as crianças. Os casamentos não heteronormativos colocariam em risco a infância. Naquele país, assim como pouco tempo depois aconteceria no Brasil e outros países da América Latina, o combate à suposta “ideologia de gênero” justificou uma sucessão de arbitrariedades e censuras nas escolas. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 144-145)

Enquanto isso novas conquistas no campo dos direitos reprodutivos e o fortalecimento do movimento Católicas pelo Direito de Decidir trouxeram para a América Latina, deslocando da Europa e dos EUA, as efervescências das discussões sobre os direitos reprodutivos das mulheres. Para Miskolci (2018, p. 04) entender esse cenário ajuda a compreender a renúncia de Ratzinger (Papa Bento XVI) em 2013 e a eleição de um papa latino-americano. “É também por isso que para autores como Vaggione (2013) a eleição de Bergoglio como papa pode ser lida como um gesto em direção à América Latina [...]” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 728).

O novo papa chama Francisco e é Latino-Americano! O que isso significa? Por que a Igreja Católica faz esse movimento de troca entre dois religiosos que parecem ter perspectivas sociais muito diferentes, até mesmo contrárias? Parecem. Estudei em uma escola confessional franciscana e lá nos anos 1970 da minha infância eu acreditava que Francisco de Assis (ou São Francisco) era o único santo que havia realmente sido cristão, obedecendo a Jesus que, segundo o livro sagrado dos cristãos disse: “Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá o dinheiro aos pobres, e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me” (Mateus, 19:21). Francisco de Assis não vendeu os bens e deu aos pobres, pois eram de seu pai, mas conta a história que se despiu até das roupas quando deixou todos os bens materiais e a sua casa, para viver uma vida

de doação aos pobres. Francisco é o retrato do desapego e da luta pelos menos favorecidos. Um nome perfeito para o papa latino-americano que deveria “cuidar” dos desafios da Igreja Católica e seu rebanho, sobretudo no subcontinente do “novo mundo”.

Jorge Mario Bergoglio é o primeiro Papa Francisco no comando da Igreja Católica. Desde que assumiu o papado, o pontífice e sua igreja investem na sua imagem franciscana, benevolente e tolerante, defensor dos oprimidos. Contudo, quando o assunto é gênero, Bergoglio tem sido oscilante, ambivalente (JUNQUEIRA, 2018, p. 485). Nessa seara, o Papa Francisco defende a concepção de família heterossexual, se opõe ao casamento homossexual e condena a educação em gênero nas escolas.

Ao fazê-lo, sem contrastar a noção de “não negociabilidade”, parece, porém, cuidar de não reafirmar de modo explícito a concepção igualmente ratzingeriana de atos homossexuais como “intrinsecamente maus” e da condição homossexual como “objetivamente desordenada” (Francisco, 2013b, 2014a, 2014b, 2015, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e). (JUNQUEIRA, 2018, p. 485)

Embora estrategicamente a Igreja tenha mudado o tom, não mudou o discurso, e o *lobby* da “ideologia de gênero” continua agregando novos adeptos em grupos religiosos que são também políticos. Alguns acontecimentos noticiados na grande mídia mostram o crescimento de movimentos antigênero e antirraça em todo o mundo, como o protesto da extrema direita nos EUA, em 2017, contra negros, imigrantes, gays e judeus sob o lema “Sou nazista sim”²¹; ou ainda os movimentos brancos cristãos na Europa ocidental²² e o aumento da propaganda da supremacia branca nos EUA²³, em 2019.

Há um avanço mundial da extrema direita, que se sustenta politicamente em pautas alicerçadas no pânico moral, no negacionismo da crise ambiental, e no preconceito étnico-racial.

É preciso lembrar que a Europa conta atualmente com um dos maiores índices de aprovação de políticas de extrema-direita desde a Segunda Guerra Mundial. Na Alemanha, o partido Alternativa para a Alemanha (Alternative für Deutschland, AfD); na França, a Frente Nacional (Front National, FN) e na Suécia, os Democratas Suecos (Sverige demokraterna, SD) são alguns exemplos disso. Todas estas forças políticas têm em comum: um explícito discurso anti-imigração, o fato de que até há bem pouco tempo não existiam (com exceção do Front National) e o fato de estarem ganhando posições no Parlamento aos tradicionais partidos de centro e de esquerda. Os

²¹ Folha de São Paulo, 12 ago 2017.

²² UOL, 21 set 2019 - Viktor Orbán – Hungria: “o cristianismo deverá ser mais forte na Europa”; “os europeus estão sendo substituídos por outros”.

²³ G1, 05 mar 2019.

Democratas Suecos, por exemplo, passaram da não existência a, em apenas sete anos, o terceiro maior partido da Suécia. (BOZZANO, 2019, p. 02)

O movimento antigênero já não é mais da Igreja Católica, tornou-se muito mais abrangente em todo mundo, e de forma muito intensa e impactante na América Latina. Não descolado desse movimento, mas ao contrário, junto com ele, chega outro fenômeno mundial que o professor Sílvio Luiz de Almeida²⁴, em palestra do FOREXT²⁵ (2018) chamou de uma crise civilizatória. Com um caráter nacionalista e conservador uma atual crise mundial, para Almeida (2018) tem três dimensões: econômica, política e civilizatória. Ou seja, a crise está também nas relações, em uma espécie de permissão e aceitação aos discursos fascistas e ao debate público com linguagens vulgares, colocando em xeque as democracias e tendo como consequências a aposta em governos autoritários, defensores da moral e da ordem.

A virada à direita que a América Latina, a Europa e os EUA experimentam com o crescente predomínio de governos conservadores e seus imaginários políticos reacionários exige estratégias feministas transnacionais que não reproduzam a violência colonial. (BOZZANO, 2019, p. 05)

Esses governos chegam também aos países da América Latina, mas para adentrarmos no subcontinente, voltaremos no mesmo recorte temporário.

1.3.2 Na América Latina

Voltamos ao início do novo milênio e vemos que em toda a América Latina a influência cristã é marcante. A maioria dos países teve sua legislação “moldada por uma moral católica”, configurando “barreiras estruturais para o avanço dos direitos das mulheres” (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). Assim, segundo Reyes, Ramírez e Wolff (2020) as mulheres desse subcontinente tradicionalmente precisaram lutar para obter direitos civis e políticos. Além disso, é importante observar que os países latino-americanos reúnem significativas semelhanças entre si tanto no campo político quanto religioso, histórico e cultural. Depois do período das ditaduras os países da América Latina vivem sua reestruturação econômica e democrática nos anos 80 e 90.

²⁴ Graduado em Direito e Doutor em Filosofia, é professor da FGV (Faculdade Getúlio Vargas) e do Mackenzie, em São Paulo, CEO do Instituto Luiz Gama e autor do livro "Racismo Estrutural" (ed. Polén, 2019), da coleção Feminismos Plurais.

²⁵ Fórum Nacional de Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior. O XXV Encontro Nacional e XX Assembleia Nacional do FOREXT realizado nos dias 29 e 30 de outubro de 2018, na UNIFEBE em Brusque (SC), com o tema: “Marcos da extensão: perspectivas transformadoras”. O prof. Dr. Sílvio Luiz de Almeida fez a palestra de abertura do evento: “O Estado de bem estar-social: Real ou ilusão? Perspectivas transformadoras para a universidade”.

O final dos anos 90 e início dos anos 2000 são marcados pela

[...] vitória de vários governos progressistas e orientados para a esquerda [...], a chamada 'onda rosa'. [...] Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Kirshner na Argentina, Mujica no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Correa no Equador, Ortega na Nicarágua, [...]. Estes governos de esquerda foram positivos em relação às leis de paridade e cotas, legislação contra violência de gênero e perspectivas de gênero em algumas áreas políticas, mas foram reticentes a outras demandas feministas e LGBTQ+ como a liberalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o reconhecimento do direito à identidade de gênero. (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020, p. 04).

O século XXI já se inicia marcado por essas conquistas no campo da política, como Argentina, México e Bolívia aumentando a paridade de gênero (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). No caso do México, por exemplo, o acesso das mulheres nos três ramos do governo foi fruto de uma agenda de igualdade de gênero construída desde o final dos anos 90 e consolidada nos primeiros anos do novo século (FLACSO, 2020, p. 20). Apesar da expressiva vitória mexicana, e de outros países, a chegada da mulher no campo da política ainda é bastante tímida em toda a América Latina, e segundo Reyes, Ramírez e Wolff (2020) essa paridade possibilitou mais espaços, mas não necessariamente mais poder, pois trouxe os desafios da violência política contra as mulheres.

O subcontinente vivencia até então, em toda sua extensão, as conquistas em relação à igualdade de gênero nas diversas áreas como saúde, economia e cidadania (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). As autoras lembram que essas conquistas se iniciaram há aproximadamente 30 anos, como frutos dos Encontros Feministas continentais que começaram em 1981, em Bogotá, Colômbia (sendo o último encontro em 2017 no Uruguai). Esses movimentos atingiram sua maior expressão na campanha contra violência de gênero que se espalhou por toda a América Latina e Caribe: Ni Una Menos, em 2015. Assim, no período pós transições democráticas, alguns países latino-americanos conquistaram vitórias em sua legislação sobre os direitos reprodutivos da mulher e o casamento homossexual (BENTANCUR; ROCHA-CARPIUC, 2020, p. 11).

Chegamos novamente em 2005, quando o Papa Bento XVI estava assumindo o Vaticano. A cruzada católica está também na América Latina e se une a organizações evangélicas em vários países. Essa aliança cristã promove um enorme impacto, impedindo o avanço dos direitos sexuais reprodutivos (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 729). Já em 2007 aconteceu em Aparecida, no Brasil, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que produziu o “Documento de Aparecida”. Esse documento “expressa preocupação com as demandas de cidadania por parte de homossexuais” (idem, 727). Para Miskolci e

Campana, o Documento de Aparecida declara a guerra contra a “ideologia de gênero” na América Latina.

Em todos os países da América Latina as igrejas neopentecostais se espalharam, desde o final do século XX. Essas igrejas, assim como outras denominações cristãs, estabelecem, por todo o subcontinente, alianças circunstanciais com a Igreja Católica. Pautados na defesa da família heterossexual, da crença do início da vida pela concepção e de outros postulados da moralidade cristã, as igrejas deixam de lado suas próprias disputas morais, diferenças doutrinárias e antigos conflitos para compartilharem uma agenda antigênero, atuando como aliados em vários países da América Latina (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 07).

O subcontinente sofre ainda uma importante influência do livro “Ideologia de Gênero” do argentino Jorge Scala, publicado em 2010. Para Scala a perspectiva de gênero é uma ideologia, provavelmente a mais radical da história, que, uma vez imposta destruiria o ser humano e a sociedade (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 725). Mas, segundo Miskolci (2018, p. 05) os eventos que implodem o pânico moral no sul do subcontinente aconteceram na Argentina em 2010 e no Brasil em 2011: a legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Importante sinalizar que vitória semelhante já havia ocorrido no México, em 2008, no campo dos direitos reprodutivos das mulheres, contra grupos “pró-vida” orquestrados pela Igreja Católica (FLACSO, 2020, p. 20).

Nessa cruzada antigênero, novos articuladores (talvez inspirados no livro de Schooyans) definem que “marxismo cultural” e “radicalismo feminista” são movimentos que atuam de forma articulada para atacar a família. Divulgam ainda que são apoiados por "elites globais" e organizações como as Nações Unidas (BIROLI; CAMINOTTI, 2020, p. 03). Não demorou para que as pautas feministas fossem categorizadas como pautas de esquerda

[...] justificando desde movimentos a favor da família tradicional também manifestações contra políticas de governos de esquerda. Iniciada na Argentina e no Brasil, a disseminação da gramática político-moral da noção de ideologia de gênero já alcançou, em 2016, países como o México e a Colômbia, contribuindo, no caso do primeiro para a luta contra a aprovação do “matrimonio sin discriminación” e, no último, para a vitória do não à paz no plebiscito que visava referendar o acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 726)

Rousseau (2020, p. 26) esclarece que o Acordo de Paz assinado pelo governo da Colômbia com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) foi derrotado em 2016 por forte influência da campanha de ativistas antigênero. Ao falar da realidade no Peru, o autor (2020, p. 29) nos provoca a olhar para os sistemas políticos e os progressos feministas e

LGBTQIAPN+ na geração de reformas legais e políticas para entender por que demorou tanto tempo desde o nascimento da retórica antigênero na Igreja Católica, até sua explosão na América Latina. Os movimentos em uma dinâmica transnacional se beneficiam dos contextos políticos enfraquecidos em todo o subcontinente por democracias frágeis, históricos de corrupção, e como no caso do Peru, por instituições fracas, instabilidade e forte influência da religião na esfera pública (ROUSSEAU, 2020, p. 25).

O gênero tornou-se um “ponto nodal” de articulação dos setores conservadores dominados por atores religiosos, mas também por grupos fortes dentro da sociedade civil que se opõem ao clima visto como permissividade em relação aos direitos das mulheres e diversidade sexual. (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020) (tradução minha).

E esses movimentos reacionários mesmo quando não impedem os avanços legais acabam por inibir o acesso dos indivíduos aos novos direitos (BENTANCUR; ROCHA-CARPIUC, 2020, p. 11).

Uma das campanhas antigênero mais radicais surgiu no Peru, em 2016, criada por organizações não governamentais, o movimento #ConMisHijosNoTeMetas (Não mexa com meus filhos), que se opunha à educação sexual nas escolas (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). A primeira marcha do movimento foi em março de 2017 e reuniu em torno de 25 mil pessoas contra o currículo proposto em 2016 que abordava a igualdade de gênero e orientação sexual numa perspectiva inclusiva e não discriminatória. (ROUSSEAU, 2020, p. 25). No Equador, no ano seguinte, houve uma onda de protestos contra um projeto de lei sobre violência de gênero, que abordava também educação e orientação sexual (ROUSSEAU, 2020, p. 26). No México surge um movimento conservador “Frente Nacional por la Familia” e no Brasil o movimento Escola sem Partido criado ainda em 2004 (BIROLI; CAMINOTTI, 2020, p. 03) mas fortalecido na segunda década dos anos 2000.

Não são apenas várias dimensões da sexualidade e dos direitos reprodutivos seriamente ameaçados ou negados; o conflito assumiu um caráter de batalha discursiva em torno do significado do termo "gênero", o que gera uma grande confusão na população em geral e na mídia. Com um sistema político e judicial em crise profunda por causa dos danos causados por escândalos de corrupção massivos, atores conservadores peruanos encontraram um contexto perfeito para montar seu ataque. (ROUSSEAU, 2020, p. 31) (tradução minha)

Por isso a segunda década do século trouxe para as plataformas políticas dos diversos grupos de direita a oposição ao gênero, levantando o apoio popular ao mobilizar as estruturas conservadoras e se opor ao ativismo feminista e LGBTQIAPN+. Esses grupos políticos

prometem proteger a moral cristã, a família, as crianças da ameaça de uma “ideologia de gênero”. As eleições de 2018 no Brasil e na Costa Rica retratam bem como essas promessas serviram para fins eleitoreiros (BIROLI; CAMINOTTI, 2020, p. 02). É o neoconservadorismo ganhando espaços nos territórios latino-americanos.

Segundo Vaggione; Machado (2020, p. 06-07) o termo neoconservadorismo surgiu em estudos recentes tanto para revelar uma ideologia conservadora que promove os conflitos com as questões de gênero, quanto para mostrar coalizões políticas entre diferentes grupos religiosos e diferentes grupos políticos de direita. São alianças complexas que se formaram contra as conquistas feministas em defesa de perspectivas patriarcais. Defesa do patriarcalismo colonial que sustenta o capitalismo e seus sistemas opressores de gênero, classe, etnia e ambiental. “Não por acaso, a questão de gênero está no epicentro da crise contemporânea das democracias liberais, sendo a expressão “ideologia de gênero” utilizada por setores neoconservadores em uma espécie de ofensiva global e atualizada da “caça às bruxas” (Flávia BIROLI, 2018; Silvia FEDERICI, 2017).” (BALLESTRIN, 2020, p. 02)

Outra especificidade do neoconservadorismo é o uso de estratégias de intervenção pública de acordo com os canais de participação aberta e pautadas em uma democracia, ou seja, usando as próprias armas e pautas do feminismo (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 09). As “[...] diferentes igrejas (católicas, evangélicas, pentecostais) multiplicaram sua influência através da criação de ONGs e movimentos, copiando as próprias estratégias feministas” (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020) (tradução minha). Católicos conservadores e evangélicos pentecostais aprenderam a usar e maximizar canais democráticos para se manterem influentes e desenvolverem suas agendas (VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 09). Defendem a democracia como se fossem realmente democráticos.

O uso das mídias foi basilar para a disseminação da ideologia antigênero. Esses grupos conseguiram formar *lobbies* poderosos, utilizando todas as mídias sociais, com investimentos de recursos em campanhas contra a legalização do aborto, por exemplo (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). Seguindo a cartilha de Steve Bannon, mentor da campanha eleitoral de Donald Trump nos EUA, as “verdades” são criadas e exaustivamente divulgadas. Essa estratégia foi fundamental para o espalhamento do pânico moral, que encontrou “solo fértil” na realidade latino-americana das desigualdades estruturais de uma formação histórica colonial e violenta.

A contrarrevolução neoliberal e neoconservadora a que se assiste é também fruto desse diagnóstico, sendo o atual momento latinoamericano dramático para alguns países que ousaram imprimir rumos diferentes ou alternativos ao histórico dominante da região, incluindo o trágico desfecho do projeto estatal descolonizador e despatriarcalizador na Bolívia. É fundamental a incorporação do problema da

democracia e de sua retomada em vários países do continente pelo projeto decolonial, diante do retorno do autoritarismo e do fascismo em várias partes do mundo. (BALLESTRIN, 2020, p. 12)

Também no Brasil a campanha eleitoral de 2018 seguiu a cartilha de Steve Bannon influenciando movimentos e encaminhamentos, bem como o resultado das eleições presidenciais. Vamos então para o Brasil ver como tudo isso se deu por lá (por aqui).

1.3.3 No Brasil

No Brasil também, as décadas de 1990 e 2000 trouxeram avanços nas pautas progressistas, e em especial, da luta feminista. Muitas conquistas dos anos 90 ainda resultam em impactos significativos. Um exemplo é o sistema de cotas para mulheres, implementado em 1997, que “resultou em 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 10% no Senado” nas eleições de 2018 (REYES; RAMIREZ; WOLFF, 2020). Já nos anos 2000, a eleição de um presidente de esquerda, Lula da Silva (PT), em 2002, trouxe as agendas progressistas para o governo federal. No segundo ano do partido na presidência foi lançado o programa “Brasil sem Homofobia” que promoveu a articulação da Política de Promoção dos Direitos Homossexuais em diversos aspectos como: o combate à violência de gênero e impunidade, o direito à educação, respeito e não-discriminação por orientação sexual, o direito à saúde e tratamentos igualitários, ao trabalho e à cultura, desenvolvendo políticas para as mulheres e contra o racismo e a homofobia (CONSELHO, 2004).

Mas, as reações iniciadas nos anos 90 também atravessam o século e ganham mais força. O *lobby* da “ideologia de gênero” encontra ressonância no Programa Escola sem Partido (ESP) que surge em 2004 “[...] como reação às práticas educacionais que seus defensores definem como ‘doutrinação política e ideológica na sala de aula’ e ‘usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos’” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p., 729-730). No campo das disputas curriculares, o ESP, fundado “[...] pelo advogado Miguel Nagib, que teria se inspirado em movimentos similares organizados nos Estados Unidos (EUA) [...]”, se autodescreve

[...] como uma iniciativa conjunta de estudantes, pais e professores articulados para ações e estratégias de combate a um suposto quadro de “[...] contaminação político-ideológica [...]” (NAGIB, 2008) dos diferentes níveis do ensino básico brasileiro que, sustentado pelo pretexto do ensino de visões críticas sobre a realidade social, enviesaria o sistema educacional brasileiro para uma doutrinação política de esquerda. (OLIVEIRA, LANZA, STORTO, 2019, p. 468).

Nesse sentido, as ideias divulgadas pelo movimento ESP reduz a ideologia à perspectiva de alienação, ocultamento e doutrinação de ideias (DALTOÉ; FERREIRA, 2019, p. 218), concepção também implícita no *lobby* “ideologia de gênero” que pauta o combate à educação crítica, compreendendo-a como ideológica e, portanto, ilusória e doutrinária. O movimento se diz apartidário, mas ataca explicitamente o que ele mesmo chama de favorecimento aos pensamentos de esquerda, teóricos e pensadores socialistas. Assim, o ESP deixa claro seu posicionamento político e ideológico, fazendo exatamente o que diz combater. Ao longo de mais de uma década esse movimento cresceu e realizou articulações que ainda falaremos. O que vemos até aqui são as lutas e as resistências a essas lutas, os avanços e retrocessos, as conquistas e as reações contrárias. Mas, enquanto estivemos sob os governos de esquerda do início do século (2003-2016), o saldo ainda era bem positivo para vitórias feministas e ambientais.

Outra conquista expressiva se deu em 2009 com o Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3) impactando nas políticas públicas e legislações. O PNDH3 promoveu desdobramentos que balizaram discussões raciais, sociais e de gênero. Já no início da segunda década do século atual, o Brasil alcança outras conquistas como o direito ao casamento de casais homossexuais, o combate à violência contra as mulheres e a população LGBTQIAPN+, o direito à equidade de gênero, dando corpo às ações do Estado em reconhecimento dos direitos humanos no campo das questões de gênero.

Tais ações estatais decorriam de um conjunto de conquistas dos movimentos sociais feminista e LGBTI, que então passavam a fazer parte de uma agenda de governo e de governamento de corpos, sexualidade e gênero que poderia ser descrita como uma parceria entre Estado e movimentos sociais de caráter progressista. (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 145)

Paralelamente, movimentos como já citado *Occupy* de 2011 reverberam no Brasil, ainda que em um contexto diferente dos EUA, como aponta Kalil (2020), mas também impactado pelas promessas liberais da globalização de prosperidade que não se realizam na proporção esperada. E, se nos EUA, após a crise de 2008, a classe média branca se sentia prejudicada por latinos e negros, que estariam ocupando “seus lugares” no mercado de trabalho (KALIL, 2020), no Brasil um sentimento análogo por negros e pelas classes populares cresceu na classe média branca, que entendia ter perdido espaços de trabalho e acessos a serviços que encareceram devido a conquistas trabalhistas, como a contratação de uma empregada doméstica, por exemplo. Assim, temos também no Brasil um terreno fértil para o crescimento de um conservadorismo espelhado em uma direita internacional. Um movimento transnacional

como apontam Prado; Correa (2018) que, a despeito das diferenças entre países do norte e latino-americanos, irá compor o amálgama de uma complexa coligação entre forças diversas da direita, dos religiosos conservadores, de fascistas, extremistas e oportunistas.

Entre 2011 e 2014 o Brasil do primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), também de esquerda, intensificou as discussões sobre os direitos reprodutivos e políticas para mulheres. A tentativa de colocar a discussão da descriminalização do aborto acabou se mostrando inconciliável para grupos religiosos cristãos, mesmo para alguns setores mais progressistas da Igreja Católica. Mas, em 2012 houve a aprovação no STF²⁶ do direito ao aborto em caso de anencefalia (REYES, RAMIREZ, WOLFF, 2020). Ao mesmo tempo, seu governo sofre em um contexto de crise econômica e instabilidade, que ofereceu um cenário fértil para que o pânico moral, envolvendo gênero e sexualidade, também ganhasse terreno no Brasil em 2013 (PAYNE, SANTOS, 2020, p. 34).

Assim, a nova década (2011-2020) é marcada por movimentos reacionários que crescem e se disseminam no Brasil, provocando acontecimentos sociais e políticos que iriam culminar na eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) em 2018. Adotando um posicionamento conservador-cristão, o então deputado Bolsonaro (PP), oportunista, se colocou como um combatente da “ideologia de gênero”, aglutinando forças religiosas e reacionárias, contra políticas públicas educacionais sobre a diversidade de gênero. A proposta de educação sobre as relações de gênero do Ministério da Educação contava com recursos didáticos de vídeos, textos e cartilhas que foram elaborados por especialistas do campo da educação e dos estudos de gênero. “Apelidando o material de ‘kit gay’, o deputado logo contou com apoio da chamada bancada evangélica e, de forma menos visível, mas até mais numerosa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos.” (MISKOLCI, 2018, p. 5).

Nesse mesmo viés de oportunismo, o Movimento Brasil Livre (MBL), supostamente liberal, engajado em ataques antifeministas, promoveu o pânico moral ao difundir o feminismo e os movimentos LGBTQIAPN+ como nocivos à família e à educação de crianças, acusando-os de promover a homossexualidade na sociedade e nas escolas, catalisando a vinculação de movimentos anticorrupção ao neoliberalismo, às pautas religiosas conservadoras e heteronormativas (PAYNE, SANTOS, 2020, p. 35). Aliados ao ESP e MBL, grupos fundamentalistas religiosos e outros oportunistas promovem ações em todo Brasil no sentido

²⁶ “O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição da República.” Fonte e mais informações: <https://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>.

de cercear produções científicas, artísticas e movimentos políticos e sociais em torno das questões feministas, de gênero.

Começaram a chover reclamações sobre os professores acusados de praticar a 'doutrinação de gênero' nas escolas. O pânico moral foi provocado pela ideia de que os professores gostariam de 'ensinar as crianças a ser homossexuais' ou 'praticar sexo' nas escolas. (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020)

Assim, 2013 parece marcar a emergência de uma nova direita, que sendo neoliberal na perspectiva econômica, é também conservadora em relação às questões religiosas que interferem nos direitos humanos relacionados às questões de gênero. Essa coligação propõe que nas relações econômicas e de serviços o Estado deve ser mínimo, mas deverá regular fortemente questões da vida privada (MISKOLCI, 2018, p. 10).

Dito de outra forma, como as exigências neoliberais convivem com as exigências conservadoras, uma vez que elas seriam aparentemente contraditórias em uma série de questões? Afinal, se as políticas econômicas advogam em favor de um Estado minimamente regulador e miram a produção de um sujeito empreendedor liberal individualista, não haveria contradição em estabelecer censuras morais a comportamentos, conteúdos e modos de existir que sequer estão tipificados como crimes? (Barzotto; Seffner, 2020, p. 152)

A despeito de toda a contradição, é esse neoconservadorismo neoliberal que ganha força no mundo ocidental e avança pela América Latina, e que chega ao Brasil contribuindo para o fortalecimento político dos grupos reacionários antigênero. A chamada “bancada evangélica” avança nesse cenário político brasileiro e ocupa mais espaços no governo de Dilma. Ainda em 2013, assumindo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o pastor Marcos Feliciano e o deputado Anderson Ferreira (PR-PE) apresentaram o PL 6583/2013 propondo o Estatuto da Família (MISKOLCI, 2018, p. 6) com expressivo caráter conservador e antigênero.

E é a partir de 2013 que os movimentos reacionários se multiplicam em progressão geométrica no Brasil, ganhando força e expressividade, na aliança entre os diversos grupos conservadores, religiosos e oportunistas. Não estou dizendo aqui que todos esses grupos estariam se valendo de um discurso religioso para fins eleitoreiros, afinal existem mesmo muito grupos cristãos no Brasil que são conservadores e que acreditam que o Estado não deve ser laico. Mas, unidos por um discurso antigênero e anticorrupção, existem grupos oportunistas também, que aderiram ao conservadorismo por conveniência, no combate ao que Kalil (2020) chamou de “duas frentes da corrupção: econômica e moral”. O medo dessa “corrupção moral”, sobretudo nos aspectos da sexualidade, é o principal fermento dessa cola que uniu conservadores e liberais. Payne; Santos (2020, p. 34) lembram as armas de um discurso

sustentado por grupos políticos para legitimar sua ação política, utilizando de uma retórica acusatória que nomeia, culpa, aponta e reivindica, desenha um cenário de ameaça, de crise, contra o qual é legítimo lutar. O que me remete novamente aos textos lidos e também à entrevista de Kalil quando ela destaca a habilidade desses grupos em se apropriarem de um léxico das pautas feministas, de ideias e discursos, como fazem ao criticar as mídias de massa, ou quando chamam os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) de ditadura e clamam por uma “democracia militar”.

Parte desses grupos assume um papel importante na divulgação dessas ideias pelas mídias sociais, espalhando o pânico moral em mensagens que são exaustivamente compartilhadas. “Um medo que faz do Outro um inimigo a ser combatido por supostas ‘pessoas de bem’, as quais têm agido performaticamente como membros de uma espécie de cruzada moral” (MISKOLCI, 2018, p. 02). Essa “cruzada”, segundo Miskolci (2018, p. 10) sob o disfarce de defesa da família é uma reação às mudanças nas relações de poder que os avanços sociais e feministas conquistaram nas últimas décadas. A “cruzada moral” contra a “ideologia de gênero” defende a manutenção das relações de poder e do modelo único de família heterossexual. Nessa atmosfera, o movimento ESP se torna um projeto “que passa a ser proposto a partir de 2014 nas casas legislativas estaduais e municipais de todo o Brasil” (DALTOÉ; FERREIRA, 2019, p. 210). E é nesse ponto que começamos a chegar ao objeto de estudo desta pesquisa: os conflitos em torno das questões de gênero nos currículos escolares provocados pela interferência do ESP nas discussões do Plano Nacional de Educação (PNE) e seus desdobramentos estaduais e municipais, mais especificamente, em Governador Valadares (GV), Minas Gerais. Mas antes de irmos para GV, vamos avançar um pouco mais no tempo dos acontecimentos nacionais.

O pânico moral e sua cruzada disseminaram no Brasil uma onda reacionária que se desdobrou em inúmeros acontecimentos políticos e sociais. A título de exemplo, lembrarei aqui três episódios ocorridos em 2015 que podem ilustrar como esses fatos se deram nos mais diversos campos sociais, político, artístico e culturais, desenhando o cenário de retrocessos no qual o Brasil se afundou. Em junho de 2015 foi votado um Projeto de Lei (PL) criado para o combate à “Cristofobia”, propondo tornar crime hediondo o “ultraje a culto” no Brasil. O PL foi uma reação à Parada do Orgulho Gay de 07 de junho daquele ano, na cidade de São Paulo, em que foram realizados protestos contra preconceitos religiosos sofridos pelos LGBTQIAPN+. Poucos dias depois, no subúrbio da cidade Rio de Janeiro, uma criança que saía de um culto do Candomblé foi agredida com uma pedrada na cabeça, por motivações supostamente religiosas. Segundo o relato da vítima e seus familiares, os agressores tinham bíblias em mãos e gritavam palavras como “diabo” e “vai pro inferno” para a criança e seus

familiares, culminado com a agressão física. No mesmo ano, a produtora “Brasil paralelo” lançou a série “Brasil, a última cruzada” que através de uma narrativa épica fala de uma herança judaico-cristã que precisa ser preservada, retomando a ideia de “guerra santa”, numa notória incitação à ideia de supremacia branca.

Em 2015 o movimento ESP chegou ao seu auge e em 2016 se consolidou como uma proposta para a educação que é submetida ao Senado por Magno Malta (PR-ES), na forma do Projeto de Lei nº 193 (PL-193, 2016) a ser incorporada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (MACEDO, 2017; CESAR e DUARTE, 2017; GUILHERME e PICOLI, 2018; DALTOÉ e FERREIRA, 2019). Segundo Macedo (2017, p. 508), a proposta se apoiava em uma perspectiva antagônica da relação entre professores e alunos e pais, assim como os demais projetos estaduais e locais de 2014, já citados anteriormente. O que todos esses autores acima mencionados concordam ao tratar do tema é que os projetos, assim como o próprio movimento ESP, tem um viés político, explicitamente do que se entende como direita partidária, e ataca veementemente as pautas sociais e feministas. Frigotto (2016, p. 12), optou por grafar o nome “Escola sem Partido” entre aspas:

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente.

O movimento e os projetos do ESP pautaram em todo o país a discussão dos planos educacionais nacional, estaduais e municipais. Marcados pelo pânico moral disseminado pela união de grupos diversos que encontraram na reação aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, da luta contra a homofobia, da educação para as questões de gênero, o *lobby* comum da “ideologia de gênero” a ser combatida na escola e na sociedade. Alianças forjadas em torno de uma “cruzada moral” que é apenas a fachada de interesses políticos outros, até mesmo divergentes, muito além do combate aos movimentos de gênero (MISKOLCI, 2018, p. 6). O poder de uma religiosidade, que desde a colonização do país foi “o instrumento mais poderoso” em sua missão civilizatória (Lugones, 2014, p. 938), é ainda usado para o controle moral a serviço de interesses políticos.

E é com esse perfil, sustentado nos discursos do ódio e da intolerância, que ecoam ironicamente de movimentos religiosos conservadores, com a adesão de oportunistas políticos,

que emerge no Brasil o que podemos chamar de “novíssima direita” ou direita mais conservadora. E se até então o saldo era positivo em termos das conquistas e dos retrocessos no campo de gênero, em 2016 já não é mais.

O fantasma da “ideologia de gênero” tem contribuído para angariar adesão a grupos de interesses que defendem pautas que representam o primeiro grande retrocesso em matérias de cidadania desde a Constituição de 1988. Da citada censura ao termo gênero nos planos de educação, à reforma trabalhista, à tentativa de flexibilização das normas contra o trabalho escravo, às propostas de “leis da mordada” até as perseguições ao trabalho intelectual, artístico e docente que marcaram os últimos anos. Apesar do formato de cruzada, a campanha não pode ser atribuída simplesmente a fundamentalistas religiosos, tampouco se caracteriza pela homogeneidade de seus membros; antes pela caça a um fantasma em que vários grupos de interesse circunstancialmente unidos projetam inimigos. A heterogeneidade dos agentes que vão da Igreja Católica a lideranças evangélicas neopentecostais e defensores laicos do liberalismo econômico, assim como de seus objetivos que vão da disputa pelo controle de políticas públicas, de comissões parlamentares ou de nichos eleitorais, não impediu que sua ação articulada tenha sido bem sucedida. As razões para isso podem ser encontradas no momento em que a aliança se estabelece em nosso país. (MISKOLCI, 2018, p. 11)

Essa agenda neoliberal, moralista e antifeminista é sustentada pelo MBL e reforçou um imaginário nacionalista do Brasil masculino, que culminou com a já referendada vitória do ex-deputado Jair Bolsonaro, apresentado como o candidato forte, protetor, capaz de salvar o país das ameaças comunistas e feministas, nas eleições presidenciais de 2018 (PAYNE; SANTOS, 2020, p. 36). “Durante a campanha, esse candidato fez amplo uso das redes sociais, em especial do WhatsApp, com a ajuda de empresas especializadas para multiplicação eletrônica de mensagens, a fim de espalhar falsas notícias, imagens estereotipadas e discurso de ódio” (REYES, RAMÍREZ, WOLFF, 2020). Foi uma vitória da extrema direita conservadora, tanto na presidência quanto na maioria do congresso, desenhando um cenário desolador, pautado pelos retrocessos não apenas em questões de gênero, mas também nas questões sociais, de etnia, ambientais, de educação, trabalho e saúde. A eleição de Bolsonaro foi a vitória do

[...] homem branco apoiado por grandes proprietários de terra, pelo mundo dos negócios e por Igrejas evangélicas; um homem que declarou abertamente sua misoginia, sua homofobia, sua negrofobia, seu desprezo pelos povos indígenas, sua vontade de vender o Brasil ao melhor pagador, de violar as leis sociais voltadas às classes mais pobres e as leis de proteção à natureza, de voltar atrás nos acordos assinados com povos indígenas, e tudo isso alguns meses após o assassinato da vereadora queer e negra Marielle Franco. (VERGÈS, 2020, p. 38).

A ascensão do deputado medíocre, no sentido literal da palavra, foi a culminância dos movimentos reacionários desse grupo heterogêneo da extrema direita no Brasil. O presidente

eleito em 2018 reúne o arquétipo do combinado de poderes e forças de opressão típico dos processos civilizatório e colonial²⁷ hegemônicos, que deram as bases para o avanço do capitalismo na modernidade. Barzotto e Seffner (2020) resgataram falas que marcaram esse (des)governo, em 2019, sustentando discursos sobre a “chamada ideologia” como um mal a ser combatido.

Tanto a fala da ministra quanto a do presidente manifestam um desejo pela volta de certas normas e princípios morais relacionadas ao gênero e à sexualidade dos indivíduos, potencializadas por sua forte atuação junto às bases religiosas (neo)pentecostais. Em suas retóricas, o Estado teria a função de (re)moralizar tais questões junto à arena pública. (BARZOTTO; SEFFNER, 2020, p. 151)

Ainda assim, é possível registrar pequenas vitórias recentes para os movimentos feministas. Por exemplo, em 2017 “o PL-193 foi retirado de tramitação pelo autor, a pedido do Movimento Escola Sem Partido, dias antes de ser debatido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que já acenava por sua rejeição” (DALTOÉ; FERREIRA, 2019, p. 210), e apesar de ser ainda submetido à Câmara dos Deputados, no final de 2018, por falta de consenso, os trabalhos foram encerrados e o PL para ser apresentado deveria reiniciar todos os trâmites em 2019. Além disso, embora o ESP tenha impactado na versão final da BNCC e do PNE, em abril de 2020 uma importante conquista ocorreu a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional “a Lei 1.516/2015 do município de Novo Gama-GO, que impunha proibição de veiculação de materiais e informações nas escolas municipais que contenham aquilo que se convencionou falaciosamente chamar de ‘ideologia de gênero’” (REIS, 2020). Como disse Reis (2020) no texto de sua matéria no site “congressoemfoco”, o ESP já estava “respirando por aparelhos”, fadado ao seu fim, ou no mínimo já havia perdido muito de sua força. Mas, ainda assim, o estrago feito foi profundo e deixou sequelas.

Dos conflitos vivenciados, das derrotas sofridas no PNE e na BNCC e nos currículos locais e estaduais, como o caso específico de GV, ainda vemos situações conflituosas nas escolas e universidades onde as pautas e os debates de gênero são vistos como nocivos, ameaçadores da ordem, destruidores das estruturas. E assim são vistos por que realmente os são. São perigosos para velhas estruturas da ideologia patriarcal capitalista branca dominante! A ideologia de gênero.

²⁷ Falarei sobre a colonialidade e o feminismo ainda neste capítulo.

Então o Feminismo é uma ideologia também? Por tudo que já dissemos sobre ideologia, podemos dizer que sim, salvaguardando, claro, a perspectiva de ideologia como um corpo de ideias. Mas, prefiro explicar como uma contraideologia, no sentido de dizer mesmo que é movimento e é conhecimento que problematiza, desconstrói e reconstrói relações de gênero. Por isso, vou concordar com Reyes, Ramírez e Wolff (2020) que “No entanto, há também um novo sentido de política emergente, uma nova abordagem política em construção nas ruas, nas organizações e nas redes sociais”.

1.4 Um giro na minha tese: feminismo decolonial

O caminho feito pelos movimentos antigênero, pela expressão “Ideologia de Gênero” e pela pauta antifeminista é uma reincidência da trajetória colonizadora do continente conhecido como América Latina. O que chamamos aqui de colonialidade é a própria *europidade*, é o patriarcado cristão europeu que se impôs nas terras “ladinas” por meio da colonização.

El mundo que se formó desde hace 500 años está culminando con la formación de una estructura productiva, financiera y comercial que tiende a ser más integrada que antes. Con una drástica reconcentración del control de poder político y de recursos de producción en manos de los funcionarios del capital, especulativo sobre todo. (QUIJANO, 1998, p. 228)

Parece a mim que o giro decolonial soprou rio acima e rodou o barco da minha tese de volta na leitura dos movimentos e contramovimentos de gênero na América Latina. Mas agora pelo prisma da inseparabilidade de gênero, classe, raça e ambiente. Enquanto tentei trazer uma narrativa da origem e sentido da expressão “Ideologia de Gênero”, falei também dos movimentos e pautas feministas e de gênero, caminhando (ou navegando) para uma leitura da cidade e dos episódios objeto dessa pesquisa. Mas, o que encontrei na história da cidade foi me exigindo outras leituras, que, na busca de um termo e outro, me levaram aos estudos decoloniais e aos feminismos descolonial e decolonial.

O “giro” foi “[...] um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). De acordo com a autora o giro decolonial trata de uma mudança epistemológica que insere a América Latina no debate pós-colonial, trazendo uma ruptura a partir de críticas ao

eurocentrismo, à modernidade e à colonialidade, nas elaborações teóricas do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)²⁸ (BALLESTRIN, 2020, p. 09).

O pensamento decolonial, que foi a base para o giro, implica a compreensão de colonialidade que é diferente de colonialismo. O colonialismo foi, no passado, o modo de invasão, exploração e conquista dos territórios americanos por povos europeus. A colonialidade é uma racionalidade moderna eurocêntrica que foi imposta pelos colonizadores aos colonizados das Américas, e que permanece, ainda que em outra configuração, agora contemporânea. (BALLESTRIN, 2013)

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjectivos da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

Ao trazer as questões decoloniais para as pautas feministas, Morgante e Nader (2014, p. 05) lembram que em tempos remotos dos primórdios da sociedade civil organizada a descendência era reconhecida pela maternidade uma vez que havia liberdade de relações sexuais para as mulheres. Mas, lembram também que a gênese da civilização se deu com o surgimento da família patriarcal, estabelecendo a descendência paterna. Assim, o patriarcalismo foi entendido como um exercício da razão, como um avanço necessário e positivo no processo civilizatório. O texto se refere à civilização ocidental, de uma organização civil eurocêntrica que foi necessária para as estruturas de poder que fundaram o capitalismo com todas as suas mazelas de exploração e injustiças sociais. A organização capitalista e a racionalidade patriarcal se retroalimentam e implicam na racionalidade patrimonial. Nessa racionalidade estão implícitas, além das questões de gênero fundadas no patriarcado, questões de classe, ambientais e de etnias.

Há uma simbiose entre patriarcado, capitalismo e patrimonialismo, que faz da figura do patriarca o senhor e soberano de sua família e dos demais agregados, funcionários ou escravos que dependem e coabitam em seu patrimônio. Esse modelo patriarcal e patrimonial é o próprio modelo colonial moderno que invade o continente americano e assola povos e terras

²⁸ O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidad Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano e Fernando Coronil. (BALLESTRIN, 2013, p. 97). Em seu artigo “América Latina e o giro decolonial”, Ballestrin (2013) fala do grupo, sua composição e produções.

no que vou chamar de “combo²⁹ europeu de opressão/exploração ambiental, de classe, de raça e de gênero”. Travestido de uma missão civilizatória, o combinado de devastação por exploração ambiental e opressão de gênero, classe e raça torna-se a marca colonial e constitui a colonialidade moderna e contemporânea.

A missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica de conquista e colonização. Julgar os/as colonizados/as por suas deficiências do ponto de vista da missão civilizatória justificava enormes crueldades. Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres. O que tem sido entendido como “feminização” de “homens” colonizados parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles passividade sexual sob ameaça de estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos/as colonizados/as. (LUGONES, 2014, p. 937)

Ao elaborar seu conceito de Colonialidade do Poder, Quijano (2009) alertou sobre as limitações do materialismo histórico quando pensamos em outros eixos das hierarquias de poder e opressão como raça e gênero. No texto de Lugones aparece também as colonialidades do saber e do ser que Quijano (2009) tratou, e também de gênero, que Lugones buscou definir.

Quando trazemos a categoria de gênero para o centro do projeto colonial, podemos então traçar uma genealogia de sua formação e utilização como um mecanismo fundamental pelo qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo. [...] A colonialidade do gênero e a colonialidade do poder são mutuamente constitutivos. (COSTA, 2022, p. 03)

Lugones (2014, p. 935) propõe que a racionalidade opressora da modernidade seja lida e aprofundada pela “lente” de gênero. Inspirada pelos estudos de Oyěwùmí atribui à colonialidade o patriarcalismo. Embora outras estudiosas feministas³⁰ tenham observado sinais do patriarcado em sociedades não europeias ou coloniais/colonizadas, ainda que apresentando diferentes características ou menor intensidade, a colonialidade contemporânea em territórios americanos carrega as marcas e a racionalidade do patriarcado moderno/colonial europeu. E

²⁹ Combo é uma palavra em inglês e significa uma abreviação do termo combination. Em português pode ter os significados de sequência ou combinação. [Wikipédia](#)

³⁰ Luciana Balletrim (2017) faz essa discussão em seu texto “Feminismos Subalternos”.

essa colonialidade destruiu culturas matrilineares, ou no mínimo menos agressivas às mulheres, impondo violências de gênero aos colonizados e colonizadas.

Oyèwùmí (2004, p. 03) também pontua o imperialismo e outras formas e sistemas de hierarquias de dominação e opressão, lembrando que gênero integra o contexto social de formas locais e globais de estratificação. E Bozzano (2019) nos provoca a pensar nas resistências, nas ações e contra-ações, fazendo uma leitura das relações de subordinação da colonialidade em sua complexidade, violência e cumplicidade para que essa Modernidade fosse legitimada, perpetuando a colonialidade desde o período colonial até a contemporaneidade.

Podemos, desse modo, observar como os marcos de pensamento e os horizontes de expectativas e ações foram construídos de acordo com a Razão moderna, assim como a coexistência de diferentes estratégias de resistência contra as formas mais cruéis de opressão e violência. (BOZZANO, 2019, p. 03)

E ainda a questão ambiental que completa o combo colonial e moderno vindo da Europa. As questões de gênero, raça e classe estão no mesmo bojo da ascensão do capitalismo e suas formas de produção e exploração dos recursos naturais. À medida que avançam as opressões e hierarquias, também cresce uma economia do consumo que produz para o descarte. Assim, “[...] a economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (VERGÈS, 2020, p. 127). Vergès (2020) é propositiva ao pensar uma agenda feminista que resgate dos povos indígenas seu modo de vida, que coloca natureza e comunidade acima dos méritos pessoais e não trabalha pela produção de excedentes e acumulação de bens. Essa compreensão nos movimentos e estudos feministas também representa um giro epistemológico, embora pautas das interseccionalidades, sobretudo de raça e etnia, já tivessem impactado tanto os movimentos quanto as pesquisas no campo de gênero. Esses impactos trouxeram conflitos dentro do próprio movimento e denunciaram um feminismo branco, hegemônico e (neo)liberal.

O feminismo do século XIX e princípios do século XX, que teve na luta pelo direito ao voto sua bandeira mais emblemática, foi, sobretudo, um movimento de mulheres das classes mais abastadas. Ainda que muitas sufragistas manifestassem seu apoio à abolição da escravatura nos Estados Unidos, seu programa consistia, em primeiro lugar, na extensão às mulheres dos direitos que o liberalismo concedia aos homens. A crítica aos limites do liberalismo, num momento em que mesmo na letra da lei vários destes direitos eram negados aos trabalhadores de ambos os sexos, estava fora do alcance da maior parte do discurso sufragista. (MIGUEL, 2017, p. 1225)

Segundo o autor, já nos anos 1960 e 1970 as pautas feministas começam a se ocupar da relação moderna entre o patriarcado e o capitalismo, tendo como desafio produzir análises

que articulassem classe e gênero. A influência marxista entre as feministas possibilitou avanços nesse sentido, mas a exemplo do que Quijano defenderia em seus estudos já nos anos 1980, a leitura pelo viés do materialismo histórico não foi suficiente para ler toda a complexidade e multiplicidade das questões que estão interligadas quando tratamos de gênero. Ainda que as pioneiras de um feminismo marxista quisessem “afirmar um compromisso duplo, em que gênero e classe estivessem presentes” (MIGUEL, 2017, p. 1220-1221).

Sob o julgo do patriarcado colonial, as questões de mulheres brancas e mulheres racializadas foram marcadas por diferentes pautas, embora tivessem em comum o domínio do homem. Oyèwùmí (2004, p. 05) chama a atenção para o lar da família nuclear patriarcal ser a unidade de análise, reduzindo a mulher branca à esposa do senhor. Uma vez que dentro desse núcleo familiar não existiam variáveis de raça ou classe, a autora explica, o chamado feminismo branco não percebe as outras pautas de gênero.

Mesmo uma categoria como mãe não é inteligível para o pensamento feminista branco, exceto se a mãe é inicialmente definida como esposa do patriarca. Parece não haver compreensão do papel de mãe independente de seus laços sexuais com um pai. (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 05)

Em seu artigo “Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo”, Neuma Aguiar (2000, p. 311) fala da família patriarcal brasileira. O núcleo dessa família compreende um casal hétero – o patriarca e sua esposa – e seus filhos “legítimos”, mas em sua periferia estariam escravos, agregados, outras mulheres em situação de concubinato com filhos “ilegítimos” do patriarca. A descrição dessa família me faz pensar nessas mulheres violentadas. Todas elas. Mulheres brancas que se definiam por ser esposa para servir ao homem branco detentor do patrimônio, mulheres racializadas exploradas, violadas, violentadas e agredidas de variadas formas.

Essa família nuclear patriarcal sofre transformações tanto na sua migração do meio rural para o meio urbano, como também, e por isso mesmo, com a passagem da modernidade para contemporaneidade. E nesse sentido, Morgante e Nader (2014, p. 07) alertam para a inadequação de aplicar um conceito historicamente datado sem os devidos cuidados. De toda forma, “O conceito patriarcado permite visualizar estes dois âmbitos, a dominação e a exploração das mulheres, que estão estreitamente interligados.” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 08) e por isso não é necessário abandonar os termos em torno do patriarcalismo, mas cuidar para que o seu uso seja contextualizado. Para elas a própria compreensão sobre patriarcalismo ainda está presa aos grilhões culturais patriarcais (idem). Mas, com a passagem do moderno ao contemporâneo, as famílias nucleares foram deixando o campo e avançando para as cidades,

sobretudo pelas práticas de grilagem, que ampliava o latifúndio dos “coronéis” e trazia para os centros urbanos um patriarcado em movimento.

A reclusão doméstica se abrandava com o ambiente das cidades, embora as mulheres brancas fiquem à margem do movimento abolicionista. No meio rural, persistem os códigos de comportamento da sociedade patriarcal com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico. Porém, entre a desorganização da família estendida e o domínio da família nuclear encontra-se ampla gama de experiências. A prepotência do pai-de-família vai dando lugar à função econômica de provedor. (AGUIAR, 2000, p. 321)

Seja no contexto urbano ou rural, na colonialidade moderna ou contemporânea, a questão de classe também se coloca na América Latina entre as mulheres brancas e as mulheres racializadas. Françoise Vergès (2020) chama o feminismo branco e burguês de “feminismo civilizatório”. É o mesmo feminismo hegemônico, também chamado liberal, que busca uma suposta emancipação das mulheres pelas ferramentas de ascensão econômica do capitalismo, que se sustenta nas bases patriarcais. Uma suposta emancipação, pois, está apenas no plano das conquistas individuais da meritocracia dos privilégios, que desconsidera as questões de classe, raça e etnia, e ambientais. Um movimento que é próprio do capitalismo liberal, enaltecer singularidades em detrimento de coletividades, e que acaba por manter as mulheres brancas aprisionadas no ideal de feminilidade moldado pela colonização.

Segundo Ballestrin (2020, p. 06), os anos 1990 foram marcados por conflitos internos aos próprios movimentos feministas. A transnacionalização e internacionalização trouxe impactos nos debates e práticas ao alavancar agendas liberais. A autora destaca que feminismos subalternos ao próprio feminismo se consolidam a partir das questões de interseccionalidades que atravessam as pautas feministas.

É importante observar essa dupla construção: ao mesmo tempo em que denunciam o silenciamento de várias expressões do feminismo, os feminismos subalternos agenciam um antagonismo irreconciliável diante um feminismo hegemônico do Primeiro Mundo ou Norte Global: elitista, ocidental, branco, universalista e etnocêntrico. Isso revela um essencialismo estratégico e binário no interior do próprio feminismo, e, portanto, nas relações intragênero. É importante notar que este antagonismo vai sendo acentuado a partir da identificação e interiorização de outros marcadores que ampliam o leque das interseccionalidades – ao lado e a partir de suas categorias centrais (classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero) (BALLESTRIN, 2017; 2020, p. 04)

Ballestrin observa que as leituras feministas críticas, além do discurso anti-imperialista e das problematizações sobre capitalismo e patriarcado, desenvolveram também um discurso antineoliberal nos últimos trinta anos, a partir da percepção “de que a globalização neoliberal intensificou a pobreza e o trabalho das mulheres marginalizadas devido aos seus impactos no

plano local” (BALLESTRIN, 2020, p. 08). Essas mulheres marginalizadas estão em uma posição social específica que guarda estreita relação entre raça e classe num grau ainda mais significativo do que entre gênero e classe, pela incidência do racismo estrutural que não pode ser reduzido à desigualdade de classe (MIGUEL, 2017, p. 1226). E “Ainda que tanto hooks quanto Spelman realcem a condição de trabalhadoras das mulheres negras, o discurso posterior sobre a interseccionalidade da opressão é muito mais atento à sobreposição entre gênero e raça [...]” (MIGUEL, 2017, p. 1226) em que raça parece substituir o polo “classe” no par gênero/classe dos feminismos de influência marxista. Para Miguel (2017, p. 1226-1227) classe ganha uma importância secundária, como um “pano de fundo difuso” em sociedades racistas em que homens e mulheres racializados estatisticamente têm menos acessos a bons salários e propriedades.

A interseccionalidade de Crenshaw ajuda a compreender essa imbricação da realidade social das mulheres negras, das mulheres racializadas. Segundo Costa (2022, p. 05), Lugones propõe uma lógica ainda mais profunda: a inseparabilidade, a fusão entre gênero, raça e classe em seu feminismo decolonial. Para Lugones, o feminismo decolonial é a práxis de descolonizar gênero (2014, p. 940), é resistência à colonialidade.

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (LUGONES, 2014, p. 949)

E agora sim, depois desse giro, podemos ir pra Valadares! Mas, ao entrar na cidade, voltaremos no tempo, mais uma vez. Se em 2015 eclodem em GV os conflitos em torno da “ideologia de gênero” nos currículos oficiais, e ainda são ameaçadores em 2019, falar disso me parece exigir que antes seja dito sobre como as pautas de gênero emergem e se desenrolam nessa cidade. Há questões políticas, sociais e culturais desse território que precisam ser narradas, pensadas, discutidas, para buscar compreensões sobre os impactos do *lobby* da “ideologia de gênero” e do movimento ESP nas discussões públicas sobre as questões de gênero no currículo escolar. Como esse fenômeno político social chega e acontece em Governador

Valadares? Como essa naturalização dos discursos de ódio, ou de retrocessos em direitos humanos, que não está acontecendo só no Brasil, mas em todo o mundo, acontece nessa cidade jovem, de médio porte, da região leste do interior de Minas Gerais?

Senti a necessidade de mergulhar um pouco mais fundo na história de Valadares. As raízes históricas de um aparente e marcado conservadorismo, que se manifesta em uma cidade de apenas 85 anos, dos quais, nos últimos 40 anos é reconhecida pela prática de esportes radicais e por seus fluxos migratórios. Um estudo de caso do debate público sobre a “ideologia de gênero” na cidade. Pensar essas questões em Valadares, entender o caso, é uma forma de compreender como essa política se concretiza em um território e, por outro lado, como o que acontece neste território impacta e é impactado no global e no nacional.

2 MARCAS DE GÊNERO NA “PRINCESA”: DA COLONIZAÇÃO À EMIGRAÇÃO

Estudar sobre a cidade dialoga com estudar cidades, mas não é exatamente fazer uma ciência urbana. De toda forma, olhar um determinado objeto de estudo na cidade aproxima-se do que Léfèbvre (2001) trata como bases epistemológicas de uma ciência analítica da cidade. Numa perspectiva crítica, aponta caminhos para um estudo da práxis urbana, compreendendo que conceitos e teorias da cidade só podem avançar a partir de leituras das práticas sociais em seu contexto. No sentido de Léfèbvre (2001), ao ser estudada a cidade já se modificou, já é história, e que, por isso mesmo, traz desafios e requer esforços de leituras nas quais "O passado, o presente e o possível não se separam." (p.105). Olhar uma história, olhar uma cidade, procurar marcas... e em tempos de pandemia. Foram muitos desafios colocados ao objetivo desse capítulo dos meus estudos, de encontrar na história da cidade marcas das relações de gênero que permitissem uma leitura dos conflitos sobre o PME e a ESP em 2015 e 2019 na cidade Governador Valadares.

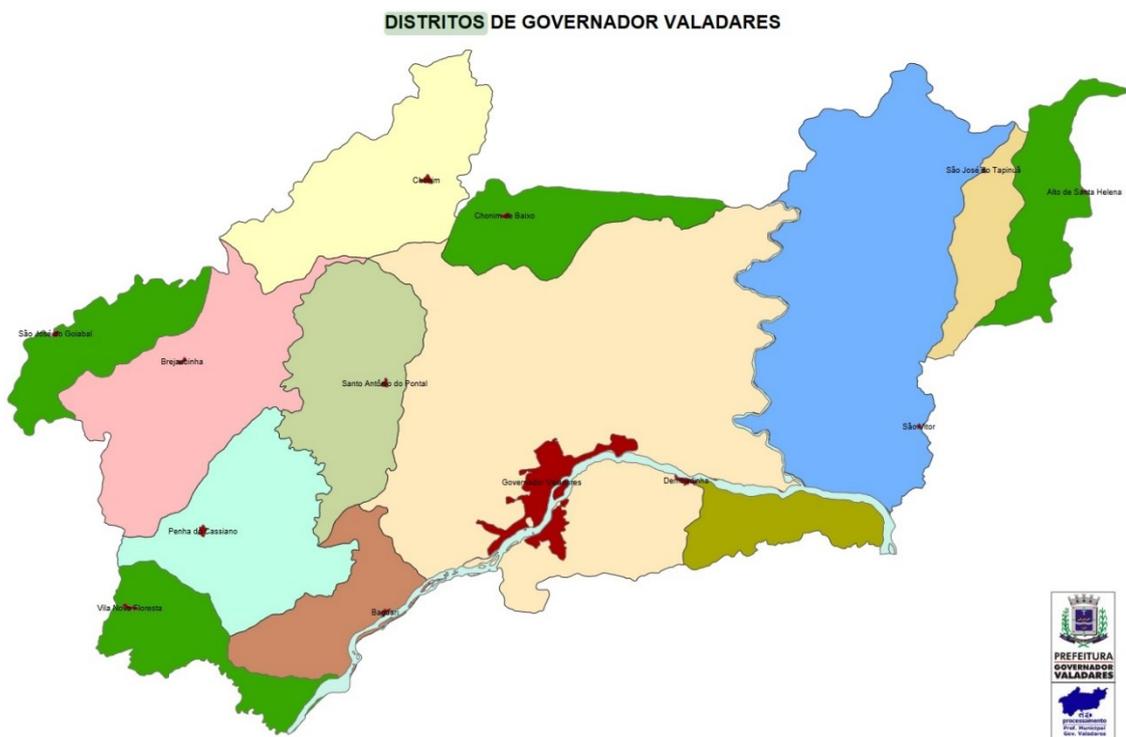
É de praxe que a apresentação de uma cidade, um povo, uma organização social em uma pesquisa, não prescindia das estatísticas e dados geográficos mais objetivos sobre população, trabalho, educação, economia, saúde, cultura, religião, eleições, o que de toda forma não pretendo prescindir. Pelo contrário, entendo a importância em trazer informações que contribuam com aquelas outras tantas que as narrativas trarão, para ajudar a apresentar e ler a cidade. Por isso mesmo, lamento e alerto que finalizo este texto, às vésperas do próximo censo decenal do IBGE. O último data de 2010, e um novo censo somente será realizado em agosto de 2022, pois foi adiado em função da pandemia de 2020.

Certamente isso limita uma leitura mais completa e atualizada, mas não inviabiliza ou invalida meu trabalho. Considerando que os conflitos sobre as temáticas de gênero nos currículos da Educação Básica se intensificaram entre 2013 e 2016, as informações oficiais do IBGE ainda guardam significativa relevância para essa pesquisa. Restou-me ainda a possibilidade além de trabalhar com as informações de 2010 em relação a indicadores, combinar com dados oficiais sobre Valadares, mais atualizados, publicados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, e pelo próprio IBGE. Assim, em termos populacionais, as informações já são mais recentes como 2017 ou 2019.

Governador Valadares tem uma localização geográfica duplamente privilegiada. Localiza-se na intersecção de várias rodovias, estrada de ferro, e um aeroporto que foi inaugurado em 1966, sendo que antes disso possuía uma pista de pouso na própria terra. São duas BR que atravessam a cidade e se cruzam, dando acesso às capitais do Rio Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. A BR 116, conhecida como Rio-Bahia, corta a cidade, passa por cima do Rio Doce e da BR 381, que leva à capital Belo Horizonte, ao Vale do Aço e ao Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, ao Espírito Santo e a São Paulo, e no trecho Belo Horizonte - São Paulo é conhecida como Fernão Dias. São rodovias muito importantes para o país, sobretudo no período de construção/asfaltamento da Rio-Bahia para comunicação e acesso a diversos municípios dos estados por onde passa até os litorais baiano e fluminense, além do acesso a outras rodovias. Também é cortada pela ferrovia Vitória-Minas, fazendo da cidade um importante entroncamento rodoferroviário.

O mapa a seguir mostra a região onde a cidade está inserida e os distritos que estão ligados ao município.

Figura 2: Mapa de distritos de Governador Valadares

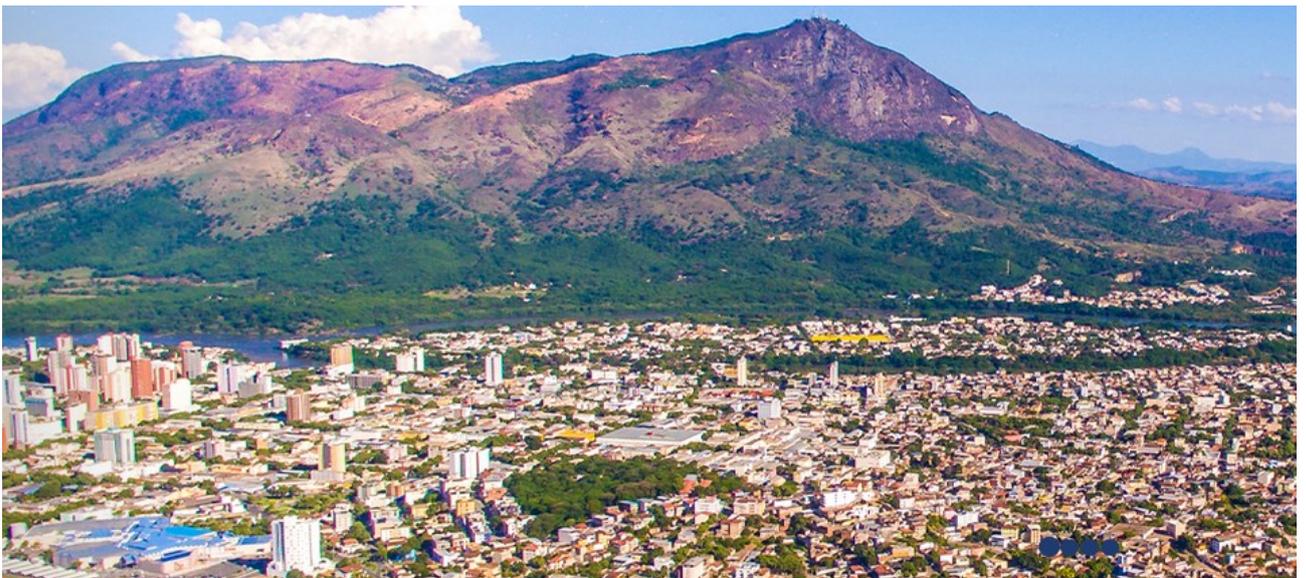


Fonte: sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Governador Valadares: <https://www.valadares.mg.gov.br/>

Governador Valadares, a cidade mesmo, é essa “guitarra vermelha” – ao menos é assim que a enxergamos lá de cima da montanha – cujo braço repousa naquela curva do rio que

Carlos Olavo descreveu. A curva que parece contornar a Ibituruna³¹ antes de seguir para o Espírito Santo. O mapa mostra os distritos que circundam a cidade e a abrangência de sua região. Situa-se então no Médio Rio Doce³², na região leste do Estado de Minas Gerais, a 314,2 km de distância da capital do estado, Belo Horizonte, e 359,9 km da capital do Espírito Santo, Vitória. Ficando praticamente no meio, entre as duas capitais, a cidade comporta uma importante e estratégica estação férrea da estrada Vitória-Minas. Segundo IBGE o município é constituído por mais outros 12 (doze) distritos, conforme registros de divisão territorial datados até 2007, sendo eles: Alto de Santa Helena, Baguari, Brejaubina, Chonin, Chonin de Baixo, Derribadinha, Goiabal, Penha do Cassiano, Santo Antônio do Pontal, São José do Itapionã, São Vitor e Vila Nova Floresta. Sua população no último censo (2010) era de 263.689, mas foi estimada em 2021 com 282.164 pessoas.

Figura 3 – Vista parcial de Governador Valadares com a Ibituruna ao fundo



Fonte: sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Governador Valadares: <https://www.valadares.mg.gov.br/>

³¹ Ibituruna é uma montanha que se eleva ao terreno da cidade, à margem direita do Rio Doce para quem vem no sentido Belo Horizonte – Espírito Santo. Segundo o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), o Pico da Ibituruna tem 1.123 metros de altitude e teve seu tombamento e sua declaração “[...] como monumento natural instituídos pelo art. 84 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. O Pico teve seu limite estabelecido pela Lei n.º 21.158, de 17 de janeiro de 2014.” (fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/>).

É também considerado um excelente ponto para prática de voo livre, dando à cidade de Governador Valadares o “título” de Capital Mundial do Voo Livre. Segundo a Associação Valadarense de Voo Livre (AVVL) “A cidade mineira é considerada a capital mundial do voo livre, já que possui uma das melhores térmicas do mundo para a prática desses esportes.” (fonte: <http://www.avvl.com.br/>).

³² Entende-se como Médio Rio Doce a área do Estado de Minas Gerais que vai da foz do Rio Piracicaba à foz do Rio Manhuaçu ou da cidade de Ipatinga à de Aimorés, formando um ângulo de 90 graus em Governador Valadares. (Silva, 2006, p. 6)

Em sua região imediata – microrregião – Governador Valadares é uma cidade pólo e em termos quantitativos, na comparação com outros 26 municípios, aparece em 1º lugar em três dos seis indicadores da página “panorama” apresentada pelo instituto, sobre Governador Valadares: população no último censo (2010), PIB per capita (2019), e, área da unidade territorial (2021). Nos demais critérios, assume posições diversificadas nesse ranqueamento, sendo: 2º lugar em salário médio dos trabalhadores formais (2019); 16º lugar em taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade (2016); e 9º lugar em mortalidade infantil (2020). (IBGE, diversos). Trazer aqui esses dados (e não outros) é mesmo para uma mostra comparativa que possibilite ao meu leitor construir uma ideia sobre as configurações da cidade. No quadro abaixo sistematizei as informações disponíveis na página “panorama” no sítio eletrônico do IBGE, referente a Governador Valadares, que comparam o seu desempenho regional com o estadual e o nacional. Em população e área da unidade territorial, as classificações estadual e nacional de Valadares não distam muito de seu destaque na microrregião, mas, em renda per capita e salário médio mensal, a diferença é bastante significativa.

Quadro 1 – Dados do IBGE: comparativo Microrregião, Minas Gerais e Brasil

	Ano	Microrregião (entre 26)	Minas Gerais (entre 853)	Brasil (entre 5570)
População no último censo	2010	1º	9º	91º
PIB per capita	2019	1º	194º	2000º
Área da unidade territorial	2021	1º	48º	653º
Salário médio mensal dos trabalhadores formais	2019	2º	127º	2034º
Mortalidade infantil	2020	9º	243º	1677º
Taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade	2016	16º	541º	3382º

Fonte: elaborado por Renata Greco de Oliveira a partir de dados disponíveis em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>

Ainda haveria muitos dados a serem apresentados para que um panorama sociográfico geral da cidade pudesse ser construído, mas não tenho esse objetivo. Vou deixar que outras informações surjam ao longo da história que será (re)contada nesse capítulo e no próximo. Contarei nesse capítulo muito da história já contada na obra de Carlos Olavo, cuja leitura fiz buscando imprimir um olhar de gênero, que com os avanços dos meus estudos foi ganhando

contornos da necessidade de uma análise que pensasse gênero num enfoque do feminismo decolonial. Afinal, Carlos Olavo chegou a Governador Valadares em 24 de agosto de 1954 (dia do suicídio de Getúlio Vargas), período considerado o esplendor da cidade que se desenvolvera rapidamente por meio de uma colonização extrativista predatória, tipicamente patriarcal e moderna. Mas para explicar isso, preciso contar a história da cidade que apurei, e é com a descrição que Carlos Olavo faz sobre a região onde ela está inserida que vou abrir a apresentação da “minha” terra, localizando-a no mapa de Minas Gerais:

Ao norte estão os imensos tabuleiros dos Gerais que ajudaram a dar nome ao Estado de Minas. Ao sul e sudoeste, a chamada Zona da Mata, de colonização antiga, ainda do Brasil Colônia e do Império, porta de Minas Gerais, como via obrigatória de acesso para quem vem da Guanabara. A oeste, as escarpas íngremes do Quadrilátero Ferrífero, que tanta cobiça desperta ao estrangeiro. E é de lá que vem o rio Doce, esse rio que não poderia ter outro nome. Largo, plácido, correndo manso num leito maior que ele, formando ilhotas por todo o seu percurso, ziguezagueia sem destino certo até Governador Valadares, quando toma uma decisão: inflete radicalmente para leste, numa curva de noventa graus, indo buscar o Atlântico lá nas terras do Espírito Santo. (PEREIRA, 1990, p. 17)

Simam (2008, p. 252) ao descrever a região, fala de terras mineiras tão diferentes do padrão das Gerais. Ao contrário das montanhas de um horizonte ondulado que marca o chão das Gerais, o Vale do Rio Doce, sobretudo nessa região onde hoje está a cidade, é quase uma planície aos pés da Ibituruna, que até o início do século passado ainda era um extenso espaço a ser ocupado, quando Figueira ainda era apenas um porto para os navegantes do rio Doce.

Figueira está plantada num tabuleiro do Rio Doce, num campo extenso, desabitado, uma floresta virgem do sertão do Leste mineiro. À topografia do lugar será ligada a idéia de moderno, de ser uma cidade do futuro, diferente das cidades antigas e “estagnadas” de Minas. Figueira é moderna – suas maiores riquezas são visíveis, estão acima da terra: serras resplandecentes, árvores centenárias. (SIMAN, 2008, p. 252)

2.1 De 1808-1920: Valadares pré-colonial

Imemorialmente habitada pelos Borum (denominados índios Botocudos pelos colonizadores, hoje são conhecidos como Krenak) a região foi colonizada já no século XX. A memória do desmatamento, da matança dos índios, da mineração, da implantação do latifúndio e da violência armada contra os pobres está muito viva. (SILVA, 2006, p. 06)

A região de Governador Valadares passou por uma colonização tardia, sobretudo em relação aos padrões de Minas Gerais, sendo a bacia do Rio Doce uma das últimas regiões do estado a serem ocupadas (ESPINDOLA, 2005). Nas primeiras décadas do século XIX, e mais intensamente após a independência, foram implementadas as primeiras possibilidades de ocupação do espaço, onde somente em torno de um século depois surgirá a cidade e a organização do território. De acordo com o historiador houve mesmo a preservação da área até então, por um receio da Coroa Portuguesa, no Brasil colônia, de que a região, uma vez aberta, servisse ao contrabando das riquezas minerais, utilizando a navegação do rio Doce para o acesso ao mar. A área, então conhecida por “Sertões do Rio Doce” era floresta fechada da Mata Atlântica que serviu como uma barreira natural a esse acesso.

Carlos Olavo descreve a abundância de recursos de madeira, em uma floresta que se “assemelha à Amazônia pelo porte das árvores” (PEREIRA, 1990, p. 17), mas com solo fértil em terras de cultura e outras riquezas que atraíram a exploração extrativista. Terras que até o início do século XIX não haviam sido colonizadas, até porque, para que a região permanecesse “inacessível”, formando uma barreira “natural” ao tráfego das extrações, muitas histórias e mitos eram contados sobre os povos originários da região.

O nativo que habitava o Sertão do Rio Doce era conhecido naquele período por “[...] devorador de carne humana e senhor de toda aquela dilatada mata, da qual, pelo seu grande número, tem extinto e afugentado outras nações que na mesma habitavam; é por isso temido, respeitado e absoluto dominador daqueles extensos matos”. (Notícia sobre os nativos que habitavam os sertões do leste de Minas, dada pelo cartógrafo e alferes José Joaquim da Rocha ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Rodrigo José de Menezes. [...]) (SILVA, SIMAM e COELHO, 2017, p. 03)

Contudo, ao final do período áureo da mineração, em 1808, aquela região mostrou-se como potencialmente explorável, e já não fazia sentido proibir a ocupação daquele espaço. Ao contrário, o Estado começa a investir em criar condições para a colonização da região, “[...] vale citar a condição legal estabelecida na Carta Régia Imperial de 13 de maio de 1808. Esta cria divisões militares, em torno de seis, na região do Rio Doce com um fim específico de combate aos índios botocudos” (OLIVEIRA; DIAS, 2010, s/p). Em 1810 é instalado o quartel militar de “Dom Manoel” que acabaria por dar nome também ao porto, localizado bem naquela curva do rio Doce, onde posteriormente seria o ponto de início da cidade de Figueira, atual Governador Valadares. (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 42). São implementadas estratégias para atrair a colonização, incentivos dados àqueles que viessem explorar a região, iniciando assim, entre a segunda e a terceira décadas do século XIX, um lento processo de ocupação (idem). Entre o final do Brasil Colônia e o início do Brasil Império, a ocupação e

exploração da área são consideradas promissoras, configurando um período de caça aos índios originários da região, “... o índio foi considerado inimigo a ser subjogado ou exterminado pela força das armas” (ESPÍNDOLA, 2009, p. 79).

Mesmo já iniciado o período do Brasil Império, essa ocupação se deu nos modelos coloniais. Os latifúndios e o extrativismo estão na base da colonização do “Sertão do Rio Doce”, um padrão de territorialização patriarcal, que traz junto com as marcações de terra, a figura dos proprietários latifundiários e o patrimonialismo. O sistema de distribuição de terras no Brasil Colônia seguia a metrópole, num modelo de sesmarias, de caráter mercantilista e com incentivo somente às grandes propriedades. Esse sistema se encerra em 1822, ano da Independência do Brasil, reconhecendo aos posseiros o direito às terras efetivamente cultivadas (MEDEIROS, 2011, p. 22). Seguiu-se na região o modelo da

[...] colonização portuguesa no contexto do desenvolvimento de um complexo Estado Patrimonial. A dominação se exerce no Brasil mediante as concessões de sesmarias, o que se traduziria nas doações efetuadas pela coroa a um estamento administrativo. Isto representa a concentração da propriedade ou posse da terra nas mãos de alguns, e a exclusão da massa da população que não tinha acesso aos postos burocráticos. (AGUIAR, 2000, p. 319)

Esse modelo nacional estava também no Vale do Rio Doce, o perfil de uma sociedade que se constitui nas fundações do patriarcado opressor. E embora o período das sesmarias já estivesse encerrado, Valadares é colonizada nos mesmos moldes e relações que estas estabeleciam, até mesmo porque em 1824 nos primórdios do Brasil Império, é facultada a concessão de sesmarias “... a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos.” (BORGES, 2004, p. 306). A estratégia de colonização portuguesa estabeleceu o patriarcalismo como forma de organização tanto no domínio doméstico quanto estatal. (AGUIAR, 2000, p. 308). A terra foi utilizada para atrair interessados e foram oferecidos incentivos financeiros e fiscais para que estes viessem colonizar a região, sendo ainda permitido o uso do trabalho indígena (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 03). Ainda assim, a ocupação da região não avançou muito até a Proclamação da República em 1889.

De acordo com Simam (2008), de 1808 a 1889 quase não se tem a tradição de memórias que possam relatar os movimentos e relações que se deram na região em seu processo de colonização. Como já sinalizado por Silva (2006) na abertura dessa sessão, Simam (2008) também destaca a falta de registros e vestígios sobre os povos indígenas que foram expulsos durante esse período. Ela aponta para a “estratégia do esquecimento”, como um ocultamento,

que dificulta a relação entre os Borum, a quem ela chama de nação botocuda, e os remanescentes Krenak (p. 247-248).

Silva (2006, p. 11) registra que apesar de todo o incentivo do Estado para a colonização do Médio Rio Doce, até o início do século XX não havia se assentado por ali nenhuma povoação de colonos que fosse mais significativa, e que embora o século XIX tenha criado algumas condições favoráveis, a ocupação do lugar se deu mesmo somente no século XX.

Desde a Proclamação da República até 1910 o então chamado Porto de Dom Manoel já era um pequeno povoado, com alguns casebres em torno daquele porto de canoas, que devido a sua posição estratégica, havia se tornado um entreposto comercial para circulação de mercadorias essenciais às populações do nordeste de Minas e do Espírito Santo (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 42). Segundo Simam (2008) essas trocas se davam entre os excedentes agropecuários do nordeste mineiro e os produtos industrializados vindo do litoral. Uma marca da cidade, desde sua origem, é sua localização sempre privilegiada em termos de acesso e fluxos. E nos primeiros anos da República, há uma grande movimentação de migrantes na região por razão da construção da ferrovia, que atualmente recebe o nome de Vitória-Minas e liga a capital mineira, Belo Horizonte à Vitória, capital do Espírito Santo. Todo esse movimento, em 1904, está bem próximo do velho Porto Dom Manoel, agora Figura do Rio Doce e futura Valadares (BORGES, 2004, p. 304).

Em torno das obras que ainda tinham o desafio de atravessar o rio para chegar e passar em Figueira, foram juntando pequenos comerciantes, lojistas, e outros colonizadores que pretendiam crescer economicamente, junto com a região. Esse contingente acompanhou as obras avançarem sobre o rio e chegarem a Figueira, na margem esquerda do rio Doce por onde também se “aportaram” (SIMAN, 2008, p. 249). A cidade se transformava em um centro catalisador de uma colonização exploratória, onde os fluxos de mercadorias e riquezas atrairiam muito dinheiro e enriquecimento para a região, mas bem ao estilo europeu/português, fundada na extração e vasão de suas fontes naturais. Era mesma a colonização extrativista que assolou toda a América Latina, o Brasil, e especialmente as Minas Gerais, até hoje castigada pela exploração do minério em suas terras.

A estrada de ferro é inaugurada em Figueira no dia 15 de agosto de 1910, colocando a cidade em uma localização ainda mais estratégica tanto para o trânsito de bens e serviços, quanto para a migração. Figueira, futura Valadares, cresce e acelera suas atividades, imprimindo de vez a colonização no Médio Rio Doce (SIMAN, 2008, p. 249). Assim, o velho porto, agora também estação, concretiza sua vocação de entreposto comercial, iniciando o crescimento do vilarejo com as primeiras famílias vindas do seu entorno, que se

autodenominaram como os pioneiros da cidade (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 42). Sim, pioneiros... aqui utilizei o masculino propositalmente, considerando que, quando se fala dos pioneiros em nossa cidade, a referência é sempre dos homens, seja nas fazendas ou na urbe, são os patriarcas, os “pais de família” que são referendados como os pioneiros de Governador Valadares. Em 2018, um projeto em homenagem a esses pioneiros, deixou claro quais foram seus principais personagens, os escolhidos para serem homenageados são todos homens.

Aconteceu na tarde desta terça-feira (25), na Sala Diamante, quarto andar da Prefeitura, a entrega dos certificados aos representantes dos pioneiros homenageados pelo projeto Graffiti Pioneiros, que foi inaugurado no último dia nove, no Mergulhão, e que não puderam comparecer ao evento. São eles: **Arnóbio Pitanga, Arthur Forattini, coronel Pedro Ferreira dos Santos, Gil Pacheco, Milton Amado, reverendo Otávio Souza, padre Eulálio Lafuente, Serra Lima, Soares da Cunha e Sotero Inácio Ramos.**³³

A Estação de Figueira chega trazendo agito, progresso e muito crescimento para a futura cidade. A estrada de ferro que surge com o nome Vitória-Diamantina, traz transformações significativas para a região (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 03). Primeiro, Figueira era um porto do Rio Doce, e depois passou a ser uma estação (SIMAN, 2008, p. 247). A ocupação da cidade está muito ligada ao seu entroncamento de vias de acesso somada a boa terra, boas águas, riquezas minerais e madeiras.

A partir de então, Figueira do Rio Doce começa a receber significativo contingente de posseiros, de retirantes, de trabalhadores, comerciantes, tropeiros e fazendeiros, vindos de cidades de regiões mais próximas como Virginópolis, Sabinópolis, Santa Maria do Suaçuí, Guanhães e Coroaci, entre outras regiões da Bacia do Rio Doce, para aproximarem-se da estrada de ferro e sua promessa de progresso. Também atraiu gente que veio do Nordeste, do Espírito Santo e até mesmo “estrangeiros, italianos, espanhóis e, posteriormente, sírios e libaneses, que se vão estabelecendo: comércio de gêneros alimentícios, madeiras, construção, fábricas de tijolos e telhas...” (SIMAN, 2008, p. 250). Assim, Figueira torna-se o centro das transformações e impactos desse novo cenário na região. Segundo Genovez, Teixeira e Braga (2019, p. 42) duas correntes migratórias se destacaram no processo de constituição da cidade: os já citados “pioneiros”, que vinham da zona rural para a área urbana e se estabeleceram no comércio ou mesmo nas terras locais, e os “forasteiros” que chegavam solteiros, sem família ou posses, em

³³ Sítio oficial da PMGV. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/pioneiros-recebem-homenagem-na-prefeitura/85637> acesso em: 17 de março de 2022.

busca de trabalho. Com a diversidade de gentes e interesses chegam também conflitos e lutas pela terra e uma degradação insustentável da Mata Atlântica local (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 42).

[...] a floresta é destruída, os índios remanescentes são afugentados, lavradores perdem os frutos do trabalho, com a destruição das plantações e a morte dos animais provocada pela passagem dos trens de ferro. [...] As terras devolutas, a maior parte das quais desocupadas, ricas em recursos naturais, cortadas por uma estrada de ferro que as liga ao mar, atraem fazendeiros, comerciantes de madeira e de minerais, e posseiros pobres, que vão formando pequenas roças de subsistência. (SIMAN, 2008, p. 247-248)

A região é descrita por Simam (2008, p. 243) como rica em recursos naturais, com sua floresta primitiva, solo fértil e rico em minerais que encerrava todo o potencial para uma história de sucesso. O sucesso do progresso, da modernidade, da colonização! Espaço que se constitui na utilização de seus recursos de modo violento, enriquecendo seus exploradores naquele modo típico do pensamento e das práticas coloniais, com resultados que se mostram primorosos, mas que na verdade exploram o espaço e exaurem o território. A historiadora transcreve uma fala do presidente Arthur Bernardes, de 1920, publicada por Norma de Góes Monteiro sobre a ocupação e exploração das terras nos vales do Rio Doce e do Mucuri: “Desses, alguns são bem-intencionados e se estabelecem em terras devolutas com intuito de nelas se fixarem definitivamente, construindo habitações regulares e fazendo culturas efetivas. Outros são verdadeiros devastadores de matas. (Citado por MONTEIRO, 1973, p. 154).” (SIMAN, 2008, p. 248)

De acordo com Silva (2006, p. 14) esse processo de colonização na região de Governador Valadares foi marcado por uma “cultura política de intolerância e de mandonismo” deixando na organização do território graves sequelas sociais, a que acrescento também econômicas e ambientais. O processo de crescimento populacional de Figueira, que foi muito lento até 1910, começa a acelerar e cresce substancialmente entre os anos de 1920 e 1930.

Um dos modos de fundação de uma cidade proposto por Weber (1967) é a existência de um intercâmbio comercial regular, ou seja, um mercado. Valadares vai se desenvolver exatamente pelo estabelecimento de mercados, tanto locais, quanto regionais, nacionais e internacionais. Sua localização desde o início da colonização desse espaço é privilegiada para esses mercados, e ficará cada mais propícia à medida que a cidade se desenvolve e chega a seu ápice nos anos 1950.

E assim, Figueira, atual Governador Valadares, começa sua organização urbana pela “rua de baixo” (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 42). O vilarejo vai crescendo e já é necessário pensar um traçado para a cidade que se desenvolve desordenadamente.

Outras ruas nascerão da primeira. Linhas retas se oporão à sinuosa Rua da Direita. A cidade está-se afastando do rio. Sua ocupação deverá obedecer a um plano. Normas preestabelecidas definirão o cumprimento e a largura dos quarteirões, dos passeios, das ruas, das avenidas, do afastamento das casas umas das outras, e destas da rua. (SIMAN, 2008, p. 252)

2.2 De 1930-1950: nasce a princesa

Segundo Silva (2016), desde o início dos anos 1930 até os anos 1940 a madeira-de-lei torna-se uma referência da economia do Vale do Rio Doce, e na cidade de Governador Valadares e região surgem inúmeras serrarias lotadas com espécies como peroba, jequitibá, sucupira, braúna, ipê e cerejeira, sendo a sua extração a base da economia local junto à extração da mica. A cidade vai se constituindo e desenvolvendo da forma que podemos identificar em Léfèbvre (s/d), como um processo de urbanização da sociedade que simultaneamente absorve o campo e ruraliza a cidade, e se sustenta na exploração da natureza sujeita exclusivamente às exigências do lucro (da mais-valia), conduzindo à sua devastação.

De acordo com meu Entrevistado 1³⁴ – estudioso da história de Valadares – em seus estudos sobre a história da cidade, ele identificou que o primeiro Censo realizado na em Figueira (atual Valadares) foi em 1930, apontando que a maioria da população adulta era de mulheres e que a média de vida

[...] não passava de 46 anos, raramente você tem alguém com 70, 75 anos... mulher, geralmente mulher. Você tem, espantosamente, duas proprietárias de hotel! Duas proprietárias de hotel. porque os maridos morriam e elas continuavam tocando o negócio.

Você tem as famosas creadas, não eram criadas, eram creadas... 14 creadas, foram registradas 14 creadas. Que que eram as creadas? Quem que era creada? As famílias simplesmente pegavam, meninas, para poder serem suas empregadas domésticas, mas elas não recebiam salário, elas recebiam como pagamento casa e comida e mais nada.

[...]

E o censo vai registrando quantas e quais eram as profissões, e você vai ver que a maioria era mulheres [...]. O que você mais tem é cozinheira, lavadeira, cê entendeu,

³⁴ Às pessoas que eu entrevistei para essa pesquisa, chamarei de Entrevistado ou Entrevistada, conforme a autodefinição de cada um/a, trazendo ao menos a inicial em maiúscula e seguido de uma numeração sequencial. Mas, essa numeração não corresponde à ordem de realização das entrevistas, e sim, à ordem que aparecem no texto.

e dona de casa. Você não tem ninguém formada entre as mulheres. (Entrevistado 1, 2021)

As mulheres invisibilizadas nas outras narrativas de pesquisas sobre a cidade que ainda mencionarei ao longo dessa história, começam a aparecer para mim nos relatos do Entrevistado 1. Em sua narrativa encontro aqueles corpos exaustos que hoje são responsáveis por abrir o mundo capitalista e limpá-lo, das mulheres racializadas, colonizadas. Foram esses corpos, das crianças criadas nas famílias patriarcais, das mulheres nos trabalhos subalternos do cuidado e da limpeza, que numa visão mais ampliada das relações e contextos, que estão, mesmo que invisíveis, na base da sustentação do capitalismo (VERGÈS, 2020, p. 19). Essa estrutura capitalista forjada na colonidade vai sendo naturalizada em (pré)conceitos de mundo que uma sociedade constrói e pelos quais é construída.

Nos anos 1930 as entradas de migrantes estavam em pleno processo (BORGES, 2004, p. 307), em ritmo crescente e foi a marca das próximas duas ou três décadas. Borges (2004) observa que nessa diversidade cultural e étnica dentre os posseiros havia uma diversidade de possibilidades para a ocupação e organização da região, diversidade de sonhos e utopias. “Essa variabilidade de percepção de mundo contava com um limite muito forte: o casamento entre latifúndio e indústria, chancelado pelo Estado. Era esse enlace que regia a correlação de forças, claramente desigual, ali existente” (BORGES, 2004, p. 309). Latifúndio, indústria e Estado, o tripé do patriarcado capitalista, a base da modernidade e da colonialidade³⁵.

[...] conforme nos relata um funcionário da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, “com o passar do tempo o posseiro, gente humilde, pobre, achou que entrando na terra e fazendo um aberto, plantando etc., seria dono da terra. Mas aconteceu que vieram os grandes, poderosos e tocaram esse povo de qualquer jeito. Compravam ou abriam um pedaço na mata e depois partiam por cima dos outros ... Tocavam o sujeito para fora impiedosamente, o sujeito com família e tudo. Às vezes, gente que morava ali há 10 ou 15 anos. Mataram demais, quebraram esse povo de lá de qualquer maneira. Queimaram barracos e tocaram eles sem dó.” (BORGES, 2004, p. 308-309)

Um enlace que impactou toda a economia e o pensamento local, as relações de poder, o território, cumprindo o projeto capitalista moderno/colonial alicerçado em classe gênero e etnia. Um modus operandi que aparece claramente na base patriarcal que vai constituindo a

³⁵ “Diferente do colonialismo – “que denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação” (Nelson MALDONADOTORRES, 2007, p. 131, tradução nossa) –, a manutenção do projeto colonial é conceitualizada como colonialidade, consequência do colonialismo e entendida como a cara oculta da modernidade europeia, isto é, processos inseparáveis e interdependentes² (Walter MIGNOLO, 2013), que constituem um padrão mundial de poder que consolida múltiplas hierarquias em torno de categorias como raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, etc.” (DE NORONHA; EZEQUIEL, 2022, p. 03)

cidade. Ainda que, como pontuado por Simam (2008), ela pudesse ter tomado outros rumos, foram esses que a cidade tomou, impulsionada “[...] pela força de seus atores e pela força avassaladora do capitalismo, da modernidade e das relações engendradas em seu interior [...]” (p. 247). A modernidade e o colonialismo/colonialidade³⁶ que prepararam e impulsionaram a ascensão do capitalismo encontram-se com sua própria pujança na cidade em construção. Crenças, valores, perspectivas e relações de poder que definirão os rumos da história da cidade, sua similaridade, afinidade e inserção na história do Brasil com suas permanências, avanços e retrocessos que impactam até os dias atuais.

Segundo Morais (2013, p. 139), em meados dos anos 1930 foi realizado um acordo entre o Brasil e os EUA para exportação da mica extraída em Governador Valadares (ainda Figueira). A venda da mica exclusivamente aos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, trouxe várias empresas de exploração e beneficiamento da mica para a cidade, acelerando ainda mais o crescimento e enriquecimento da região.

Durante a II Grande Guerra, houve um aumento da demanda mundial pela mica que, sendo utilizada para isolamento na indústria bélica, era considerada material estratégico. Atendendo a expectativa da época, a cidade tornou-se um grande centro de beneficiamento de mica, cujas oficinas pertenciam a brasileiros e o apoio técnico e comercialização era realizada por firmas americanas. A mica movimentava a vida comercial, colocando a cidade em contato direto com os EUA. (ASSIS, 1995, p. 46-47)

“A mica, como isolante essencial, antes da invenção do sintético, foi muito explorada na época da 2ª Guerra, empregando significativos contingentes femininos na sua classificação e seleção” (SILVA, 2006, p. 15). Quando pergunto ao Entrevistado 1 (2021) sobre as marcas de gênero que ele percebe na história que apurou em suas pesquisas, ele faz uma longa e prazerosa introdução sobre a história do Brasil, para finalizar dizendo que “a história é muito masculinizada, ela tem que repetir padrões europeus”.

O que o Entrevistado 1 (2021) sinaliza, na minha compreensão, é mesmo o perfil moderno/colonial que estará presente em todo o processo de colonização e desenvolvimento da cidade. Nesse processo de desenvolvimento a cidade também irá mostrar essa ideia de modernidade em seu planejamento urbano. Em sua pesquisa sobre Valadares, Simam (2008, p. 252) traz um recorte do “Relatório dos serviços executados na estrada de rodagem de Figueira-Itambacury” sobre o ano de 1936, redigido por Guilherme Giesbrecht, que descreve o traçado

³⁶ Em alguns momentos do texto utilizarei as duas expressões, considerando que a cidade vive seu processo de colonização e simultaneamente a manutenção do projeto colonial.

cartesiano, moderno, que a cidade apresenta até hoje, salvo as ruas que foram definidas após a alteração da passagem da linha férrea.

Figueira está edificada sobre um solo muito plano, tendo suas ruas traçadas e demarcadas até 2000 m de extensão. A orientação das ruas, que se cortam todas em ângulo reto, é Sul-Norte, Leste-Oeste. Foram projetadas 67 ruas, quase todas demarcadas, embora não em toda extensão e divididas em 177 quarteirões. A largura das ruas é de 20 m e a largura da avenida que corta todas as ruas transversais, de Sul a Norte, é de 30 m. A área demarcada é de 300 hectares. (GRESBRECHT, 1936, p. 83)

Até mesmo o traçado da cidade nascente, que hoje ainda é considerada uma cidade jovem, reflete um projeto de modernidade. Além do projeto urbano, a organização do espaço vai se ampliando e ganhando contornos não tão planejados, que ainda assim exibem as marcas da prosperidade que a mica e a madeira trouxeram para Valadares. Uma riqueza concentrada, típica de um modelo, que embora vivenciado ainda sua colonização, se organiza numa lógica do patrimonialismo patriarcal. Segundo Aguiar (2020) o patrimonialismo se constitui nas relações de dependência entre o patriarca e seus “familiares”, da mesma forma entre o soberano e os trabalhadores de um regime estamental (AGUIAR, 2020, p. 316). “A partir do século XIX, indica Saffioti, estaria consolidado o poder dos chefes de parentela, levando o Estado patrimonial a se assentar muito mais num tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental” (AGUIAR, 2020, p. 320). E embora a acumulação capitalista rompa com a sociedade colonial de caráter estamental, o que ocorre em Valadares é uma colonialidade já em caráter de classes, moderna, e, portanto, um patrimonialismo patriarcal.

Os espaços da zona boêmia também vão surgindo, e à medida que a prosperidade avança, avançam também os meios de lazer da cidade (SIMAN, 2008, p. 253). O lazer que cidade exhibe é o lazer dos homens, também típico de um modelo patriarcal de sociedade, se institui carregado das questões de gênero, com pressuposições machistas, racialistas e racistas, na perspectiva de uma biologia masculina distinta, que entende que o homem possui uma necessidade fisiológica de ter muitas e variadas parceiras sexuais.

Nessa época, segundo Genovez, Teixeira e Braga (2019), enquanto o comércio se torna o mais importante da região, surgem problemas com o abastecimento de água, saneamento básico e eletricidade. Além disso, a região sofre com doenças como malária, leishmaniose e esquistossomose. Ainda assim,

A emancipação do então distrito de Figueira do município de Peçanha ocorreu em 31 de dezembro de 1937 (por meio do Decreto-lei Estadual nº 32). O município de Figueira foi instalado em 30 de janeiro de 1938, data comemorativa do aniversário da

cidade. Em fins de 1938 (por meio do Decreto-Lei Estadual nº 148 de 17/12/1938) seu nome foi alterado de Figueira para Governador Valadares. (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 43)

No mesmo ano que a cidade se emancipa, é criado o Colégio Ibituruna, somente para homens. O Entrevistado 1 (2021) cita a criação de escolas na cidade quando responde sobre as marcas de gênero que eu havia perguntado. Ele diz que a exemplo da Europa, as escolas para os filhos da elite surgem separando homens e mulheres. O Colégio Imaculada, exclusivamente para mulheres será inaugurado três anos depois, em março de 1941. Até então, as moças valadarenses iam estudar na cidade de Itambacury, em um colégio que era administrado por uma congregação de freiras.

Os colégios eram ligados à igreja, colégios somente para mulheres, e somente para homens também... separa mulheres e homens... separados no currículo... as meninas aprendiam bordado, piano, francês, latim pra acompanhar a missa... separados no ensino e na função... São escolas para a elite né?! Essa mesma elite, ela segura tudo, ela quer segurar a letra, o poder da ciência, da sabedoria, só concedendo aos seus filhos, né? E aí manda estudar, aí a mulher quando ela chega num grau, a normalista, aí imediatamente ela tem que sair dali para o altar. Ela não precisa ir para outro lugar. O rapaz depois do 3º ano, ele vai a capital, ele vai pra BH, pra estudar, pra virar doutor. Ele vai pra BH pra virar doutor, pra virar médico, pra virar engenheiro, pra virar arquiteto. A menina a partir do 3º ano ela vai pra casar, tá pronta pra casar. (Entrevistado 1, 2021)

Segundo as narrativas do Entrevistado 1 (2021), é em 1940 que surge a “primeira escola pública, Nelson de Sena, na baixada do morro do Carapina. Já surge como escola mista...” (2021) ou seja, para homens e mulheres, sem a separação das escolas confessionais da elite. As escolas de Valadares, Ibituruna e Imaculada, eram administradas por padres e freiras, respectivamente. Em 1944 é fundada a primeira escola evangélica da cidade, o Colégio Presbiteriano, que já nos seus primeiros anos tinha turmas mistas, de homens e mulheres, “[...] porque o Presbiteriano seguia uma linha protestante norte-americana [...]” (Entrevistado 1, 2021). Essas escolas religiosas terão um papel importante para os coronéis da cidade às vésperas do Golpe Militar de 1964.

Segundo Borges (2004, p. 307) a região até os anos 1940, além da extração de madeira e mica, e mesmo antes dela, produzia café, cana-de-açúcar, fumo, algodão, mandioca, batata, arroz, milho e feijão. Eram produções de pequenas propriedades rurais, de posseiros que, vindos das mais diversas regiões, já citadas, produziam uma economia quase sempre de subsistência. Mas, no avançar da década, a região recebeu indústrias e latifúndios. A pecuária bovina de corte vai se tornando cada vez mais importante, enquanto a região recebe empresas como siderúrgicas Belgo-Mineira, Acesita, e Cia. Vale do Rio Doce (idem). Junto com o progresso surgem

conflitos e violências. Para Simam (2008, p. 246), trabalho, progresso e violência se entrecruzam no processo de desenvolvimento e transformações da cidade e proximidades.

É ainda na década de 1940 que Governador Valadares, segundo Assis (1995), torna-se um importante entroncamento rodo-ferroviário que irá fortalecer a cidade como um centro regional de comércio, produtos e serviços. No início da segunda década do século XX chegou a estrada de ferro, na década de 1930 chegam as rodovias que cercam a cidade, ligando-a às capitais de Minas e do Espírito Santo e na década de 1940 é construída a Rio Bahia (estrada rodoviária BR 116). Segundo Medeiros (2011), esse encontro rodoferroviário possibilitou um acelerado crescimento da população entre os anos 1940 e 1950, período de grande avanço da economia local. O crescimento econômico desse período trouxe também uma rápida urbanização. “Este fluxo de migrantes fez com que a população obtivesse taxas de crescimento populacional de 4,84% nos anos 40 e 7,08% nos 50 (COSTA op. cit., p. 14).” (ASSIS, 1995, p. 41).

A cidade se transformou num polo regional durante as décadas de 40 e 50, por concentrar as atividades comerciais e de prestação de serviço, mas, principalmente, pela crescente exploração dos seus recursos naturais: “madeira, pedras preciosas, mica e solos férteis” (ESPINDOLA, 1994, p. 23).

Sua ascensão tão significativa, e as promessas de riqueza de uma cidade tão jovem, respondiam ao ideal capitalista forjado na modernidade colonial com tamanho potencial, que a cidade recém-emancipada recebeu o título de Princesa do Vale³⁷. Vários/as outros/as autores e autoras fazem referência ao apelido de Valadares. Como por exemplo: Simam (2008), Felipe-Silva, Espíndola e Genovez (2010), Medeiros (2011), Assis (1995), Rabelo (2005), Borges (2004) que, em algum momento de seus textos chamam a cidade de Princesa do Vale.

Mas o relato a seguir é de uma das minhas entrevistadas, que é jornalista de profissão. Antes de me responder ela consultou suas fontes, suas anotações de conversas e entrevistas antigas que fez com pessoas da cidade que viveram boa parte de sua história, “como o Carioca, o Sr. Oswaldo Alcântara, o Dr. Arnóbio Pitanga, e um dos filhos do Sr. Sotero Inácio Ramos (que construiu o cine SIR e doou o terreno onde foi construído o bairro Conjunto SIR)” (Entrevistada 2, 2020). O que ela me contou, contou por texto em uma entrevista por meios digitais que misturou textos e áudios. E embora sua narrativa chegue (quase) até a década de

³⁷ Por ser uma cidade jovem e ao mesmo tempo ser polo na região do Vale do Rio Doce, Governador Valadares recebe o “título honorífico de ‘Princesa do Vale’, atestado de sua grandeza na região.” (SANTOS, 2014, p. 68)

70, extrapolando o tempo das narrativas dessa sessão, vou transcrever seu texto que conta a história da alcunha de “nossa” Valadares.

O codinome da cidade vem das décadas de 40-60 quando a cidade se desenvolveu muito rapidamente no pós-emancipação.

Governador Valadares foi emancipada em 1938. A cidade era distrito de Peçanha (que fica bem longe) e os chamados Pioneiros da cidade articularam essa emancipação justamente por perceber que apesar de jovem, a Figueira tinha potencial muito maior, como as terras propícias para a pecuária e madeira e minerais que favoreciam o extrativismo.

Essa "facilidade" para prosperar atraiu muita gente e também muitos investimentos. Antes da década de 70, Valadares já tinha aeroporto, sua própria companhia telefônica, cinema, jornal... coisas que não eram comuns nas cidades pequenas da época. A quantidade de dinheiro circulando também forjou uma sociedade "glamourosa" formada pelas famílias enriquecidas pelas atividades econômicas, que fundaram clubes como o Ilusão e o Minas, onde faziam grandes festas e traziam celebridades da época, como misses e artistas. Ou seja, Valadares era a efervescência do momento. Uma cidade jovem, um novo Eldorado nascido numa região inóspita, uma joia, a Princesinha do Vale. (Entrevistada 2, 2020)

A marca da prosperidade da cidade entre as décadas de 40 e 60 fica então registrada no título de Princesa do Vale, atribuído à cidade por sua própria elite e classe média, os pioneiros ou mesmo outros que chegaram ainda naquelas épocas e prosperaram por aqui. Não a rainha, mas a princesa, a bela e promissora jovem, que crescia e enriquecia exploradores de minerais e madeiras e latifundiários da pecuária. Os marcadores de uma cidade com muitas riquezas concentradas aparecem também no estudo de Genovez, Teixeira e Braga (2019) por meio do relato de um dos seus entrevistados, que transcrevo em parte:

[...] tinha uma boemia muito animada. Se não me engano, essa boemia aqui era no estilo igual no exterior. As mulheres eram do Rio Grande do Sul, Paraguai, Uruguai; tinha polonesa. Isso aqui era uma beleza! Ali, perto da Ponte da Ilha, tinha uma caldeira que dava luz para o cinema, na Pudente de Moraes. Chamava Cine Figueira. Era um poeirão ali. A gente assistia filme de Faroeste, em 1942 1940. Depois fizeram o cinema na própria rua Prudente de Moraes. Chamava-se Cine Guarani. Era um cinema “melhorzinho”, tinha ventilador. Ninguém conhecia aquilo ainda; era novidade. Naquele tempo todos fumavam; então, quando passava a projeção, você via a fumaça de cigarro...(risos) em plena projeção. A luzinha ficava até dez horas da noite; era com querosene. Por ocasião da Guerra, por exemplo, aqui em Valadares, chegou muito movimento. É, isso era em 42. Tinha um movimento danado. Aqui tinha muita estação de mica, madeira e gado. Muito mesmo. Isso chamava muito a atenção dos franceses. Vinha muitas personagens de fora. Muita gente importante. [...] Era aquela confusão. Tinha muita violência também. Tinha muito pistoleiro, muita... Como é que fala? Invasão de terra dos outros, matava e... Era meio confuso, igual hoje há crime por causa de droga, tivemos por causa de terra, antigamente. [...] (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 50)

A descrição das mulheres de uma zona boêmia elitizada mostra uma relação de dominação marcada por questões de gênero, classe e etnia. Mulheres objetificadas, caras, são

“importadas” para o lazer dos empresários, comerciantes e pecuaristas prósperos. A cidade mostra também sua tendência à internacionalização desde as origens da ocupação mais intensa da região, pois além dos negócios de mica, madeira e gado, também o ramo do entretenimento é característico de uma cidade rica e de localização privilegiada (Genovez, Teixeira e Braga, 2019). Os autores destacam esse como o perfil da modernidade, da movimentação da cidade também quanto a violência, às disputas de terra tão graves na região (idem, p. 50). Entendendo a modernidade/colonialidade como o alicerce do capitalismo³⁸, é possível compreender o avanço capitalista na região, no fortalecimento do comércio local como polo regional, e no extrativismo insustentável tão bem ilustrados pelo mesmo entrevistado desses autores: “Tinha muito comercio... Vendia couro. Tinha muito couro de animal silvestre. A nossa mata era como que fala... eles falavam que a madeira que nós tínhamos aqui na região dava pra uns 500 anos. Não deu nem pra 50. Hoje não tem mais nada. [...]” (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 51). Esse modelo extrativista típico da colonialidade...

Mas a internacionalização mais marcante da cidade fica mesmo no contato com os EUA. Mesmo antes da explosão migratória de valadarenses para os Estados Unidos, Assis (1995, p. 49) identifica dois momentos em que seus entrevistados se referem à presença de estadunidenses em Governador Valadares: período de extração da mica e no período de duplicação da linha férrea da Vale do Rio Doce. Esse contato, que vai também mostrar impactos sobre as relações de gênero, é significativo para os valadarenses desde os anos 1940, que vão associando a presença dos norte-americanos com progresso e riqueza (idem). Genovez, Teixeira e Braga (2019) identificam outra ligação entre a cidade e aquele país, anterior à diáspora valadarense: a chegada do Serviço Especial de Saúde Pública em 1942 que veio por meio de acordo celebrado entre o Governo Vargas e os EUA e “[...] teve como missão a erradicação da febre amarela, da malária e de tantas outras endemias que assolavam a cidade e a região; o que impedia a retirada da mica, minério de grande utilização durante a Segunda Guerra” (p. 49).

Mas é entre os anos 1940 e 1950 que se intensifica aquela que seria a maior marca da cidade desde os anos 1940 até meados dos anos 1960: os violentos conflitos agrários em favor da pecuária extensiva de corte e contra os pequenos produtores agrícolas. Uma guerra dos homens que irá desenhar as periferias de Governador Valadares e consolidar o mandonismo, o coronelismo, o patriarcado agrário que estão na gênese da formação social e cultural da cidade.

³⁸ Saffioti mais recentemente aponta para um grande conjunto de contribuições na literatura feminista internacional que retoma a relação entre capitalismo e patriarcado, quando reafirma sua visão, tal como a defendida por Florestan Fernandes, que existe uma simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo (Saffioti, 1992, p.194-195 apud AGUIAR, 2000, p. 321).

No processo de urbanização a dominação patriarcal no espaço familiar ampliado do coronelismo é ressignificada “dando margem ao aparecimento de um sistema peculiar de serviço público, efetuando uma confusão dos domínios público e privado” (AGUIAR, 2000, p. 311). Nesse movimento, saímos de um patriarcalismo moderno, colonial, para um patriarcalismo urbano, contemporâneo.

Embora Saffioti reafirme a importância do processo de urbanização na diluição do patriarcado, sua análise apresenta uma grande novidade. A industrialização que emerge com a ordem capitalista resulta no aumento das disparidades sociais entre homens e mulheres. Maria Valéria Junho Pena aponta que Saffioti neste caso sofre a influência de Engels. Quando a propriedade privada se sobrepõe, a monogamia e o direito paterno também passam a predominar, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres. (AGUIAR, 2000, p. 322)

Medeiros (2011) diz que coronelismo é uma manifestação do poder privado, comum na organização político-cultural da sociedade brasileira. Segundo a autora, esse termo “coronel” vem da extinta guarda nacional “uma espécie de milícia cidadã, que lutou na guerra do Paraguai” (LEAL apud MEDEIROS, 2011, p. 46), em que os fazendeiros adquiriram a patente que os autorizava formar milícias em casos de conflito. Mesmo após a guerra, os latifundiários continuaram encarnando a figura do “coronel”, esse patriarca³⁹ da estrutura agrária. A definição de patriarcado assumida neste trabalho retrata o patriarcado na organização da elite rural, o coronelismo, e sua relação com o patrimonialismo na perspectiva já abordada. Coronelismo é o mesmo que patriarcalismo agrário, posto que é a expressão da família/comunidade do fazendeiro patriarca. Contudo, em Valadares, assim como em todas as terras colonizadas no padrão eurocêntrico, o patriarcado adentrou a cidade e se constituiu também urbano.

O coronelismo, legitimado por Artur Bernardes, se enraizou neste berço político sem eleição. Em toda a região, alguns coronéis e capitães mantiveram, e até hoje têm, seu filão de controle político e econômico. Em Governador Valadares, por exemplo, o capitão Pedro e o coronel Altino Machado se tornaram figuras quase lendárias. (SILVA, 2006, p. 15)

As figuras lendárias que Silva aponta se tornaram tal na cidade, no espaço urbano, no que parece ser uma extensão do domínio patriarcal rural que se manifesta em poder também na cidade, misturando a gestão pública com a gestão da “casa grande”.

³⁹ Neuma Aguiar traça uma linha histórica do termo patriarcalismo que em linhas gerais pode ser entendido como a organização familiar em torno do patriarca que para Oliveira Vianna (apud AGUIAR, 2000, p. 307) é “um grande proprietário de terras - circundado por uma massa de aparentados, e/ou de outros dependentes sem laços de parentesco.”

Com a atividade pecuária em alta, o governo federal instala ainda nos anos 1940, a poucos quilômetros de Governador Valadares, uma fazenda modelo. Segundo Medeiros (2011), a Fazenda do Ministério, como ficou conhecida, estava equipada com maquinário moderno, destinado a ser um centro de pesquisas, de desenvolvimento de técnicas científicas, para contribuir na produção da zona rural da região. “A expulsão violenta de milhares de posseiros de suas propriedades e a excelente qualidade das terras da região foram alguns dos motivos que levaram o governo Federal a instalar a poucos quilômetros da cidade uma fazenda que seria modelo de produção rural” (RABELO, 2005, p. 6). Durante alguns anos a fazenda serviu ao seu propósito de pesquisa, desenvolvimento e divulgação de técnicas científicas para os produtores da região. “Instalada próximo à cidade, às margens da rodovia BR 116 (Rio Bahia), ocupava mais de 300 alqueires mineiros (cerca de 15 mil hectares) em uma valorizada extensão de terra” (idem).

Os conflitos agrários de 1940-1960 são desencadeados pelas estratégias de grilagens⁴⁰ dos velhos coronéis locais e dos novos que vão chegando para as terras da região, atraídos por suas ricas promessas e pela expansão da pecuária. Chamados de grileiros, coronéis da região e também do seu entorno mais distante, iniciam as práticas de grilagem contra os colonos. Está deflagrada uma luta contra os posseiros, que vai expulsar milhares de pessoas do campo, famílias que vão para o espaço urbano, especialmente da cidade Governador Valadares.

Todos vêm atraídos pela fama do Rio Doce que corre mundo. Lugar de enriquecimento fácil – é o que se proclama aos quatro ventos. Terras, o que há de bom. Madeiras, uma fatura já lendária. Pedras coradas, mica e berilo, “é o pau que rola”. Fortunas sendo feitas da noite para o dia. Progresso explodindo de cada rincão. Governador Valadares, a cidade que chegou a metrópole com idade de uma moça. (PERERA, 1988, p. 20)

Uma Princesa e sua promessa de riqueza. Suas pedras preciosas, as joias da moça, suas madeiras e minerais e também seu comércio atraíram muita gente. Mas, com o final da Segunda Guerra em 1945 a mica perde todo seu valor comercial para os EUA. Concomitantemente inicia-se o esgotamento da floresta, da extração madeireira. Segundo um dos entrevistados de Assis (1995, p. 53), o “Hist III – 55 anos”, quando chegam ao fim as extrações de mica e de

⁴⁰ As expressões “grilagem” e “grileiros” sugerem por uma antiga prática de forjar um documento de comprovação de posse de terras e colocá-lo dentro de uma gaveta com grilos. Com esse procedimento, em algumas semanas o documento passa a parecer que é um papel velho, antigo, em razão dos dejetos daqueles insetos. Assim, o papel “envelhecido” ganhava aparência de legitimidade e comprovação da posse das terras que se pretendia roubar dos posseiros que nelas se assentaram. A grilagem se constitui na ação dos grileiros, que são pessoas que se apossam de terras de outras pessoas por meio de documentos falsos. (MOTTA, 2002, p. 04)

madeira, resta uma cidade inchada por uma economia que circulava muito dinheiro. Em 1948 foi a linha do trem foi desviada, pois até então ela passava exatamente do centro da cidade, e o que no início era uma vantagem para os comerciantes, acabou sendo um transtorno na organização do espaço urbano que crescia aceleradamente. A zona boêmia da cidade é novamente citada como um referente do progresso e da riqueza da cidade, por ser uma “zona boêmia de capital”, de alto custo, assim como outros espaços de lazer da cidade (casas de jogos, “de tolerância”, etc.). Quando esse capital secou a cidade estava povoada por um contingente de pessoas nascidas e acostumadas à prosperidade do local (idem).

Segundo Silva (2006, p. 15) com o final da exploração desses recursos amplia-se a disputa pelas terras. Mas as terras “do rio sem dono” já estavam ocupadas pelos posseiros agricultores, já tinham dono, não eram mais devolutas. Porém esses donos tinham a posse mas não tinham os títulos que documentassem suas propriedades. Assim, esses colonos ficaram desprotegidos “diante da força e das informações privilegiadas dos coronéis e dos grileiros protegidos pelos coronéis” (idem). “Mudam os tempos, variam os personagens, mas a constante é a luta pela terra, feroz e cruenta, pontilhando de vítimas os rincões do Rio Doce – o rio sem dono dos sonhos do ‘pau-de-arara’, já agora com donos demais a disputar suas terras férteis e privilegiadas.” (PEREIRA, 1990, p. 83)

Silva (2006, p. 15) destaca ainda que a economia e o desenvolvimento da região tomaram novos direcionamentos dados pelos coronéis e grileiros que fizeram da pecuária extensiva de corte sua principal atividade, e que a expectativa que se tinha na vocação da região para a agricultura não se confirmou, nunca chegou a ser sua principal atividade econômica (idem). A pecuária extensiva de corte vai ganhando mais espaço na economia e na terra. Com a ajuda dos coronéis já estabelecidos e outras pessoas influentes da jovem cidade, os grileiros, da própria região ou de suas proximidades, buscam de terras para o boi pastar.

Chegam quase sempre com uma carta de apresentação para pessoa do lugar, isto é, têm logo um introdutor prestimoso e vívido, conhecedor da gente e das coisas do lugar. Bem diferentes do nosso “pau-de-arara” que vai fazer indagações de déu em déu. Diferentes também no objetivo que perseguem: enquanto o “pau-de-arara” busca terra para fazer lavoura, os fazendeiros ou capitalistas vem pela pecuária ou pela especulação imobiliária. A pecuária que põem em prática é quase sempre a pecuária extensiva, simples pecuária de corte, nem mesmo de criação. Cobrem de capim-colônia aquela terra de primeira para agricultura. Criam até teorias anti-sociais, afrontosamente brutais:

– Eu – proclama com aquela ousadia de quem ainda tem a temer, nem mesmo a própria consciência – para que vou me dedicar à lavoura? Não sou trouxa. Lavoura gasta gente para preparar a terra, plantar, cultivar e colher. Já com os “orelhudos” – assim denominam o gado – a coisa é muito mais simples e barata. Um vaqueiro toma conta de milhares de bois. O colônia nasce, só de semear de cima do cavalo, brotando

pelas quinze bandas. Se o pasto está sujo, uma caixa de fósforos resolve. Taco fogo, o mato morre e o pasto sai mais viçoso ainda. (PEREIRA, 1990, p. 21)

As queimadas na região também são marcas da minha infância em Governador Valadares. Todos os anos, desde que chegamos aqui em 1974, após os períodos de inverno curto, brando e seco, típico aqui dos trópicos, chegava o tempo das “queimadas para fazer pasto”. Tradição perpetuada desde aqueles tempos, uma prática cruel e barata, que data dos tempos da ocupação das terras para a pecuária. Um exemplo do quanto dessa cultura moderna e colonial ainda predomina fortemente na região. Nos primeiros anos do século XXI, essas queimadas vinham diminuindo, mas desde 2018 vêm aumentando a cada ano. Em 2021 tivemos “recordes” de fumaça e cinzas em nossa cidade. A Ibituruna ardeu vários dias... para os que se importam, como eu, é uma tristeza dilacerante... nunca tem culpados, nunca tem punição...

Naquela época, de volta aos anos 1940-1950, os grileiros que se lançavam sobre as terras dos posseiros já eram homens de posse, proprietários de terra, pecuaristas de gado extensivo e de corte. São novos coronéis que chegam para a região de Valadares, que se somaram ao grupo de poderosos da cidade e empurraram para as áreas urbanas, sobretudo periferias, a população do campo, agricultora de subsistência, com toda sua diversidade de origens. Não busquei, nem encontrei nos textos que acessei, estudos mais detalhados ou significativos sobre etnias dessa população, mas os relatos mais gerais mostram que era diversificada, e constituída sobretudo de migrantes sem recursos, gente desprovida de bens e que buscava pelo próprio sustento naquelas terras férteis da Mata Atlântica (BORGES, 2004). Essa contradição de forças apontada por Borges aparece também na narrativa do romance histórico de Carlos Olavo.

Trava-se a luta entre posseiros e grileiros, com a corda se arrebentando do lado mais fraco. Enquanto os posseiros – analfabetos em sua maioria – cuidavam apenas de cultivar o solo, nada entendendo do que fosse legalizar suas glebas, o grileiro sabido vinha bem apetrechado para a luta. Com dinheiro muito para mover a seu bel-prazer os caros cordões da Justiça e da advocacia administrativa que povoa os corredores da secretaria de Agricultura do estado; dispondo de chefes políticos e deputados para o tráfico de influência; contando com autoridades policiais prestimosas como se fossem jagunços fardados; com a pobre imprensa interiorana coagida ao silêncio pelo medo às ameaças, os grileiros tiveram o campo livre para o assalto às terras dos posseiros. E o lavrador despejado, das duas uma: acorre às cidades como favelado ou resigna-se à “meia” ou à “terça”, colônio nos espaços livres da lavoura, formando pastos para os “orelhudos” dos fazendeiros. (PEREIRA, 1990, p. 83-84)

As narrativas de “Nas Terras do Rio Sem Dono” (PEREIRA, 1990) trazem memórias que também estão registradas nos trabalhos de pesquisadores da cidade e região⁴¹, e iniciam narrando tempos em que ele ainda não estava lá. Mais que qualquer outra época dessa história, a segunda metade da década de 1940 e os anos de 1950 foram de disputas e conflitos acirrados pela terra. E foi nesse interim que Carlos Olavo veio para Valadares, em 1954. Em entrevista concedida a Felipe-Silva, Espindola e Genovez (2010) ele relata sobre sua chegada na cidade.

(...) cheguei em Governador Valadares no dia do suicídio do Getúlio [Vargas]. (...) eu ia exatamente para fazer contato político e ser jornalista, pra fazer reportagem, por causa dos despejos de posseiros que eram os mais violentos. Os mais cruéis feitos em Minas Gerais.

(...) Eu fui ver um despejo (...) na beirada da Rio-Bahia [rodovia federal BR 116], de poeira ainda, terra, sabe? Era menino, colchão, galinha, cachorro, penico, cadeira, mulher... Incrível! Caminhão passava e aquilo cobria de pó. Mais de 200 famílias. (idem, p. 05)

De acordo com os autores (idem) a narrativa de Carlos Olavo é pausada, lenta... porém, quando adjetiva as práticas dos grileiros na expulsão dos posseiros sua voz aprofunda, seu tom é veemente, ele gesticula bastante e suas expressões faciais são tensas, revelando tristeza e consternação pelo povo que viu caminhar na poeira, e marcado com indignação ao recordar o que testemunhou naquele dia da sua chegada. Em seu livro de história romanceada, Carlos Olavo narra também os movimentos de resistência de alguns colonos que, desprovidos de influência no poder local, saíam sempre derrotados.

As descrições de Carlos Olavo ilustram claramente uma estrutura social de mandonismo, de coronelismo, uma estrutura patriarcal, que subalterniza homens e mulheres, constituída no colonialismo e continuada na colonialidade. Segundo Lugones (2014) a ideologia de conquista e colonização incluía uma missão civilizatória que ao julgar os colonizados por suas deficiências do ponto de vista dessa missão justificava exploração e crueldade. Nessa análise, a autora propõe a ideia do “macho colonizado não humano”, num gesto de humilhação que atribui uma “feminização” aos homens colonizados (p. 937). A colonialidade de gênero se manifesta então nessa relação entre homens de poder e os homens subalternizados, entendendo que estes são menos homens, são subjugados e devem se mostrar submissos e respeitosos, assim as mulheres. Ainda mais submissas e subalternizadas são então as mulheres colonizadas, racializadas.

⁴¹ Muitos deles e delas foram lidos para a pesquisa dessa tese, como: Simam (2008), Felipe-Silva, Espindola e Genovez (2010), Medeiros (2011), Assis (1995), Rabelo (2005), Borges (2004).

Mas, existem os posseiros que resistem. Não concordam com a espoliação. Bradam, lutam, mobilizam céus e terra, lançam mão de todos os recursos de que dispõem – alguns já são até pequenos fazendeiros remediados. Aí entra em cena o delegado de polícia. Quase sempre um delegado militar, escolhido a dedo e feito nomear pelos políticos como o dep. Brandi. Entram em operação com seus soldados, ombro a ombro com os jagunços postos à disposição pelo grileiro. E agem. Procedem como numa guerra, perpetrando violências e tropelias sem conta. Deixam um rastro de sangue e atrocidades por onde passam. Cruzes plantadas no denso da mata, homens castrados e mulheres violentadas, milhares de famílias jogadas às margens das estradas com seus trastes despedaçados na fúria dos “mantenedores da ordem” e condenadas a buscar abrigo nas cidades, engrossando a legião imensa de despossuídos, dos favelados. Lá está em Governador Valadares – para não citar outras cidades – o triste monumento a esta verdade, que são as favelas do morro do Carapina e da ponte da Ilha dos Araújos, as baixadas dos bairros Santa Terezinha e de Lourdes, repletas de famílias arrastando uma existência sub-humana, quando há apenas alguns anos trabalhavam e produziam em suas glebas de posseiros. (PEREIRA, 1990, p. 24)

Segundo Borges (2004) restam aos colonos posseiros somente três alternativas diante das invasões dos grileiros: 1) ficar em suas terras, agora apropriada por algum coronel, como parte da gente submissa e leal ao patriarca; 2) buscar outras terras e recomeçar todo seu trabalho de cuidar e produzir; ou, 3) “engrossa as filas do êxodo rural em busca de uma outra vida nas áreas urbanas” (idem, p. 307). Sua única possibilidade para resistir em seu modo de vida camponês é na segunda opção, que se apresentava como a mais improvável. A resistência vencida com violência acabava empurrando os flagelados para as cidades da região, sobretudo para Valadares, aquela jovem Princesa que ainda encarnava a prosperidade dos privilegiados. Despojadas de si e de suas possibilidades, levando apenas o que poderiam carregar, as famílias iam deixando o campo em direção à cidade, e mesmo assim se, colocando sob o jugo dos coronéis. O patriarcado rural se arrasta para o meio urbano reproduzindo e perpetuando as relações de poder que estiveram na base da formação e do desenvolvimento de Governador Valadares.

As lavouras de subsistência deram lugar aos pastos, expandindo a pecuária por meio da grilagem, da violência e exploração. Nas terras latifundiárias, a pastagem para o gado de criação extensiva domina a região, até o final da década dos anos 1950.

Na Região do Rio Doce, onde o capim “colonião” se espalhava como “praga”, na linguagem da época, a pecuária tornou-se uma atividade dominante nos anos 50, impondo uma supremacia incontestável. Desenvolveram-se fazendas especializadas nas “invernadas”, ou seja, engorda do gado para os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 9)

Nos acontecimentos que se desdobram, Carlos Olavo não é mero espectador ou narrador de suas memórias, ele é também importante ator na luta da gente que luta a periferia

da cidade por uma oportunidade em ir ou voltar para o campo. Carlos Olavo que veio para cobrir os conflitos foi ficando e montou seu próprio jornal que “Aos poucos, o jornal brincalhão foi tomando outro feitio. Foram os leitores que mudaram o jornal. Começaram a trazer-lhe seus problemas, suas lutas, suas angústias” (PEREIRA, 1990, p. 35). Segundo Rabelo (2005, p. 03), o tabloide era ousado, como podia ser visto em seu cabeçalho, que trazia a inscrição “Não conhecemos assunto proibido” em letras vermelhas. Na entrevista concedida a Felipe-Silva, Espindola e Genovez (2010), Carlos Olavo disse que acabou se especializando no conflito entre grileiros e posseiros, denunciando “crimes de mando”. “Porque Valadares era uma terra de ninguém! A estação velha tinha toras e toras de madeira; todo dia de manhã, três, quatro defunto ali. Era uma coisa pavorosa!” (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 06). Carlos Olavo diz ainda que construiu uma rede de informação que conseguia lhe passar detalhes sobre o mandante e a forma como aconteceu, que ele transformava em matéria e publicava rapidamente. Segundo ele, essa sua prática contribuiu para sanear, para diminuir a quantidade de crimes por terras na cidade (idem).

Os autores narram sobre quanto o jornal, agora nominado “O Combate”, incomodou e atrapalhou interesses dominantes na medida em que publicava notícias, suspeitas e informações sobre os assassinatos e perseguições violentas dos grileiros aos posseiros. Rabelo (2005) entrevistou um conhecido repórter local, Sebastião Nunes – o “Carioca” – que embora trabalhasse em outro jornal àquela época, acompanhava os movimentos de “O Combate”. Carioca narra que havia mesmo muita polêmica em torno do jornal de Carlos Olavo, que teve seu trabalho impedido por diversas vezes e sofria, assim como os demais repórteres do seu jornal, constantes ameaças e repressões. O entrevistado diz ainda que a grafia em letras vermelhas e estilizadas do cabeçalho do jornal representavam o arroubo dos textos ao mesmo tempo que chamava a atenção, e que muitas vezes a edição do tabloide antes de chegar nas bancas já estava esgotada (idem p. 06).

Governador Valadares chega ao seu apogeu nos anos 1950, mas adentra os anos 1960 abalada economicamente, e em uma crise de acirramento dos conflitos entre grileiros e posseiros. Ao contrário da profusão de possibilidades da década de 1940, segundo Rabelo (2005), na década de 1950 foi acontecendo a concentração de riquezas nas mãos de poucos e o inchaço de trabalhadores urbanos desempregados, “[...] lavradores nas ruas pedindo terra para plantar, posseiros despejados por grileiros e seus capangas, lideranças sindicais tentando se afirmar e centenas de migrantes chegando nas carrocerias dos caminhões em busca de trabalho e de riqueza” (p. 04). A grilagem que ampliava os latifúndios também foi realizada por

siderúrgicas e grandes madeireiras (idem). Não somente pela grilagem, mas também pela venda forçada, os posseiros eram expulsos de suas terras.

Importante registrar que a presença de militantes comunistas na região tem indícios de iniciar por volta de meados dos anos 1950. E em 1952 é inaugurada a nova estação ferroviária, localizada onde se encontra até os dias atuais. Em 1953 vivia em Valadares um advogado que defendia causas de posseiros contra grileiros, mas ao que tudo indica ele não tinha nenhuma ligação partidária. Em 1955 foi criada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Pedra Corrida, no município de Açucena, cidade da região, e seu presidente era um posseiro filiado ao PCB, produtor de carvão vegetal (BORGES, 2004, p. 325), que influencia também a organização de lavradores em Governador Valadares. Segundo as narrativas do romance-histórico de Carlos Olavo, em Valadares, no mesmo ano, é criado o sindicato dos trabalhadores rurais, já com o objetivo de entrar na luta pela reforma agrária. Formava-se um cenário ideal para o surgimento dos primeiros movimentos de luta pela terra do Brasil. De acordo com a pesquisa de Rabelo (2005), em 1955 milhares de manifestantes sem terra, boa parte deles composta pelos colonos que foram expulsos de suas terras, marcharam pelas ruas de Governador Valadares reivindicando a reforma agrária no país. Segundo o autor, houve represálias da polícia e ameaças dos fazendeiros que acabaram levando o líder dos lavradores a deixar cidade pouco tempo depois (p. 05). Era a Marcha da Reforma Agrária com o lema “QUEREMOS TERRA PRA FAZER FARTURA” (PEREIRA, 1990, p. 85)

O desafio de escrever uma história (per)seguinto o tempo me traz dificuldades e possivelmente estranhamentos ao meu leitor. Enquanto escrever por assuntos faz a história ser contada em círculos de tempo, indo e voltando nos anos e décadas, escrever buscando uma linha de tempo tem me forçado a contar a história em círculos de assuntos, de ir e voltar nas mesmas temáticas ao longo do texto. E mesmo com todo meu esforço para me manter na linha traçada, vez por outra fujo totalmente da linha do tempo, para dizer de outros tempos meus na cidade, ou das situações recentes que estou estudando, me vejo às voltas com os círculos/ciclos do tempo histórico. E no fim, tudo que eu escrever já é mesmo história, sobre a cidade e suas relações, como alertou Léfèbvre (2001) no início desse capítulo.

O Entrevistado 1 (2021) narrou dois acontecimentos do ano 1956, ainda naquela pergunta que havia lhe feito, sobre as marcas de gênero em Valadares, que interesse compartilhar. São narrativas que se passam na elite da cidade. A primeira história teve sua culminância em 1956 e ilustra o pensamento da/na cidade em relação a gênero. Segundo seus estudos relatados a mim, este seria

Em Valadares o primeiro caso notório, público, de dois homens que começam a se gostar e eles são de famílias distintas, e de famílias tradicionais, e... como fazer com esse caso? Porque eles não estavam nem aí, eles tinham dinheiro, tinham educação, tinham todos os padrões que a sociedade exigia. E... o que que foro... o que que aconteceu? Primeiro, as famílias não aceitaram... foram morar juntos... moravam numa casa perto do colégio Ibituruna. Bem... hoje você vai ao supermercado e compra o que você quer, mas o primeiro supermercado da cidade, foi o Supermercado Francelina, na década de 1970, na rua São Paulo, [...] e eu lembro o dia da inauguração (risos), até então você não tinha isso. Você tinha o que? Mercearia. E como é que funciona mercearia? Você não entra e pega o que você quer. Tem o balcão e uma parede cheia de coisas. Você chega e fala “Seu José, eu quero aquilo aquilo aquilo aquilo aquilo aquilo pesa pra mim” e eu tô levando.” A sacola de papel, ele pesava, e você levava pra casa. Aí, os gays comem, e o casal precisava de comer, e chegava na, no comércio, na mercearia, “Seu José, eu quero aquilo aquilo aquilo aquilo aquilo aquilo...” e Seu José falava “Não tem!”. “Seu José, tá ali!”, “Pra vocês não tem.”. E assim foi com todo o comércio. Você não tem comércio... casas Pernambucanas tinham vendedores, Lojas Rebuem tinham vendedores, Casas Franklin eram vendedores de tecidos. Não havia roupa pronta, tinha que mandar costurar. “Eu quero um metro daquele linho ali”, “Pra vocês não tem!”... Então, se eles queriam conseguir alguma coisa, tinham que comprar fora da cidade. Mesmo tendo dinheiro, tendo educação, tendo poder. Não duraram muito tempo. Tiveram que ir embora da cidade... “vencemos”... [ironia] a cidade baniui! Então não dava pr... aí o exemplo ficou bem dado... “Vocês viram o exemplo? É isso! Apareçam, e vocês vão ter que desaparecer, porque nós vamos matar vocês de fome!” (Entrevistado 1, 2021)

Uma cidade violenta afugenta filhos da elite por sua orientação sexual. São pessoas conhecidas, em uma cidade pequena, de comércio central, a quem ninguém na cidade irá atender. Em uma cidade já com aproximadamente 70.000 habitantes. Na perspectiva do patriarcado o homem homossexual é subalternizado, iguala-se ao gentio, um homem “menos” homem que o patriarca e seus descendentes, inferiorizado por gênero, e mesmo sendo um herdeiro da elite, já não é mais “respeitado como homem” pela cidade. Ainda que nas subjetividades os sentimentos, pensamentos e vontades fossem outras, a ação em sociedade de comerciantes, vendedores, empregados é a de exclusão total do casal. O amor entre dois homens não cabe na cidade dos coronéis e causa maior indignação, ou pelo ao menos reação, nas pessoas que a violência de seus conflitos sociais. A causa anti-gênero, carregada da ideologia patriarcal, de certa forma é até mesmo um artifício para sustentar o patriarcado e validar a moral e os bons costumes dos poderosos da cidade, suas famílias e sua igreja.

E a relação com a igreja aparece na segunda narrativa do Entrevistado 1 (2021). Ele conta que no ano de 1956, “a cidade com muito poder e dinheiro”, quer ter um bispo em Valadares em sua Igreja Matriz de Santo Antônio, a elite que um bispo aqui.” Até então o bispo que respondia por Valadares era o bispo de Diamantina. Entrevistado 1 (2021) narra com vários personagens como a elite valadarense consegue que o Papa nomeie um bispo para a cidade, cuja posse foi marcada para 1957. De acordo com o relato, o bispo escolhido pela Igreja Católica era um homem “de uma família riquíssima de Guaxupé” (MG). Ele continua sua

narrativa, que é muito detalhada, e descreve como “apoteótico” o momento da chegada do bispo, de aviação, no campo de pouso que a cidade tinha.

O bispo Dom Hermínio Molzone Hugo foi considerado um bispo jovem (42 anos). Nessa época, Governador Valadares era a terceira cidade mais desenvolvida do estado, com um severo contraste em relação à realidade da população das periferias da cidade. Vendo essa realidade o bispo promove várias ações sociais, inclusive vendendo bens da igreja, que teriam sido doados pelos coronéis, para auxiliar a população vulnerável. E segue-se mais outro longo trecho da narrativa na qual o Entrevistado 1 descreve uma relação conflituosa do bispo e o prefeito da época, contra os coronéis da cidade, que queriam controlar também a igreja. (Entrevistado 1, 2021)

A crescente violência durante toda a década de 1950 vai fazendo crescer também a indignação e a movimentação de trabalhadores rurais e urbanos, sempre com apoio do Jornal O Combate e de seu diretor. Tanto no livro do jornalista, quanto nos trabalhos acadêmicos sobre a história da cidade que estão referendados aqui, é possível encontrar detalhes significativos dos movimentos e da influência do jornalista e seu jornal na mobilização que vai se consolidando. A década de 1960 se aproxima com o fortalecimento da organização dos trabalhadores sindicalizados. A violência dos grileiros intensificou os movimentos de resistência, e a organização deles deixava os grileiros ainda mais violentos.

As imagens de cemitérios cravados no meio das matas, de famílias inteiras sendo assassinadas, de tenentes e coronéis de polícia transformando-se em grandes proprietários rurais da noite para o dia e de Juizes de Paz que jamais eram localizados pelos reclamantes, eram uma demonstração do casamento entre latifúndio e siderurgia, modelo que ainda hoje vigora na região. As resistências que porventura ocorriam eram tratadas como caso de polícia. (BORGES, 2004, p. 309)

Enquanto isso, o Rio Doce era feito de cemitério de presos indesejados, a quem eram amarradas pedras nos pescoços ou nos pés e lançados no rio. As motivações estavam ligadas a quaisquer desavenças ou atitudes desafiadoras aos coronéis da região (Silva, 2006, p. 06). Em 1957, um jornal da capital mineira, distribuído em todo o estado de Minas Gerais, enviou um jornalista para fazer uma matéria-denúncia sobre essa realidade nos vales dos rios Doce e Mucuri. Mauro Santayana denunciou os conflitos, seus envolvidos, a impunidade respaldada por juizes e deputados, jagunços e policiais, mas, na década de 1960 acabou sendo contratado pelo jornal local ligado à elite (RABELO, 2005, p. 05). Borges (2004) destaca algumas notícias do jornal estadual, Diário de Minas, do ano de 1957 que denunciam sobre posseiros sendo expulsos e assassinados, filhos deles morrendo de fome, e sobre a dificuldade de conseguir ser

atendido e registrar terras na Secretaria de Agricultura para quem não tinha proteção política, ou como os coronéis costumavam dizer, não tinha “prestígio político” (idem, p. 324).

Venho, ao longo dessa linha do tempo sobre ocupação e desenvolvimento da cidade de Governador Valadares, tentando mostrar que o seu modelo de colonização é moderno, patriarcal, patrimonial e insustentável, mas que não é um processo de 1500, é do início do século passado e ainda não tem nem 100 (cem) anos. E um dos motivos de insistir nessa perspectiva, para além de dizer das bases políticas e econômicas que constituíram a cidade, é destacar também o impacto disso na formação cultural de um povo, uma comunidade que ainda estava também se constituindo. Importante refletir sobre essa questão por meio da teoria de relação indivíduo-sociedade que Elias (1994) propõe. O que esse modelo moderno/colonial, e, portanto, patriarcal, está consolidando ao longo da história são as bases do pensamento e da cultura valadarense que são “naturalizadas” no processo de construção dessa sociedade, desse território. Os conflitos, os jogos de poder, os mandonismos, o coronelismo e a violenta guerra dos homens pela terra estão na base da formação dos indivíduos e da cidade – assim como estiveram na base da formação do Brasil e de toda a América Latina – e continuarão a impactar sua história, sua gestão, seus outros conflitos políticos e sociais; é o pensamento dominante e o *modus operandi* da cidade.

Borges (2004) também sinaliza para o mandonismo e as relações de poder presentes na construção social do Vale do Rio Doce, na grilagem de terras que incorporava as terras dos camponeses aos latifúndios, fazendo destes retireiros, meeiros ou assalariados do campo. O recorte da entrevista feita pela autora com aquele que era o presidente da Associação Rural na década de 1960, momento de intensificação desses conflitos que atingirão seu ápice em 1964, ilustra suas observações com a naturalização do fenômeno pelo entrevistado.

As terras desta região foram sendo abertas, os pequenos proprietários foram vendendo suas terras, indo para a cidade ou ficando nas roças como meeiros, parceiros e até vaqueiros. Isto acontece em toda região de pecuária... é um fator natural... onde entra o boi sai o homem ... é um fator natural. O boi precisa de espaço e o sujeito precisa adquirir mais terras para poder aumentar o rebanho. (BORGES, 2004, p. 09)

Os conflitos se intensificavam cada vez mais, enquanto a pecuária crescia, a madeira “sumia” e se adentrava a década de 1960 que ficou marcada “... pelo início do processo de involução demográfica e econômica, ou seja, perda contínua de população e atividades produtivas, encerrando-se o ciclo de expansão.” (ESPÍNDOLA, 1999, p.160).

Nesse período, segundo Borges (2004, p. 311), o prefeito (1959-1962) Dr. Raimundo Albergaria, filiado ao PSD, é acusado pelos proprietários rurais de ser comunista. Tudo porque,

diante do problema da superlotação da periferia de Valadares, sem estrutura para tal, o prefeito iniciou um cadastramento dos expulsos do campo que buscaram a cidade, para um futuro recebimento de lotes urbanos (idem). Sem pretensões comunistas, “[...] Albergaria buscava, na realidade, criar um mínimo de condições para reter essa mão-de-obra na cidade e, ao mesmo tempo, impedir a criação de focos de tensão social” (idem). Mas, a tensão já estava criada.

2.3 De 1960 a 1964: a Mulher da Boca Aberta e o Golpe na Princesa

Apesar do encolhimento econômico, a cidade continua crescendo em população. Parte desse crescimento é pelos movimentos migratórios, parte se deve ao êxodo da população expulsa da zona rural. Segundo Espindola (1990, apud MORAIS, 2013, p. 139), nos anos 1930 a população da então Figueira era de 2.103 habitantes, já em 1960 Governador Valadares chegou a 70.494 habitantes. No estudo de cidades é muito comum a ideia do crescimento urbano em razão da industrialização, que acaba gerando empregos e levando as pessoas do campo para os centros urbanos (WEBER; LÉFÈBVRE). Valadares também cresce em função da vinda de famílias do meio rural para a cidade, mas não é pela chegada da indústria e sim pela expulsão dos pequenos proprietários pelos coronéis latifundiários.

A combinação latifúndio, indústria e Estado, agora é mais latifúndio e Estado do que indústria. Ainda sobrou o comércio, mas a situação econômica da cidade já não é mais tão promissora. Com o avanço da pecuária há um encolhimento do campo e uma expansão não planejada da cidade. O patriarcado agrário consolidado, agora também já é um adaptado patriarcalismo urbano, que traz outras questões, aplica em outro contexto as mesmas bases de machismo, misoginia, poder, exploração, privilégios, mandonismo, coronelismo do patriarcado rural, materializadas no cotidiano das relações de gênero na cidade. E embora com especificidades muito diferentes do campo, o patriarcado urbano usa estratégias semelhantes, entre elas a religião, instaurando o pânico moral no projeto de dominação. Uma estratégia que já mencionei ao falar do contexto global, latino-americano e brasileiro, gestado nos anos 1990 sobre “ideologia de gênero”, aparece claramente na colonização da cidade, como pilar do colonialismo/colonialidade patriarcal pecuarista.

Nos estudos que fiz, vez ou outra o tema religioso foi citado. Há em alguns desses autores referências de posicionamentos religiosos. Entre eles, o estudo de Silva (2006) fez especificamente uma leitura sobre religião na cidade e traz contribuições importantes. Ele registra a predominância e dominação de católicos e protestantes que chegaram juntos à região. E embora não sejam as únicas, juntas perseguem outras religiões. Silva (2006, p. 16) destaca a

perseguição ao “pemba”, que ele define como uma “umbanda regional”, com rituais católicos, indígenas e africanos. “Era bem aceito que as forças policiais se divertissem atacando os terreiros e centros de pemba. Dizia-se então que ‘pancada em espírito não dói’” (idem). Além das reflexões religiosas, ao longo de seu trabalho, Silva (2006) faz várias referências a expressões como essa, que impregnam as falas de um grupo ou comunidade em uma determinada época. E muitas acabam resistindo ao tempo tornando-se “ditos populares” que continuam sendo repetidos sem que se saiba sua origem e significado inicial.

Essas expressões acabam desempenhando uma função de naturalização do pensamento dominante, com conotação cultural ideológica, uma vez que permanecem e são entendidas como sabedoria popular. Mas Silva (2006) chama a atenção para o quanto essas expressões contam da história, o quanto

Algumas expressões populares denotam os rumos da política na região: "política é porrete", ou "pancada quebra osso, mas não quebra opinião". Por mais que os partidos alterassem seus nomes nacionalmente, no Médio Rio Doce continuavam mantendo nomes estranhos como "corta goela", "catetu" ou "capivara". A ação policial ensinava que "pau só não conserta garrafa" e que "em boca fechada não entram moscas". (SILVA, 2006, p.03)

O que Silva está abordando como marca e sintoma de um tempo e um modo de pensar, proponho que seja entendido também como um processo de colonização do pensamento, como por exemplo da expressão citada por Silva “em boca fechada não entram moscas” que propõe o silêncio como segurança. Uma ideia, um conceito, um pensamento que ajuda a silenciar os oprimidos e seus pares. Cláudia Costa (2014) ao falar de um trabalho desenvolvido por Anzaldúa (2009) relata como ela propõe uma revisão das metáforas que nos ensinam a ler e interpretar o mundo a nossa volta. A proposta de Anzaldúa é que possamos substituir essas metáforas para descolonizarmos nossos sentidos. Assim,

[...] o projeto almeja trocar as metáforas negativas que construíram a alteridade dos sujeitos subalternos nos contextos coloniais (e que foram por estes internalizadas) por imagens empoderadoras. A descolonização da percepção, dos sentimentos da própria linguagem não é possível sem o processo de cura, através imagens transformadoras, e necessariamente também requer um projeto de tradução/traição do saber/sentir/experienciar hegemônicos a partir do lugar geo-corpo-político da indígena e da mestiça subalternas. Na perspectiva da peta xamã, tudo o que escrevemos, dizemos ou fazemos afeta o mundo humano e não humano. (COSTA, 2014, p. 97)

Essas expressões ainda fazem parte do cotidiano da cidade e reafirmam cotidianamente o pensamento colonial que nela predomina. Quanto à religiosidade presente na colonização da

região, como Silva (2006) já nos apresentou, é significativo pensar que, tantos anos depois, em 2015, na votação do PME na câmara municipal, somente representantes dessas duas religiões – católica e evangélica – estiveram presentes nos debates. Toda essa curva que fiz aqui para falar do panorama religioso apresentado por Silva (2006) e das expressões hegemônicas que colonizam/adestram, é no sentido de trazer esses elementos importantes para olhar tanto as relações de gênero, classe e etnia perpetuadas ao longo da história, quanto para enxergar onde estão as mulheres nesse mundo patriarcal, dos homens, e na guerra que eles travaram. Uma proposição de ler a colonização da percepção, dos saberes e dos sentidos com seus fios “invisíveis” que construíram tanto as identidades dominantes quanto as subalternizadas.

Na história da colonização da região de Governador Valadares as mulheres são praticamente invisibilizadas. Tão subsumidas que nem mesmo os pesquisadores e historiadores que trabalham com a história da cidade “deram conta delas”. Não li tudo que já se produziu sobre a história de Governador Valadares, mas, entre os textos e pesquisas que li, encontrei raras referências às mulheres, sendo uma das mais significativas a que diz do emprego delas no trabalho de seleção da mica. Elas também aparecem nas narrativas e memórias como esposas coadjuvantes ou, sem nenhuma identidade nas referências à zona boêmia. Tem ainda o caso de algumas jovens sustentadas por um influente coronel da cidade, que as mantinha em um apartamento de Belo Horizonte, narrado por Carlos Olavo em seu romance-histórico; o que faz do episódio um misto de memória e ficção. Somente no trabalho de Felipe-Silva, Espindola e Genovez (2010) encontrei narrativas de mulheres que presenciaram os conflitos da primeira metade da década de 1960 acontecidos na cidade. Os pesquisadores entrevistaram a filha e a esposa do jornalista-escritor Carlos Olavo. Zuca, sua esposa, relembra:

Vivemos lá em Valadares no sobressalto, né? Primeiro com O Saci⁴², porque o Carlos extrapolou, né? Dizia que era um jornal de brincadeira e se tornou um jornal de denúncia de crimes. Lá perto de casa tinha um negócio de madeira e todo dia aparecia mortos. Era um, dois mortos... Ninguém sabia quem matou... ninguém falava quem matou, quem era, porque todo mundo tinha medo. Era uma cidade sem lei! (...) E eu num sei por que matava tanta gente. Matava gente igual no açougue, sabe? matadouro. (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 9-10)

Nesse pequeno recorte de sua fala, Zuca repete a mesma expressão que aparece na entrevista desses pesquisadores com seu esposo Carlos Olavo: “Era uma cidade sem lei!”. O que é questionado pelos autores, ressignificando a expressão, de que havia sim uma “lei” na

⁴² Esse foi o primeiro nome do jornal de Carlos Olavo. A proposta inicial do jornal era ser divertida, mas ele foi tomando rumos tão críticos e políticos que seu nome e propostas foram alterados.

cidade que agia sempre em favor dos coronéis. Zuca também reforça outra fala dita pelo marido: a assustadora quantidade de assassinatos cometidos na cidade, e os corpos abandonados na velha serraria. Mas, ao contrário do esposo, Zuca mostra não se envolver muito com os conflitos da época. Ela parece traduzir uma ausência das mulheres nessa história. Mas que mulheres ela representa? Nem todas as ausências ela traduz, havia muitas mulheres nessa história, ocupando polos ou espaços diferentes nesses conflitos. Como pensavam as mulheres dos coronéis, que ainda “abrirão a boca” nessa história? Mulheres da elite, que apesar do silêncio durante anos de conflitos, quando apoiam seus maridos, ganham espaço e voz, marcados em uma das praças da cidade. Mas, e as mulheres esposas daqueles homens, os ex-posseiros, os trabalhadores, desempregados, os lavradores... que começaram a organizar uma luta pela terra, pelo direito a uma agricultura de subsistência? E as mulheres esposas e mães dos homens assassinados nos conflitos da grilagem? Em algum momento, em algum espaço elas foram ouvidas? E nos possíveis encontros de classes entre essas mulheres e as mulheres dos coronéis, o que elas ouviam, o que elas pensavam, o que silenciavam? Invisíveis, essas mulheres parecem ter sido meras espectadoras de uma guerra que não era delas, como parece também acontecer com Zuca. Mas, quem sofre e testemunha tamanha violência não consegue ser apenas uma espectadora que desconhece os motivos e tramas. Essas mulheres eram duplamente violentadas... na violência que sofrem seus maridos, seus filhos, suas famílias, e sobretudo, a que sofrem elas mesmas. É a violência de gênero sobre a violência de classe, a exclusão dentro dos excluídos, o silenciamento daquelas que já estão entre os silenciados. Enquanto esses se levantam e buscam espaços, o que sofrem elas nas interseccionalidades da opressão de gênero, classe e etnia no violento mundo patriarcal do coronelismo colonial? “Logo ali”, nos anos 1940-1960 de Valadares...

Como dito, nesse tempo, início dos anos 1960, há todo um processo de mobilização e organização política nacional que reuniu trabalhadores urbanos e rurais, e vai encontrar um contexto propício em Governador Valadares. Movimentos que dialogavam com o Estado e as possibilidades de uma reforma agrária em todo Brasil, o que assusta os coronéis da cidade. (BORGES, 2004, p. 312). Na mesma época, um dos episódios narrados no livro de Carlos Olavo, e também nos estudos de Borges (2004) e outros, é considerado um dos motivos ou desculpa para a reação dos fazendeiros aos movimentos que se organizavam entre trabalhadores e homens do campo pelo direito a terra. Em 1960, posseiros reagem a um grileiro bastante conhecido na região, justamente pela vasta extensão de terras adquiridas na grilagem.

O grileiro é assassinado por um posseiro em momento de defesa de suas terras e sua vida, mas que é condenado por um júri composto por coronéis, em uma cidade da região. Com

a riqueza de detalhes de Carlos Olavo, seu livro narra todo o julgamento do assassino, que segundo ele (1990, p. 74) é apresentado como sendo um “[...] tocaieiro frio, perverso que espreitara sua vítima indefesa para o tiro fatal [...] instrumento vingativo de toda uma conspiração contra a propriedade e que era fomentada do exterior” (idem). Pereira (idem) descreve ainda que aquele posseiro, velho e doente, foi considerado por esses coronéis como um agitador comunista entre os camponeses que queria “[...] acabar com a propriedade da terra no Brasil, assaltar o poder e liquidar com a fé cristã de nosso povo...” (idem), surgindo novamente a estratégia do pânico moral. E embora seu advogado de defesa tenha sido muito hábil em mostrar sua legítima defesa, o réu é condenado por 5 (cinco) votos a 2 (dois). O resultado ainda é visto como uma certa pequena vitória, considerando que dois dos coronéis jurados haviam votado a favor do posseiro e contra os seus pares. (PEREIRA, 1990, p. 78)

Em 1961 o cenário nacional fica ainda mais favorável aos ex-posseiros e demais sindicalizados que reivindicam terra, que lutam pela Reforma Agrária.

Também passava o país por uma fase tumultuada. Jânio Quadros renunciara à presidência da República e João Goulart, vetado pelos ministros militares, conseguira tomar posse na crista do movimento que Leonel Brizola desencadeara no Sul, empolgando o país todo como numa enchente. Aguçava-se o grande debate das reformas de base. Julião bradava seu slogan famoso: REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA. (PEREIRA, 1990, p. 86)

Segundo Borges (2004, p. 315), nesses primeiros anos dos anos 1960 não havia mais posseiro na região, ou muito poucos, e a maioria dos que permaneceram no campo eram agora empregados, vaqueiros e meeiros dos coronéis. E muitos estavam se sindicalizando, juntos aos ex-posseiros e demais trabalhadores e lavradores que ocupavam a cidade. Borges (idem) fala ainda das mudanças de identidades que vão acontecer tanto naqueles que saíram do campo e foram pra cidade onde conseguiram organizar a luta, quanto dos que não vieram do campo, mas estavam também buscando tanto o trabalho quanto o direito a terra, para fugir da crise da cidade. O encolhimento econômico empurrava trabalhadores para o movimento de saída da cidade, e a primeira meta desse contingente é ir ou voltar para o campo, ter terra para subsistência. Em breve, na segunda metade dos anos 1960, um novo destino desponta na cidade e vira um fenômeno emigratório conhecido em todo país. Mas não é uma experiência entre as classes subalternas, ele vem da classe média-alta de Valadares que se expandirá realmente a partir dos anos 1970, chegando ao seu ápice nos anos 1980 e 1990.

Àquela altura, nos idos de 1960, 1961, 1962... o sindicato de trabalhadores rurais era um avanço importante para organização dos direitos trabalhistas no campo, como também era

a conquista de um caminho possível “à re-criação da utopia camponesa” (BORGES, 2004, p. 315). Em 1963 a cidade vivia um clima em que as tensões se agravavam a cada dia. Além do crescimento local desses movimentos, a políticas nacionais, e até mesmo as estaduais, vinham se alinhando aos interesses das classes populares, sobretudo daqueles que pretendiam se fixar no campo e pleiteavam melhor distribuição das terras.

O que se pleiteava pode ser entendido como a descolonização da ocupação da terra. Os modelos de capitânicas, sesmarias, latifúndios são modelos patrimonialistas coloniais que organizaram a distribuição de terras de formas substancialmente injustas e serviram de base para o projeto capitalista moderno. A Reforma Agrária ao buscar a redistribuição da terra, de certa forma pode ser vista como um projeto descolonizador, sobretudo quando muda também os modos de pensar a terra, de trabalhar na terra e de retirar dela a subsistência de uma comunidade. Decolonizar é também mudar a lógica eurocêntrica moderna, desconstruí-la, desconstruir as relações de saber e poder colonizadas, ressignificar a vida em sociedade. Há uma fala de Ailton Krenak que ilustra bem como a lógica moderna colonial foi o alicerce do capitalismo.

Ailton Krenak é um escritor e filósofo indígena que recentemente, em 14 de junho de 2022, foi eleito para a Academia Mineira de Letras. Ativista e ambientalista e autor de vários livros, entre eles “Ideias para adiar o fim do mundo”, Ailton Krenak pertence ao povo Krenak, que significativamente é o mesmo que se entende hoje como sendo os remanescentes dos Borun que ocupavam o a região do Médio Rio Doce antes da sua colonização. A fala do escritor, que circula amplamente na internet, e que não consegui localizar a fonte original, mas está disponível no sítio eletrônico do “GELEDÉS Instituto da Mulher Negra”⁴³ diz que

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedores, porque, para uns vencerem, outros têm de perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida onde o indivíduo conta menos do que o coletivo. Este é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. (GELEDÉS, 2018, s/p)⁴⁴

O que Ailton Krenak nos descreve é a lógica da organização social, da organização da vida comunitária dos povos originários. A lógica moderna/colonial trouxe para as demais etnias

⁴³ **GELEDÉS Instituto da Mulher Negra** fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Fonte: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/somos-indios-resistimos-ha-500-anos-fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaio-resistir/>

que se misturaram e constituem a população brasileira opressões de gênero, classe e raça que não estavam no pensamento de muitos dos povos originários ou mesmo outros que vieram, como vários povos africanos⁴⁵. A construção social de uma lógica de dominação, exploração da terra e acúmulos de alto patrimônio se sustentou na opressão de gênero, raça e classe e no pânico moral. Uma lógica perversa da competitividade que precisava eliminar toda a forma de ver o mundo e pensar as relações das sociedades pré-coloniais da América Latina. A efetivação da Reforma Agrária não tem, evidentemente, um alcance descolonizador que reverteria essas lógicas, mas que poderia provocar um significativo impacto tanto para questões de classe e econômicas, quanto como oportunidade para ressignificar o pensamento, a lógica de ser e estar no mundo e de relacionar-se com a terra.

Em 1963 o clima em Valadares torna-se ainda mais tenso. Os latifundiários sentiam-se inseguros em relação às políticas federais e estaduais que seguiam em direção à reforma agrária. Em meio a tantas incertezas e nervosismos dos coronéis, os rumores de um novo episódio de reação dos posseiros a um grileiro-coronel se espalham rapidamente, servindo de propósito para que estes montassem uma ação paramilitar (BORGES, 2004, p. 318). Esse novo episódio de reação de posseiros torna-se mais um “gatilho” para a reação dos fazendeiros aos movimentos do sindicato. O boato vindo de um município vizinho é narrado pelo Sr. Sebastião, um dos acusados do fato, entrevistado de Borges (2004):

[...] é uma coisa que eles imputaram em nós, entendeu? Pra meio de prejudicá e até matá, talvez, nós. Lá em Valadares eles falaram que nós fizemo cova; cova pra enterrar o Doma vivo, não foi isso. O que nós dissemos pra ele é: oh! Doma, ocê tá acostumado e ocê gosta é disso, num é? É de colônã [capim colônã] pra arrumá vaca e bebê leite ... Agora, nós veve não é disso não. Nós veve é disso que tá aqui: e o Paulo Preto meteu o enxadão no chão e rancou uma touça de colônã e falou pra ele, nós precisa é de terra pra plantá, pra nós colhê e tratá de nossos filhos. Ele que era valente, pegou a correr morro abaixo e nós ficamo ali, rindo que só vendo ... Depois eles enrolaram a história toda e imputaram essa coisa em nós. (BORGES, 2004, p. 318)

O cenário político nacional e os movimentos locais reuniram condições que deixavam os fazendeiros ainda mais agitados. Tudo apontava para o rompimento da hegemonia do latifundiário como modelo de produção e posse da terra. Do outro lado, isso fortalecia as

⁴⁵ Um exemplo disso está na pesquisa de Oyěwùmí: “Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático.” (Oyěwùmí, 2004, p. 06)

esperanças e as atividades dos que lutavam pela terra. Os embates na cidade ficaram ainda mais intensos, chegando à capital do estado e ao Distrito Federal (BORGES, 2004, p. 312-313). Os autores lidos narram os fatos que se sucedem, principalmente Borges (2004) e Pereira (1990), e trazem mais uma série de personagens e acontecimentos que, embora esteja tentada a fazê-lo, não abordarei. Farei uma narrativa simplificada, dando mais detalhes e destaques a alguns pontos que me fizeram pensar mais especificamente nas questões de gênero. Mas para chegar nesses pontos, farei um breve resumo dos acontecimentos.

Entre os quase dois mil membros do sindicato, oriundos do campo ou das favelas, e que estavam no sindicato muito mais por causa da luta pelas terras do que pelos direitos do trabalhador, crescia rapidamente a ideia de tomar a Fazenda do Ministério (BORGES, 2004 p. 314). A vinda do então deputado federal Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas⁴⁶, para falar aos sindicalizados sobre a Reforma Agrária, segundo Carlos Olavo, articulador dessa visita, inflamou ainda mais os sindicalizados. Em seu discurso Julião salientava que os coronéis davam mais importância ao seu gado que a eles, homens e brasileiros, e completava ironizando que os coronéis se diziam patriotas. O patriotismo e a religião estão sempre presentes nos discursos dos latifundiários, dos coronéis, talvez até para justificarem-se a si mesmos, seus filhos e netos, e cada vez mais para convencer e ganhar o apoio e a submissão das massas... Julião trouxe com seu discurso o lema, já citado, que foi logo adotado pelo sindicato: REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA (PEREIRA, 1990, p. 86).

Já era início de 1964, o país debatia a eminência de um decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), os sindicalizados rurais de Valadares também, e consolida-se entre eles a ideia que pedir a Fazenda do Ministério para trabalhar e produzir a subsistência de suas famílias. A esse tempo, a Fazenda do Ministério, aquela fazenda de pesquisa e modelo às margens da BR 116, estava desativada. Seus equipamentos sucateados, e os poucos que sobraram em melhor estado eram utilizados pelos fazendeiros da região, de forma ilegal (RABELO, 2005, p. 06). A proposta provoca uma reação dos fazendeiros que fazem uma reunião da qual Carlos Olavo consegue participar como jornalista. Nas memórias narradas em seu livro aparece a dona da casa, esposa do coronel que recebia seus aliados para uma conversa.

⁴⁶ [...] organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. A partir daí, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a queda de João Goulart, em 1964. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ligas_camponesas)

Esta seria Aurita Franco Machado, esposa do coronel Altino Machado conforme registrado nos estudos sobre a cidade. A única alusão que o autor faz a ela é como uma anfitriã dada apenas às futilidades. Esta talvez seja mesmo a impressão que o jornalista tinha dela, contudo, ela aparece nos registros da história e da cidade como uma protagonista da luta pela família cristã e suas propriedades. Dessa reunião saíram um telegrama às autoridades federais e uma viagem a Belo Horizonte para “ganhar o governo de Minas” (PEREIRA, 1990, p. 105-110).

A narrativa que Pereira (1990) faz da viagem de uma comissão dos coronéis é de ter sido positiva e divertida. Para além dos detalhes da empreitada política, essa narrativa conta de um apartamento onde os coronéis foram recebidos por moças que eram mantidas ali como “o harém” de um deles. Entre estórias e histórias, Carlos Olavo retrata bem as práticas desses patriarcas que mantinham mulheres jovens para o seu prazer. É mais um espaço onde aparecem as mulheres nas narrativas do autor. De novo sem identidades, são referendadas nas falas que ele atribui ao coronel que as definia como “pobrezinhas dessas moças desvalidas” que ele protegia. “Quando vejo alguma por aí já se está tornando por demais conhecida e na bica de ir esbarrar lá no cabaré da Rosinha, intervenho e mando a bichinha para o nosso apartamento em Belo Horizonte...” (PEREIRA, 1990, p. 110-111). Há em sequência todo um diálogo sobre as moças, pelos coronéis proferindo machismos, misoginias, sexismos, abusos e objetificação da mulher. Fez pensar na origem dessas moças, quem elas eram, quais famílias. E de novo, só silêncio nas páginas lidas.

Embora a viagem tenha sido “proveitosa e amena” (PEREIRA, 1990, p. 110), os movimentos na cidade continuavam agitados. A fazenda passa a ser alvo do movimento dos sindicalizados, que denunciaram as irregularidades e a reivindicaram para sua posse. O governo de João Goulart apoia o movimento e se compromete com a doação da Fazenda do Ministério a 300 famílias envolvidas no pleito. A proposta era fazer dessa entrega o plano piloto da reforma agrária no Brasil. A assinatura do decreto é marcada para o dia 31 de março de 1964, e esse tornou-se o estopim do maior conflito da cidade e seu entorno. (RABELO, 2005, p. 05)

Para os posseiros, assalariados agrícolas e demais ex-camponeses, esse decreto, o apoio dos demais representantes dos setores subalternos, bem como o próprio crescimento dos demais sindicatos rurais da região, simbolizavam a reinstalação da fronteira como bem ilimitado e, conseqüentemente, a possibilidade de concretização da utopia camponesa. (BORGES, 2004, p. 321)

Para os pecuaristas, aqueles movimentos pareciam anunciar o fim do pacto moderno-colonial entre Estado e latifúndio, o fim do patriarcado rural. Segundo Borges, (2004) havia um sentimento de indignação entre os pecuaristas que entendiam que o “os comunistas” tinham

mais prestígio com os governos nacional e estadual que eles, o que lhes era inaceitável (p. 319). As diferentes associações rurais do estado iniciam uma série de comícios em várias regiões de Minas Gerais, entre elas o Vale do Rio Doce. Os movimentos “contaram com a presença do governador da Guanabara, dos bispos de Valadares e de Caratinga, do reverendo Pedro Alves de Aguiar, representante das Igrejas Evangélicas, e de políticos do PSD, da UDN, do PR e do PSP” (BORGES, 2004, p. 317). As pessoas ligadas a religiões se limitam a católicos e evangélicos, o que é rotineiro quando a defesa que se faz é dos interesses de coronéis.

Já avançavam os primeiros meses de 1964, março chegando, e as milícias se organizavam e articulavam politicamente. Os fazendeiros se armaram para enfrentar o que eles chamavam de “onda comunista” (BORGES, 2004).

O Bispo da cidade e grande parte do clero, passaram a fazer pronunciamentos diários, pelos jornais e rádios e nos púlpitos, justificando com argumentos religiosos a campanha da Associação Rural, contra a reforma agrária e os sindicatos rurais. Foi lançado até a 'Campanha Sou Cristão', de feroz anticomunismo, conclamando todos os católicos 'a negar todo seu apoio às organizações extremistas (sic) como o Sindicato dos lavradores, que só tem contribuído para tirar a tranquilidade da família valadarense'. Novenas, terços eram realizados nas principais igrejas 'para esclarecer os fiéis contra a insidiosa campanha da reforma agrária'. Procissões eram convocadas com vasta publicidade, chamando os cristãos a 'defender a família e a liberdade ameaçadas pelo comunismo ateu'. A 'Campanha Sou Cristão' se alastrava por todos os educandários de religiosos, com realização diária de palestras contra 'o comunismo e sua técnica de subversão, que tira proveito do idealismo da juventude e sua inexperiência da vida'. (PEREIRA, 1990, p. 166).

Zuca, a esposa de Carlos Olavo, narra um dia em que foi abordada por um dos coronéis, que lhe dá um “aviso” assustador:

(...) com o decorrer do tempo e essas ameaças que o Carlos sofria no jornal, as reportagens violentas que ele fazia n'O Combate, né? começou a divergir também até com os meus relacionamentos. E um dia eu saí com a Tânia, nós fomos eu fui até a pracinha com ela e, quando eu voltei, passei na frente do Café Nice. E tava fervendo de fazendeiro. Aí um deles saiu de lá de dentro e falou: “Dona Zuca? A senhora é a Dona Zuca, né?”. Eu falei: “Sou”. Ele disse: “A senhora é esposa do Carlos Olavo?”. Eu falei: “Sou”. “Então... eu vou dar um conselho pra senhora. Até quarta-feira, ou quinta, a senhora tire os seus filhos de casa, saia da sua casa, porque sua casa vai ser invadida e eles vão tentar matar o seu marido”. Dali eu... eu já perdi até o jeito de caminhar, sabe? Bati pro jornal; o Carlos não estava. Fui pra casa, o Carlos não tinha estado em casa. Aí onde eu ia, deixava recado (...). Aí ele ficou sabendo e bate lá em casa. Falou: “Que foi?”. Eu falei: “O negócio foi esse, esse e esse”. Aí ele foi pra rádio; tinha um programa: O Combate no Ar. Aí ele falou: “Minha esposa acaba de ser ameaçada na rua, sabe? Esses covardes não têm coragem de me ameaçar, né? E são muito covardes mesmo e vão ameaçar uma mulher, com uma criança na rua. Então eu tô aqui pra dizer pra vocês que eu não tenho medo de cara feia, não tenho medo de bandido, sabe? E pode vim que eu espero. Se quiser me matar, vão receber o troco”. (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA e GENOVEZ, 2010, p. 10)

Carlos Olavo narra aos seus entrevistadores (FELIPE-SILVA, ESPÍNDOLA, GENOVEZ) a mesma passagem que aparece em seu livro, sobre um encontro com o então governador Magalhães Pinto, a convite do próprio, quando da eminência do Golpe Militar, que teria movimentos violentos em Valadares, instruindo o jornalista como seria resgatado e protegido quando deflagrasse tal situação (2010, p. 06). Esta proteção se dava em função da influente família de políticos de Carlos Olavo, com pais e irmãos ligados à UDN, e com considerável tráfego de influência, capaz de protegê-lo, não se, mas quando fosse necessário (PEREIRA, 1990). Segundo Morais (2013, p. 146), o governador de Minas à época, Magalhães Pinto, orientou Carlos Olavo para uma fuga estratégica, pela iminência de conflitos na cidade e no país.

O conflito que Magalhães Pinto espera no início de 1964 já estava anunciado no vale. Em seu livro, Carlos Olavo narra com detalhes toda a história, os movimentos, as lutas que desencadearam em 31 de março de 1964. A mesma narrativa é encontrada de diferentes formas, mas com profundas semelhanças em riquezas de detalhes em todos os autores que trabalham com a história da cidade referente a esse período.

Ameaças e assassinatos marcam esses tempos que antecedem o Golpe de 1964 na cidade. A ausência de proteção policial, naquela terra “sem lei” citada por Zuca e Carlos, leva os sindicalizados a também organizarem suas milícias, o que gerou a prisão de algumas lideranças do movimento. Em seu jornal, Carlos Olavo denunciou a discrepância da ação policial, que nada fez contra as milícias bem armadas dos coronéis, e prendeu aqueles que se organizavam em defesa, com “alguns revólveres e velhas garruchas”. (RABELO, 2004, p. 07).

O Sindicato, alinhado ao Governo Federal, já se organizava para o evento da assinatura do decreto que instituiria a Fazenda do Ministério como projeto piloto da reforma agrária no país. Já havia uma previsão de envio de tropas do exército para a cidade, a fim de garantir a segurança dos participantes. De acordo com o outro jornal local, em sua edição do dia 26/03/1964, do lado dos fazendeiros, suas esposas que compunham a Liga Democrática Feminina, organizaram uma “passeata democrática”. (MORAIS, 2013, p. 145). Segundo Borges (2004) os textos dos jornais dessa época mostram claramente uma cidade dividida ao meio. De lado pecuaristas e suas famílias, as igrejas e o poder público local, e do outro, aqueles quase dois mil sindicalizados, quase todos egressos das áreas rurais. E a exemplo dos movimentos nacionais, essas mulheres, as esposas e filhas dos coronéis, também organizaram sua marcha “em defesa da família e da moralidade cristã”.

Munidas de panelas e terços ou empunhando faixas com dizeres moralizantes, esposas e filhas dos proprietários fundiários, muitas delas acompanhadas de suas empregadas domésticas, davam um colorido especial às Marchas com Deus pela Pátria e a Família. Simultaneamente, na periferia da cidade, uma centena de membros dos setores subalternos do campo fazia vigília na sapataria do Chicão (Francisco Raimundo da Paixão), então transformada em sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares. Dentro e fora dela o assunto era um só: a reforma agrária, na lei ou na marra. (BORGES, 2004, p. 304)

Segundo Rabelo (2005), as esposas dos fazendeiros tomaram as ruas da cidade para defender suas terras. Em tudo que estudei sobre a história da cidade esse foi o momento de maior protagonismo das mulheres, ao menos em termos de registros. A liderança do movimento da Liga Democrática Feminina se deu por Aurita Franco Machado, aquela que foi a anfitriã da reunião dos coronéis, a quem Carlos Olavo atribui interesses dados apenas a futilidades. Rabelo (2004, p. 03) registra ainda que a marcha das mulheres dos coronéis fez tanto sucesso que ganhou até mesmo uma praça no centro da cidade.

Convivi muito próxima a esta praça. Ela fica em frente a lateral da escola onde estudei em minha infância e parte da adolescência. Durante muitos anos, eu e as outras crianças e jovens dessa escola, passamos pela praça sem nada saber da sua história. No centro da praça há um busto de uma mulher com a boca aberta. E esse foi o nome pelo qual a praça ficou conhecida: “A Praça da Mulher da Boca Aberta”. Naquela época, dos anos 1970/1980, não conheci ninguém na cidade que soubesse o nome da praça, todos se referiam à Praça da Mulher da Boca Aberta. Registro que sentia certa compaixão por aquela mulher que todos os dias estava ali com a boca aberta, que não podia fechá-la, e que por isso era vítima constante de pessoas que colocavam toda a sorte de coisas dentro de sua boca. Talvez porque esqueceram de avisá-la que em “boca fechada não entre moscas”, e ela permanecia ali, sendo ultrajada, pela sua boca aberta.

Hoje penso o quão significativo foi esse nome. Aquele busto representava (e ainda representa) “o grito da mulher valadarense” como nos foi explicado já nos primórdios dos anos 1990. Mas, o grito de qual mulher valadarense? A quais mulheres foi permitido abrir a boca para gritar pelos direitos que acreditavam ter? Quais mulheres tiveram suas vozes ouvidas e que ali estão representadas?

Interessante observar, no relato de Borges (2004), que junto às esposas e filhas dos coronéis estavam também suas empregadas domésticas. Fez-me lembrar dos movimentos e manifestações da direita na última década, já no século XXI, vestida com camisas da seleção brasileira de futebol, marchando pelas ruas das maiores cidades do Brasil, levando junto suas babás para que cuidassem de seus filhos pequenos, talvez símbolos da família, enquanto elas gritavam. E Borges completa dizendo que elas davam um colorido especial aos movimentos.

Mas, e essas outras mulheres, que cores traziam? E elas gritavam? O que gritavam? Fico pensando que muitas delas que marchavam ao lado daquelas mulheres da elite, talvez fossem esposas e filhas dos sindicalizados, com o pensamento no outro lado da luta. Talvez tenham sido catequizadas pelas igrejas a lutar contra a ameaça comunista que iria acabar com a família e com a fé cristã, talvez gritassem internamente pelos seus próprios direitos. Não sei... só ouço delas um silêncio. O silêncio das mulheres da boca fechada. A história ainda não registrou a voz dessas mulheres. Registrou a voz dos homens que estiveram nas lutas daquela guerra dos homens, registrou a voz das esposas e filhas dos coronéis, mas das mulheres subalternizadas registrou apenas silêncio.

Autorizado pelo delegado de polícia da cidade e supervisionado pelos coronéis Pedro Ferreira e Altino Machado (este último era o cônjuge da “mulher da boca aberta”, e segundo Borges, ex-delegado de polícia, ex-funcionário da Belgo Mineira, e um dos líderes das milícias dos coronéis, além de ser considerado um dos maiores grileiros da região) os latifundiários organizaram grupos de caça aos comunistas (BORGES, 2004, p. 320). A movimentação dos sindicalizados não poderia ser mais admitida pelos coronéis.

Em 30 de março, esses proprietários fundiários que também eram médicos, advogados, comerciantes e delegados de polícia reformados dirigiram-se para o bairro Santa Terezinha, local onde funcionava a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dirigido pelo camponês-sapateiro, e abriram fogo sobre os que ali se encontravam. Assim, “a revolução que estava programada para o dia 1º de abril, começou dois dias antes em Governador Valadares”, concluiu o Cel. Altino Machado. (BORGES, 2004, p. 321)

Em 31 de março de 1964 os sindicalizados viveram um 1º de abril. Na manhã do dia 30, com tudo já organizado para o evento, o ministro da Agricultura, Oswaldo Lima, que iria à cidade para a assinatura do decreto, doando a Fazenda do Ministério às 300 famílias de lavradores, cancela a viagem em razão dos movimentos já em andamento no Brasil e na cidade, que culminariam com o Golpe Militar de 1964 (RABELO, 2005). O clima em Valadares era de confronto aberto, e os fazendeiros não podiam mais esperar que chegasse primeiro de abril, eles queriam impedir a entrega da fazenda a qualquer custo.

O grupo de fazendeiros e seus aliados somavam dezenas de homens, que rumou à sede do Sindicato em diversos veículos, alguns sem placas deliberadamente retiradas. Desde as 13 horas que os fazendeiros começaram a formar ajuntamento na Avenida, transformando por completo o movimento da cidade no centro. A partir dessa hora, tornava-se também u’ a massa de curiosos nas proximidades do Sindicato. Os boatos correntes eram de que o ataque seria para linchar Chicão, seus homens e também o Jornalista Carlos Olavo (Diretor de “O Combate”). (DIÁRIO DO RIO DOCE, 31/03/1964). (MORAIS, 2013, p. 146)

O horário da assinatura do decreto era 13h. Como não houve nenhum movimento, os fazendeiros decidiram não “perder a viagem” e atacar o sindicato. Ao final do ataque restaram 04 (quatro) feridos, entre eles uma criança, e um morto, que era o genro do Coronel Pedro que estava na liderança dos fazendeiros (idem). Mas foi em 31 de março que a cidade amanheceu “tomada por milícias dos fazendeiros, que destruíram sedes de sindicatos, prenderam lideranças dos trabalhadores, destruíram a sede de O Combate e a gráfica que o imprimia” (RABELO, 2005, p. 07).

Como prometido pelo governador Magalhães Pinto, Carlos Olavo foi resgatado e conseguiu sair ileso da cidade, levando consigo seu companheiro Chicão. Ele narra como foi esse momento e o quanto fez questão de somente sair da cidade se pudesse levá-lo junto (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 08). Zuca, sua esposa, que também é entrevistada pelos pesquisadores, narra o acontecido da perspectiva de quem ficou. Ela e os filhos não são resgatados junto com o marido. Suas narrativas mostram de forma ainda mais contundente aquela mulher que não participava e nada sabia dos conflitos políticos em que seu marido se envolvia.

Quando surgiu o negócio daqui, né? da Redentora, do Magalhães avisou que tava acontecendo, né? aí os fazendeiros tomaram conta da cidade, né? Eles ocuparam a cidade, sabe? E aí foi uma coisa pavorosa! Eles prendiam, eles espancavam. Gente que era amigo nosso, eles iam nas casas, né? e viravam a casa toda (...) queriam me pegar; eu e as crianças, pra fazer refém, pra obrigar o Carlos a voltar, sabe? Só que eles não tiveram peito pra fazer isso porque eu tinha amizade de todo jeito; tanto do lado deles como do outro lado. Então, as próprias esposas deles num deixavam que eles fizessem nada contra mim. Diziam: “Vocês não mexem com Zuca. Não encosta a mão na Zuca”. “A Zuca não é política. A Zuca é nossa amiga”. Então eles num tiveram condição de fazer nada comigo. Ao contrário, queriam me proteger, como eles falavam. “Mas o seu marido vamos fazer picadinho em praça pública”. E o Carlos já tinha saído, porque o Magalhães já tinha tirado ele, sabe? Aí eu fiquei naquela situação muito difícil lá, né? O Carlos já tinha saído e eu num sabia o que tava acontecendo porque a gente no Brasil num tinha esse tipo de violência, né? Revolução... nunca tinha tido. Que eu soubesse, não, né?

[...]

Apesar de não gostar de política, não entender de política, vivi a minha vida toda politicamente ao lado dele. (...) Sou uma mulher muito feliz, apesar de tudo que passamos. Eu me considero uma pessoa muito realizada, com uma família muito boa, um cranzinho muito unido. E... a gente conseguiu essa façanha de trazer a família até aqui sempre unida, com o astral bom. Nunca tivemos, assim, desespero. Passávamos aquela fase dura, e tava sempre de pé. (FELIPE-SILVA, ESPINDOLA, GENOVEZ, 2010, p. 9-12)

A que se deu a proteção que Zuca e seus filhos receberam? As esposas dos coronéis repetiam que ela não tinha nenhum envolvimento com a política, e que por isso não precisavam nem deveriam atacá-la. Embora essas mulheres tenham sempre se organizado no que podemos

chamar de feminismo branco, que não lida com as questões das mulheres racializadas e subalternizadas, elas demonstram certa sororidade em relação a Zuca, não tanto por um pacto feminista, mas como narrado por ela, por uma questão de amizade. Amizade essa que provavelmente só foi possível porque Zuca sempre se manteve alheia aos conflitos políticos da cidade.

Felipe-Silva, Espindola, Genovez (2010) entrevistaram também a filha mais velha do casal, Tânia, que à época do Golpe era uma criança, uma pré-adolescente de 11 anos. Tania descreve um período que ficaram escondidos, logo após o ataque dos coronéis em Valadares (31/03/1964) e o Golpe Militar no Brasil (01/04/1964), durante aproximadamente 03 (três) dias. Segundo a entrevistada, houve uma denúncia e a polícia bateu à porta procurando por Carlos Olavo. Ela descreve uma cena triste dos policiais aterrorizando a ela e a seus irmãos mais novos, na expectativa que soubessem onde estava o pai, o que provocou uma reação imediata de Zuca em defesa aos filhos. Dali a família vai para Belo Horizonte e apesar de conseguirem ver Carlos Olavo, este precisa sair do país, e a família só voltaria a se juntar no final dos anos 1970, fora do país.

O “Sr. AC”, entrevistado de Genovez, Teixeira e Braga (2019) descreveu em sua narrativa um pouco do que aconteceu na cidade após o dia 31 de março.

Foram vários presos: médico, professor, colegas (até colegas meus), empresários. Tudo preso, algemado com as mãos para trás assim, com a cabeça baixa entrando num ônibus amarelo dessa cor aí e marrom lembro até hoje da Sitran. A empresa chamava Sitran. [Foram] levados para o Rio de Janeiro março de [19]64, abril. Os caras saíram presos da cadeia ali inclusive médicos inclusive um é até meu vizinho foi o que mais chocou que mais mexeu com a cidade foi isso. Foram várias mortes. Pra você vê na rua perto do Democrata morrem três e ficou baleado um. Lá na outra mataram e procuraram vários aí para matar. Os fazendeiros na época, [procuravam] pra matar vários aí. Mas não conseguiram encontrar o resto, esses líderes né. Os líderes dessa invasão. Foi a revolução mesmo em [19]64. Depois a polícia veio. Você não poderia fazer uma reuniãozinha na esquina assim que a polícia chegava e queria saber o que que era.” (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 55)

A Reforma Agrária que se pretendia em todo país, tendo a Fazenda do Ministério como plano piloto tinha o propósito de mudar aquele sistema de latifúndios e melhorar a distribuição de renda. Acreditava-se que isto faria crescer o mercado interno e beneficiar a industrialização. Mas, o governo militar que assumiu em 1964 refez o Estatuto da Terra, daquele ano acabando com todas as possibilidades e movimentos de reforma agrária (MEDEIROS, 2011, p. 22).

Depois do Golpe Militar de 1964, a pressuposição da revolução camponesa apareceu claramente na justificativa da raivosa repressão que se desencadeou sobre os trabalhadores do campo, particularmente os das Ligas Camponesas, sobre as

lideranças sindicais e até mesmo sobre os partidos e grupos políticos que, especificamente a respeito, tinham posição vacilante. As brutalidades cometidas por fazendeiros de Governador Valadares, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais e a manipulação da CIA, e as sádicas e espantosas agressões cometidas contra o militante comunista Gregório Bezerra são algumas indicações a respeito. (MARTINS, 1995, p.93 apud MEDEIROS, 2011, p. 82)

À medida que a pecuária avança na região, a cidade empobrece. Falta emprego, falta estrutura, e agora, após os acontecimentos de 31 de março de 1964 a cidade vive um clima de tensão e de medo. Das muitas serrarias, restam poucas madeireiras e a mata devastada já não tem o que oferecer. A violência, os assassinatos e a perseguição atingem seu máximo, e agora são balizadas por um governo militar, ditatorial. A vontade dos coronéis é a mesma dos mandantes da nação. E ao mesmo tempo, os ciclos econômicos da cidade se fecham, restando o comércio como última alternativa. Os problemas sociais se multiplicam, e não há nenhum projeto de cidade em vista.

Para os coronéis, Valadares é um paraíso. Os conflitos de terra resolvidos a bala, já não são problemas. Em 1966 é inaugurado o aeroporto da cidade, ligando Valadares com as conexões nacionais e internacionais, para uma elite viajar a negócios ou lazer. O comércio de pedras semipreciosas é uma alternativa que beneficia poucos. Com o avanço dos latifúndios pelas vitórias dos grileiros sobre os posseiros, as riquezas da região estavam cada vez mais concentradas em posse de poucos, forçando a população da cidade a buscar novos espaços... a cidade se contrai.

Surge, então, a migração como saída; a população começa a buscar novas fronteiras agrícolas e outros centros em crescimento. Ao contrário de outras regiões do estado de Minas Gerais - que na década de 1970 atingiu altos níveis de crescimento econômico, chegando a 18% por ano -, o Vale do Rio Doce, nesta época, apresentou índices negativos e chegou a ser considerado nos documentos oficiais como “região problema”. (ESPÍNDOLA, 1998).

A princesa de pouco mais de 30 anos chega ao final dos anos 1960 sem seu glamour. Seus brincos de berilo já não têm tanto valor, seu castelo de madeira nobre foi todo derrubado, suas riquezas foram consumidas e só lhe resta o forte comércio, já em declínio. Resta à jovem cidade seu novo casamento internacional: a emigração para os EUA. Ainda que bela e jovem, a noiva já não é a promissora Figueira, mas a Valadares que vai invadindo as terras “Tio Sam” pelas portas dos fundos. Os dólares já não vinham “sozinhos”, a princesa terá que ir buscar. E tudo começa ainda em meados da década de 1960, logo após a vitória dos coronéis sobre os lavradores.

2.4 De 1964 ao final dos anos 1970: início da emigração em tempos de ditadura

Foi em 1964 que tudo começou. O entrevistado que Assis (1995) chama de Emigrante II e um amigo que fazia curso de inglês junto com ele convidam outros amigos para irem conhecer os EUA. Não tinham a intenção de trabalhar. Seu entrevistado considera que foi uma grande façanha, pois nem todos eram ricos, mas todos eram de classe média acima. Esse (re)encontro entre Valadares e os EUA irá impactar de forma significativa, mesmo determinante, na economia valadarense das décadas seguintes. Mas também traz reflexos importantes na cultura da cidade, e de modo singular nas relações de gênero.

“Aí alguns rapazes uns por farra, outros queriam estudar nos EUA, como o caso do Toninho Coelho que passou lá um ano estudando, outros que por que tinham condições porque o visto era fácil e a passagem não era tão cara, numa sequência assim foram uns dez. Aí foi um depois foi outro aí o outro escreveu e desses dez aí uns cinco ou seis voltaram um ano depois. O, por exemplo trancou a matrícula dele em Belo Horizonte e trabalhou um ano foi ser garçom, “bus boy”, voltou com dinheiro para comprar um carro. Aquela garotada que estava por aí zanzando na dependência de pai e mãe sem saber o que fazer aqui no Brasil com empreguinho medíocre, aquela mão-de-obra ávida para ganhar dinheiro, viu aquilo e começou.” (Historiador III, 55 anos) (ASSIS, 1995, p. 53)

Assis (1995) informa que seu entrevistado Emigrante II se casou com uma estadunidense e permaneceu nos EUA, não regressando com os demais pioneiros da emigração. O casamento durou vários anos, mas depois de um tempo, segundo o seu entrevistado houve a separação por diferenças culturais, pois para ele “a mulher americana é muito independente” (idem, p. 56). A autora evidencia que nos primeiros movimentos da emigração os emigrantes valadarenses eram do sexo masculino, jovens e solteiros e não tinham intenção de permanecer nos EUA (idem, p. 54). “E você sabe que quem ia eram os rapazes, não iam mulheres, depois é que a coisa ficou tão escancaradamente boa que qualquer um ia cara de 60, 40, 20 anos” (Historiador III) (ASSIS, 1995, p. 57).

A construção do aeroporto e a abertura de agências de viagens na cidade começam também contribuem para emigração. Genovez, Teixeira e Braga (2019, p. 51), assim como a Entrevistada 2, destacam o significado e importância de se ter um aeroporto inaugurado em 1966 numa cidade do porte de Valadares, trazendo ainda maiores facilidades de trocas nacionais e internacionais e as marcas da modernidade (idem, p. 52). O que os filhos de classe média-alta iniciam acaba se tornando uma saída econômica para a cidade dos ciclos já esgotados. Após o sucesso financeiro daqueles primeiros emigrantes no seu retorno a ideia se espalha rápido pela cidade como uma solução para a classe média e logo também para as classes populares.

Um dos entrevistados de Genovez, Teixeira e Braga (2019), o “Sr. AC”, narra que

“A [e]migração começou em 60 e tantos, 65, 66 eu tive vários amigos que foram para lá. Me chamaram para aí, mas na época eu não topei não. 65, 66 naquela época não tinha visto, não tinha nada. Eles iam pra lá e não tinha visto era fácil demais para ir. Veio dinheiro de 70 pra cá inundou isso aqui de dinheiro. A cidade e a região. Valadares deve muito ... o desenvolvimento de Valadares. Porque aqui nunca teve indústria mesmo. Aqui teve uma época que pra você comprar uma bicicleta só falava em dólar. Tudo, tudo era dólar. Ah, quanto você quer nessa bicicleta? Era tantos dólares. Ah, quanto você quer naquele boi lá? Ah, tantos dólares. Tudo era dólar.” (p. 56)

Foi nessa Valadares que cresci. Lembro bem como “tudo era dólar” mesmo. Economicamente o Brasil também não estava bem. A inflação era alta e a negociação em dólar era muito vantajosa para o comércio local. Na cidade, era comum que as pessoas, mesmo crianças, em variadas classes sociais, soubessem a cotação diária do dólar. Estava nos jornais, mas principalmente estava nas interações, nas conversas, no comércio, nas relações. Era naturalizado esse saber na cidade naqueles anos da ditadura militar.

Uma ditadura que estará presente durante toda a década de 1970 num Brasil militar. O regime de governo imprime em todo país o velho modelo moderno/colonial que o governo anterior estava rompendo. Todos os movimentos de Reforma Agrária anteriores ao Golpe de 1964 são interrompidos, eliminados. Aquela vitória de coronéis latifundiários não havia se dado somente em Valadares, mas em todo Brasil. Os militares então promulgam um novo Estatuto da Terra.

Com o Estatuto da Terra o governo queria tratar da distribuição, desmobilizando os camponeses e amenizando conflitos, sem fazer a reforma agrária; o objetivo era colonizar como forma de controlar a situação. Foram iniciados, então, vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no centro-oeste, em parceria com empresas privadas e órgãos públicos. (MEDEIROS, 2011, p. 25)

Sem nenhuma expectativa de melhorias para aquele contingente das periferias de Valadares, e com toda a violência após o Golpe de 1964, que dava um aviso claro a qualquer pessoa da cidade que tentasse se organizar contra os coronéis ou contra o governo militar, a cidade vai avançando nos anos 1970 aumentando seus problemas econômicos e sociais e descendo no ranking das cidades mineiras. A esse tempo até mesmo o comércio, uma atividade importante para a cidade desde o seu surgimento, mantendo Valadares como polo regional, começa a sofrer impactos com os avanços em outras regiões. O “Sr. AC”, entrevistado por Genovez, Teixeira e Braga fala dessa questão: “Mas porque o comércio aqui...aqui era um centro, um polo. Um polo mesmo. Nos anos 70, eles abriram o Ceasa em Belo Horizonte. Aí o comércio aqui só foi afundando, foi acabando” (2019, p. 53). A cidade dos armazéns, do

atacado, que se conectava a toda região pelo forte comércio agora se move a outras conexões, começa exportar mão-de-obra para o exterior, sobretudo para os EUA. Os anos 1970 marcam o desenvolver de um processo de emigração que ganhará expressividade nos anos 1980 e 1990. (idem, p. 55)

Nesse cenário a emigração para os EUA vai surgindo como uma alternativa para os valadarenses, que começam a desenvolver no imaginário coletivo da cidade o sonho de “fazer a América”. Já chegando ao final dos anos 1970 toda a região em que a cidade era pólo sentia os impactos dessa perda de vitalidade econômica, restando apenas com alguma expressividade a comercialização do gado e das pedras semipreciosas (COSTA, 1991).

A cidade também vai se transformando em função do aprofundamento do contato com os EUA. A troca cultural se intensifica. Uma juventude começa a ser influenciada e a supervalorizar tudo que vem dos EUA. Essa é outra marca da minha infância e adolescência, a influência da vida e da cultura estadunidense nos hábitos e cotidianos dos valadarenses.

De lá também vieram o misto quente, o sanduíche americano e o Ketchup; as bandas de música com nomes americanos, redimensionando os padrões locais e incluindo novos matizes culturais que se misturam aos tradicionais que sobreviveram às décadas seguintes. A questão da emigração aparece e ganha expressão em sua narrativa, processo que se tornará bastante significativo na década de 1980. (GENOVEZ, TEIXEIRA e BRAGA, 2019, p. 56)

O final da década se aproximando e o cenário nacional também vai se complicando. As questões de lutas de terras, as situações dos trabalhadores rurais continuam, cada vez mais, relegadas pelo governo federal. Militares e burguesia mantinham esses trabalhadores e suas famílias em situação de precariedade da qual emergem novos e intensos conflitos, levando a questão agrária a ser um dos maiores problemas do governo ditador (FERNANDES, 2000 apud MEDEIROS, 2011, p. 25)

Na década seguinte, Valadares e as cidades circunvizinhas se constituirão “o epicentro da mobilidade espacial de sua força de trabalho, a emigração internacional” (SOARES, 2016, p. 146). A evasão fica evidente na expressiva desaceleração das taxas de crescimento anual da cidade, chegando ao final dos anos 1970 com a taxa de 1,9% a. a., ou seja, um crescimento abaixo do que se chama crescimento vegetativo, “o que representa, com referência à década anterior, uma contração de mais de 52%” (idem, p. 145). No capítulo seguinte falo dessa emigração que intensifica nos anos 1980 e das questões de gênero que dela surgem, culminando o texto nos debates sobre “ideologia de gênero” e “Escola Sem Partido” em torno do currículo escolar, na câmara Municipal de Governador Valadares.

3 VALADARES (NÃO) FAZ MEU GÊNERO

Não sou natural de Governador Valadares, vim para essa cidade aos dois anos de idade, e aqui construí quem sou. Mas, confesso que cresci “naquela” relação de “amor e ódio” com a “Princesa do Vale”. Na esteira das contradições de uma cidade, temos em Valadares também seus paradoxos que nos surpreendem. Por um lado, é uma cidade jovem⁴⁷, conhecida como a “Capital Mundial do Voo Livre” e território de outros tantos esportes radicais ligados às suas características geográficas, como a montanha que se ergue em meio a um vale relativamente plano, elevando-se ao Pico da Ibituruna, que tem aos pés o largo e resiliente Rio Doce. Por outro lado, em minhas memórias fica o registro de uma cultura conservadora, de uma sociedade preconceituosa e tacanha, e aquela sensação teimosa de que eu e minhas irmãs não éramos mesmo desse lugar. Por um lado, uma cidade de traços modernos, de alegria juvenil, por outro, seus territórios de altos índices de assassinatos de jovens⁴⁸. De um lado, sua paisagem de comovente beleza, de outro o calor causticante que atinge com facilidade, e sem nenhum pudor, 42° em plena primavera!

Chegamos à cidade ainda no início dos anos 1970. Sou nascida em dezembro de 1971 e vim pra Valadares já com dois anos de idade completos, o que quer dizer que viemos em 1974. Meu pai veio transferido da “Madeiras Penedo” em Belo Horizonte, para a “Serraria Governador” em Governador Valadares. Veio para cá vender madeira em 1974. A madeira vinha ainda da região, madeira de lei e outras ainda mais nobres. Meu pai conhecia bem, negociava a compra e revenda, gerenciava a serragem das toras. Foi uma promoção, de vendedor em Belo Horizonte, para gerente em Valadares. A vida da família melhorou consideravelmente. Cresci conhecendo bem aquele cheiro bom da madeira, brinquei em pilhas de toras, e sempre conseguia quanta serragem quisesse para eventos da igreja e da escola. Até hoje os perfumes amadeirados são os meus favoritos. Lembro que a madeira vinha principalmente de Padre Paraíso, cidade ao norte 236 Km de Valadares, subindo a BR 116, a

⁴⁷ Fundada em 30 de janeiro de 1938, Governador Valadares é uma cidade de apenas 83 anos. (Prefeitura de Governador Valadares)

⁴⁸ Em 2009, Governador Valadares foi apontada pela UNICEF como a segunda cidade brasileira com maior índice de homicídios de adolescente, se a primeira de Minas Gerais. Fonte: Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL). Disponível em: <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Release.pdf>

Rio Bahia. Vivíamos do dinheiro da madeira do que ainda restava de uma Mata Atlântica já não tão próxima a Valadares. Mas no final dos anos 1980 a Serraria vinha se reinventando, vendando outros produtos e no início dos anos 1990 já quase não serrava mais. Em pouco tempo mudou radicalmente suas atividades, e alguns anos após meu pai aposentar, foi finalmente fechada. Não tenho informação precisa, mas desconfio que foi a última do ramo a fechar. Não lembro de concorrentes diretos das atividades de serrar toras. Lembro de outras madeireiras que trabalhavam já há mais tempo muito mais com comércio de revenda de produtos (portas, janelas, chapas de compensados), algumas até clientes da própria Serraria Governador.

3.1 Décadas de 1980 e 1990: emigração e assentamento

O final da década de 1970 chega com a maior enchente do Rio Doce que a cidade já sofreu. Em janeiro de 1979 o Rio Doce chega a seus 5, 71 metros pela régua do SAAE-GV⁴⁹. Para se ter uma ideia do volume das águas, o rio permanece em seu leito, sem transbordar, até 1,85 metros dessa mesma régua, e em períodos mais secos, oscila na casa dos 0,30 metros. Ao longo da sua passagem pela cidade o leito do rio Doce, de margem a margem, tem em média mais de 400 metros, chegando a aproximadamente 01 Km de largura na extensão em que se localiza a Ilha dos Araújo, um bairro da cidade que é uma ilha dentro do rio Doce. Considerando suas dimensões, pode-se imaginar o que representou para a população ribeirinha todo esse volume de água. Nessa época eu tinha recém completado 07 (sete) anos, por isso tenho poucas lembranças dos anos 1970. Assim, os anos 1980 e 1990 são, pra mim, um outro capítulo dessa história. Cada vez mais ciente de uma vida política e em sociedade, experimento uma cidade que fica na memória com três fortes marcadores de sua organização econômica e social: o comércio, a pecuária e a emigração para os EUA.

Já em fase de relativa estagnação, essa economia, na década de 1970, viu ganhar expressão o setor de comércio e serviços; e, finalmente, em meados dos anos 1980 - tendo em conta que a cada ciclo corresponde uma mercadoria que lhe dá suporte e dinamismo -, a "exportação" de mão de obra local ganhou voz e serviu como signo de denúncia desse contexto de tendências estagnantes. (SOARES, 2016 p. 146)

O comércio ficou na memória apenas pela repetição entre gestores, lideranças e professores, e nas conversas entre adultos da família e seus amigos, que era a sustentação da economia valadarense. Sobretudo o comércio de pedras preciosas e semipreciosas, que

⁴⁹ Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares.

competia com a cidade de Teófilo Otoni, a aproximadamente 138 Km daqui. A pecuária marcada pelas famílias tradicionais, cujos filhos estudavam nas mesmas escolas que frequentei, tanto públicas quanto privadas. Juntos, comerciantes, principalmente pedristas e pecuaristas formavam a elite social da cidade. Pessoas que estavam sempre presentes nas badaladas colunas sociais da mídia impressa local, das mulheres *socialites*, das “damas da caridade” e outros grupos femininos organizados na cidade, alguns, mesmo se reconhecendo feministas, mas numa perspectiva do feminismo liberal.

Segundo Medeiros (2011, p. 23) a concentração de propriedade fundiárias no Brasil aparece como segundo lugar mundial desde os anos 1940 até 1990, se mantendo inalterada por 56 anos. Nesse mesmo período essa vai ser a principal característica da cidade, a manutenção do poder latifundiário patriarcal, que se torna seu modelo econômico. O que deixa um expressivo contingente da população sem opções de trabalho e renda, provocando a maior marca do período que segue: a emigração para os EUA. Os anos de 1980 especificamente sofrem ainda, segundo Espíndola (1999), impactos da desaceleração da economia nacional e de uma nova conjuntura internacional, no estado de Minas Gerais. Nesse cenário econômico, Valadares vai se mostrando cada vez menos promissora aos trabalhadores e aos jovens que precisavam ingressar no trabalho.

Ancorada nos estudos da cidade que tratam de economia e emigração, e trazendo ainda algumas memórias e entrevistas, busco o recorte de gênero para contar a história dessa cidade onde me fiz adolescente, jovem e adulta, onde construí minha identidade de gênero.

3.1.1 Década 1980

Escrevendo esse texto sinto que agora eu entro de vez na narrativa. É como se fazer narrativas da cidade daqui para frente, seja fazer também narrativas de mim. E quem sou eu e minhas narrativas? Uma mulher branca, de classe média, com acesso a educação superior, tendo assim uma visão muito limitada. Ainda assim, as leituras sobre a cidade se misturam com minhas lembranças. Nos anos 1980 crescemos imersos numa supervalorização da cultura estadunidense, em todo Brasil, em toda a América Latina. A música, o cinema, o modo de vida americano, aquele feminismo “branco”, as ideias liberais sobre liberdade... Em Valadares esse consumo da cultura estadunidense foi intenso. A relação da cidade com os EUA vinha de longa data. Além do comércio de mica e madeira, a cidade recebeu nas décadas anteriores engenheiros e trabalhadores estrangeiros, sobretudo estadunidenses, ligados à estrada de ferro, que residiram na cidade, em local onde hoje é um bairro chamado “Acampamento da Vale”. “Governador Valadares é uma cidade de interior voltada para o exterior, para o oceano, antes da guerra eram

os alemães e o japoneses, depois os americanos – estes só trouxeram progresso.” (ASSIS, 1995, p. 50)

Essa relação com esse estrangeiro que é sinônimo de progresso reforçou a ideia de que os EUA eram um paraíso utópico, cheio de promessas com todo potencial de se concretizarem. Segundo Assis (1995, p. 50) as passagens dos estadunidenses por Valadares imprimiram na memória dos valadarenses uma ideia de modernidade, de progresso, e ganhou um espaço onírico como projeto de vida que irá se fortalecer ao longo dos anos. A autora explica ainda que a crise econômica dos anos 1980 intensificou a migração, uma vez que já havia muitos valadarenses nos EUA, formando assim uma rede de apoio, e um caminho conhecido. Muitos adolescentes já não sonhavam em fazer um curso superior, mas em “fazer a América⁵⁰”.

Se nas décadas anteriores Valadares se encontrava em uma região rica e promissora, nos anos 1980 se encontra em uma região decadente, cada vez mais pobre e sem perspectivas de melhorias e avanços. A “bela e ainda jovem princesa não perde seu posto, mas seu reino” já não tem a mesma representatividade na economia do estado de Minas Gerais, embora ainda seja a maior e mais desenvolvida cidade da região onde se localiza. De acordo com Soares (1995), a renda média local conjugada aos índices demográficos e ao PIB per capita da cidade e região naquela época colocavam o Vale do Rio Doce como a segunda região mais pobre do estado. Os impactos do esgotamento dos ciclos econômicos extrativistas da região provocam uma decadência na economia da cidade e seu entorno, trazendo consequências para os domínios da “princesa”. Segundo Medeiros (2011), ainda que Governador Valadares continuasse sendo a principal cidade da sua região, a sua função de cidade polo foi reduzindo e

[...] produzindo-se a tendência à estagnação, que tende a persistir, desde a década de setenta. Valadares, então, passou a exportar mão-de-obra, principalmente para os Estados Unidos, mas também para Portugal. Sem indústrias, investiu no comércio e prestação de serviços que sustentam a economia local desde então. (MEDEIROS, 2011, p. 43)

Soares (2016, p. 145) também enfatiza que o quadro econômico da cidade não se altera nos anos 80, mas a década se inicia com sua situação econômica ainda mais agravada pela crise nacional já apontada nos estudos de Espíndola (1999). Assim como o historiador, Soares (2016, p. 145) também fala da crise econômica nacional “marcada pelas altas taxas inflacionárias, pela recessão e pelo desemprego” e mostra que, apesar de severas políticas de ajustes econômicos

⁵⁰ [...] significava trabalhar e ganhar dólares suficientes para retornar ao país de origem, comprar uma casa, um carro e montar um negócio. (ASSIS, 1995, p. 54)

esse período “deixa para os anos seguintes uma inflação sem controle e uma taxa de crescimento negativa”. Soares (2016) traz ainda dados da Fundação João Pinheiro (1996) que mostram um período de poucas alterações na estrutura produtiva da microrregião de Governador Valadares entre os anos de 1985 e 1995, mas mostra que com a taxa de crescimento negativa desse período, a produção agropecuária, principal fonte econômica da região, perde espaço no cenário da economia do estado de Minas Gerais.

De acordo com Martes e Soares (2006) os emigrantes de Valadares desse período não rompem o vínculo com a cidade quando chegam ao exterior, o que pode ser constatado pelas contínuas remessas de dólares que chegavam em larga escala na cidade.

O dinheiro remetido ao Brasil pelos emigrantes distribui-se por diversos municípios. Certa concentração desse recurso monetário é observada em relação às seguintes cidades: Governador Valadares (14%), Ipatinga (5%), São Paulo e Goiânia (4%), Vitória e Belo Horizonte (3%). Criciúma (SC), Curitiba (PR) e Sorocaba (SP) comparecem com menos 2% da amostra. Em virtude do alto grau de dispersão das remessas pelo território brasileiro e do tamanho das cidades a que elas se destinam, parece razoável admitir efeito virtuoso pouco significativo na dinâmica econômica das grandes cidades – São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, por exemplo –, e efeito benéfico considerável no tocante às pequenas. (MARTES e SOARES, 2006, p. 44)

Durante as décadas de 70 a 90 a economia da cidade se sustenta nessas remessas de dinheiro e de forma muito significativa nos ramos ligados a compra e construção de imóveis, tanto residenciais quanto comerciais. Em sua pesquisa, apresentam dados que mostram mais de 60% dos emigrantes remeteram algum dinheiro para Valadares, e destaca que 38% investiram no mercado imobiliário e na construção civil (p. 45-46).

Em meados da década 80, a indústria da construção civil foi intensificada em função da expansão da migração de valadarenses para os EUA que enviavam dólares às suas famílias para construção de casas e apartamentos. As remessas de dólares deram à construção civil um dinamismo que durante a década de 80, um período de crise no Brasil, permitiram que este setor gerasse empregos e movimentasse junto, com as agências de Turismo, a vida econômica da cidade. (ASSIS, 1995, p. 42)

Depois de tantas crises é o movimento de emigração que vai sustentar a economia da cidade, ampliando sobretudo o mercado de imóveis e das agências de turismo. Mas outros ramos também crescem, sobretudo o comércio e de maneira especial o setor de alimentos e lazer.

Ao longo dos anos 1980 o *fast food* estadunidense vai tomando conta da cidade, abrindo *trailers* de *hot-dogs* e *hamburguers* que se tornavam *points* da juventude de classe média e média-alta, em áreas mais centrais da cidade. Nosso vocabulário é inundado de

expressões como “parkear” (estacionar), “plugar” (ligar na tomada), “hangar” (comer), etc. Cada vez mais pessoas da cidade migram para os EUA e voltam trazendo dólares, produtos e novos padrões culturais. Fui me tornando adolescente e jovem nesse contexto, como a maioria de nós, também já sonhei em “fazer a América”.

Segundo Assis (1995, p. 58), na década de 1980 em Valadares “ir para América” (expressão comum na cidade) “[...] tornou-se a opção de vida de um número cada vez maior de pessoas”. Nessa época, foi se tornando cada vez mais comum que cidadãos valadarenses tivessem algum familiar ou amigo próximo que haviam migrado para os EUA, em todas as classes sociais.

As histórias de sucesso na década de 60 e 70, a possibilidade de algum parente ou conhecido ajudar nos primeiros meses de América, associados ao agravamento da crise econômica brasileira e a estagnação econômica da cidade, fizeram desta um ponto de partida significativo para migrar. Criou-se uma ampla rede de relações em Governador Valadares, que envolve companhias de turismo, despachantes, doleiros e redes de parentesco que se articulam nos EUA numa verdadeira corrente emigratória. (ASSIS, 1995, p. 58)

Nesse encontro entre culturas, impressionou Assis (1995) o número de casamentos entre brasileiras e estadunidenses. Não casamentos forjados para regularizar a situação da migrante, mas “casamentos de fato”, como expressa a autora. Segundo algumas entrevistadas durante sua pesquisa com brasileiros e brasileiras nos EUA, “[...] os americanos gostam mais das brasileiras porque são ‘mais carinhosas’.” (p. 62)

Ao longo da viagem perceberia que é mais comum encontrarmos mulheres brasileiras casadas com americanos do que o inverso. Não quer dizer que não ocorra, mas ouvi diversos depoimentos em que os homens falaram que a americana é muito “fria e independente”. (ASSIS, 1995, p. 62-63)

Lembro-me bem que nos anos 1980, quando eu ainda era uma estudante ginásial, havia mesmo no imaginário valadarense essa ideia de que as mulheres estadunidenses eram mulheres “inadequadas” ao casamento, que não eram carinhosas ou atenciosas com seus maridos, e que demonstravam essa “independência” vista como distanciamento, e que seus relacionamentos não seriam duradouros por essa dita frieza. Sendo de classe média baixa, tive oportunidade de estudar em escolas públicas e privadas e assim conviver com estudantes de todas as classes sociais. E em todas era perceptível o preconceito em relação à mulher estadunidense reforçado por valores morais e estereótipos físicos e culturais que nós meninas – jovens adolescentes – internalizávamos e reproduzíamos. Enquanto os feminismos subalternos do Sul faziam críticas a um feminismo “branco” do Norte, em Valadares, nem mesmo os avanços presentes na cultura

estadunidense que diariamente consumíamos eram compreendidos por nós. Havia um padrão de “ser mulher” que tanto carregava similaridades em toda a América Latina, quanto guardava suas especificidades em relação ao Brasil e a uma opressora cultura da “tradicional família mineira”⁵¹ e do cristianismo. A nós, meninas que buscávamos e consolidávamos uma identidade de jovem mulher, cabia nos ajustarmos aos padrões, exercendo entre nós a vigilante coerção social, sobretudo religiosa. O que não impedia que outras identidades fossem construídas, mas sempre com enfrentamentos e exclusão.

Em setembro de 2022, Edmarcius Carvalho Novaes defende⁵² sua tese que contribui significativamente para a discussão de gênero em Valadares. A pesquisa traz registros também sobre a questão religiosa na cidade, em relação às trajetórias de homens gays. Um de seus entrevistados, denominado em sua tese como “Poseidon”, fala do quanto a questão da religiosidade da cidade afetou sua juventude nos anos 1980.

Poseidon: *Vamos falar primeiro sobre esse cenário de Valadares, porque é a questão da religiosidade da cidade, me afetou demais né, porque eu comecei a frequentar a igreja com sete anos de idade. E a gente sabe que sempre existiu esse antagonismo com relação a ser gay e ser cristão.* (NOVAES, 2022, p. 117)

A religiosidade cristã (predominantemente católica e evangélica) em Governador Valadares impunha, e ainda impõe, severos padrões conservadores às relações de gênero. Apesar da anistia⁵³, da redemocratização do Brasil, e das influências dos movimentos de gênero e etnia em todo o mundo, a década de 1980 não traz muitos avanços nessas pautas para a cidade. Os anos da ditadura marcaram toda uma geração que vivenciou uma escola tecnicista/nacionalista enquanto se desenvolvia. Uma geração da qual faço parte. E na cidade ainda se vivenciava a “ressaca” dos conflitos violentos contra os movimentos sociais e de ocupação da terra em 1964. E há que se considerar ainda que os movimentos que aconteciam nos países dominantes não chegavam com a mesma velocidade que chegam hoje aos grandes centros brasileiros, que dirá ao seu interior.

⁵¹ Nos anos de 1980 era comum a referência social à “tradicional família mineira”. Embora essa referência também fosse utilizada de forma pejorativa, com objetivos de resistências e críticas ao moralismo, era continuamente repetida, tornando-se parte da cultura do estado de Minas Gerais. No “universo” da minha história de vida, no contato com outras jovens de classe média (média/baixa) de outros estados brasileiros, as tradições mineiras pareciam se reafirmar em preconceitos e estranhamentos.

⁵² Já em vias de conclusão desta minha tese, meu colega no de doutorado no Programa ... defendeu a sua tese como um dos trabalhos pioneiros na discussão de gênero em Valadares, que trouxe significativas contribuições para minha pesquisa.

⁵³ Com o fim do regime militar no Brasil.

Mesmo assim, a cidade e sua região chegam ao final da década de 80 prenhes de novas possibilidades para avanços que se concretizarão na próxima década. Segundo Rabelo (2005, p. 05) foi no final dos anos 1980 que aquela antiga fazenda, conhecida como Fazenda do Ministério, que seria a experiência piloto da reforma agrária no Brasil, foi finalmente ocupada pelo Movimento Sem Terra (MST) e posteriormente, já nos anos 90, destinada pelo Governo aos trabalhadores da ocupação.

No saldo final da década de 80 a cidade ainda não encontrou outro ciclo econômico que não a entrada de dólares e o comércio, pelo contrário, na virada para a próxima década é que a emigração está em seu auge. O acesso aos EUA é cada vez mais dificultado pelo rigor com a documentação de visto em passaportes. O sonhado “Green Card”⁵⁴ fica cada mais distante dos valadarenses. Tirar o visto nos consulados e embaixada norte-americanas torna-se um desafio quase impossível para a população de baixa renda que cada vez mais busca emigrar para os EUA. Surge assim um outro profissional, ilegal, irregular: o “cônsul” valadarense. Pessoas que transitavam legalmente entre os dois países, e cobravam caro para conseguir “levar” as pessoas até as cidades estadunidenses em que elas “fariam a América”, na ilegalidade. A figura do “cônsul” era muitas vezes alguém conhecido na cidade, e desenvolviam suas atividades ilícitas com certa naturalização pela sociedade valadarense. Lembro-me de casos em que os filhos assumiram as práticas de atravessadores de emigrantes realizadas por seus pais, assumindo como um “negócio de família”. A cidade ganha fama pelo fenômeno da emigração e ganha o apelido de “Valadólarenses”.

Em termos globais a cidade de Governador Valadares tem sido midiaticamente conhecida a partir de duas características marcantes que estão muito aquém de suas reais potencialidades. A primeira de ser mundialmente representada como um berço de imigrantes em função do grande número de pessoas que emigram em direção aos países mais desenvolvidos, principalmente os EUA. A esse estigma soma-se a idéia de ser uma cidade que tem o dólar como moeda e a produção de passaportes falsos como atividade produtiva. A segunda decorre de sua vocação para esportes radicais por apresentar condições ideais para a prática do Vôo Livre. Embora tais características sejam visíveis, é importante ressaltar que a cidade possui outras que embora importantes não possuem grande visibilidade social. (SOUZA e DIAS, 2010, p. 03)

⁵⁴ “Um portador de Green Card (residente permanente) é alguém que recebeu autorização para viver e trabalhar nos Estados Unidos em caráter permanente. Como prova desse status, a pessoa recebe o cartão de residência permanente, comumente chamado de ‘Green Card’”. (Site Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil) Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/visas-pt/portadores-de-green-card/>

Mas a fama e alcunha de “Capital Mundial do Voo Livre” virá somente nos anos 90. A próxima década continua a emigração e registra algumas conquistas: o assentamento do MST e alguns eventos que começam a surgir como as primeiras manifestações de resistência de gênero, ainda que não como movimento organizado, mas como subalternidades que eclodem das periferias e buscam espaços na cidade.

3.1.2 Década 1990

Na transição entre as décadas 80 e 90 se situa a pesquisa de Gláucia de Oliveira Assis (1995) que trabalhou com emigrantes que saíram de Valadares nos anos 70, 80 e 90, e que ainda estavam em emigração durante o período de seu trabalho de mestrado (1993-1995). Segundo a pesquisadora, a década de 1990 inaugura uma nova fase para a cidade e sua região de entorno, em que a migração já é parte das rotinas, da economia, das relações de trabalho, de afeto e familiares. O dólar já faz parte da economia da cidade que tem um comércio aquecido, capaz de sustentá-la, justamente por causa das remessas de dinheiro vindas dos valadarenses que emigraram, principalmente para os EUA. Agências de turismo atendem pessoas de todas as classes para receber, para o câmbio.

Em 1993, calcula-se que cerca de 27 mil valadarenses haviam emigrado para o exterior, grande parte deles na faixa entre 16 e 35 anos. Os dólares enviados pelos emigrantes passaram a movimentar a indústria da construção civil, o comércio e propiciaram a abertura de muitos negócios. Esses recursos foram fundamentais para a economia nos anos 80 e princípio dos anos 90. (ESPINDOLA, 1999, p 37)

Segundo Assis (1995, p. 59), o padrão de migração que se estabelece, que é a migração temporária cujo projeto é o retorno ao país e cidade de origem, envolve os familiares que ficam, daqueles que vão, para gerir o dinheiro que vem, cuidar dos filhos que ficam, dos negócios, de tudo que permanece nesse tempo de espera. O projeto migratório temporário envolve as famílias, aqueles que não migraram, e toda uma rede de relações de uma cidade e sua microrregião que continuamente se adapta e reorganiza suas estruturas sociais e sua economia. E que se reorganiza também em suas relações e dinâmicas culturais, provocando impactos sociais e no âmbito do privado, das relações de gênero, das identidades e subjetividades.

Embora não tenha sido o foco do seu estudo, algumas questões de gênero emergem em sua pesquisa, e mais especificamente de um interessante trabalho que ela sistematizou fora do texto da sua dissertação. A partir de leituras de cartas de 12 (doze) personagens (reais) emigrantes valadarenses, Assis (1995) narra sobre pessoas que emigraram entre meados e final dos anos 1980 (uma pessoa migrou no início da década de 1970), mas que viveram a América

também no início dos anos 1990. Dentre estes e estas, 07 (sete) são mulheres e 05 (cinco) homens. Esses números propriamente não representam leituras de gênero, pois não há uma “leitura” da pesquisadora nesse sentido, então não é possível fazer uma análise. Contudo, as narrativas das cartas fornecem elementos que a pesquisadora apresenta no anexo 1 de sua dissertação, mas que sem dúvida apontam questões de gênero que merecem ser destacadas.

Um primeiro destaque dou ao caso de Maria Antônia que embora Assis (1995) tenha acessado apenas uma carta dessa emigrante que na época da pesquisa já estava nos EUA há 22 (vinte e dois) anos, a autora considerou importante

[...] incluí-la na análise por dois motivos: primeiro porque é o relato de uma mulher emigrante da década de 70 e segundo, porque descreve de forma contundente a ambiguidade de quem retorna mais uma vez para os EUA para realizar o sonho de “fazer a América” e como é difícil recomeçar. (ASSIS, 1995, p. 223)

A emigração de Maria Antônia em 1972 chama a atenção da pesquisadora e a minha também, por ser um período em que a emigração Valadares-EUA é muito mais comum (ainda) entre os homens. Segundo o estudo de Assis (1995), ela migrou acompanhando seu esposo, deixando os filhos com a família dela aqui no Brasil. Em 1991 Maria Antônia se divorcia do marido e volta ao Brasil, obtendo a guarda dos filhos. Mas a carta é escrita quando ela retorna sozinha para os EUA, em função de dívidas, e expressa na carta a melancolia da sua nova condição no exterior e a “angústia de ter deixado os filhos no Brasil”. Chama a atenção que mesmo depois de tantos anos, o peso do cuidado dos filhos recaia sobre a mulher. (ASSIS, 1995, p. 223)

Maria Cândida e Maria Cristina emigraram após seus noivos irem “fazer a América” para se preparem financeiramente para o casamento. Ambas foram com o projeto de ajudarem os noivos a juntar o capital necessário para voltar e casar no Brasil. Já Maria Marta, cujo noivo também havia emigrado com o projeto “casamento”, não foi logo para ajudá-lo como fizeram Maria Cândida e Maria Cristina. Houve antes um rompimento desse noivado, por carta, e um tempo de separação entre os dois. Mas, algum tempo depois ela “resolveu ir ‘passar férias’ nos EUA. [...] Ao chegar nos EUA reencontrou por ‘coincidência’ o ex-noivo, reataram o namoro e ela decidiu permanecer nos EUA para ajudá-lo a ‘fazer a América’.” (ASSIS, 1995, p. 224-226).

Os casos dessas quatro “marias” guardam uma semelhança: todas essas mulheres emigraram tendo como projeto de vida acompanhar seus parceiros. Não migraram pelo sonho próprio, mas voltadas a um projeto conjugal. Maria Antônia já casada vai para acompanhar o

marido, e as outras migram para encontrar seus noivos e ajudar no processo de juntar os recursos para voltar ao Brasil para realizar o casamento. Apesar das especificidades de cada história, as outras três “marias” – Cândida, Cristina e Marta – também guardam entre si ainda mais semelhanças do que com Maria Antônia.

Maria Marta rompeu o relacionamento porque em seu projeto migratório, o noivo priorizou a família de origem e não o compromisso de casar, mas acabou indo e se juntando a ele para trabalharem juntos no plano do casamento; Maria Cândida não imaginava migrar, foi para juntar o dinheiro necessário para comprar casa e móveis e voltar em breve e casar aqui, mas casaram-se lá e já estavam lá há cinco anos, deixando claro que o sonho ainda não foi realizado (a recomendação em suas cartas pra cuidarem de seu enxoval pra evitar mofo, pra casar no religioso); e

As cartas escritas por Maria Cristina são destinadas à mãe e à irmã e revelam que mulheres têm maior preocupação de justificar sua decisão de migrar. Assim como Cândida, também emigrou para encontrar com o namorado e em várias cartas pede desculpas à mãe pedindo que não acredite no que as pessoas falam dela que está muito feliz. (ASSIS, 1995, p. 225)

Das sete mulheres cujas cartas foram lidas por Assis (1995), escolhi trazer as quatro que emigram em função de acompanhar seus noivos e marido. Mas, destacarei ainda mais três casos em que as questões de gênero emergem de modo latente dessas cartas: um é sobre Maria Lúcia e os outros dois estão entre os “josés” da pesquisa, José Mário e José Antônio.

Maria Lúcia, que é irmã de José Mário, migrou por projeto próprio. Contudo, seu projeto não deixa de estar carregado de questões da mulher. “Maria Lúcia afirmou que em casa enfrentava alguns problemas por ser mulher, chegava muito tarde e saía muito. Isto gerava conflitos com os pais que, na sua perspectiva, queriam ‘controlar a sua vida’”. Assim, seu projeto de emigração se deu como projeto de libertação, de busca de autonomia e emancipação da condição de mulher dentro de uma cultura social-familiar que condenava suas escolhas. (ASSIS, 1995, p. 230)

E ainda tem os casos da namorada de José Mário e da esposa de José Antônio. José Mário, irmão de Maria Lúcia, deixou no Brasil uma namorada que fazia uma graduação, mas que “largou tudo e foi para os EUA, ao seu encontro.”, repensando seu próprio projeto de vida em função do projeto de José Mário, assemelhando-se aos casos das primeiras quatro “marias”.

[...] as motivações para migrar também são diferentes para as mulheres. Muitas migram para acompanhar seus noivos, realizando casamentos por procuração, frequentes na cidade, outras emigram para se livrar dos padrões morais rígidos como

virgindade ou ainda para fugir do preconceito em relação à homossexualidade feminina. (ASSIS, 1995, p. 204)

A fuga da cidade em razão da homossexualidade também aparece na tese de Novaes (2022) como uma hipótese a ser explorada em novas pesquisas. Um de seus entrevistados narra um episódio ocorrido em um clube da cidade, nos anos 1990, que ilustra o ambiente hostil da cidade para casais gays. Segundo “Hefesto”, um casal de homens é convidado a sair da piscina do clube. O entrevistado enfatiza que eles não haviam se beijado, apenas brincavam dentro da piscina, e em volta deles não ficava ninguém. O casal sai da piscina e do clube. (NOVAES, 2022, p. 114). O autor sugere que, numa leitura mais superficial, que precisa ser aprofundada, a emigração característica da cidade e sua região pode

[...] também ter como fator de mobilização principal a necessidade de LGBTs de se estabelecerem outras vivências sociosexuais, sem ter que se submeter à invisibilidade e silenciamento, ou mesmo à discursos e práticas preconceituosas no contexto local. Nesse sentido, esta é uma lacuna identificada nesta pesquisa: a necessidade de outros estudos que analisem em que medidas pessoas com sexualidades dissidentes da região narram que tal subjetividade os mobilizaram para a imigração internacional. É preciso identificar se, diferentemente da proposta do conceito de metronormatividade, o fator da dissidência sexual fez com que eles migrassem não para as capitais brasileiras mais próximas (como Belo Horizonte e Vitória), e sim para o exterior, ou ainda, se essa migração se dá de forma exclusiva e/ou atrelada a fatores que são culturais e econômicos da região. (NOVAES, 2022, p. 180)

E por fim, na pesquisa de Assis, a esposa de José Antônio, que também migrou por um curto período acompanhando o esposo, foi o único caso que Assis (1995) ressaltou com um olhar sobre as questões de gênero. “É o relato mais contundente que possuo do impacto da experiência migratória sobre as relações de gênero. [...] Mais do que da vida cotidiana na América, falam do desejo, da saudade, da dor provocada pela ausência, do ciúme, da espera, da volta.” (p. 231)

O que a autora está destacando em seu texto é um pouco sobre o que vai aparecer também no trabalho de Siqueira (2011): os impactos da migração nas relações de gênero de casais que migram (ambos ou apenas um dos dois). “Este processo apontaria para a transnacionalização de valores, normas e padrões, para compreendermos melhor como se articulam as vidas entre dois lugares [...]” (ASSIS, 1995, p. 59).

Em seu último capítulo da dissertação, Assis (1995) propõe uma leitura das relações de gênero a partir da pesquisa realizada. Ela fala de sua angústia em realizar um “estudo sobre mulheres”, mas sobre as relações de gênero a partir do que Joan Scott chamou de “a organização social das relações entre os sexos” (1990, p. 05 apud ASSIS, 1995, p. 199), num sentido não

apenas das relações entre homens e mulheres, mas também das relações familiares, por perceber nestas, transformações dos papéis de gênero no processo migratório, sem contudo deixar de dar relevância também ao crescente número de mulheres emigrantes que aparece em seus estudos. Aliás, é disso que trata a sessão final do capítulo intitulada “*The bird of passage also are women*” – *Gênero, família e emigração*: dizer que as mulheres também migram, e que esse movimento implica em transformações nas relações de gênero.

Assis (1995) dialoga com a pesquisa de Wolff (1991 apud ASSIS, 1995, p. 202) sobre a migração de mulheres alemãs para a colônia de Blumenau, quando Wolff destaca a transformação na vida dessas mulheres no trabalho para o sucesso do projeto migratório junto a seus maridos; e com o estudo de Georges (1992 apud ASSIS, 1995, p. 202-203) que utilizando uma abordagem de transnacionalização enfatiza modificações nos padrões de subordinação nas relações de gênero e classe tanto dos que migram quanto dos que ficam. Os impactos são expressivos, sobretudo quando consideramos o processo colonizador da cidade que imprimiu um caráter conservador e patriarcal a Governador Valadares. Percebemos essas modificações nos padrões

Quando ouvimos um pai falar com orgulho da filha que foi sozinha para os EUA e está construindo um prédio com dinheiro vindo da “América”, contar sobre o casamento da filha nos EUA dentro dos padrões americanos, os relatos de mulheres que se separaram e foram reestruturar suas vidas nos EUA, os relatos de como as mulheres têm vivido a espera, criando novas situações como a infidelidade, novas conjugalidades e a homossexualidade feminina apontam para novas representações, tanto da experiência migratória, quanto do papel das mulheres na sociedade valadarense. (ASSIS, 1995, p. 202)

Uma pesquisa de Sueli Siqueira realizada entre 2004 e 2008 irá mostrar outras questões de gênero presentes nos processos migratórios. Seu estudo será abordado na próxima sessão, em função da linha temporal que me propus nessa escrita. Contudo, a realidade que mostra sobre as relações de gênero é bastante significativa do machismo estrutural que marca essas relações na cidade.

Antes de chegarmos lá, é preciso dizer ainda da cidade dos anos 1990, dos movimentos e relações de gênero da cidade, afinal essa foi uma década marcada por avanços nos debates feministas e nas políticas de inclusão em todo mundo, assim como nas pautas ambientais, tanto no Brasil, quanto na América Latina e no mundo. Elas também acontecem em GV, embora não tenham a mesma organização, intencionalidade e profundidade do que ocorria nos grandes centros do país, trazem como marca a visibilidade. Elas iniciam nos anos 90 e acabarão por influenciar os movimentos de gênero que surgirão na cidade somente no Século XXI. É possível

que as trocas transnacionais tão intensas dos anos 1990 na cidade tenham contribuído também para o que parecia mesmo ser o alvorecer de novas relações de gênero durante os governos nacional e local de esquerda que seriam eleitos na próxima década. Por enquanto, os anos 1990 parecem ser os primeiros passos de um bebê cambaleante que começa a andar sem saber exatamente para onde está indo.

A Entrevistada 2, que já apareceu no capítulo anterior, e a Participante 4 que participou de momentos da pesquisa que ainda serão relatados no capítulo final, trouxeram, em diferentes momentos da minha pesquisa, relatos sobre três eventos expressivos que aconteceram em várias edições ao longo da década de 90, em Valadares: a Gaymada, os Gaygames e o Miss Gay.

Em nossas conversas, a Entrevistada 2 narrou também vários episódios sobre os Gaygames. Segundo seu relato, tratava-se de um torneio de voleibol em que todos os jogadores eram homens, e a maioria ou até mesmo a totalidade, era homossexual. Suas narrativas são cheias de uma alegria risonha que conta como esses atletas amadores jogavam a partida de voleibol entre gritos e performances, “dando pinta” nas quadras para a diversão de uma plateia do que naquela época era definida pela antiga sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). O torneio não tinha nenhum patrocínio ou qualquer tipo de apoio ou divulgação. Era uma ação entre amigos, “como uma festa, organizada pela comunidade gay” (Entrevistada 2, 2020)

Outro relato importante que surge em nosso diálogo é sobre o “Miss Gay”. Segundo a Entrevistada 2, nos anos 80 eram muito comuns na cidade concursos de beleza femininos, que atraíam jovens de classe média e média-alta, sempre transitando nas colunas sociais dos jornais impressos locais. Somente nos anos 90 surge o primeiro evento “gay” da cidade, o Miss Gay, que apesar de muito “badalado” por personagens da classe média e média-alta da cidade, nunca chegou a ter o mesmo *glamour* e repercussão dos concursos destinados a jovens mulheres cis nos anos 1980. A Entrevistada 2 foi madrinha de várias edições do concurso e narra histórias divertidas sobre o evento. Não há uma construção política na proposta do concurso, mas não deixa de ser um espaço de conquista de visibilidade para as pessoas LGBT da cidade naquela época. Até então, não havia na cidade travestis ou mulheres trans que frequentassem espaços fora da periferia, nem mesmo no campo da arte ou no universo do trabalho. Seus espaços estavam restritos aos guetos e ao anonimato. Assim, a realização do Miss Gay lhes trouxe, ainda que minimamente, algum espaço na cidade.

A Participante 4 também abordou o Miss Gay em nossa Roda de Conversa. Ela trouxe em suas memórias. Enquanto falávamos dos avanços dos movimentos sociais e de gênero na cidade, ela lembrou momentos que vivenciou em sua infância e pré-adolescência, tanto no Miss Gay quanto nas Gaymadas – outro evento esportivo “GLS”.

Então, eu já fui por exemplo sei lá com nove, dez anos, já fui em desfile de Miss Gay que acontecia aqui no bairro de Lourdes. Eu não sei te precisar a data mas é na década de 90. Eu lembro que eu era irmã mais nova... A minha irmã me colocava na garupa da bicicleta a gente vinha aqui pra rua Mato Grosso pra assistir as Gaymadas. (Participante 4, 2021)

Há também uma ressonância dos avanços nacionais e mundiais dessas pautas que, ainda timidamente, começam a abrir outros espaços para uma população socialmente excluída, que, ainda transitando entre a periferia e uma ideia de cidade para todos (todas e todes), começam a aparecer na cidade, a ter alguma visibilidade, e como bem observou a Participante 4, fazer resistências, assumir identidade, se colocar na cidade. Contudo, é visível também que esse espaço ainda era o espaço da “comédia”, da chacota, da piada, do laser. Não há um espaço político demarcado, e sobretudo as mulheres trans continuavam relegadas aos espaços marginais da cidade.

Mas, outros avanços aconteceram no campo político, sendo o principal deles a significativa conquista do MST. Como já sinalizado, no final dos anos de 1980 a Fazenda do Ministério foi ocupada pelo MST, mas é nos anos de 1990 que a fazenda é entregue ao Assentamento Oziel Alves Pereira onde é atualmente uma sólida e bem-sucedida colônia agrícola do MST. (RABELO, 2005, p. 05)

Medeiros (2011, p. 54) relembra que em 1994 o prefeito municipal Paulo Fernando (PRN) foi eleito rompendo um longo ciclo de vitórias do PMDB e da disputa de antigas famílias que revezavam no poder por mais de duas décadas. Sua gestão foi marcada por muito conflitos e turbulências em uma administração caótica com situações como o não pagamento de salários, falta de limpeza urbana, etc. (idem). Nessa época, segundo a autora, o já existente Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares reunia os proprietários de terra, e correspondia à Associação Rural de 1964, já citada no capítulo três.

A ocupação da antiga Fazenda do Ministério não deixou de significar uma nova ameaça para a elite ruralista de Governador Valadares. O confronto foi o próprio movimento da ocupação, do enfrentamento dos sem-terra desafiando as práticas estabelecidas e procurando reverter a ordem de dominação. Assim, “Em 23 de agosto de 1994, cerca de 250 famílias coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra promoveram a primeira ocupação no município de Governador Valadares - Minas Gerais.” (MEDEIROS, 2011, p. 09)

Em Minas Gerais, o MST conquistou um latifúndio histórico. Em agosto de 1994, em Governador Valadares, duzentas e noventa famílias ocuparam o latifúndio

conhecido como Fazenda do Ministério. Essa propriedade seria desapropriada em 1964, quando aconteceu o Golpe Militar. (FERNANDES, 2000, p.200)

Enquanto lia tudo isso, ia pensando... era 94, meu filho havia nascido a poucos meses. Embora eu já tivesse 22 anos sabia muito pouco da luta agrária, e menos ainda sobre a história da cidade e região, seus conflitos de terra dos anos 50 e 60 do século passado. O que se ouvia de nossos⁵⁵ pais e avós era que os “sem-terra” eram preguiçosos e queriam as terras produtivas, que outros chegaram e limparam, plantaram, etc., que eles não queriam terras ociosas abandonadas pra desbravar. Essa era a crença disseminada na classe média e média-alta da cidade. E nesse mesmo tempo o assentamento em nossa região iria comemorar enfim a tão esperada vitória sobre as terras abandonadas pelo Estado e usurpadas pelos latifundiários nos anos 1960.

Depois de trinta anos do Golpe Militar que abafou a violência na disputa de terras da região, já no processo de redemocratização do Brasil, houve também o crescimento das lutas pelas liberdades democráticas, incluindo as questões agrárias, da luta pela terra. (MEDEIROS, 2011, p. 79). A Constituição Federal de 1988 que implementa princípios inclusivos, legitima a reforma agrária, entre muitos outros avanços na política brasileira, em prol da justiça social. Há um novo cenário político com os avanços nacionais e mundiais, das já citadas conquistas dos anos de 1990 no campo de direitos humanos, gênero, classe, etnia. Vários elementos possibilitaram que dessa vez, houvesse a regulamentação do assentamento.

Assim, “[...] em junho de 1996, as terras da Fazenda do Ministério se tornaram o Assentamento Oziel Alves Pereira do MST, abrigando 77 famílias sem-terra.” (MEDEIROS, 2011, p. 09). Trinta anos depois do Golpe. Trinta anos depois da quase posse que seria em 31 de março de 1964 (o Golpe foi 01 de abril - uma ironia... a posse era mentira...). Segundo Medeiros (2011, p. 11), esse fato trouxe um significado simbólico especial à vitória do MST, a essa conquista, pois aquela fazenda que foi negada aos trabalhadores em 1964 foi entregue a famílias trabalhadoras organizadas, configurando uma vitória da classe.

Chegamos ao final do século com os movimentos sociais fortalecidos também em Governador Valadares. Os cenários mundial e nacional também impactaram a cidade, ainda que de modo bem mais tímido. No século seguinte, a cidade terá seu primeiro governo de

⁵⁵ Nós quem? Uma geração educada na escola tecnicista do Regime Militar. As crianças que crescem na ditadura e amadureceram no pós reabertura. Grande parte dos meus colegas de escola que encontro nas redes sociais, tanto das escolas públicas quanto das particulares (ao longo da Educação Básica, estudei em três escolas estaduais e três particulares), continua repetindo o mesmo discurso de nossos pais.

esquerda, verá movimentos organizados, sociais, de gênero, de etnias e suas interseccionalidades. Os movimentos feministas na cidade ganham também o campo, o assentamento, está de mãos dadas com as mulheres da economia solidária, e como tempo incluindo as trabalhadoras do Assentamento Oziel, com os projetos para juventude, e com movimentos sociais ligados à igreja católica das comunidades. E a emigração, sobretudo aquela tão focada nos Estados Unidos, chega a mostrar menor intensidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram lançados nos anos 1990 e segundo Junqueira (2009 apud Oliveira, 2015) eles foram o primeiro documento do Ministério da Educação que trouxe a pauta da sexualidade como prazer e diversidade, mas mesmo assim não aprofundou as questões de gênero, e não abortou pautas como as transgeneridades, por exemplo. Nos PCN's as discussões de gênero ainda eram muito tímidas, e pautaram principalmente questões da mulher. Mas, somente da mulher cis, e muitas vezes numa perspectiva limitada do chamado feminismo branco. Embora abordassem as relações étnico-raciais, os PCNs não estabeleciam relações entre gênero, classe e raça, embora as teorias da interseccionalidades e da colonialidade já estivessem nos debates acadêmicos e dos movimentos sociais.

3.2 O século XXI

3.2.1 Primeira década do século XXI

Em 2004 é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Os Cadernos SECAD e a coleção Educação Para Todos, laçados pelo MEC e parcerias, como com a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), surgem também por volta dessa data, favorecendo a publicação de muitos materiais sobre a igualdade de gênero, sobre a conscientização e o combate à violência contra mulheres, negros, índios, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTTs); contra a intolerância religiosa e étnica.” (OLIVEIRA, 2015, p. 72)

Com o objetivo de formar professores capacitados para trabalhar essas pautas na educação e reforçar políticas públicas voltadas para as pautas de gênero na educação, é criado em 2006 o curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) proposto para todo Brasil (idem).

Desta firma, ficava claro, sobretudo a partir de 2004, que a política educacional do país havia se afinado com grande parte dos pesquisadores que há muito passaram a enxergar a necessidade de não apenas se corrigir injustiças até então já cometidas, mas de se instruir e de se preparar, de se criar cultura uma nova cultura capaz de

desconstruir a heteronormatividade há séculos instalada e já arraigada no sistema educacional brasileiro. (OLIVEIRA, 2015, p. 74)

Assim, a primeira década do novo século celebra muitos avanços nas pautas sociais, de gênero e etnias. Assim como no cenário mundial e nacional, a cidade colhe frutos dos movimentos sociais, etno-raciais e de gênero.

Após 40 anos do golpe de abril de 1964, outra é a situação política do país e da região do Vale do Rio Doce. Em janeiro de 2001 os eleitores de Governador Valadares empossaram um prefeito do Partido dos Trabalhadores, ex-presos político durante a ditadura militar. Dois anos depois, assumia a Presidência em Brasília um ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo e um dos fundadores do PT, partido cujo nascimento esteve intimamente ligado à proliferação dos movimentos sociais e às lutas sindicais em fins da década de 1970 e início dos anos 80. (BORGES, 2004, p. 321)

Esse novo cenário nacional-local, às vésperas do novo milênio e da primeira eleição de um governo de esquerda na cidade, traz a Valadares em 2000 a visita do jornalista Carlos Olavo, aquele do jornal “O Combate”, que tanto atuou na luta dos trabalhadores pelos conflitos de terra até as vésperas do golpe de 1964. Segundo Rabelo (2005, p. 07-08) “Nunca mais houve um jornal de oposição da cidade.”, desde o exílio do jornalista, que foi julgado à revelia em Juiz de Fora, sendo condenado a oito anos de prisão. Rabelo narra que Carlos Olavo teria voltado “desapercebido” a Valadares, mas que teria sido expulso da cidade em 1979, logo após a Anistia Geral. Durante a visita, já no ano 2000, Carlos Olavo proferiu a Aula Magna para o curso de Comunicação Social/Jornalismo da UNIVALE, quando também foi inaugurado o laboratório de Jornalismo do curso com o nome do ilustre jornalista. Houve ainda uma recepção solene ao jornalista na Prefeitura Municipal. Dois anos depois, 2003, já no mandato do prefeito João Domingos Fassarella (PT), Carlos Olavo recebeu o título de Cidadão Valadarense pela Câmara Municipal.

É interessante observar que em 2000 a cidade elege seu primeiro governante de esquerda. Antecipando uma tendência nacional que em 2002 elegeria Lula presidente. A cidade começa a dar sinais de uma renovação política e parecia iniciar uma superação às suas raízes coronelistas. Porém em 2004 a direita retoma o poder. Em 2008, com Lula reeleito, a cidade elege sua segunda administração de esquerda, agora com Elisa Costa (PT) que será reeleita na década seguinte (2012). A cidade respira o que entendo como um contexto, uma atmosfera das conquistas do final do século XX, e avança em todas as pautas sociais até meados da próxima década, quando novamente o pânico moral é instaurado em todo mundo e encontra solo fértil para suas raízes conservadoras em Governador Valadares.

Segundo Novaes (2022), o espaço de homossociabilidades gays mais antigo da cidade é conhecido como “Inferninho” e existe desde meados dos anos 2000. Sua localização já mudou diversas vezes e já teve outros nomes mas ficou conhecido mesmo como “Inferninho”.

Ao pesquisar, encontrei um blog desativado denominado “Deu Babado”, que relatava em uma postagem de dezembro de 2010, que esse espaço foi o local onde ocorreu a festa final da Primeira Parada LGBT de Governador Valadares em 2010. À época, ficava no subsolo da Creche Tereza de Calcutá, onde atualmente é o Restaurante Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - Campus Governador Valadares. Recordo-me que havia uma associação à época muito forte de que o Inferninho era um espaço do circuito gay frequentado por gays de classe média baixa ou de mesmo de baixa renda. (NOVAES, 2022, p. 158)

Novaes completa que na cidade não existia nenhuma casa voltada a esse público quando com maior pode aquisitivo. Aqueles que podiam iam para Belo Horizonte em busca de casas noturnas, boates, bares de convivência dos grupos LGBT (NOVAES, 2022, p. 158-159). Quando perguntado sobre os espaços de convivência da população LGBT da cidade, o Entrevistado 3 (2020) citou também o Inferninho, e lembrou ainda do Gay Games e do Miss Gay, mas diferente de Novaes (2022), caracterizou esses espaços como espaços gay da classe média. Já a Entrevistada 4 (2020), ao falar dessa temática, narrou que em 1999, com 24 anos de idade, se assumiu homossexual para a família. Sempre se via em guetos, em espaços de exclusão social. Na década de 1990 frequentou espaços gay de convivência, que eram fechados por denúncias. No início do século XXI saiu da cidade e somente retornou em 2010, já com os movimentos da primeira Parada Gay da cidade, ligada ao Inferninho.

O Bar República foi perseguido. Não era bar gay, mas havia muito movimento. Houve um caso de agressão que acabou em passeata organizada, com apoio da polícia. A Mary's era voltada ao público LGBTQI e não conseguiu se manter. O cenário hoje ainda é muito melhor que alguns anos atrás, mas tenho medo dos retrocessos que ainda virão. (ENTREVISTA 5, 2020)

Já a Participante 3 que também citou o “Inferninho” em suas respostas, relatando justamente quando se descobriu “mulher, negra, bissexual”.

Eu percebo... e interseccionalidades na cidade, eu percebo justamente com a minha descoberta, né... E aí a gente é... tem uma cidade que não há, os espaços que foram dados né, que foram dados não, os espaços que foram conquistados por esse grupo de orientação sexual diferente, eram espaços é... físicos inclusive, que não era a rua, né, era um inferninho, um bar específico LGBT ou era o bar tal... era... esse lugar é que eu podia encontrar com essas pessoas e ser essas pessoas. (Participante 3, 2021)

Nesses 10 anos a cidade parece que foi ganhando maturidade quanto aos movimentos de gênero ainda bastante tímidos no começo do século, mas que aos poucos vão saindo apenas do espaço de lazer e ganhando o campo político. Ao longo dos anos também a influência dos fluxos migratórios se mantém constante na cidade, e embora já em menor escala, ainda é predominantemente para os Estados Unidos.

Enquanto o estudo de Assis (1995) apontou diferentes motivações para emigração de homens e mulheres, predominando entre mulheres o “acompanhar noivos e esposos” e fugir de padrões e preconceitos de gênero em Valadares, a pesquisa de Siqueira (2011), realizada dezesseis anos depois com dados relativos à emigração no século XXI, aponta que as motivações de migração entre homens e mulheres são semelhantes e estão pautadas em planos de acumular um capital que lhes possibilite investir na cidade de origem e buscar uma ascensão socioeconômica, ou no mínimo manter o que já tinha antes de migrar (p. 438). Contudo, vale destacar que aproximadamente 70% das mulheres casadas que emigraram para os EUA entre 2004 e 2009 foram com seus cônjuges, e dos homens casados, apenas aproximadamente 20% foram com as esposas (SIQUEIRA, 2011, p. 439)

Dentre as mulheres casadas que emigraram sozinhas, 62% afirmaram que o casamento não estava bem e a emigração foi também uma forma de se livrar do relacionamento. [...] A motivação econômica está na base do projeto migratório tanto para homens como para mulheres. Mas, como no relato de Maria, para as mulheres existe uma dimensão subjetiva, pois, para muitas, significa também a fuga de uma relação marcada, muitas vezes, pela submissão e pela assimetria das relações de poder. (SIQUEIRA, 2011, p. 439-441)

Além da possibilidade de recomeço, do rompimento espacial que surge como libertação e reconstrução da vida, o modo de vida estadunidense tão influenciado pelas significativas conquistas daquele feminismo branco presente há mais de um século nos EUA, acaba influenciando a vida e os hábitos das mulheres valadarenses, tanto as que migram quanto as que ficam. Na aurora do século XXI, muitas daquelas jovens dos anos 1980 repensaram seus valores, suas relações e as percepções sobre a autonomia da mulher estadunidense que tanto nos causou estranhamento naquela época. É inegável que mais de trinta anos (atualmente mais de cinquenta) de trocas culturais trouxeram para a cidade muitas influências em hábitos e valores, conceitos e pré-conceitos. Mas, claro, não sem resistências.

A pesquisa de Siqueira (2011) revela outro traço marcante do machismo estrutural de Governador Valadares nas relações conjugais de casais que migram, indo e retornando à cidade.

As mulheres que emigraram acompanhadas de seus cônjuges afirmam que as tarefas domésticas são sempre um ponto de atrito entre o casal. Afirmam que os companheiros “ajudam” nas tarefas, mas não com uma divisão igual. Reclamam que têm a mesma carga horária, chegam tão cansadas quanto eles, mas a maior parte das tarefas da casa fica para elas. Apesar disso, afirmam que, nos EUA, seus companheiros são mais abertos para dividir as tarefas domésticas do que quando estão no Brasil. [...] Segundo elas, nos EUA, os homens aceitavam realizar tarefas como cuidar das crianças, fazer almoço, lavar banheiro, cuidar das roupas. Entretanto, quando retornaram ao Brasil, ainda que ambos estivessem trabalhando o mesmo tempo fora de casa, não aceitavam realizar as tarefas domésticas que realizavam nos EUA. (SIQUEIRA, 2011, p. 443)

Os entrevistados e as entrevistadas de Siqueira têm sua cidade de origem na microrregião de Governador Valadares, incluindo a cidade polo. O que a pesquisa da autora traz claramente é que em relação à perspectiva de gênero desses casais, para os homens as tarefas domésticas quando em sua região de origem são exclusivamente das mulheres, mas uma vez estando em território estadunidense isto não tem mais o mesmo significado. Poderíamos trabalhar com os conceitos de desterritorialização e reterritorialização para buscar uma explicação para essa mudança de comportamento dos cônjuges em relação às tarefas domésticas. Nos remete a problematizar tanto às relações etno-raciais que se constroem nos EUA com imigrantes latinos e as subalternidades a que homens e mulheres brasileiros estão sujeitos naquele país, quanto às relações de subalternidades de gênero na região de origem desses casais. Essa segunda acaba sendo confirmada pela pesquisadora:

Na entrevista realizada com estes casais nos Estados Unidos, perguntei aos homens porque o comportamento tão diferenciado no Brasil e no EUA, e eles responderam que nos EUA todos fazem isso (dividir as tarefas da casa), no Brasil seriam criticados pelos amigos. (SIQUEIRA, 2011, p. 444)

Ou seja, há uma pressão social, de um machismo estrutural, comum às cidades de origem que se localizam na microrregião de Governador Valadares. Uma coerção social, uma cobrança entre os homens, revelando a masculinidade tóxica presente na cidade e seu entorno.

Mas as questões abordadas no trabalho de Siqueira (2011) trazem outras questões ainda mais inquietantes. Ancorada em Simmel (1983) e Sayad (2000), Siqueira (2011, p. 445) fala da situação provisória desse projeto migratório de casais que vão para os EUA com intenção de juntar um capital para retornar e investir no Brasil. Assim, o tempo da emigração passa ser o tempo da “aventura” que permite concessões em prol do sucesso do projeto de ir e voltar. Contudo, ao retornar, os homens voltam para a sua situação de origem que é a de “autoridade” da família (idem). A autonomia da vida da mulher no território estadunidense recebe a pressão para se encolher novamente. Voltar ao Brasil significa para esses homens

descomprometerem-se com o cuidado e zelo ao seu próprio espaço privado, e significa(va) à mulher recolher-se ao espaço doméstico e perder sua conexão com o mundo amplo que aprendeu a vivenciar no exterior. “Retornar à situação anterior é angustiante, muitas não conseguem e acabam se separando de seus companheiros, outras lutam e reconquistam seu espaço na família como tinham nos EUA.” (SIQUEIRA, 2011, p. 445)

O encontro de culturas abre um novo mundo para essas mulheres e marca o fim de alguns privilégios para esses homens, ou, no mínimo, impactam a naturalização dos papéis de gênero. Algumas entrevistadas narram sobre as dificuldades do retorno, quando os maridos tentam voltá-las a posições de subalternidade, alienadas da gestão do pequeno capital que foi acumulado conjuntamente. “Os relatos evidenciam que, no retorno, as relações de gênero mudam entre os casais e como os maridos tomam a frente dos investimentos, cabendo à mulher um papel secundário.” (SIQUEIRA, 2011, p. 450-451). A influência religiosa também surge nos resultados da pesquisa quando narra esses retornos, mostrando que algumas mulheres, por suas convicções cristãs sobre o matrimônio, se sujeitam à subalternidade novamente, ao retornar para a cidade, acreditando que seria mesmo estranho para a sua própria família que aqui ela tivesse a mesma autonomia alcançada lá. A estrutura machista pressiona ainda mais as mulheres para que estas não venham romper com os estigmas das relações de gênero, e ao voltar, voltem também ao seu lugar limitado de subalternidade na estrutura do casamento.

Algumas mulheres retornam a emigrar justamente para sair dessa pressão social estrutural machista e garantir o direito a administrar seus próprios recursos, mas, não sem críticas da própria família. Um dos entrevistados fala do divórcio dizendo que, “como já dizem em nossa região”, a ida para os EUA destrói a família, “[...] e destrói mesmo, eu vi isso na minha. Vera voltou cheia de ideias contrárias, achava que era sabichona. (...) não dá pra viver aqui como se vive lá(...) nossa cultura é diferente (...) até a família achava estranho as atitudes dela.” No entanto, a percepção de “Vera” é bem diferente. Portadora de um Green Card, ela considera que a maior conquista que seu processo migratório lhe trouxe foi sua emancipação, sua liberdade em gerir sua própria vida. (SIQUEIRA, 2011, p. 453)

Considerando que a pesquisa foi realizada já no século XXI as narrativas de entrevistadas e entrevistados revelam, em relação à situação da mulher na microrregião de Governador Valadares, uma cultura com sólidas bases machistas, patriarcais. É marcada ainda a situação de dependência de mulheres aos seus cônjuges, a inferiorização do pensamento e da inteligência delas. Contudo, “Vera” não é a única que conquista sua autonomia no percurso do projeto migratório. A migração traz também suas rupturas e influências para as relações de gênero na cidade. E não somente para as mulheres que emigravam, mas também aquelas que

ficaram administrando a casa e os recursos enviados pelo marido que emigrou. Siqueira (2011, p. 455) relata sobre a independência e autonomia conquistada por essas mulheres, e o impacto dessas conquistas nas relações. Mais do que um encontro de culturas que oportuniza às mulheres brasileiras da microrregião de Valadares viver relações de gênero com maior equidade, a migração traz rompimentos que tiram mulheres de situação de total subalternidade para uma situação de liderança e administração familiar pela ausência dos “chefes da casa”. Assim, a pesquisadora conclui seu texto dizendo que

[...] a emigração para as mulheres se traduz em algo que vai além do projeto inicial de melhorar ou manter suas posições econômicas ou ampliar suas possibilidades de consumo. No percurso do projeto migratório elas adquirem autonomia e a percepção das possibilidades de se inserir em condições de igualdade nas relações de gênero. (SIQUEIRA, 2011, p. 457-458)

Esses avanços no campo das subjetividades, em um contexto global-nacional de conquistas feministas e ambientais, mostram-se significativos e impactantes na sociedade, pela via da instituição família, tanto no sentido da diversidade na compreensão do que é família, quanto no sentido da educação de filhos e filhas. Todo esse conjunto de circunstâncias tratadas até aqui trará para a cidade e região avanços nos movimentos e pautas de gênero.

Ainda como frutos dos avanços dos movimentos de gênero conquistados nas décadas anteriores, a cidade enfim vivencia conquistas significativas. Um exemplo está na fala do Entrevistado 3 (2020) contando que de 2007 a 2011 foi realizado em Governador Valadares o PEAS – Programa de Educação Afetivo-Sexual. Segundo seu relato, esse foi o maior grupo em escolas que trabalhava com gênero na cidade, utilizando material didático do programa do Estado de Minas Gerais, financiado pela Fundação Vale do Rio Doce. A proposta foi inicialmente para as escolas estaduais, mas ampliou-se depois para as escolas municipais. Foram ao todo 18 escolas envolvidas com voluntários e técnicos que trabalhavam no programa. Segundo ele, a maioria dos profissionais era mulher.

Em 2007 a Fundação Vale do Rio Doce ofereceu formação de 80 horas em Saúde, Educação e Assistência Social para professores e profissionais voluntários. Eles formavam esses profissionais que desempenhavam o papel de multiplicadores, formando outros interessados em atuar no programa. Após a preparação dos profissionais eram criados os núcleos nas escolas com oficinas para estudantes. O Entrevistado 3 era voluntário na Escola Municipal Santos Dumont e profissional do CRAS.

As oficinas eram diversificadas e tratavam de temas como desejos e necessidades; cooperação e participação coletiva; prazer e saúde; sexualidade, afetividade e gênero; gravidez, namoro, corpo, identidade, autocuidado, projeto de vida... prevenção de doenças e drogas, direitos humanos, projetos... todos os temas importantes e significativos para o desenvolvimento dos jovens. Durante as oficinas surgiu muitos casos de abusos... as histórias emergiam... as crianças e jovens confiavam e buscavam ajuda... mas não houve quantificação, sistematização dos casos. (ENTREVISTADO 3, 2020)

O Entrevistado 3 (2020) narrou ainda que em 2009 houve a tentativa de realizar a Marcha das Vadias e a Marcha da Maconha na cidade, que não aconteceram em função de resistências e entraves políticos e sociais. Mas, segundo ele, a primeira Parada Gay de Governador Valadares aconteceu em 11 de abril de 2010, saindo da Praça dos Pioneiros, no centro da cidade. Somente após 13 anos da primeira Parada Gay no Brasil, em São Paulo, Valadares realizaria o evento. De acordo com a Participante 03, embora uma organização mais sistemática e política quanto às pautas de gênero só tenha ganhado visibilidade ao final dessa primeira década do século XXI, sempre houve na cidade movimentos de resistências quanto às questões de gênero. O surgimento de coletivos fomentou o debate na cidade.

Então eu vejo que em Valadares a questão de gênero ela começa num processo de resistência ainda muito difícil, lá ainda com o Pedro Zacarias tentando fazer via política pública. Mas já tinha a parada gay que era feita por uma pessoa né, que... Então, é uma resistência que depois tomou corpo em coletivos. (PARTICIPANTE 03, 2021)

No mesmo ano, encerrando a primeira década do século XXI, a educação na Rede Municipal de Governador Valadares vivenciou significativos avanços, exatamente no campo curricular.

O Brasil vivenciava o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto Governador Valadares se encontrava no primeiro mandato da prefeita Elisa Costa. Naquele período, a Rede Municipal de Educação de Governador Valadares celebrou parceria com dois importantes programas nacionais: o Mais Educação e o Programa Nacional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que fortaleceram a educação no município até meados da década seguinte, mais precisamente até 2016, quando retrocessos nacionais impactam a educação na cidade. O que tem as escolas municipais, o PIBID, o Mais Educação com toda a história contada até aqui e com os desdobramentos que chegarão ao PME e ao ESP? Tem o currículo, tem a educação na cidade, pela cidade, pensada pelas pessoas da cidade em seus movimentos de enfrentamentos e resistências. E a segunda década do século XXI inicia com significativos avanços na proposta de educação no município.

3.2.2 Segunda década do século XXI

Como metodologia também usei meu olhar... “caminhei virtualmente pela cidade”, conversei com pessoas, me inseri em grupos, acompanhei agendas, participei de reuniões, participei de eventos acadêmicos, eventos de debates de gênero com profissionais da saúde – atenção primária, debate na educação, eventos culturais, enfim, como havia me proposto, tentei perceber a cidade e gênero na virada para a 3ª década dos anos 2000. Também propus sessões temática sobre feminismos e gênero nos últimos 03 anos, no Simpósio de Iniciação Científica da UNIVALE. Mas, iniciei minha pesquisa de campo poucos dias antes do 82º aniversário da cidade-princesa (30/01/2020). Realizei somente duas entrevistas presenciais, e em 14 de março entramos em isolamento/distanciamento social. Como tenho comorbidade, fiz um isolamento mais radical, o que limitou totalmente minhas possibilidades de coleta de dados em campo. Assim, adaptei a proposta inicial da pesquisa, colocando mais foco em documentos, reduzindo as entrevistas e utilizando os espaços virtuais tanto para acompanhar, quanto participar dos movimentos, além de, como já mencionado, alguns poucos eventos que fui presencialmente ao longo da pandemia. Contudo, infelizmente, não dialoguei com todos os grupos e pessoas que as entrevistas realizadas apontavam. Também fiz entrevistas on-line, em grupo e individuais.

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) do Governo Lula, lançou o Programa Mais Educação, que em 2010 foi regulamentado e ampliado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 e sua proposta era claramente inspirada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova organizado por Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho em 1932, que entre outras coisas defendia uma educação integral. Assim, o Programa Mais Educação

[...] constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (MEC, 2011)

No plano municipal a escola se adequa para vivenciar a educação integral em tempo integral, desenvolvendo a Escola de Tempo Integral (ETI) na perspectiva da Educação Integral. O programa nacional dispunha de amplo material explicativo, formativo, de diretrizes e orientações desde a fundamentação teórico-pedagógica à gestão e financiamento. Assim, em 2010, já na gestão municipal de Elisa Costa (PT), a Secretaria de Educação de Governador

Valadares assumiu o desafio de aderir ao Programa Mais Educação em toda sua rede de ensino, implementando a Escola de Tempo Integral (ETI) em todas as suas escolas e instituições de Educação Infantil. Segundo Rocha (2017, p. 50) a ETI foi apresentada como plano de governo municipal em 2009 que foi efetivo como política pública educacional em 2010 com a Lei Complementar nº 129 de 09/11/09. A autora destaca ainda que Governador Valadares era a única cidade com a totalidade da rede municipal em oferta de tempo integral. (idem, p. 51)

De acordo com Pessoa (2016) e Rocha (2017) a proposta da ETI teve como prioridade fortalecer a identidade local e o desenvolvimento sustentável na região. E foi apresentada como uma proposta de alternativa para problemas enfrentados no campo da relação das pessoas com o território, tanto no sentido do sentimento de pertença quanto de cuidado com o ambiente. “Nesse sentido, a proposta da Escola de Tempo Integral foi apresentada à população como uma alternativa para os graves problemas sociais que a cidade enfrentava em função do processo histórico de desenvolvimento econômico e social.” (PESSOA, 2016, p. 65), o que inclui questões sobre juventude e violência diagnosticados entre esses problemas da cidade (ROCHA, 2017).

A implementação imediata da política pública da Escola de tempo Integral, de forma universal, foi possível pela parceria estabelecida com o Programa Mais Educação que viabilizou a aquisição de novos materiais escolares e o oferecimento de atividades complementares à matriz curricular existente à época, tais como, oficinas de judô, dança, percussão, circo e teatro, dentre outras. (PESSOA, 2016, p. 21)

Concomitantemente a UNIVALE submete um projeto a um programa federal de formação de professores, com foco na iniciação à docência, que traz às escolas parceiras atividades desenvolvidas em uma perspectiva de educação integral e integrada, envolvendo a comunidade no entorno da escola. Segundo Greco (et al, 2019) o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID)⁵⁶ ofertava editais para adesão de universidades, através de seus cursos de licenciatura, para implementar a iniciação à docência supervisionada na escola e orientada na universidade, conforme a área de cada curso. O PIBID UNIVALE iniciou apenas com o curso de Pedagogia, em 2010, com quarenta estudantes bolsistas, atuando em seis escolas da Rede Municipal, em turmas de alfabetização, conforme o edital 018/2010 CAPES.

⁵⁶ O PIBID foi uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para valorizar e aprimorar a formação de professores para a Educação Básica em todo o Brasil. Foi instituído pela Portaria CAPES nº 260, de 30 de dezembro de 2010.

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, torna público que receberá de instituições públicas municipais de educação superior e de universidades e centros universitários filantrópicos, confessionais e comunitários, sem fins econômicos - propostas contendo projetos de iniciação à docência, a serem apoiados no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, atendendo às atribuições legais da CAPES de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério (Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007), às diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007), aos princípios estabelecidos na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no seu art. 31), à Portaria nº 072, de 09 de abril de 2010, às normas deste Edital e à legislação em vigor aplicável à matéria. (CAPES, 2010, p. 01)

De acordo com Bicalho e Souza (2010), o projeto do PIBID/UNIVALE foi concebido para ser efetivado em parceria com a ETI-GV (ETI Governador Valadares), a partir de suas demandas colocadas tanto para a Educação Básica quanto para o Ensino Superior. As propostas do PIBID e da ETI-GV não tinham foco nas questões de gênero, ou uma perspectiva de educação feminista. No entanto, ambos projetos focavam nas pautas da diversidade de modo geral.

A organização curricular da ETI/GV está apresentada nos Cadernos de Diretrizes Curriculares- CDC/ETI, compostos de quatro volumes. Inicialmente, o Caderno de Diretrizes Curriculares, Volume 1-CDC/ETI1, expõe as justificativas de ampliação da jornada escolar no município, relacionando-a com o histórico econômico e social da cidade, bem como apresenta um panorama geral da proposta curricular para a escola de tempo integral na cidade. O Caderno de Diretrizes Curriculares, Volume 2-CDC/ETI2 detalha o Eixo Identidade e Diversidade, que envolve o trabalho com as disciplinas e conteúdos de História, Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso, Educação Física, e o Movimento e o Brincar na Educação Infantil. O Caderno de Diretrizes Curriculares, Volume 3-CDC/ETI3, dispõe sobre o Eixo Comunicação e Múltiplas que engloba as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira, Arte e Informática Educacional. E, finalmente, o Caderno de Diretrizes Curriculares, Volume 4-CDC/ETI4, define o Eixo Sustentabilidade e Protagonismo, que agrupa as disciplinas de Ciências e Geografia. (PESSOA, 2016, p. 67)

Acompanhando a proposta da ETI-GV, o PIBID/UNIVALE desenvolveu seus projetos voltados para temáticas que dialogavam com a proposta da educação da rede municipal. De acordo com Greco (et al, 2019, p. 09) o programa da UNIVALE foi fundamentado nos referenciais teórico-metodológicos da Educação Integral e dos estudos territoriais, considerando a escola e seu entorno como territórios educativos. (GRECO et al, 2019, p. 09). Assim as pautas de diversidade trabalhadas do município junto às questões de identidade e território tornaram-se currículo tanto na educação básica quanto na formação de professores pedagogos na UNIVALE.

Inclusive, em 2011, quando já era a ETI nas escolas do município, o Entrevistado 3 (2020), pela experiência com o PEAS, continuava sendo chamado por igrejas e creches para trabalhar as temáticas do programa. Também trabalhou com adolescentes no Centro Socioeducativo, além das discussões nos movimentos de esquerda, nos sindicatos e na pastoral da juventude (igreja católica). Embora esses movimentos não fossem exclusivamente de gênero, Entrevistado 3 recorda que as temáticas do PEAS que ele trabalhava nesses momentos, tinham, em sua maioria, relação direta com questões de gênero e sexualidade, e tiveram significativo impacto nessas pautas, sobretudo quando se trabalhava em uma compreensão de interseccionalidade das questões de gênero, classe e etnia.

Mas, é somente no início da segunda década, no cenário de um governo municipal progressista iniciado em 2009, que Valadares terá seu primeiro coletivo de gênero organizado. O NUDIS. E é nesse coletivo que a Participante 03 pela primeira vez irá ampliar seu debate de classe e etnia para sua interseccionalidade com gênero.

Eu venho discutir gênero no NUDIS, que foi um coletivo importante nesse momento, que a gente já tinha um governo progressista já tinha um governo de esquerda que aí a gente consegue criar um coletivo com mais abertura pra dialogar aí com a OAB pra fazer esse diálogo com a prefeitura, fazer diálogo mais, é, mais junto da cidade. (PARTICIPANTE 03, 2021)

O Entrevistado 3 (2020) também situou o surgimento de grupos de gênero na cidade em 2012, citando os coletivos Encrespa (etnia e gênero) e NUDIS (gênero). Para ele, a própria concepção do feminismo no Brasil é de esquerda, daí a dificuldade de materialização dos movimentos políticos, pois ele entende que a expressão de partidos seria fundamental para efetivação dos coletivos. Contudo, a Entrevistada 4 (2020) ressalta que em 2012 a cidade tinha um governo de esquerda que possibilitou o contexto para que esses coletivos se organizassem. Ela cita os mesmos grupos de gênero e etnia – NUDIS e Encrespa – e destaca que a chegada da universidade federal⁵⁷ foi determinante para que houvesse mobilização desses grupos em Valadares.

Rocha (2017, p. 71) lembra do Curso de aperfeiçoamento promovido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com o grupo TEIA⁵⁸ da Faculdade de Educação da

⁵⁷ Campus avançado da UFJF que foi trazido para Governador Valadares durante o governo municipal petista de Elisa Costa.

⁵⁸ O Território, Educação Integral e Cidadania - TEIA, criado em 2008, é um grupo de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da UFMG. (ROCHA, 2017, p. 63)

Universidade Federal de Minas Gerais realizado em 2012. A formação trabalhou sobre identidade e território, envolvendo pautas da diversidade e da comunidade educadora como parceira da escola. A autora lembra que o curso de 180 horas teve como trabalho final a elaboração de cartografias das escolas e seu entorno. Nesse mesmo ano, 2012, o programa ampliou seu espaço de atuação, incluindo as outras duas licenciaturas que a UNIVALE ofertava na época: Letras e História. No final de 2012, assumi a coordenação institucional do PIBID UNIVALE.

Um novo projeto institucional da UNIVALE foi aprovado no edital de 2013, intitulado “Educação e docências em tempo integral: territórios educativos”, para ser vivenciado no triênio 2014-2016 (GRECO et al, 2019, p. 09). Nessa época o PIBID UNIVALE, que foi desenvolvido inicialmente somente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares (SMED/GV), já abrangia 21 escolas de tempo integral. Buscando contribuir para o fortalecimento da proposta curricular da rede municipal em sua proposta de identidade e diversidade, o projeto da UNIVALE iniciou o ano de 2014 realizando oficinas de formação sobre Educação Integral, Educação Ambiental, Educomunicação e Cartografias com foco na compreensão da

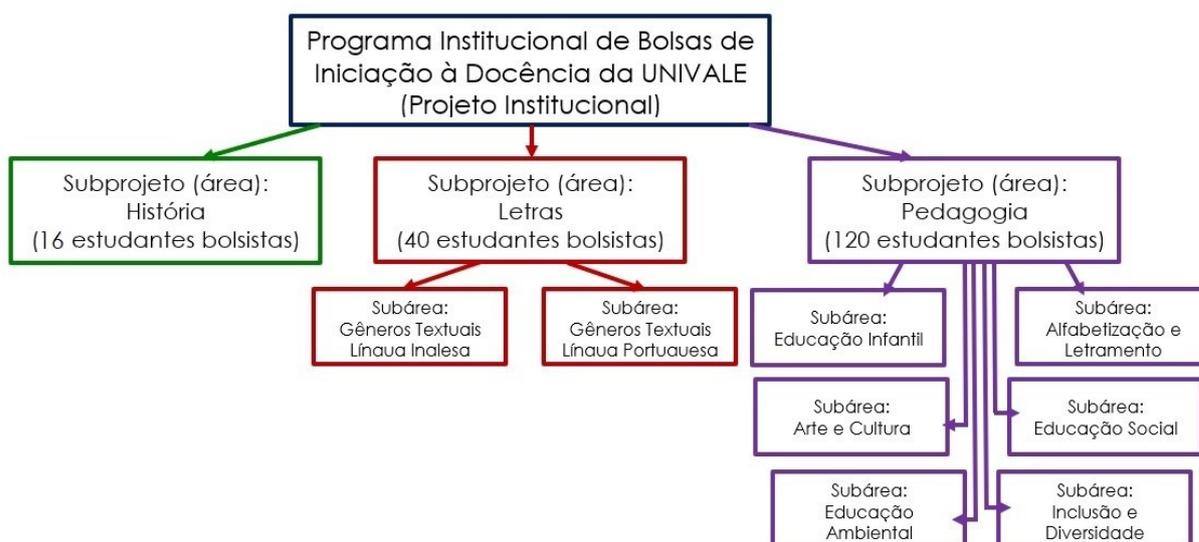
[...] diversidade que compõe um território, uma escola e seu entorno, os diversos espaços educativos, internos e externos, as práticas culturais, que articulam trajetórias de vida na educação de jovens e crianças e que também constituem os currículos e práticas escolares. (idem, p. 10)

Essa formação tinha o objetivo de instrumentalizar a bolsistas, supervisoras/es e coordenadoras/es de área para realizada do planejamento integrado das atividades do PIBID com o currículo e o planejamento das escolas parceiras. Os conteúdos de Educação Integral e Cartografia foram organizados por multiplicadoras/es do curso desenvolvido pelo grupo Teia da FaE/UFGM para a rede municipal de Governador Valadares citado anteriormente por meio de Rocha (2017). Essa formação compreendia Cartografia como uma leitura do espaço físico, no caso das escolas e seu entorno, em suas dimensões de tempo, memória, lembranças, reminiscências, experiências, subjetividades, identidades e relações. (GRECO et al, 2019, p. 11)

O programa sempre se ocupou de atividades que articulassem tempos e espaços, reconhecendo as relações sociais e os processos formativos, alcançando conquistas na compreensão de realidades, de laços de identidade histórica com outros tempos, que envolvem modos de vida, outros sujeitos e outros contextos. Crianças, educadores, estudantes passaram a se perceber como pessoas que, cotidianamente, constroem seu bairro, sua escola, sua aprendizagem, refletindo sobre o que é esse espaço territorial e como nele se estabelecem as diferentes relações que nos constituem. (p. 12)

O projeto que envolvia as três licenciaturas da UNIVALE distribuiu suas vagas de acordo com a proporção de alunos em cada curso. Para o programa nacional, cada curso representa um subprojeto ou área. No caso específico do projeto de 2014-2016 da UNIVALE, as áreas de Letras e Pedagogia foram subdivididas em subáreas conforme esquema abaixo. (UNIVALE, 2013)

Figura 4 – Organograma do PIBID UNIVALE 2014-2016



Fonte: Acervo digital PIBID UNIVALE

Em todas as áreas e subáreas do PIBID UNIVALE era trabalhada a temática da diversidade. No entanto, no curso de Pedagogia, a subárea Inclusão e Diversidade desenvolveu com as suas escolas parceiras o projeto “Convivendo com as diferenças” que buscava uma inserção transversal da temática nos projetos da escola, tendo como objetivo refletir e discutir gênero, relações ético-raciais e pessoas com deficiência a partir da problematização de situações vividas no espaço escolar e nas relações em territórios educativos da educação integral e em tempo integral. (Enes; Greco, 2015, p. 821-831).

O Entrevistado 3 (2020) lembrou o surgimento do coletivo feminista da UFJF e do GVFEM (Facebook), e pontuou que o Coletivo LGBT foi um grupo mais fechado. Para

Participante esse coletivo era como um espaço terapêutico, mas teve muitos conflitos internos e externos e acabou finalizando suas atividades. Em sua percepção o NUDIS começou muito animado, mas aos poucos foi esfriando (2015-2016). E na tentativa de revitalizar o movimento, em 2016 o grupo propôs uma rede de coletivos, uma associação para recursos, para fomentar projetos importantes. Infelizmente a articulação política não aconteceu. Ele falou também do Festival da Diversidade, organizado pela Entrevistada 4, que foi um evento legitimado pela presença da “família tradicional”, heteronormativa. Havia “patrocínio” sem visibilidade. Pessoas que acreditavam no evento, nas propostas educativas.

Em 2015 o Festival da Diversidade é o maior do interior de Minas e abrange todas as “minorias”. Tudo que a direita, ou extrema direita não quer ver junto... tem várias bandeiras e maior, mais temida bandeira é a gay. É o evento que mais se vê transexuais e travestis nessa cidade. Quando converso com elas sobre isso, elas dizem que no festival elas se sentem acolhidas, protegidas. Ele foi realizado de 2015 a 2018. Em uma tarde de domingo tivemos em torno de 8.000 pessoas... a UNIVALE já participou das Rodas de Conversas... (ENTREVISTADA 4, 2020)

Um acontecimento marcante de 2015 que impactou toda a cidade foi o acidente, o crime ambiental da Samarco em Mariana (MG) pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão em 05 de novembro de 2015.

A lama tóxica que se espalhou pela bacia do rio Doce chegou a Governador Valadares no dia 09 de novembro a tarde, após 4 dias do rompimento em que a lama percorreu 350 km. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Valadares suspendeu a captação de tratamento da água do rio Doce, em função da sua contaminação com metais pesados, como o ferro, por exemplo, cujo teor estava 10 mil vezes acima do tolerável. Por ser sua única fonte de captação, a cidade ficou uma semana sem abastecimento. Os impactos na cidade foram muito além da falta de abastecimento hídrico, trouxeram desalento e desesperança para a população de quase 300 mil habitantes, que sentia que o seu rio havia morrido. (SANTOS, 2021, p. 187). Impactos também na economia local, sobretudo na vida e subsistência de pescadores pela contaminação e morte dos peixes.

Governador Valadares é o município mais populoso da bacia do rio Doce, e exerce forte polaridade na rede urbana regional. O rio Doce intercepta toda a área urbana e era o único manancial de abastecimento para a população. Daí a a gravidade dos problemas enfrentados pela população valadarense devido ao rompimento da barragem de Fundão. Toda a área urbana do distrito sede teve o abastecimento de água interrompido quando os rejeitos chegaram ao município. (FELIPPE et al, 2016, p. 81)

Em sua tese, Silva (2022) lembra que se sentiu confrontada com a situação de mulheres diante da realidade a que estavam submetidas. Destacou as indígenas, as ribeirinhas e aquelas que moram nos morros. Um momento em que a população estava fragilizada, a autora aponta sua indignação com o descaso e a manipulação da informação que atingiu esses grupos. (p. 18). Ou seja, o foco de suas inquietações estava nas mulheres subalternizadas, em situação de vulnerabilidades, já atingidas por interseccionalidades de gênero, raça e classe, agora atravessadas pelos impactos dessa tragédia. A autora destacou também o número de mulheres que enfrentaram filas muito numerosas e carregavam a água para a sobrevivência da família. (SILVA, 2022, p. 19)

Além das marcas da lama, o ano de 2015 em Valadares ficou marcado também pelo início dos retrocessos na educação, mais especificamente no campo das discussões de gênero. O PAES já extinto, agora também já não havia convites das escolas para seus remanescentes. Crescia no Brasil e no mundo o conservadorismo e o pânico moral sobre as pautas de gênero. A “ideologia de gênero” inventada pela igreja católica ganhavam força e sustentava a mobilização de alguns grupos religiosos em uma luta contra as pautas de gênero, a favor da sustentação da ideologia de gênero patriarcal.

Ao longo do ano e em movimentos de anos anteriores, foi construído, em processo democrático, o PME 2015-2024, com a participação da família, da escola, da comunidade nas suas diversas etapas de construção. O PME foi a votação na câmara municipal em 2015, em reunião com expressiva participação de representantes religiosos que diziam se fazer presentes para lutar contra a “ideologia de gênero”. Mas, tudo que encontraram no texto do plano que mais poderia se aproximar das pautas de gênero foi a palavra diversidade em alguns poucos artigos/incisos do texto. Este é o primeiro episódio, dos dois momentos de 2015 e 2019 que são objeto dessa tese, e nos quais aprofundaremos no próximo capítulo. Por enquanto, apenas sinalizo que a aprovação do PME foi condicionada à exclusão da palavra diversidade em todo o texto. Isso mostra o contexto em que a educação se encontrava, numa época em que avanços vinham sendo conquistados pelos programas nacionais (Mais Educação e PIBID) e pela proposta curricular da ETI-GV, em que a diversidade era exatamente o tema que mais possibilidades trazia para as discussões não somente das pautas de gênero, mas de uma perspectiva de inclusão na educação integral das crianças e jovens do município.

Em 2016, que último ano de vigência do projeto institucional “Educação e docências em tempo integral: territórios educativos”, o PIBID UNIVALE iniciou um movimento de ampliação da proposta também para a rede estadual, incluindo mais três diferentes escolas. Chegou ao todo em 24 escolas parceiras (GRECO et al, 2019, p. 10). Nessa época, com a crise

nas licenciaturas, o curso de Licenciatura em História da UNIVALE teve sua oferta encerrada, e o curso de Letras estava encerrando sua última turma. O curso de Pedagogia continuava desenvolvendo seu subprojeto em escolas municipais e estaduais, impactando a formação de professores e a própria educação básica com a integração entre os projetos do PIBID e o currículo das escolas.

Naquele ano, após o golpe sofrido pela presidente Dilma (PT) e já no governo de Michel Temer (MDB), o Programa Mais Educação que fomentou e elevou a qualidade da educação integral nas ETI-GV foi encerrado e substituído pelo Novo Mais Educação.

Instituído pela Portaria do MEC nº 1.144/2016, o Programa Novo Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, e otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

O Novo Mais Educação iniciou suas atividades em 2016 (e encerrou suas atividades em todo Brasil em dezembro de 2019). Em seus anos de vigência a rede municipal se adequou à nova proposta, perdendo todas as demais atividades de educação integral para os estudantes da escola pública municipal. Múltiplos projetos envolvendo esporte, música e outras artes foram cancelados, pois o Novo Mais Educação foi organizado como aulas de reforço em Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2017 o candidato do MDB é eleito para a gestão municipal, depois de oito anos do governo progressista e sete anos da ETI-GV. O grupo que assume o governo traz outra perspectiva, mais conservadora e de direita, impactando o currículo das escolas da rede municipal. No mesmo ano o MEC reformula o PIBID, trazendo novas regras e exigências que inviabilizaram a participação da UNIVALE para seu edital. Contudo, houve prorrogação do projeto que deveria se encerrar em 2016, até o final de 2017. Com o encerramento de 2017 e sem condições para concorrer a 2018, as atividades do PIBID se encerram na UNIVALE. Mais uma perda para a educação no município diante do cenário de avanço das pautas conservadoras em todo mundo, também no Brasil e na cidade, ganhando cada vez mais espaço e repercussão em todos os campos, e de modo bastante expressivo na educação.

Ainda havia (e há, claro) resistências significativas, mesmo que o novo PME (2015-2024) tenha sido aprovado em 2015 com total exclusão da palavra diversidade. Na pesquisa desenvolvida por Silva, Simam e Coelho (2017) surgem exemplos dessas resistências, como irão aparecer também na roda de conversas realizada em 2021 com os participantes que tratarei no próximo capítulo. De acordo com os autores, um de seus entrevistados, um professor de

história que atua em uma escola pública próxima ao assentamento do MST (naquela Fazenda do Ministério – o assentamento Oziel), narra práticas de resistências em que contextualiza os conteúdos sobre o Golpe e o Regime Militares, a renúncia de João Goulart e a Reforma Agrária com a história de Governador Valadares, a fazenda, o assentamento. O professor leva os alunos ao assentamento, ao Museu da cidade e outros espaços marcados pela história da cidade e região, de forma semelhante à proposta curricular e metodológica da ETI-GV e do PIBID.

O relato do professor também nos revela sua preocupação em problematizar determinados fatos históricos que supomos estarem presentes no livro didático e relacioná-los com o espaço/tempo vivido por seus alunos.

Você está trabalhando seu conteúdo do 7º ano. O que eu vou trabalhar agora? A questão da terra. Mas o que eu vou trabalhar sobre a questão da terra? Ai o que eu peço para os alunos fazerem uma pesquisa sobre o MST. O que é o MST. Quando foi criado. O significado da bandeira. Para contextualizar esse movimento e a necessidade que cada um tem para ter a sua terra. (Professor 3)

(SILVA, SIMAM e COELHO, 2017, p. 09)

As resistências e persistências em uma educação escolar crítica, política e contextualizada ficam nas práticas de professoras e professores que atuam nessa perspectiva. As temáticas de classe, gênero e etnia são vistas com desconfiança por alguns familiares, sobretudo aqueles ligados às religiões cristãs, em igrejas e linhas mais conservadoras, e até mesmo educadoras e educadores que se identificam com o pânico moral que se espalha como uma epidemia em todo o país (ou uma pandemia, em âmbito global). Mas as propostas oficiais para a educação na cidade ficam cada vez mais distantes de uma perspectiva de educação feminista, essencialmente inclusiva e libertadora. A necessidade das discussões de gênero nas escolas, na educação local, é negligenciada enquanto política pública de uma cidade atravessada por diversas demandas sociais.

Nesse sentido, outro trabalho relevante sobre gênero em Valadares que foi finalizado recentemente é a pesquisa de Sara Edwrigens Barros Silva, também do doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que de forma inédita investigou sobre violência contra a mulher em Governador Valadares sob a ótica de profissionais que trabalham nas redes de acolhimento e enfrentamento da questão.

Silva (2022, p. 26-27) destaca que existem poucos estudos sobre a violência contra a mulher na região da cidade de Governador Valadares. Em sua tese a autora traz números sobre violência doméstica e familiar referentes ao ano de 2017. Segundo ela, naquele ano foram 38 casos de femicídio, 5.629 casos de violência doméstica e familiar, num universo populacional

estimado em 279.885 habitantes. Foram formalizadas 528 medidas protetivas e instaurados 798 inquéritos policiais. E os números crescem em 2018 e 2019, segundo seu levantamento junto a entrevistados (SILVA, 2022, p. 58-59). A pandemia da COVID-19 em 2020 potencializou a violência doméstica, que já acontecia de uma maneira brutal em toda a cidade [...]”. (idem, p. 60)

Dentre os tipos de violência sofridos por mulheres em Governador Valadares a autora destaca que

[...] a violência física é a mais comum de ser denunciada e a mais visível. A violência psicológica é a mais difícil de ser comprovada porque não “deixa marcas físicas” e, na maioria das vezes, as mulheres não se sentem confortáveis para explicitar que sofreram uma violência sexual por vergonha, sentem-se constrangidas e, quando menos se espera, sofrem conjuntamente violência institucional, porque são humilhadas pelos técnicos que por vezes perguntam: o que fez para provocar?

Na percepção dos profissionais da rede de atendimento à mulher que foram entrevistados por Silva (2022) a violência física aparece em maior número de registros porque, em geral, enquanto sofrem a violência psicológica as mulheres não registram o ocorrido, somente registrando quando esta se converte em violência física. Os profissionais chegam a descrever o “ciclo da violência” que é recorrente nos casos atendidos. Ler sobre esse ciclo foi particularmente complicado pra mim. Estive em um relacionamento abusivo por dez anos, em que vivi inúmeras vezes o mesmo ciclo de violência psicológica. E como a maioria dos casos narrados pelos entrevistados de Silva (2022) eu também só rompi o ciclo quando sofri violência física e busquei medida protetiva. A repetição é sempre a mesma: um momento de tensão, depois a paralisação e a violência psicológica seguido do arrependimento com pedido de perdão e reconciliação. É uma situação humilhante e vergonhosa, mesmo tantos anos depois de sair dela (quase vinte anos) sinto dificuldade em falar sobre, em escrever agora. Mas preciso registrar o sentimento que persistia e me fazia insistir e acreditar. A vontade de ter uma família “bem-sucedida”, de corresponder ao modelo de família que fui educada para desejar e realizar. O medo de “fracassar”... “fracassar” com o meu filho, com a sociedade, comigo mesma por não consolidar o “projeto cristão de família”.

Silva (2022) aborda ainda uma especificidade curiosa sobre a situação da violência contra a mulher em Governador Valadares. De acordo com seus entrevistados os casos de denúncias, queixas e medidas protetivas crescem exponencialmente no verão, lembrando que nessa época do ano a cidade atinge com facilidade os 40 graus de temperatura. De acordo com um de seus entrevistados, a cultura “festeira” da cidade, sobretudo nas festas de fim de ano e

no período de carnaval, somada ao clima quente, produz um verdadeiro “coquetel molotov” para violência doméstica que soma a bebida em bares aos jogos de futebol ao uso de drogas e à cultura boêmia da cidade que é acentuada no calor, acaba sendo um potencializador da violência contra a mulher. (SILVA, 2022, p. 162-163)

A pesquisa de Silva (2022) mostra avanços e também desafios das redes de acolhimento e enfrentamento da violência contra a mulher em Valadares, mas alerta para a necessidade de uma educação para paz. As preocupações de Silva (2022) com a educação escolar vêm ao encontro do que chamo de educação feminista.

Por isso, é fundamental trabalhar as seguintes temáticas: “igualdade de gênero”; “respeito às diferenças”; “relações abusivas no namoro e na adolescência”; “cyber bullying e bullying”; “violência sexual” e outros tipos de violência nas escolas. [...] É importante reforçar a linguagem de “NÃO à violência de gênero” e refutar qualquer linguagem discriminatória e machista. (SILVA, 2022, p. 114)

O Entrevistado 3 (2020) lembrou ainda de 2018 quando os grupos feministas da cidade aderiram e levaram para a praça os movimentos Ele Não e El Violador Eres Tu. Esses grupos se organizaram e atuaram até a pandemia. Segundo ele, são grupos que acabam tendo a mesma raiz/grupos, as mesmas pessoas que já se conhecem e reconhecem na cidade.

Sinto muito que na atuação as entidades não puxam essas discussões, poucos avanços e muitos retrocessos. A maioria dos envolvidos ainda é de homens, o que gera dificuldade para o enfrentamento de gênero, classe e racismo. Muita dificuldade em GV, é uma estrutura que oprime. (ENTREVISTADO 3, 2020)

De acordo com a Entrevistada 4 (2020), em 2018 a Atlética da UFJF, específica de gênero, começa na universidade e se abre para a comunidade. Promove palestras, Gaymadas e rodas de debate. Mas logo tem suas atividades suspensas em função da pandemia em março de 2020. Antes disso, em 2019, acontece o segundo episódio que é objeto dessa pesquisa e que será detalhado no próximo capítulo. Após tantos retrocessos, sobretudo no campo da educação, e já tardio em relação aos acontecimentos no resto do país, é apresentado e votado na câmara municipal o ESP para Governador Valadares.

Uma das formas do pânico moral da homossexualidade e de perseguição das sexualidades dissidentes aconteceu no contexto da educação, com o que nacionalmente ficou conhecido como “Escola Sem Partido”, uma iniciativa que se descreve na condição de ser uma associação informal, independente, sem fins lucrativos, de estudantes e pais que combatem o suposto “grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. [...] De 2014 a 2022, segundo relatório produzido pela Human Rights Watch, 217 projetos de leis com esse objetivo foram apresentados e aprovados em todo o país. O documento aponta a existência de uma

campanha com o intuito de desacreditar e banalizar a educação sobre gênero e sexualidade, tendo como figura principal de apoio o presidente Jair Bolsonaro, desde antes de sua campanha eleitoral em 2018. (NOVAES, 2022, p. 152-153)

Novamente a pauta do pânico moral ganha repercussão no campo da educação na cidade, mas dessa vez representantes dos grupos organizados de gênero, etnia e classe participaram dos debates e votação.

Ao longo desses anos, outros coletivos foram se organizando na cidade. Entre os coletivos de gênero e etnia e os demais movimentos de esquerda da cidade que lidam com pautas de gênero, conforme informações de entrevistados e participantes, consegui listar os seguintes: NUDIS, Encrespa, Fórum Economia Solidária, Movimento de Mulheres Camponesas, Mais Mulheres no Poder, Mulheres em Movimento Mudam o Mundo, Elas por Elas, (R)existo (UFJF), Abayomi, Coletivo Diversidade Gênero e Negritude SindUte, Coletivo Cuidado com Ela (Univale), Sindicatos de Trabalhadoras, MST e Frente Brasil Popular. Infelizmente, como minha pesquisa foi realizada no período de 2020 a 2021, período da pandemia da COVID-19, não foi possível entrevistas representantes de todos esses grupos ou ao menos daqueles que tratam especificamente de gênero. De toda forma, o expressivo número de movimentos e grupos organizados que tratam direta ou indiretamente das pautas de gênero em Valadares mostra o significativo avanço desse campo na cidade.

Entender como chegamos em 2019 com uma denúncia do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, subseção de Governador Valadares (SindUte-GV) no Ministério Público Estadual (MPE) contra um grupo que se intitula “QG Bolsonaro”. De acordo com “O Olhar”, veículo de mídia local, *online*, de publicação diária, gratuita e independente, publicado em 17 de janeiro de 2019, a denúncia se deu “pedindo a apuração de condutas atentatórias à liberdade de cátedra e de anunciada perseguição aos trabalhadores da educação”, exigindo providências para evitar violação de direitos constitucionais.

A ação do SindUte-GV se deu em função da circulação, via redes sociais do “QG Bolsonaro”, em dimensões locais/regionais, de uma lista de escolas onde atuariam professores que, segundo o grupo, seriam “doutrinadores marxistas”. As postagens que circularam tinham tom ameaçador, dizendo que em breve os nomes desses professores seriam informados. Esse é apenas um entre tantos episódios em torno da questão que aconteceram na cidade envolvendo os conflitos políticos ligados ao tema. Ainda em 2020 esses grupos se articulam e mobilizam ações políticas, dentre elas a apresentação de um candidato a prefeito nas eleições municipais daquele ano. Sendo uma cidade onde o atual presidente obteve aproximadamente 70% dos votos nas eleições presidenciais em 2018, havia uma chance real que este grupo elege-se seu

representante e assumisse a gestão municipal pela bandeira, entre outras, do combate à “ideologia de gênero”.

Essa pesquisa foi iniciada no campo teórico no final de 2019, quando foi feito o plano de trabalho para a pesquisa de campo. Infelizmente, como já detalhado no capítulo da metodologia, foram necessárias diversas adequações no campo das entrevistas. A ideia original de seguir entrevistando pessoas ligadas aos movimentos e grupos de gênero da cidade (com a metodologia “bola de neve”), e a minha inserção em alguns desses grupos e movimentos se mostraram impossíveis. Ainda assim, iniciei em fevereiro de 2020 algumas entrevistas e participações que compartilho aqui. Na época da realização da minha segunda entrevista, em fevereiro de 2020, a Entrevistada 4 estava com vários eventos e projetos organizados que, em função da pandemia, foram cancelados.

Olhando para os 20 anos de movimentos de gênero em GV, as principais diferenças são na ordem da aceitação de si mesmo e da coragem, não tanto das pessoas. Também das leis que protegem, e da exposição do preconceito nas mídias sociais. Apesar do medo do desmonte, o movimento Ele Não trouxe muita força pra ninguém “soltar a mão”. Em todo esse tempo foi muito sangue, muita bicha preta e pobre que apanhou. A classe gay rica não apoia, não envolve. Muitas conquistas no sentido de informação para a comunidade, de acesso ao conhecimento. Muitos avanços nacionais nos 14 anos de governo de esquerda, e no governo local também, entre 2012 e 2016 com a prefeita Elisa Costa. Embora já possamos ver retrocessos, ainda resistem muitas conquistas sobretudo na rede de respaldo e empoderamento. Mas hoje (2020) o medo traz muitas perdas... muita gente sendo perseguida... pessoas indo embora da cidade por isto. (ENTREVISTADA 5, 2020)

Ainda em fevereiro de 2020, pouco antes da pandemia, participei de uma reunião de mulheres da Economia Solidária. Meu sentimento, enquanto esperávamos as pessoas chegarem, era de ser uma intrusa naquele espaço... e era isso mesmo que eu era. As mulheres ali presentes constituíam um grupo de trabalhadoras artesãs que se apoiavam mutuamente na produção e venda de seus produtos variados. Mulheres do artesanato de utilitários, doces artesanais, de Centro de Convivência de Artesanato de Pessoas com sofrimento de saúde mental, de produtos de limpeza, de Conselhos Comunitários, de movimentos e coletivos sociais. O objetivo daquela reunião era articular a Feira de Mulheres e o Movimento de Mulheres.

Em pauta, a Economia Solidária, definida pelo grupo como economia sem exploração. O grupo majoritariamente formado por mulheres constrói decisões coletivas, incentivam o consumo aos produtos dentro do próprio grupo e uma rede de divulgação dos produtos de todas. Discutem preços que consideram justos, que fogem à economia formal. Em suas falas, pontuam que buscam viver de forma mais solidária, horizontal e respeitando o meio ambiente. (a Pacha-Mama) – na contramão da colonialidade. Há muito o que aprender sobre uma educação

feminista de todes, no enfrentamento à predominância conservadora da cidade, expressa na eleição de 2018 em que 70% dos votos da cidade foram para o candidato conservador da extrema direita.

O perfil conservador e religioso da cidade aparece em vários momentos da pesquisa, seja nas entrevistas ou nas leituras realizadas.

Valadares, mesmo tendo alto contato com EUA e outros países, é uma cidade provinciana. Essa herança fazendária da cidade... uma cidade de coronéis conservadores. É muito nítido que esses grupos se organizam pra mandar em GV, historicamente. O velho discurso dos pioneiros. Aqui os movimentos sociais são intrinsecamente religiosos, como a CEB's, e acabem sendo mais conservadores, e refletem os valores do território. (ENTREVISTADO 3, 2020)

O trabalho de Novaes (2022) também traz significativas contribuições para consolidar a percepção que Valadares é mesmo uma cidade conservadora, em que a religiosidade cristã, o patriarcalismo, o coronelismo compõe uma colonialidade propícia ao pânico moral como estratégia política de poder.

Segundo “Hefesto”, entrevistado por Novaes (2022), não é apenas uma questão gay, mas a vivência da sexualidade, “seja ela qual for, expressão sexual em Valadares é difícil, porque aqui é bem conservador (NOVAES, 2022, p. 119-120). “Poseidon” diz que ser gay em Valadares é “não ser você na sua essência, sabe?”, e relata que já residiu na capital mineira, Belo Horizonte, para estudar, e percebeu a diferença profunda das relações de gênero nas duas cidades. O entrevistado completa que “[...] nada será melhor quando um gay, aqui em Valadares, conseguir andar de mãos dadas com o namorado [...]” (idem, p. 140). Claro que a realidade dos grandes centros urbanos é diferente do contexto de cidades do interior. Contudo, “Hypnos” lembra que Valadares não é uma cidade pequena, mas “[...] a cultura e mentalidade dela ainda preserva aquele conservadorismo de cidade interior [...] a influência religiosa dentro de Valadares é muito grande [...]”, considerando as religiões cristãs como um dos principais agentes do preconceito na cidade (idem, p. 150-151).

[...] o grupo entrevistado evidenciou que vivencia um pânico simbólico a partir do peso da religião em suas subjetividades, pois conflita com os desejos sexuais dissidentes e com muitas das práticas sociosexuais anteriormente relatadas. Trata-se de uma territorialidade local muito forte, que é a relação com o sagrado. (NOVAES, 2022, p. 140)

Ao finalizar a questão das religiões, Novaes (2022) destaca que nas falas de seus entrevistados a moral religiosa aparece “[...] como pano de fundo nas vivências homossexuais na cidade.” e lembra do papel destas no pânico moral em torno da homossexualidade. Os

dogmas religiosos já influenciaram as legislações latinas em vários países como também no Brasil, sendo considerado crimes de ofensa moral, crimes contra a honra e honestidade das famílias ou atentado ao pudor. (idem, p. 151)

O conservadorismo da cidade continua latente em outros relatos de seus entrevistados. “Aquiles” diz que “[...] ser gay em Governador Valadares é você dá um chute na porta do armário todo dia, entendeu? Ainda mais numa cidade naturalmente hipócrita, provinciana [...]” e completa que é necessário se posicionar para ser respeitado, todos os dias. (NOVAES, 2022, p. 152). Assim como “Hefesto”, “Baco” lembra que Valadares é uma cidade de médio porte, tanto em termos populacionais quanto em desenvolvimento, e que ainda assim é “extremamente conservadora” e destaca que espaços gays são escassos e escondidos, e que acabam não perdurando na cidade, dando como exemplo o “Inferninho” (idem, p. 156) já citado por Novaes. O que está também nas falas da Participante 3, do Entrevistado 3 e da Entrevistada 4 (2020) quando ela cita este e outros espaços LGBTs que não acabaram encerrando as atividades, na maior parte das vezes, segundo ela, por perseguição. Outro dos entrevistados de Novaes (2022), “Eros”, destaca o paradoxal cosmopolitismo conservador de Valadares “Eu acho que Valadares é aquela cidade que, da época do coronelismo, mas que ao mesmo tempo ela tá na modernidade, que hoje é esse acesso da globalização, da internet e tal [...]” (idem, p. 157).

Contudo, apesar do reconhecimento do caráter conservador da cidade, a pesquisa de Novaes (2022) registra também que a militância política LGBT não é unanimidade entre seus entrevistados. Ainda que todos os entrevistados sejam identificados gays, algumas narrativas, segundo ele, reproduziam perspectivas homofóbicas de forma preocupante. Alguns dizendo que a cidade não estaria preparada para as pautas LGBTs, outros acreditando que a cidade não oferece condições para o ativismo. E mesmo “Baco” que relata uma experiência política local de esquerda, afirma que a respeitabilidade no meio político da cidade passa por uma masculinidade hegemônica, por uma atitude conservadora, independente do viés político. (NOVAES, 2022, p. 162-163)

Para além da preocupação com a visibilidade em espaços de homosociabilidades gays, o conservadorismo também impacta na realização de eventos, como a Parada LGBT em Governador Valadares. Cabe o registro de que as edições do evento sempre foram realizadas a partir de articulação de pessoas com sexualidade dissidentes com visibilidade local, tendo o apoio de espaços de controle social, com o Conselho Municipal de Direitos Humanos, e a autorização para utilização dos espaços públicos pelo Poder Público. Mais recentemente, a AAUIF⁵⁹ se organizou para a realização da

⁵⁹ Associação Atlética União, Igualdade e Força.

quarta edição da Parada LGBT em 2020, que não aconteceu por causa da pandemia. (NOVAES, 2022, p. 161)

Ou seja, embora tenha iniciado em 2010, a Parada Gay em Governador Valadares teve somente três edições até a presente data (outubro de 2022).

Importante registrar, que novamente, a crise econômica faz de Governador Valadares a cidade que mais exporta mão de obra para os EUA. Mas agora o projeto não é voltar. O Valadarense bolsonarista fala que a crise é em função da COVID-19, mas vai para os EUA fugir dela. Então, não houve COVID-19 por lá?

4 PARA AS ESCOLAS DA PRINCESA: PME 2015

Como Simam (2008) senti “[...] a necessidade de captar as relações de dominação e o ser reverso (a transgressão, a resistência), a luta que se travava entre diferentes atores, na constituição do tecido urbano.” (p. 246), e encontrei essa fascinante trama urbana e as relações de poder que a constituem e por ela são constituídas. Há algo de Norbert Elias aqui. No estudo da história da origem da cidade, encontrei marcas, fontes e olhares que me permitiram pensar o presente, ou mais especificamente os conflitos em torno do currículo de 2015 a 2019 como desdobramentos de uma construção histórica. Novas configurações geográficas e políticas, novos personagens, novos conflitos, mas que mostraram repetir velhas disputas, e refletir o velho coronelismo patriarcal que marcou a colonização de Governador Valadares.

Assim, esse e o próximo capítulos pretendem abordar questões que impactam diretamente na educação, nas escolas da chamada “Princesa do Vale”, daí o título fazendo uma alusão às conservadoras “Escolas de Princesa”. Neste capítulo especificamente, quero apresentar e analisar o processo de votação e aprovação da versão final do Plano Municipal de Educação (PME), e trazer reflexões sobre alguns pontos do processo de elaboração do plano e seus desdobramentos posteriores. Início contextualizando os movimentos dos planos nacional, estaduais e municipais pelas semelhanças nos processos e a mesma atmosfera do pânico moral sobre as pautas de gênero presente em todo Brasil. Estes também incidem na educação em Governador Valadares, e encontra ressonâncias nas narrativas semelhantes nos contextos em que a cidade se insere. Há a mesma atmosfera do cenário nacional, assim como estadual, no panorama político da cidade.

Tanto a narrativa quanto a leitura dos acontecimentos de 2015, farei em diálogo com a monografia do professor Elder Fernandes de Oliveira, elaborada e apresentada para a obtenção do título de especialista em Gênero e Diversidade na Escola⁶⁰ do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação do professor Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Com o título “GÊNERO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA: uma análise a partir do processo legislativo de tramitação do Plano Municipal de Educação (PME) de Governador Valadares - Minas Gerais”. O estudo faz, pouco tempo após a

⁶⁰ Esse curso foi citado no capítulo anterior.

audiência na câmara municipal (junho/2015), ao final do mesmo ano, uma leitura dos acontecimentos e destes em relação à cidade de Governador Valadares. O trabalho levanta hipóteses e aponta respostas que dialogam oportunamente com dados que levantei, resultados que encontrei e ainda me ofereceu outras possibilidades de investigação que completaram lacunas, apontando fontes que contribuíram para a construção das narrativas deste capítulo. Nesse diálogo, procurei avançar um pouco em reflexões sobre alguns questionamentos que Oliveira (2015) deixou, enquanto outros, corroboro e reforço.

4.1 Do PNE à elaboração do PME-GV

O atual PNE (BRASIL, 2014), que vigora até 2024, foi elaborado e submetido em 2010 à Câmara Federal com o PL 8035/10 e ao Senado em 2012 com o PC 103/12 (DIOGO; FLACH, 2014). Tramitou ao todo por quatro anos no Congresso Nacional e foi aprovado somente em 03 de junho de 2014. Como apurado por Oliveira (2015) e também presente nas minhas memórias, houve muitos debates, sobretudo pautados por questões religiosas, que atacaram a agenda de gênero que estava contemplada na proposta original de 2010. Assim,

[...] deputados e senadores opositores exigiram que o termo gênero fosse suprimido do PNE. Para muitos, essa supressão significou não apenas perdas (BALDIJÃO, 2014) ou retrocessos (QUARESMA, 2015) para a política educacional brasileira, como apontou ainda intolerância (DI FRANCO, 2015) dentro das Casas legislativas em quase todo o país. (OLIVEIRA, 2015, p. 24)

Oliviera (2015) traz em seu estudo outros autores que lembram os impactos desses movimentos conservadores em torno das políticas públicas em educação também na construção e votação dos planos estaduais e municipais. Em seu artigo oitavo, o PNE (BRASIL, 2014) estabeleceu o prazo de um ano, a partir da data de sua publicação, para que Estados, Municípios e o Distrito Federal construíssem e aprovassem seus planos decenais, a partir do documento nacional. Assim, os processos de elaboração e aprovação dos PEEs e PMEs, que deveriam ser desenvolvidos em consonância com o PNE, foram duramente impactados em todas as pautas de gênero e diversidade. Oliveira (2015) lembra ainda que a partir da votação, aprovação e publicação do PNE com todos os cortes realizados, houve “[...] uma onda crescente de mobilizações, onda esta encabeçada por religiosos, parlamentares e pessoas defensoras do modelo tradicional de família e ligadas às igrejas católica e evangélica.” (p. 26).

Aqui vale lembrar o cenário mundial e nacional de 2013, apresentado no primeiro capítulo, quando se intensificam as ações reacionárias, conservadoras, que espalhavam o pânico moral, atacando diretamente as pautas feministas, sob o *lobby* da “ideologia de gênero”. É justamente nesse período que o plano nacional é finalizado e proposto/aprovado no ano seguinte, ainda no auge desses acontecimentos. Em 2014, já com dez anos de existência, o movimento Escola Sem Partido também se encontra fortalecido e atuante, utilizando do *lobby* para mobilizar conservadores em todo país, impactando de forma direta o PNE. Da mesma forma, esses conservadores acompanharam a discussão e elaboração dos planos decenais da educação nos estados e municípios, que foram marcados por todo esse contexto.

E ainda que houvesse uma reação dos movimentos de gênero na tentativa de demonstrar a incoerência da expressão “ideologia de gênero” e suas repercussões, houve expressiva mobilização de parlamentares, sociedade civil, muitas igrejas cristãs e suas congregações para que os planos decenais não pautassem as questões de gênero (OLIVEIRA, 2015, p. 15-18).

A partir da publicação do PNE, estados e municípios teriam apenas um ano, para construção e aprovação dos PEE e PME respectivamente (art. 8º da Lei 13. 005 de 25 de junho de 2014), e esses deveriam ser elaborados à luz das metas e estratégias do plano nacional. Como também observou Oliveira (2015), o tempo para que estados, municípios e o Distrito Federal pudessem discutir, construir e aprovar seus planos decenais foi curto, pressionando para que o andamento das discussões fosse acelerado, reduzindo as possibilidades de mobilização para resistências aos ataques voltados para as pautas de gênero. Ao mesmo que tempo que, observa o autor “[...] continuava também circulando pela mídia e redes sociais notícias apontando a ‘ideologia de gênero’ como o centro das polêmicas durante as sessões nas Câmaras Municipais” (OLIVEIRA, 2015, p. 17). Esse cenário vinha se repetindo em todas as cidades e estados, fortalecendo o lobby e o movimento ESP e não foi diferente em Governador Valadares.

[...] neste município os equívocos e as polêmicas em torno da agenda de gênero se tornaram similares, levando, portanto, parte da sociedade a se mobilizar via redes sociais, amplificando os fatos em torno da suposta “ideologia de gênero”, causando, por conseguinte, uma mobilização interna entre os parlamentares locais que, associados às lideranças religiosas, começaram a se informar, sobretudo, com bispos, padres e pastores acerca de como deveriam proceder durante a apreciação e votação do PME. (OLIVEIRA, 2015, p. 12)

Todo esse movimento conservador encontrou terreno fértil na cidade que tem a colonialidade como marca de sua história econômica e social. O que se percebe aqui é que houve uma mobilização nacional, que repercutiu nas votações locais entre igrejas e

conservadores. Por outro lado, em muitas cidades, grupos e coletivos de gênero não se envolveram na discussão e votação do plano na mesma intensidade. Nem nos movimentos da educação, nas discussões do PME, que não pautaram diretamente a agenda de gênero. O que ainda permaneceu no texto do plano municipal foram algumas questões sobre diversidade, mas que em nenhuma parte remetia à diversidade de gênero.

Tive participação no processo tanto como membro do Conselho Municipal de Educação (representante do Ensino Superior 2013 a 2017), como por estar naquela época (2015) coordenando o curso de Pedagogia da UNIVALE e o PIBID-UNIVALE que mantinham parceria com a rede municipal de educação desde 2010 e estava se inserindo também na rede estadual (como narrado no capítulo anterior). Dentro da agenda de construção do PME-GV, participei de dois encontros de trabalhos realizados na Casa do Professor⁶¹ em que foram discutidas temáticas sobre o Ensino Superior, a formação de professores e a articulação entre a Educação Básica e a Educação Superior. Nos dois dias, estiveram presentes representantes docentes e da comunidade, pedagogas/os diretoras/es e técnicas/os da educação, sobretudo municipal, mas também de outros segmentos. A experiência vivenciada permitiu perceber que o PME-GV, a exemplo do que havia sido a construção do PNE (2014), foi elaborado de forma intersetorial, democrática e com participação de representantes da comunidade.

Em entrevista concedida ao MG Inter TV 1ª edição, no dia 22 de junho de 2015, o Secretário da Educação, Jaider Batista explica que em fevereiro do mesmo ano foi instituída uma comissão

[...] que começou a ouvir setores por setores da educação, do município, do estado, das universidades particulares e públicas, os sindicatos ligados a servidores da educação, ou seja, a.. as famílias, os conselhos comunitários escolares. Então todo mundo foi chamado em algum momento pra ser ouvido.” (INTER TV DOS VALES, 2015, X’X”).

Está na fala do Secretário a metodologia utilizada, com um tom democrático e participativo. Porém, sua fala acaba sinalizando também que outros grupos e organizações sociais não estiveram presentes na discussão. Um vídeo produzido pela Prefeitura de Governador Valadares após a votação do PME na câmara de vereadores, publicado em sua conta oficial no Facebook em 10 de julho de 2015, reafirma o caráter coletivo e democrático

⁶¹ Espaço mantido pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares, durante os anos de 2008 e 2014, para realização de reuniões, formações, encontros, estudos e outras atividades da Rede Municipal de Educação de Governador Valadares, onde na época eram realizadas também reuniões do Conselho Municipal de Educação e outras atividades ligadas à educação.

do processo, mas deixa também marcada a ausência dos movimentos sociais feministas e de gênero. O pedagogo Guilherme Rodrigues, entrevistado no vídeo, relata um pouco sobre como foi essa participação da sociedade na elaboração do PME-GV.

O plano decenal, ele foi elaborado e pensado com uma equipe técnica. Primeiro, nasceu, né, com as escolas, com as professoras, com os diretores, pedagogos, e depois nós tivemos a participação é também, é, da sociedade em geral. Dos pais né, representante de professores, representante do sindicato, representante da da rede estadual, representante do instituto federal... (PGV, 2015a, 0'25" - 0'54")

A diretora Cirlete, entrevistada no mesmo vídeo, também fala sobre a participação democrática efetiva ao longo do processo. “Tinha estudante, tinha universitário, tinha políticos, tinha vereadores, a prefeita... Muitas pessoas que se importam com a educação, com os rumos que ela está caminhando na próxima década, estavam presentes lá.” (PGV, 2015a, 0'55" - 1'05"). O vídeo traz ainda a fala de uma mãe de alunos, Cristiane, que corrobora o caráter participativo da elaboração do PME-GV. Para ela, “[...] tudo que a gente participou lá dentro lá, eu como mãe, eu achei muito importante. Muito mesmo. A gente debateu, olhou o que a gente achou que tava errado – ‘não, isso aqui não, tá errado’ – e já foi passando pra frente, e olhando tudo.” (PGV, 2015a, 2'16" - 2'30")

Durante a fala do pedagogo Guilherme o vídeo mostra fotos dos diversos momentos de discussão, em diferentes espaços e com diferentes grupos de trabalho. Vendo as fotos, recordei que estive presente também em um desses momentos gerais, com as autoridades locais. As fotos do vídeo me avivaram memórias, trazendo as pautas debatidas nesses encontros, sobre a Educação Integral em Tempo Integral, sobre inclusão e diversidade, sobre escola e comunidade, sobre o direito à cidade, sobre a educação do campo, enfim, sobre nossos sonhos de educação de qualidade para todas/os e **com** todas/os. Recordei com mais clareza da dinâmica de trabalho nos momentos vivenciados na Casa do Professor, com a leitura criteriosa, coletiva e reflexiva do PNE (2014), discutindo cada meta e seus desdobramentos, pensando a educação da e na cidade, inserida no contexto nacional. Trouxe também a lembranças das ausências e do silenciamento sobre as pautas de gênero.

Em momento algum me veio à memória qualquer alusão a um debate sobre questões de gênero, ou a participação de grupos, coletivos organizados, ou mesmo do sindicato de professores e demais participantes discutindo as pautas feministas. Ainda que houvesse expressiva discussão das pautas de etnia, classe, educação ambiental e da inclusão, não me lembro de discussões sobre gênero nos momentos que participei. Hoje, olhando esse passado (nas fotos, nas memórias), me pergunto se já não estávamos acuados pelos avanços dos

movimentos conservadores sob o *lobby* da “Ideologia de Gênero”. Qualquer menção a gênero, durante a elaboração do PME-GV, era sempre superficial, evasiva, que parecia estar ali por mero acaso, e não para imprimir um debate e uma construção.

E ainda que tenha sido uma construção participativa, durante o processo de elaboração do PME-GV (Plano Municipal de Educação de Governador Valadares) já aconteciam articulações com lideranças religiosas. Além dos impactos dos movimentos em torno do *lobby* da “Ideologia de Gênero” na votação dos vereadores, como sinalizou Oliveira (2015), esses movimentos impactaram também diretamente na construção do texto. Uma das entrevistas realizadas nessa pesquisa trouxe um pouco sobre como essas articulações se desenvolveram. Porém, algo que Oliveira (2015) desconhecia me foi narrado pela Entrevistada 5. Ela participou de todo o processo de discussão e construção do PME-GV como profissional da educação. Acompanhou também os bastidores dessas ações e relatou sobre uma pedagoga que atuava em papel de destaque nas comissões que cuidaram do processo, que sempre consultava o padre da igreja católica da paróquia que essa pedagoga frequentava. A Entrevistada 5 relatou detalhes desse movimento que era de conhecimento de demais profissionais que trabalhavam nas comissões. Guardarei comigo nomes e locais, mas considero importante registrar que muito antes da mobilização de vereadores junto às igrejas cristãs em torno da leitura e interpretação do texto do PME, dentro do próprio processo de elaboração do plano já havia a participação, indireta, mas bem efetiva, da igreja católica local.

No dia 11 de maio de 2015, foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do município a Resolução SMED nº 10 de 08 de maio de 2015, instituindo e convocando uma Comissão Organizadora para uma “[...] Conferência Municipal para discussão e tomada de decisões acerca do Plano Decenal Municipal de Educação no município de Governador Valadares [...]” (PGV, 2015d, p. 04). A comissão foi composta por 15 (quinze) pessoas ligadas à educação no município, com representantes das escolas públicas e privadas, da Educação Básica e Superior, da cidade e do campo, e do sindicato dos professores. A conferência foi realizada na sede do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) de Governador Valadares, iniciando às 7h30 do dia 21 de maio daquele ano, com o tema: “PLANEJAR A EDUCAÇÃO NA PRÓXIMA DÉCADA” (idem). Em publicação do dia 25 de maio de 2015, o portal da PGV informou que o evento reuniu cerca de trezentas pessoas, que após a abertura do evento no auditório do IFMG foram organizadas em 12 grupos de trabalho para discutirem as 20 metas e estratégias do PNE, adequando-as à realidade local para o texto do PME-GV. Ao final da tarde, novamente no auditório, as propostas foram lidas e aprovadas, encerrando o evento às 19h30. ainda segundo

o portal, participaram do evento “representantes de diversos segmentos da sociedade e de setores ligados à Educação” (SECOM, 2015, s/p).

Para além desses profissionais, o evento que tem como marca a democracia participativa ouviu também pais e alunos da rede municipal.

O estudante do 9º ano da Escola Municipal professor Helvécio Dahe, Isaac Vieira, de 14 anos, fez questão de ajudar a pensar os rumos da Educação para os próximos 10 anos: “Estou achando interessante porque muitas ações que o governo tem que fazer para melhorar a educação nós estamos tendo a oportunidade de discutir e dar nossa opinião”.

Cristiane Coelho, 39 anos, representante de pais no Conselho Comunitário da Escola Adélia Ribas também enfatizou a participação da família nesse processo: “É fundamental a participação dos pais nas decisões de tudo que diz respeito à educação dos nossos filhos”.

[...] Agora, o texto do PDME aprovado pela Conferência será encaminhado como projeto de lei para a câmara de vereadores. (SECOM, 2015, s/p)

Uma matéria de telejornal local, exibida no dia 22 de junho de 2015, poucas horas antes do início da sessão da Câmara Municipal em que o PME-GV seria votado, apresenta e esclarece algumas polêmicas que já estavam problematizadas na cidade, nas redes sociais e nas conversas no campo do trabalho dos profissionais da educação. Fica claro para quem assiste o conteúdo da matéria, que a temática de maior ênfase no PME-GV estava voltada para melhorias de acessibilidade na estrutura física das “mais de 50 escolas públicas” da cidade (INTER TV DOS VALES, 2015). De acordo com o Secretário de Educação, Jaidier Batista, “A reformulação arquitetônica dos prédios escolares para garantir aces... pleno acesso a qualquer criança, mesmo que ela tenha dificuldade de locomoção, a qualquer professor, mesmo que tenha dificuldade de locomoção, isso tudo tá garantido.” (INTER TV DOS VALES, 2015).

Outras pautas são destacadas, como por exemplo a consolidação da Escola de Tempo Integral (ETI) e ampliação/universalização do acesso às creches (PGV, 2015). E embora em momento algum seja mencionada qualquer alusão a gênero e diversidade, é destacada a “erradicação de todas as formas de discriminação”. Segundo o Secretário, o grupo de trabalho optou por “manter a mesma linguagem do plano nacional” (INTER TV DOS VALES, 2015). A reportagem destaca ainda outra temática que teve significativa relevância na discussão do PME-GV que foi o piso salarial. Segundo a entrevistada Sueli Bezerra, diretora do SINSEM GV⁶² naquela época, a proposta era de um nivelamento salarial com os profissionais dos demais

⁶² Sindicato dos Servidores Municipais de Governador Valadares (MG). “O SINSEM-GV é uma entidade criada em 11/10/88 com o objetivo de representar e defender os servidores municipais de Governador Valadares. Como representante legal da categoria, o SINSEM-GV atua em todos os órgãos municipais, seja nas esferas administrativa, jurídica e de serviço.” Disponível em: <https://sinsemgv.com.br/quem-somos/>

setores do município, uma vez que o piso dos professores era mais baixo. O grupo de trabalho que elaborou o PME-GV discutiu também sobre uma gestão mais democrática nas escolas. Como explicou Sueli, o documento também propõe sobre eleições para o cargo de direção, dando o peso de 50% para escolha dos profissionais da educação que atuam na escola.

Quanto às polêmicas que circulavam em todo Brasil e em Valadares, o Secretário Municipal de Educação garante na reportagem que no projeto não existem políticas que pautem gênero ou orientação sexual das crianças. Havia naquela semana uma ampla repercussão da polêmica do uso de banheiros unissex nas escolas, e todo um pânico moral instaurado em torno disso nacional e localmente. Em um trecho da entrevista o Secretário Jaider pontuou:

Neste fim de semana recebi mensagens dizendo: “ah, não só vai ter a essa discussão de gênero, como vão agora acabar com banheiro de menino de menina, vai ser tudo a mesma coisa.” Não existe isso, não tem, não tem um item no nosso plano que mencione qualquer possibilidade disto. (INTER TV DOS VALES, 2015).

Essa necessidade em garantir que o plano não pautou gênero e sexualidade sugere mesmo que os gestores públicos, os profissionais da educação e a comunidade evitaram pautas de gênero nos debates dos planos decenais, deixando de fazer os enfrentamentos das lutas feministas, das lutas de gênero. Embora concorde com Oliveira (2015) quando ele sugere a necessidade de estudos mais aprofundados, fazendo um resgate histórico da elaboração do PME-GV para que uma afirmação mais contundente seja possível, o que percebo ao olhar para esses registros, para entrevistas realizadas e para minhas memórias é mesmo um vazio, um silêncio, e a ausência de enfrentamentos. Em sua pesquisa, Oliveira (2015) não chegou a abordar o processo, mas apontou a necessidade em fazê-lo. E embora eu tenha traçado aqui um perfil geral, por razão da pandemia não busquei os grupos ausentes para entender melhor esse vazio no processo de elaboração do PME-GV. Entender por que os mais interessados na agenda de gênero estiveram fora dos debates poderá contribuir para repensar os processos e não permitir novamente essa lacuna quando houver a próxima mobilização para (re)pensar um novo plano decenal para a educação no município (de 2025 a 2035).

Resgatar o histórico da elaboração do documento base do PME em estudos futuros pode contribuir, por exemplo, na descoberta de fatores que respondam, por exemplo, perguntas do tipo: porque a questão da agenda de gênero não fora satisfatoriamente abordada no Texto Base? Onde estavam os professores que enfrentam direta e diariamente às questões relativas à agenda dentro das escolas, inclusive da rede municipal? Como o Executivo local poderia ter contribuído para que a invisibilidade ou as tentativas de ocultação ou neutralização de atores fundamentais para o processo não ocorressem, facilitando, assim, a aprovação de uma agenda de gênero dentro do PME do município? (OLIVEIRA, 2015, p. 90)

Por outro lado, dado o episódio ocorrido na votação na câmara, ainda que as discussões fossem contempladas e o grupos incluídos no processo, haveria possibilidade de alguma aprovação para as pautas de gênero? Qual o impacto dessa participação no texto do PME-GV e no dia da votação, uma vez que o PNE era o documento de inspiração para a elaboração do PME, e ele também já estava esvaziado das questões de gênero? E uma vez tendo participado ativamente da elaboração do PME, esses grupos se fariam presentes na votação e essas presenças mudariam os resultados? Dito de outra maneira, me resta a hipótese que o silenciamento de gênero nas discussões do PME não deu ao plano decenal um texto que contemplasse as pautas de gênero, nem a visibilidade que lhe seria necessária para que os movimentos feministas, os coletivos de gênero se fizessem presentes para o enfrentamento na Câmara Municipal, no dia 22 de junho de 2015, dia da votação e aprovação do PME-GV e pudessem contribuir para melhorar o resultado.

Ao final do processo de elaboração do PME-GV, o texto foi revisado pela prefeitura, conforme informa a matéria do MG Inter TV 1ª edição (INTER TV DOS VALES, 2015) e encaminhado para a aprovação no legislativo municipal. Segundo consta no processo, o plano foi enviado para a câmara dos vereadores na sexta-feira, dia 19 de junho de 2015, sendo discutido e votado no dia 22 mesmo mês/ano, numa segunda-feira. O prazo nacional para publicação da lei do PME de cada município era quarta-feira dia 24 de junho de 2015. Essa urgência na votação foi motivo de críticas dos vereadores durante as cinco sessões extraordinárias que se sucederam naquela segunda-feira (25/06/15), inclusive com acusações que teria sido uma urgência estratégica, para que fosse aprovado sem profunda discussão.

O curto prazo em todo o processo de construção, e o modo como esse processo se deu, sendo democrático, oportunizando diversos momentos de leituras, discussões e construção, acabou por ser acelerado em sua votação. Tendo poucos dias ou não, conservadores e religiosos se organizaram e dominaram as discussões e o processo de votação, mas o vazio de gênero esteve presente no dia daquelas reuniões. Como disse ao tratar da metodologia desse estudo, optei por dar voz aos que lutam pelas pautas de gênero, classe e etnia, mas ao buscar esses atores sociais que tivessem participado da votação do PME-GV, não encontrei ninguém, só o mesmo silêncio.

No dia da votação, a Secretaria Municipal de Comunicação e Mobilização Social publicou às 17h30 no portal da Prefeitura de Governador Valadares que haveria a votação e apresentou resumidamente como foi o processo de construção do PME. A publicação se deu

faltando apenas meia hora para o início daquela que foi a 1ª Sessão Extraordinária na Câmara de Vereadores:

O Plano foi elaborado depois de ampla discussão com representantes dos segmentos da Educação e sociedade civil, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação, escolas municipais, estaduais, particulares e instituições de Ensino Superior em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em Junho de 2014.

Com vigência de 10 (dez) anos a contar da publicação da Lei, a proposta, na forma de Metas e Estratégias, tem como diretrizes a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade da educação, valorização dos profissionais da educação, entre outras.

O texto base do Plano foi aprovado em plenária durante a Conferência Municipal no dia 21 de maio por 12 grupos de trabalho que propuseram adequações necessárias à dinâmica social do nosso município. (SECOM, 2015b, s/p)

A publicação traz ainda alguns esclarecimentos sobre o que é o PME definindo-o como um documento que reúne reflexões, ações e intenções para responder às demandas educacionais da cidade, tanto a curto quanto médio e longo prazo. Esclarece que não é Plano de Governo, que estaria limitado ao mandato da gestão naquela época, mas que é um Plano de Estado decenal, que uma vez aprovado é instituído por Lei Municipal. Informou ainda que o plano não é um projeto ou um grupo de projetos articulados, mas serve como orientação para a educação na cidade, mesmo nas escolas privadas, e englobando todas as redes públicas educacionais que atuam no município (SECOM, 2015b, s/p).

4.2 A sessão de votação

Em 22 de junho de 2015 foi votado na Câmara Municipal de Governador Valadares o Plano Municipal de Educação (PME). Nessa data foram realizadas cinco reuniões extraordinárias subsequentes, que somaram em torno de cinco horas duração, com as seguintes pautas: 1) Federalização do Hospital Municipal; 2) Aprovação do PME de Valadares para o decênio 2015-2024. As 1ª 2ª 3ª 4ª e 5ª Reuniões Extraordinárias do mês de junho tiveram ao todo 5h10'29" – tempo de duração do vídeo de gravação das reuniões disponível no site da Câmara Municipal de Governador Valadares e no Youtube.

Em minha narrativa tentarei reproduzir a atmosfera presente nessas reuniões, minhas percepções, e ainda algumas inferências a um diálogo teórico. Gestos, falas e modos de falar. Em alguns momentos talvez tenha sido muito detalhista, mas ainda assim sinto que não trouxe todos os elementos que são pertinentes para leituras dessa votação. Nessa narrativa e na votação no item 4.5 fiz um pouco do que Orlandi propõe na análise do discurso, “[...] ao menos a noção

de que a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com as evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político”.

Estiveram presentes nessas reuniões os seguintes vereadores e vereadoras:

1. Vereadora Iracy de Matos – Solidariedade
2. Vereadora Pastora Eliane – DEM
3. Vereador Aduino Carteiro – PRTB
4. Vereador Ananias Camelô – PSB
5. Vereador Cezinha Alvarenga – PRB
6. Vereador Chiquinho – PSDB
7. Vereador Dr. Luciano – PSDB
8. Vereador Geovanne Honório – PT
9. Vereador Glêdston Guetão – PT
10. Vereador Leonardo Glória – PSD
11. Vereador Levi Presidente – PMN
12. Vereador Mílvio José (ou vereador Milvinho) – PSL
13. Vereador Padre Paulo – PT
14. Vereador Paulinho Costa – PDT
15. Vereador Pedro da Utilar – PSD
16. Vereador Ricardo Assunção – PTB
17. Vereador Robinho Mifarreg – PRTB
18. Vereador Sargento Ramalho – PTB

Vereador Cezinha (PRB) é o Secretário e vereador Pedro Utilar (PSD) compõe a mesa diretora. Ao abrir a primeira reunião, o vereador Ricardo Assunção (PTB) faz a leitura da Bíblia. A leitura é uma ação rotineira na abertura das sessões. É solicitado pelo presidente da câmara aos vereadores que fiquem de pé, e à galeria que fique em silêncio “em respeito à leitura da Bíblia” (CMGV, 2015, 1’07” - 1’49”), e o texto escolhido foi “Salmos 55”. Não sei a intenção da escolha, e estou certa que não passava pelas ideias que me ocorreram, mas, o texto lido falava de medo, de perseguição, e era um clamor pela proteção de Deus contra os inimigos daquele que suplicava. A leitura me faz pensar na situação de pessoas trans, de mulheres, gays e etc., diante da homofobia, do machismo, da violência de gênero. Pensei também na situação da ex-presidente Dilma que, quando eu assisti a gravação, já havia sofrido o golpe de 2016. Enfim, pensei em tantos perseguidos e oprimidos e me perguntei se estariam ali também representados. Posteriormente constatei que não.

São justificadas algumas ausências de vereadores, e alguns irão aparecer depois nas reuniões subsequentes. Há muitos sons inaudíveis, muita falação na galeria que estava em sua capacidade máxima de cadeiras preenchidas, e também com pessoas em pé. A pauta então é apresentada: Processo 572/14 (DAPLE) de aprovação do PME, e processo 634/15 de apreciação do art. 36 da Lei Orgânica do Município que aprova o PME. Logo em seguida, o vereador Ricardo Assunção (PTB), que diz falar em nome dos “dois blocos de vereadores independentes”, solicita a suspensão dos trabalhos por 10 minutos e convoca para a sala da presidência da câmara uma comissão para discutir o PME, para que possam “esclarecer a essa comissão as emendas que iriam apresentar em conjunto”. O Presidente da Câmara, Aduauto Carteiro (PRTB), diz que a discussão do PME seria em relação à “ideologia de gênero” e solicita: “a gente gostaria que essa comissão fosse formada por algumas lideranças da área religiosa”, podendo ser “da igreja católica, igreja crente, ou pessoas ligadas à religião” (CMGV, 2015). Por fim é definido que a comissão não passasse de cinco representantes de cada entidade ali presente. Não é esclarecido quais entidades, mas na fala do presidente da câmara já está o perfil dos participantes. Eram os cristãos – católicos e evangélicos – “ou pessoas ligadas à religião”, sem deixar explícito a que religião ou religiões se refere. O que fica evidente é a dominação das igrejas cristãs, sem nenhuma participação de outros grupos, sequer religiosos, e tampouco do campo da educação e dos estudos feminista e de gênero. O poder das religiões cristãs que se fará presente em todo o processo do PME-GV em 2015 me remete à colonialidade de Lugones que descreve o patriarca moderno como “[...] um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão.” (2014, p. 935) que usava o cristianismo como principal justificativa para seu projeto civilizatório de poder e dominação.

Assim, à medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais. Pode-se começar a observar o vínculo entre, por um lado, a introdução colonial do conceito moderno instrumental da natureza como central para o capitalismo e, por outro, a introdução colonial do conceito moderno de gênero. (LUGONES, 2014, p. 938)

Nesse sistema moderno colonial de gênero a desumanização é constitutiva da colonialidade do ser (idem) e opera com o medo e o pânico moral também para o poder político dos patriarcas. Silva (2006, p. 17) descreve como esse controle pela religião se consolida em Governador Valadares ao falar da história das religiões cristãs na colonização da cidade. Ele

lembra da expressiva influência estadunidense na região, que representava o “progresso”, o moderno, os avanços, em função da construção da estrada-de-ferra, técnicas extrativistas e de beneficiamento aplicadas na exploração de mica e madeira, o tratamento da água. Silva (2006, p. 17) explica que pela predominância de evangélicos entre os estrangeiros, as práticas católicas começam a ser vistas como “atrasadas”, mas que, paradoxalmente os evangélicos mantinham a estrutura de latifúndios do patriarcado colonial, e se orgulhavam por serem os pioneiros de uma cultura de “a bíblia, a bota e o boi” na região (idem).

Enquanto o pobre, ao se tornar evangélico, assumia novos compromissos, como o dízimo, a construção de templos e mudanças de hábitos, os fazendeiros se livravam de obrigações sociais antigas. Contavam com a complacência dos pastores que não os recriminavam por maus-feitos, por serem “gente importante, graúda, que dá nome à igreja” e não lhes cobravam dízimo, a não ser do leite. Vantajosamente, os fazendeiros evangélicos passavam a ter domínio da doutrina ao voto sobre uma comunidade inteira. Assim, para cada congregação evangélica rural havia apenas um fazendeiro. As denominações evangélicas, nos povoados rurais, são até hoje conhecidas como “igreja dos fulanos”, “igrejas dos beltranos”, em referência às famílias dos fazendeiros abrigadas em cada uma delas. Não havia importância em designações como batista, metodista, presbiteriana, adventista ou cristã evangélica. Assim, entre os pobres, agregados dos fazendeiros, não havia diferenciação confessional ou denominacional. Afirmavam-se genericamente “crentes”, fossem presbiterianos ou pentecostais. (SILVA, 2006, p. 17-18)

As religiões cristãs católica e evangélicas estiverem presentes e em igual proporção na consolidação de uma cultura valadarensense. E ali entre os 18 (dezoito) dos 21 (vintes e um) vereadores e vereadoras de Valadares em 2015, todos se posicionaram como cristãos e somente uma vereadora não usou das velhas estratégias de usar o cristianismo como justificativa para uma coloniedade de gênero. Em torno de 10 minutos de reunião já surgem três evidências do foco religioso nos trabalhos da câmara: a leitura do texto bíblico, a citação à “ideologia de gênero” e o convite às lideranças cristãs para discussão do tema em pauta. Isto sem mencionar a própria composição da câmara em que dezenove vereadores são homens e somente duas são mulheres, e ninguém é representante LGBTQIAPN+. Os movimentos conservadores debatidos no primeiro capítulo encontram a cidade com tradições, lugares e relações marcadas por pela colonialidade, herança da colonização tardia que se deu mesmo nos moldes coloniais da opressão de gênero, raça e classe, e da exploração insustentável e devastadora dos recursos naturais.

No retorno da suspensão, que durou 36 minutos, muitos gritos inaudíveis até que alguém puxa um coro de “Não à ideologia, viva a família!”; o presidente da câmara, Aduino Carteiro (PRTB), pede silêncio. Paulinho Costa (PDT) solicita que a votação seja adiada, e é vaiado pela galeria. Nilton José pede para que seja “votada hoje” e é aplaudido. Novamente o

coro é puxado. Outros gritos de ordem, não consigo entender... (51'). Ricardo Assunção (PTB) reforça o pedido do Paulinho Costa (PDT) e completa

Gostaria só de informar aos nobres colegas vereadores, ao público presente, principalmente, como forma de orientação. Fizemos essa Reunião na sala de vossa excelência, com algumas lideranças religiosas. Nós mostramos para essas lideranças que a intenção desta casa legislativa de fazer a modificação na proposta para garantir na redação da proposta a retirada de qualquer tipo de item que dê interpretação para esse assunto polêmico que é a Ideologia de Gêneros [aplausos]. Nós queremos é o tempo hábil de 24 horas, como foi dito pelo presidente, pra gente fazer as emendas. Só fazer as emendas! [vaias]. (CMGV, 2015, 53'23'')

O presidente encerra a reunião e convoca mais uma reunião extraordinária “para daí a cinco minuto.” E voltam em 5 minutos. Continuam muitos gritos. Vereador Mílvio José (PSL) está muito agitado. A galeria continua com gritos de ordem, e a maioria não consigo entender. Mílvio José (PSL) é chamado para ler a Bíblia. E continuam os gritos... gritos de “Adauto traidor! Adauto traidor!”. Muitos gritos de ordem, muito exaltados, mas que na gravação estão incompreensíveis. O presidente ameaça suspender novamente a reunião, se não acabar o tumulto. A gritaria não cessa. Ele suspende a reunião por 5 minutos pontuais. E os gritos continuam. Só é feito silêncio quando anunciada a leitura da Bíblia. O Salmo: “O Senhor é o meu pastor.” Um homem dá um grito antes do amém, e recebe gritos de apoio. De novo, não foi possível entender. O vereador Mílvio José (PSL) fica agitado o tempo todo.

A vereadora Pastora Eliane de Paiva (DEM) registra a presença e saúda 16 pastores e outras lideranças religiosas

Pr. Euler, Pr. Bruno, Pr. Vicente Custódio, Pr. Laércio, Pr. Harley, Pr. Eder, Pra. Marina, Pr. Samuel, Pr. Ademar, Pr. Niceto, Pr. Cleudemiro [alguém grita, não entendo], Pra. Gláucia, Pra. Regina, Pr. Edes, Pr. Ebenezer, Pr. Nilson e missionária Dilane. [vereador Paulinho Costa (PDT) fala em seu ouvido, e ela completa] E a todos representantes da igreja católica. (CMGV, 2015)

A pauta do PME somente é efetivamente discutida após 2h27' de gravação das reuniões, e vai até 5h10'27", quando essa é finalizada. Ao longo das 3ª, 4ª e 5ª reuniões extraordinárias ocorrem diversos conflitos sobre votar ou não o PME, adiar para o dia seguinte ou não, e muita pressão popular na galeria solicitando que a votação não fosse adiada.

No início da 4ª reunião o presidente da câmara chama o vereador Padre Paulo (PT) para ler a Bíblia e começam os gritos; são gritos nervosos, de homens e mulheres (CMGV, 2015, 3h35'). Leitura de “Sal da terra, luz do mundo”. O vereador finaliza a leitura pedindo para que sejam iluminados pela palavra de Deus. E os gritos retornam. Fazem a leitura da Ata

da reunião anterior (3ª extra). Consta na Ata que às 20h35' foi encerrada a 3ª reunião. O vereador Ricardo Assunção (PTB) fala que foi solicitada a suspensão da reunião para nova redação do PME, por uma comissão. A comissão fez a emenda que seria votada. (CMGV, 2015, 3h40'26").

A vereadora Pra. Eliane de Paiva (DEM) toma a palavra e começa dando boa noite aos presentes, citando as igrejas, mas o presidente passa para o Paulinho Costa (PDT) que pede novamente 24 horas de adiamento. O povo na galeria grita: "Hoje, hoje, hoje"! Primeiro vários gritos aleatórios, depois é transformado em coro de "Hoje". Muitos gritos, as pessoas desaprovam o pedido do vereador. O presidente pergunta se ele retira o pedido e ele responde: "Olha aqui, senhor presidente, eu retiro se forem aprovadas as emendas para atender as igrejas que aqui estão." (CMGV, 2015, 3h42'43") E aponta para a galeria, que o aplaude. Falas como essa, que não apenas mostram apoio e concordância com o público presente, mas também utiliza de gestual para criar um vínculo com a galeria, revelam mais que desconhecimento sobre as pautas de gênero, mostram também um jogo de politicagem que esteve presente em toda a votação.

A vereadora Pra. Eliane de Paiva (DEM) retoma a palavra e fala:

Eeeee... O ano passado eu subi a tribuna e disse que todo projeto que chegasse aqui, que fosse contra a família, eu iria me manifestar contra [ovação] e ia deixar isso público. E veio o projeto da Educação no PME... Não está explícito, deixar isso bem claro, a questão da "ideologia de gênero", mas existem brechas para que venha sim a ser inserida a "ideologia de gêneros". E nós somos contra [ovação]. Quem, só pra termi... Quem tem o direito de educar os filhos sobre a sua sexualidade são os pais [ovação muito intensa]. E isso, e isso está inserido na Constituição [vários gritos]. E, eu vou aprovar, [alguém dá um grito que se destaca 3h44', mas eu não entendo] só um momento, eu vou aprovar sim o projeto, se as emendas forem aprovadas. Então, estou aqui com algumas emendas, é, que os vereadores Leonardo Glória, quero agradecer aqui, né em púbito dos vereadores, que eu perturbei sim, durante todo o fim de semana, perturbei o Dr. Luciano, porque pra mim é uma das maiores mentes brilhantes daqui de Valadares [breve ovação]. E, e os demais vereadores, quero agradecer porque me ajudaram nas emendas. Quero agradecer os pastores, os apoios das igrejas, tá [ovação], muito obrigado! Quero agradecer a-a-aos católicos, os padres que aqui estão também, tá [ovação]. Ééé... vereador Leonardo Glória, Pe. Paulo, Aduino Carteiro, Vereador Chiquinho, Robinho Mifarré [o nome é Mifarrege], Dr. Marcílio, o Cezar, Ananias, e... o vereador Zangado, o vereador Geovane que foi também essencial, muito obrigado, vereador Pedro da Utilar, José Idelan, Paulinho Costa, muito obrigado também, Levi Vieira, Dr. Luciano, é... Ricardo Assunção que aqui estão assinados. Ééé... tem algum outro vereador que eu não falei o nome? É e os... e os mesmos nas outras emendas. (CMGV, 2015, 3h42'55")

Em seguida ela lê as emendas:

É Primeiro: acrescenta, presta atenção queridos, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 1º do Projeto de Lei 075/2015 com a seguinte redação: "Fica vedada a

implantação, divulgação, estudo, adoção de materiais didáticos, e ou qualquer forma de propagação pertinente à ‘ideologia de gênero’ no âmbito da rede municipal de ensino.” [ovação! Muita!]. É... por fav... é é... pra mim também não ser aqui... quero agradecer demais ao jurídico dessa casa, que são pessoas prestativas, em nome aqui do dr. Anderson. [e continua a leitura] A presente Lei não está s.. não será regulamentada em qualquer aspectos que tendam a aplicar a ‘ideologia de gênero’ no âmbito das escolas públicas [recomeça a ovação] do município de Governador Valadares. [muita ovação, gritos] Modifica, por favor, modifica a redação dos incisos III e X do art. 1º, do Projeto de Lei 075/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação: [as pessoas estão eufóricas, não conseguem ficar quietas... muita indignação para externar... e eu só penso, indignação com o quê, se não havia nada no texto original sobre gênero...] “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.” Luto, porque eu tive 4 abortos e tenho hoje uma filha e quero eu ensinar a minha filha [ovação, muita] o que ela deve ser, muito obrigada! [ovação continua] (CMGV, 2015, 3h45’27”).

Na sequência outros vereadores também apresentam emendas ou propostas, sempre pautadas e justificadas nas questões religiosas, no pânico moral, e ovacionadas pelo público presente na galeria. O vereador Levi Presidente (PMN) pede a palavra. Muita gritaria ainda, mais dois vereadores pedem para falar na sequência, após o vereador Levi Presidente (PMN). O vereador Levi Presidente (PMN) também lê uma emenda. Que segundo ele está semelhante à proposta da vereadora pastora, e ele a parabeniza.

Parágrafo único: fica vedado a implantação ou divulgação da ‘ideologia... de gênero’ no âmbito do município de Governador Valadares. Senhor presidente, a minha pessoa também hoje incomodou vários colega por causa dessa, dessa... dessa matéria, porque senhor presidente, eu acho que é o que a pastora disse nessa noite aqui, quem tem que se educar é o pai e a mãe, e, tem Deus também pra dar educação. Acho que Deus ainda é soberano nessa terra, homem nenhum pode ser soberano a Deus, muito obrigado! [muita ovação] (CMGV, 2015)

O vereador Padre Paulo (PT) se manifesta, se dizendo contemplado na fala da pastora, e endossa que a educação da sexualidade compete à família e não à escola. Chama à atenção, que leu todo o projeto (26 páginas) e disse que o projeto está excelente. Destaca a questão da escola de tempo de integral, a ser estendida para a escola estadual. Um dos poucos momentos em que são feitas considerações sobre a proposta do PME-GV. Às 3h50’16” da gravação inicia a fala do vereador Leonardo Glória (PSD). Sua fala trata especificamente sobre a revisão da palavra diversidade ao longo de todo o texto do PME.

Senhor presidente, estamos também apresentando uma emenda modificativa, no anexo... no anexo do projeto da PNE de metas e estratégias. Senhor presidente, estamos modificando aqui a palavra que gera aí várias, vários entendimentos – diversidade, né?! Essa palavra está no item 3.1, 5.5, 7.1, 7.14, 7.15, 7.30, 7.32. Substituímos essa palavra, senhor presidente, por o... por palavras da... com o mesmo significado, mas para que não cause nenhum transtorno, nenhum entendimento diferente que ela tem que aqui, que ela foi proposta aqui no projeto. Então essa essa

emenda, né, proposta por todos os vereadores dessa casa, né, todos aqui assinaram: pastora Eliane, Leonardo Glória, Padre Paulo, Adauto Carteiro, Robinho Mirrage, Dr. Marcílio, Cezar Alvarenga, Ananias, Iracy – Ah, não! Iracy não assinou, me perdoa – ééé... vereador Zangado, Milvinho, Geovane Honório, Pedro da Utilar, José Iderlan, Paulinho Costa, Lévi Vieira, Dr. Luciano, Gledson Guetão, Sargento Ramalho, Ricardo Assunção. Obrigado pelo apoio de todos os colegas!

Dentre os presentes, somente Iracy de Matos (Solidariedade) foi a única que não assinou as emendas apresentadas. O vereador Chiquinho (PSDB) pontua que o projeto foi recebido na sexta-feira anterior ao dia dessas reuniões, e que não houve tempo para um debate com a comunidade. Diz que as pessoas que estão presentes na galeria, representantes religiosos e da família, vieram não a convite da câmara, mas, por mobilização própria, e é aplaudido. Fala de outros projetos em que houve debates. Em sequência fala o vereador Geovane Honório (PT), ele inicia dizendo que concorda com o vereador Chiquinho (PSDB) e que não houve tempo hábil para discutir o projeto, mas que entende a urgência da votação em função do repasse de verba (que só aconteceria se o PME fosse aprovado até aquela data). Contudo, na sequência ele diz que

[...] é uma proposta que nós precisamos debater de fato, principalmente aqueles que são cristãos. Eu vi a fala da pastora e eu vi a fala do pastor do do Padre Paulo. Entendem a importância da família no contexto da educação, não com uma proposta que vem de maneira bem [ênfase na voz e na vogal anasalada] subliminar tentar aprovar o encaminhamento de de fazer discussões que interferem, sem dúvida, na posição da família, aquela instituída [muita ênfase] de fato por Deus, entre o homem e a mulher. [gritos e aplausos na galeria... ouve-se “é verdade” na voz de uma mulher, e um grito bem alto na voz de um homem reforçando a fala do vereador “entre o homem e a mulher!”] Sr. presidente, essa matéria, eu só vou votar favorável... e não cabe a mim votar contrário a proposta, porque de fato ela é importante, o que nós demos devemos fazer, como parlamentar, é fazer com que a proposta atenda os anseios da população e neste caso, principalmente os anseios e desejos da família aqui da nossa cidade. [elava o tom de voz, colocando ênfase nas palavras e é ovacionado] E nós estamos fazendo o dever de casa, ao apresentar várias emendas... [segue a essa fala uma discussão entre o presidente da câmara e o vereador sobre a convocação da reunião, até que por fim o vereador conclui:] Eu estou votando favorável, atendendo as emendas apresentadas pela pastora Eliane, que eu assinei também, [a galeria manifestando, muitos gritos, apoios à fala do vereador] pelo vereador Levi, que tem um conflito, são duas iguais e nós temos que definir qual que é a melhor, o vereador Leonardo Glória apresentou as emendas que nós passamos desde o meio dia de hoje apressadamente estudando pra poder fazer as emendas. Sr. Presidente, é assim que funciona. Lamentavelmente estamos votando a matéria de maneira equivocada e errada e apressada, ainda mais uma matéria extremamente importante, que envolve todas as famílias da nossa cidade [novamente elava o tom de voz, colocando ênfase nas palavras e é ovacionado], seja aqui, na sede no município quanto também na zona rural. [...] Olha a responsabilidade que essa casa tem, ao aprovar uma proposta sem discutir as emendas e sem aprovar essa emenda. Porque daqui um ano, vai vim uma lei novamente, que nós vamos ter o cuidado de votá-la, porque se não nós vamos tá interferindo mais uma vez no conceito familiar e no conceito da família originária, instituída por Deus.”

O vereador petista foi o mais elocuente e inflamado defensor da luta antigênero, juntando-se aos vereadores conservadores de direita. A compreensão de família do vereador Geovane Honório (PT) está implícita também nas falas de outros vereadores e vereadora, e reverbera por todo o processo de votação e seus desdobramentos nos trâmites que seguem entre o legislativo e o executivo municipais. A defesa de um modelo único de família, aquela que é família “de verdade”, “instituída por Deus” reproduz um conceito de família patriarcal contemporânea, cuja origem está na família nuclear moderna.

O que é a família nuclear? A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, prestase à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. (OYĒWŪMÍ, 2004, p. 03-04)

Uma compreensão de família carregada da colonialidade de gênero, alicerçada no dimorfismo biológico, na heteronormatividade que impactam brutalmente no próprio significado de gênero, como observado por Lugone (2020, p. 63) ao elaborar a questão de gênero implicada na colonialidade do poder.

Após essa fala, o vereador Geovane Honório (PT) provoca uma discussão sobre o que ele chamou de erros no texto do PME, pois, segundo sua compreensão, eram trechos copiados do PNE. Outros vereadores entram na mesma pauta e também apontam que há cópia do texto nacional no texto municipal. Contudo, o que realmente há no texto do Plano Municipal são reafirmações do Plano Nacional, estabelecendo que a educação no município se daria em consonância e para o cumprimento do PNE.

Retomando a pauta ideológica da votação, a palavra é passada ao vereador Paulinho Costa (PDT) que inicia dizendo:

Em relação as famílias, as igrejas, as emendas que foram aqui apresentadas contemplam, foi é foram submetidas aos pastores, ao pessoal da igreja católica... Então as emendas que foram apresentadas, elas retiram qualquer [ênfase] sombra, qualquer sombra sobre a constituição da família, sobre a natureza da família, qualquer dúvida, não fica com a aprovação dessas emendas. Por isso que nós vamos votar a favor do projeto, apesar do projeto ter um monte de problema [...].

Depois o vereador Paulinho Costa (PDT) tenta abrir uma discussão sobre várias questões no projeto de lei (PL) que não tem nada a ver com “Ideologia de Gênero”, mas com as possibilidades e viabilidades do texto do PL. Contudo, essa discussão não avança, a cada vereador que vai falar, retoma-se o ponto “da família, das igrejas”, faz-se pequenas pontuações

sobre o PL, e levanta-se a ideia em não aprovar o PME. Contudo, não há nenhuma outra proposição de emendas, somente aquelas que visam coibir a “Ideologia de Gênero” no PME. Na sequência, o vereador Pedro da Utilar (PSD) toma a palavra, cumprimenta os presentes, e diz:

E uma boa noite a assembleia, a todos que estão aqui. [ovação] Quero parabenizar vocês, quero parabenizar vocês pelo dia de hoje, por essa luta incansável de estar aqui. Ao sindicato que está aqui também batalhando, vem batalhando em cima desse trabalho. Então, nós estamos na democracia e democracia é isto aí, é lutar pelo direito... [a galeria continua barulhenta] então nós esperamos que o que aconteceu aqui seja, seja bem ao agrado daque... desse plano, plano municipal de da educação, venha a agradar... que não seja completamente mas que agrade aos funcionários aos ao sindicato e a todos que trabalham na educação. Nós sabemos que, o que foi feito aqui de emenda vem contemplar a todos nós, contemplar a nossa igreja, contemplar ao bispo e aos padres que nós conversamos e trabalhamos o fim de semana conversando sobre esse projeto, sobre esse plano. Assim, como foi bem coim colocado pela pastora, e pelos demais companheiros, nós tivemos também debruçado neste plano, com a minha esposa, com uma socióloga, e também, e também com a alguns padres e até o bispo eu levei o projeto pra ele ver, o plano, esse plano, pra ele ver. Então, é muito, é muito importante saber que esta casa está trabalhando seriamente pensando sério no bem de nossa cidade, no bem de todos. Então, se não contemplou totalmente, esperamos que venha contemplar pelo ao menos uma grande parte de todos que estão pensando nesse projeto que está sendo votado. Aos colegas vereadores, que aqui estão mostrando o seu empenho, a sua vontade de de ajudar o povo, eu quero eu quero parabenizar e dizer que nós estamos no caminho certo porque nós temos que lutar pelo povo que nos colocou aqui nessa casa. Muito obrigado a todos, parabéns pra vocês, boa noite! [ovação – grito de “viva a família”]

O próximo vereador a falar é Robinho Mifarrege (PRTB), que após cumprimentar os presentes, diz:

Nós já vimos que o projeto, é um projeto que, já tem uns três dias que a cidade está se mobilizando, preocupada com o projeto. [...] Queremos agradecer os pastores, os religiosos os católicos e os... protestantes que a... e as famílias que aqui estão, e que vieram preocupado com o nosso município, que serve de exemplo pra outros municípios também. [...] [ele traz outros argumentos, fora do tema, e diz que vota contra o projeto, sendo ovacionado] Queria agradecer queria agradecer vocês que vieram aqui... as vez saíram da família de vocês e preocuparam com esse projeto [sendo ovacionado]. Nós temos que ter esse cuidado porque nós temos vivendo um mundo que as... estamos perdendo as impe... a a identidade das famílias, estamos perdendo a identidade da família... Então eu queria, eu votei nas emendas eu votei na... eu assinei eu assinei nas emendas preocupado com a que esse projeto seja aprovado, mas o meu voto é contrário e gostaria que e os próprios vereadores pensasse nisso com carinho com atenção... precisamos de mais tempo com esse projeto, um muito obrigado e uma boa noite! [continuou sendo ovacionado].

Preciso destacar que há no mínimo um desconhecimento, ou se não foi “má fe”, do vereador quando inicia sua fala dizendo que há três dias a cidade vem se mobilizando. Quem é a cidade? Qual a representatividade da cidade pode ser legitimada pelos grupos que se mobilizaram? É necessário nominar esses grupos e não generalizar que representam a cidade.

Embora em sequência o vereador agradeça a pastores e religiosos católicos e protestantes, sugerindo quais grupos estavam ali mobilizados, sua fala passa a ideia que todos interesses de todas as famílias, de toda a sociedade estariam ali representados. E ainda sugere que essa mobilização ocorrida em Valadares deveria ser referência para outros municípios.

O vereador Dr. Luciano (PSDB) toma a palavra fazendo críticas ao PT (partido do governo) e corrobora que o projeto é uma cópia do PNE, seguindo o mesmo modelo de críticas do vereador Geovane Honório (PT). E diz que não dá para votar no projeto, mas que iria votar nas emendas, a favor das emendas, mas contra o projeto. O vereador Sargento Ramalho (PTB) segue a mesma linha, de aprovar as emendas, mas não votar no projeto, dizendo que sairá na hora da votação. Esses posicionamentos dos vereadores que disseram aprovar as emendas e não aprovar o PME-GV mostram um desconhecimento e despreparo desses para a atuação no legislativo, uma vez que não sendo aprovado o projeto não há emenda ser aprovada. Se não é desconhecimento, seria então uma retórica vazia, que se repetia para ganhar a aprovação da galeria? O vereador é aplaudido.

Na sequência o vereador Leonardo Glória (PSD) que após os cumprimentos diz que

Senhor Presidente, voto a favor também do projeto, com as emendas. As emendas têm que ser inseridas no projeto, para nós nos garantir, nos garantir uma sociedade justa, né, equilibrada, é pautada nos bons costumes e na família. Eu acredito nisso seu presidente.

A galeria se revolta com a aprovação do projeto, escuto gritos de “primeiro a família”. O vereador defende que aprovando as emendas, está garantida a família e os bons costumes e garantidos os recursos para o município. A galeria vaia novamente, por ele votar a favor do projeto, mesmo fazendo a ressalva das emendas. O vereador Ananias Camelô (PSB) pede para o projeto ser retirado e diz que vota favorável ao projeto, desde que “ele esteja correto”. Diz também que é favorável às emendas, mas ao projeto não.

O pedido de vereadores era de um tempo hábil para revisão do texto. Os argumentos colocados pelos vereadores que pediam o adiamento da votação é de que o texto do PME era uma cópia do PNE, imputando ao governo municipal implicações federais e estaduais. Há muito debate e desentendimentos entre os vereadores, na condução dos trabalhos, mas são discussões que não abordam diretamente o tema das discussões de gênero em educação. Nesses desentendimentos um vereador chega a deixar a reunião e outro ameaça sair. O presidente da câmara, Adauto Carteiro (PRTB), encerra essa polêmica dizendo que o texto está correto, pois está apresentando as metas federais que o município irá fiscalizar. Ele explica que não há erros.

É vaiado. Ao mesmo tempo a galeria grita “é hoje” e vaia até mesmo aqueles que defendem que seja votado. Parece que não há entendimentos tanto da galeria quanto dos vereadores sobre as questões colocadas. O vereador Cezinha Alvarenga (PRB) pede a palavra, que lhe é concedida. Alguém da galeria grita “tô de olho”, e o vereador fala:

Nós temo aqui, a lei e o anexo, correto? A lei e o anexo. Eu vou falar sobre o que a maioria está aqui pra ouvir [com muita ênfase]. Com todo respeito a minoria. A maioria está aqui preocupada com os princípios da Bíblia [mais ênfase e muita ovação]. Vão parar de desvirtuar o assunto [gritando, agitado, esbravejante]. Vão parar. Cê entendeu? Com relação, com relação a “Ideologia de Gênero”, respeitando aquele, respeitando aquele que com um assunto que não é esse, mas a maioria veio das suas casas, saiu do trabalho, da questão da disciplina religiosa [cheio de ênfase, grito, mostrando autoritarismo] do princípio da família, homem e mulher, vão parar de dar a volta, falar negócio de plano federal, negócio de FIES, vão parar de enrolar o povo. Vão para com isso [muito ovacionado e aplaudido]. Eu quero, pedir li pedir licença aos colegas, aos meus colegas aqui, e pedir a atenção de vocês, porque muitos julgam, eu vou ler aqui a carta de uma autoridade que eu respeito e creio que a que a maioria aqui evangélica e católica respeita, do Dom Félix, o bispo diocesano, com relação a esse assunto e gostaria de silêncio. [sempre agitado, gritando e autoritário] Gostaria de silencio. [e começa a leitura da carta]

“Nota sobre a inclusão da ‘Ideologia de Gênero’ nos planos da educação

No contexto dos debates e votações acerca dos planos municipais, quero dizer uma palavra de orientação ao povo de Deus, a respeito da inclusão de ‘Ideologia de Gênero’ nos textos em discussão.

A proposta de universalização do ensino e o esforço do Estado em estabelecer a inclusão social como eixo orientador da educação merecem nosso apoio e consideração, ao apontar para a construção de uma sociedade onde todas as pessoas sejam respeitadas, mas, na introdução da ‘Ideologia de Gênero’ na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias.

Pretender que a identidade sexual seja uma construção só cultural, com a consequente escolha pessoal, como propõe a ‘Ideologia de Gênero’ não é o caminho pra combater a discriminação das pessoas por causa da sua orientação sexual. Essa ideologia destrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher.

É dever da igreja combater todo tipo de discriminação para que nossa sociedade seja mais fraterna e solidária, mas, é dever do Estado oferecer a toda pessoa os meios necessários para uma educação livre e autêntica, respeitando o papel insubstituível dos pais na educação de seus filhos como os primeiros responsáveis por introduzi-los na vida em sociedade.

Que Deus inspire os legisladores na responsabilidade que têm nesse momento e anime os educadores na nobre e sublime tarefa de colaborar com os pais em sua missão de educar.”

[fim da carta]

Pronto. A emenda traga aqui por quase 10 vereadores e feita em conjunto, pra não ter pai da criança, foi apresentada pela vereadora, pela vereadora pastora Eliane, assinada por toda essa casa, que vai segurar essa questão. Tá garantido o resco... como é, como é hoje. E eu quero aqui que conste em ata o nome, com todo respeito de quem não participou, mas tendo uma reunião na presidência que todos se debruçaram pra fazer essa emenda resumida. Essa emenda que vai ser lida pela pastora [já havia sido lida]. As outras questões, nós vamos fazer via emenda, mas são questões de plano, FIES, isso não vem ao caso. O importante que a família tá aqui [volta a se exaltar] é que defenda a Constituição. O resto é barulho [a galeria fica agitada, ovação], é barulho. Então eu quero que conste o nome do Fábio Leal França, Gilson Terra, Harley Neves, Samuel Araújo, Laércio Rodrigues, Maria José Barbosa, Alzira da Glória, Israel Cunha e Mauro Robert que to... Dilene Dileu e todos que todos se sintam contemplados. Dizer que eu recebi mensagem do senador do senador Magno Malta, do deputado federal

Eros Biondine, e o resumo, foi feito introduzido nessa emenda lida pela pastora. Essa emenda garante o que a maioria dos an... dos presentes querem, que é a constituição familiar home e muler. Garante isso. [gritos inaudíveis na galeria] Então, aí a questão pragmática, a questão do a questão do FIES, olha só, eu voto favorável, muito obrigado. E quem tiver com dúvida eu estou a disposição, eu estou a disposição no meu gabinete e aqui, muito obrigado, Deus abençoe.

Há uma briga entre o presidente da câmara e o vereador Ricardo Assunção (PTB). Há nova suspensão da reunião por 5 minutos para analisar as emendas, segundo o presidente. Às 4h44'40" a reunião retorna e acontecem várias discussões sobre a condução dos trabalhos pelo presidente, sobre a votação do projeto, muito tumulto, a galeria gritando muitas frases incompreensíveis. Vereadores gritam, pedem a palavra, as pessoas gritam... o debate não é sobre a "Ideologia de Gênero", mas sobre os trabalhos da câmara. Discussões e formalidades duram até 4h54'06", quando é convocada a 5ª e última reunião extraordinária, que volta em 05 minutos. No retorno é feita a leitura da Bíblia novamente. O presidente indica o vereador Milvinho (PSL) para a leitura, mas ele passa ao vereador Glêdston Guetão (PT) que havia pedido para fazer a leitura. Ele lê João 08, 1-11 – o texto bíblico escolhido narra sobre a mulher adúltera que seria apedrejada e Jesus intervém dizendo "Quem nunca pecou, que atire a primeira pedra". As demais formalidades de abertura da 5ª reunião extraordinária são conduzidas. Ainda algumas manifestações sobre as discussões no final da 4ª reunião, nada sobre o tema, e enfim serão lidas as emendas para votação.

4.3 O resultado da sessão

Após a leitura, o PME é aprovado com as emendas 1, 2 e 4, conforme leitura do secretário da câmara:

Emenda ao PME e dá outras providências

Emenda aditiva 001/2015

Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao Art. 1º do Projeto de Lei 075/2015 com a seguinte redação:

Parágrafo 1º: Fica vedada a implantação, divulgação, estudo, adoção de materiais didáticos, e ou qualquer forma de propagação pertinente à "Ideologia e Gênero" no âmbito da rede municipal de ensino.

Parágrafo 2º: A presente Lei não será regulamentada em quaisquer aspectos que tendam a aplicar a "Ideologia e Gênero" no âmbito das escolas públicas do município de Governador Valadares.

Emenda modificativa 002/2015

Modifica a redação dos incisos III e X do Art. 1º do Projeto de Lei 075/2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º inciso III: Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania.

Art. 1º inciso X: Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental.

Emenda modificativa 004/2015

Modifica a redação dos itens 3.1, 5.5, 7.1, 7.14, 7.15, 7.30, 7.32 do anexo do Projeto de Lei 075/2015 que passa a vigorar sem a palavra diversidade.

As alterações realizadas pelas duas emendas modificativas atacam a erradicação da discriminação e a promoção da diversidade. E embora esses sejam cortes que impactam diretamente na promoção dos direitos humanos, esses foram mantidos na proposta do inciso X do Art. 1º. A seguir, copio o texto original do PME, indicando os cortes feitos pela Emenda modificativa 002/2015 nos incisos III e X do Art. 1º:

Inciso III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, ~~e na erradicação de todas as formas de discriminação;~~

Inciso X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, ~~à diversidade~~ e à sustentabilidade socioambiental.

A Emenda modificativa 004/2015 por sua vez é uma caça à palavra diversidade que foi retirada ou substituída em 07 (sete) das nove inserções que havia ao longo do texto do PME. Como já apresentado na fala do Secretário Municipal de Educação, em entrevista a um jornal local, em nenhuma delas a palavra se referia às questões e pautas de gênero. A Emenda aditiva 001/2015 é a mais controversa para mim. Além de uma questão grave referente à expressão “Ideologia de Gênero” que por si só já seria suficiente para invalidar ou inverter a ideia da emenda, esta aparece no Parágrafo 2º pontuando um impeditivo para que a Lei regulamente qualquer “aplicação” da tal ideologia nas escolas. A ideia de aplicar o que eles denominaram “Ideologia de Gênero” não faz sentido. É uma redação ruim, equivocada e que deixa muitas dúvidas para interpretação. As falas, as emendas, os movimentos e mobilizações de religiosos na construção e votação do PME-GV mostraram uma Câmara de Vereadores em que predominava, quase que por unanimidade, o conservadorismo, a racionalidade patriarcal moderna travestida de contemporaneidade.

E apesar de todo o silenciamento dos grupos de gênero no processo de elaboração e no dia da votação esses não estiveram totalmente alheios, embora tenham se manifestado somente após os resultados do dia 22 de junho de 2015. Mas, nas Rodas de Entrevista que fiz sobre a votação do ESP em 2019, surgiu uma fala da Participante 2 que revelou um pouco mais sobre os acontecimentos de 2015.

Em 2015 não estive na câmara. Mas, me recordo da repercussão, e de como foi agressivo, eu me recordo inclusive que o outro lado mobilizou o povo da igreja pra chegar lá bem mais cedo, pra ocupar os lugares e nosso grupo ficar em pé, e de fora. então, eu me recordo que houve isso em 2015, é, e em 2019 eu participei, eu estava... (Participante 2, 2021)

A Participante 3 trouxe uma fala longa em que fez uma análise muito interessante sobre o episódio do PME em 2015. Sua fala acaba resumindo a leitura que fiz até aqui.

Em 2015 eu lembro que eu tava no PROJovem, então eu participei de várias rodas de conversa, várias, sobre o Plano Municipal de Educação. E esse plano, ele ficou redondo, ele construído coletivamente com o campo, com a cidade, com pedagogas, com num sei quê, com EJA... então teve várias, é... vários debates, vários né, contexto... é... e, quando chegou na câmara, é, chegou na câmara, já existia essa mobilização prévia, por causa da palavra diversidade, pluralidade, ou qualquer palavra que remetia à questão da identidade de gênero... então aí, a gente tem que problematizar, de onde que vem, de onde que vem essa mobilização aí não é só nacional, ela é internacional, da questão da “Ideologia de Gênero”. Porque o que que a gente, o que que acontece? Aí, Participante 2 já trouxe uma figura muito importante naquele momento... que já estava nos bastidores organizando o pensamento conservador, que Participante 5 já falou, que é uma identidade do nosso povo. Só que, o que que o Olavo de Carvalho fez? Ele organizou esse pensamento. Ele organizou esse pensamento, e ele criou aí esses fantasmas, como se cria aí o “comunismo”, como se cria aí, nessa, nessa expressão de “Ideologia de Gênero” que não nasce aqui. Ela nasce em outros países que já vinham enfrentando, né, esse, esse “boom” que deu né, dos movimentos e coletivo identitários. Então, essa essa expressão, era ali a cortina de fumaça pra poder trazer o pensamento conservador, e a política neoliberal pra dentro dessa discussão. Então o que que eles tinham que atacar? Eles tinha que atacar a educação, que era o espaço onde eles achavam que era perigoso, era arriscado. Então o ataque ao Paulo Freire, o ataque à educação pública, o ataque as, a essas figuras tão importantes, da metodologia Paulo Freire, um ataque que baixo, raso, é o que Participante 5 falou, eles não têm conteúdo nenhum, é, nenhum, né, nenhum. Eles atacam... o problema da educação brasileira é a metodologia paulofreiriana... isso tá lá, Olavo de Carvalho escreve isso... então, ele não só traz uma questão moral, mas ele traz uma questão técnica: “ah sabe porque vocês são analfabetos? Porque vocês, porque o Brasil tem um ensino tão ruim? Porque... a metodologia freiriana. Então, não é só uma questão pontual, ali identitária. Só que, a pauta identitária, explodindo de forma que explodiu, e aí não organizada e não vinculada com o pensamento político, a representação vazia, a representatividade vazia, tudo isso, fez com que eles pegassem um momento de, de criar um discurso de falsa neutralidade, primeiro, porque é o discurso da ideologia conservadora e atacar a educação. Pra mim, tem uma, um elemento muito importante nos três momentos, 2015, 2019 e no momento do Pedro. A igreja entrou pesado, pesado... o Padre Paulo (PT) do PT votou contra o projeto, o Plano Municipal de Educação. Ela era bancada do governo [o governo era PT], ele votou contra, porque a igreja dele, e nesse momento ele... ou ele ficava a favor da igreja... então ele veio, sendo o psicólogo, sendo educador, então ele veio com um discurso totalmente “não, porque isso pode dar margem pra discutir...”, sabe? Mas assim, dentro do PT, é, o Padre Paulo (PT) votou contra... Lá também, lá trás com Pedro Zacarias houve pessoas da esquerda que votou contra... porque a igreja, nesse momento, mobilizou a base. Então, o que eu vi em 2015 foram pedagogas que participaram do debate indo pra lá falar que tava sendo engada, junto com seus pastores. E a igreja católica, ni todos os espaços ela esteve muito forte. Até mais mobilizada do que a igreja evangélica, porque ela tinha padres em todos os momentos... dentro dos partidos, e em 2015 um padre vereador da esquerda [mas havia também uma pastora].

[...]

E era tão... é... o nível era tão baixo, e aí gente, eu, eu não sou da área da educação... os professores, na época do município [2015], eles ficaram contra, depois, o projeto... eles foram manipulados pelos, pelos pastores e padres. (Participante 3, 2021)

No dia seguinte à votação, a mídia local/regional noticiou que o Plano Municipal de Educação foi aprovado após alterações. No portal do “G1 Vales de Minas Gerais” a matéria trata ainda da outra pauta votada na Câmara de Governador Valadares (23/06/2015). O texto não é muito longo e traz informações gerais sobre as condições de aprovação, as alterações nas duas pautas. Sobre o PME sinaliza que, segundo a prefeitura, ainda haveria o parecer do Executivo a ser realizado no dia 24 (quarta-feira). (G1, 2015)

Em sua fala, o vereador Glêdston Guetão (PT) em entrevista ao G1 Vales de Minas Gerais demonstrou ter dado pouca importância às alterações feitas no PME. Sendo um vereador petista, sua fala causa certo incômodo por mostrar desconhecimento da problemática em torno das polêmicas e das alterações sofridas pelo texto.

Fizemos pequenas modificações no plano, mas que não vão alterar o projeto. Retiramos, por exemplo, a palavra diversidade, que estava incomodando alguns parlamentares. No entanto, o plano foi aprovado e Valadares caminha para se tornar uma cidade mais abrangente e progressista”, disse o vereador Glêdston Guetão. (G1, 2015)

A aprovação do plano foi noticiada também no jornal televisivo local. Não encontrei reportagens sobre o assunto nos jornais locais online; ou porque o jornal não existia à época ou quando existia, ainda não tinha sua versão online, tendo ainda a situação do Jornal O Olhar, que não tem o acervo das matérias anteriores a 2018. O telejornal já vinha noticiando o assunto há alguns dias e no dia 23-06-2015 apresentou a matéria de quatro minutos com o título “Projetos polêmicos são votados na Câmara Municipal de Governador Valadares”. Embora a polêmica esteja explícita no título da matéria, essa é muito pouco explorada na narrativa do jornalista.

Nas falas destacadas pela matéria do telejornal fica marcada a ausência dos grupos que pautam gênero, e que a reunião teve um único lado, uma única narrativa sendo adotada como coletiva, da sociedade. Foram destacadas as falas de três vereadores de diferentes partidos, trazendo para a matéria a mesma parcialidade que presente durante a votação. A ausência novamente presente, reforçou as opções de estudar a perspectiva dos vencidos. Reproduzo a seguir um trecho da matéria em que aparecem as falas de três vereadores que estiveram presentes na votação.

[Paulinho Costa (PDT)] “O projeto chegou aqui sexta-feira, e tem um monte de coisa no projeto que a sociedade não concorda, então nós pedimos um adiamento, vai a

votação daqui a pouco, por vinte e quatro horas, pra votar amanhã e ter um tempo maior pra gente poder debruçar e estudar e discutir.”

Parlamentares da oposição ao governo municipal se uniram nesse sentido.

[Chiquinho (PSDB)] “Nós temos alguns artigos no no projeto, ele está meio, é... tá amplo, e nós temos que tê uma uma... uma clareza maior sobre o assunto pra que a gente possa garantir realmente que, o que a comunidade não quer, sobre a ideologia de gêneros, seja contemplada de forma, de má fê por parte do governo.”

O líder da bancada governista na câmara, Milvio José, solicitou que o pedido não fosse acatado pela presidência.

[Mílvio José (PROS)] “Não vejo motivo, pra que a gente não vote hoje o projeto, isso tem prazo, até o dia 24 a prefeita terá que estar sancionando, porque se não Valadares perderá os recursos, que é o da educação.”

Os destaques da matéria são bons exemplos dessa parcialidade que num processo coerente de discussão teria ouvido sim os demais grupos sociais. Como observou Oliveira (2015, p. 66) deveriam ter sido propostas audiências públicas para discutir o PME com todos os grupos interessados. Mas nem na elaboração, nem na tramitação e nem mesmo no momento da votação houve a participação de grupos de gênero, e suas pautas em momento algum do processo foram colocadas em debate. O jornalista encerra a narrativa dizendo que apesar dessa tentativa de adiamento da votação, ele foi votado e aprovado, e também menciona que o próximo passo é o parecer do executivo previsto para o dia seguinte.

Como eu disse ao longo da narrativa, e Oliveira (2015) também observou em suas análises, houve por parte de alguns vereadores o cuidado em mostrar, registrar, sinalizar e referendar a participação das lideranças católicas e evangélicas, evidenciando a parcialidade na votação e proposição de emendas ao PME.

A grande preocupação dos edis em solicitar o tempo todo (ao longo das Reuniões) que a presença de pastores fosse registrada em Ata (PAIVA, 2015a, min. 1:10,17 – 1:10,52) revela o quanto o clientelismo ou essa prática de reconhecimento do poder estabelecido é reverenciada, agradecida (MIFARREG, 2015, min. 4:12, 10- 4:13,33), produzida e reproduzida.

Sempre que elaboradas atropelando as minorias, todas as leis que buscam atender, de forma clientelista, apenas a vontade da maioria – sem levar em conta o direito do contraditório ou do princípio da proporcionalidade ou da equidade – merece ser revista e deve ser colocada sempre em xeque, sobretudo acerca de sua qualidade, sua abrangência e eficácia.” (OLIVEIRA, 2015, p. 80)

A repercussão da votação continua na cidade, espalhando-se notícias diversas nas redes sociais ligadas ao município. Entre elas, disseminou-se (novamente) que havia no PME uma suposta proposta de implantação de banheiros unissex em toda a rede municipal de escolas, que teria sido derrubada pelos presentes na votação. No dia 24 de junho de 2015, o Diário do Rio Doce, tradicional Jornal da cidade, publicou também sobre a votação do PME, suas emendas e polêmicas. Porém, o que mais chama a atenção na publicação da matéria é uma nota

que foi publicação também nas mídias sociais da prefeitura sobre a polêmica do banheiro e sobre o corte da palavra “diversidade” em todo o texto do plano municipal pelas emendas propostas na câmara.

Sob o título “Prefeitura desmente unificação de banheiros”, a nota primeiro traz a fala do Secretário Municipal de Educação, Jaider Batista, sobre os cortes da palavra “diversidade” no texto do PME. Segundo o secretário

A palavra diversidade aparece 9 vezes: 3 delas sobre diversidade de métodos e propostas pedagógicas, uma sobre diversidade regional, estadual e local, uma sobre diversidade étnico-racial, uma sobre diversidade cultural, uma repete o plano nacional “diversidade e necessidades das pessoas com deficiências”, e a última repete o plano nacional: “diversidade regional e biodiversidade da região amazônica”. (DRD, 2015, p. 05)

É explícita a preocupação do secretário em quebrar crenças que fundamentam o pânico moral que sustenta os argumentos aos cortes das palavras “diversidade” e “discriminação” do plano. Na sequência, a nota aborda a polêmica dos banheiros, transcrevendo a seguinte fala do secretário:

Não há nenhuma discussão sobre banheiros nas escolas no Plano Decenal da Educação. O foco dele é a criação de mais vagas em creches, consolidação e melhoria da Escola em Tempo Integral e garantia de salário digno para os professores. (DRD, 2015, p. 05)

O assunto ganhou maior conhecimento público após a votação, pela sua repercussão, dando mais visibilidade aos desdobramentos do processo e às manifestações de grupos e entidades locais nas mídias digitais. Para além das polêmicas, como noticiado, o dia 24 de junho já seria o prazo para o parecer do executivo sobre as emendas propostas pelo legislativo.

Um dos principais coletivos de gênero da cidade é o Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades (NUDIS), criado em 2013, e a repercussão da votação do PME-GV traz o NUDIS para a conversa. No dia 26 de junho de 2015, sábado, é publicada uma carta aberta em sua rede social Facebook, exatamente no dia que a Suprema Corte dos EUA legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todos os estados, incluindo os que ainda proibiam. A página comemora e compartilha a carta assinada pelo grupo, e outros colaboradores, e republicada no mesmo dia, na página de Facebook da Rádio Rio Doce.

As pessoas ligadas ao NUDIS que assinam a carta são pessoas que tradicionalmente estão engajadas nos movimentos de esquerda que fazem diálogo com as pautas de gênero, raça e classe. Profissionais ligados a profissões na área educação, cultura, assistência social, projetos

sociais. Observo que na segunda vez que a carta é publicada aumentam as assinaturas, e entre elas aparece o vereador Guetão do PT, que mostrará uma compreensão que dialoga com o posicionamento do NUDIS e demais manifestantes mobilizados para a resistência. Independentemente do resultado no final da votação dos vetos, acredito que essa mobilização gerou impactos interessantes e trouxe aprendizagens para todos que estiveram envolvidos ou foram excluídos do processo.

Carta Aberta à Câmara de Vereadores de Governador Valadares em repúdio à votação do Plano Municipal de Educação – PME

O Núcleo de Debates Sobre Diversidade e Identidades – NUDIS, associação informal de pessoas compromissadas com a defesa dos Direitos Humanos e das minorias em especial LGBT, juntamente com o projeto de extensão ‘Direito e Identidades de Gênero’ do curso de Direito da UFJF campus avançado GV, Comunidade Anglicana Trindade de Governador Valadares, Teodolina Batista Doutora em Direito Público e membro do instituto de Direito da Família – IBDFAM e do Conselho de Direitos Humanos de Governador Valadares e outras pessoas solidárias às nossas causas abaixo assinadas/os, expressam repúdio e indignação à emenda aditiva Nº 01/2015 que dispõe sobre o acréscimo dos §§ 1º e 2º ao artigo 1º, sendo esta referendada pela câmara de vereadores de Governador Valadares no dia 22 de Junho de 2015, como condição para aprovação do projeto de lei nº 075/2015 que trata do Plano Municipal de Educação – PME contendo a seguinte redação:

“§1º Fica vedada a implementação, divulgação, estudo, adoção de materiais didáticos e/ou qualquer forma de propagação pertinente à ideologia de gênero no âmbito da rede municipal de ensino.

§2º A presente lei não será regulamentada em quaisquer aspectos que tendam a aplicar a ideologia de gênero ou orientação sexual no âmbito das escolas públicas do município de Governador Valadares.”

No decorrer da apresentação da pauta a ser votada na câmara municipal de vereadores sobre o Plano Municipal de Educação, criou-se uma discussão sobre a presença do termo de ideologia de gênero e o mal estar sobre o termo de diversidade na escola.

Faz-se necessário salientar que, ao contrário do que vem sendo sustentado por grupos fundamentalistas, religiosos e defensores da ‘família’ patriarcal, o conceito de gênero baseia-se em parâmetros amparados pelas ciências e relaciona-se diretamente com a identificação de processos históricos e culturais que auxiliam na construção das identidades a partir da concepção de feminino e masculino. E é através dessas discussões no ambiente escolar que se promove a elaboração das diferenças percebidas na pluralidade dos corpos, emoções, sensações, práticas culturais e religiosas. Ou seja, o respeito à Diversidade e a inibição dos mecanismos de reprodução de desigualdades e bullying em contextos educacionais.

Ideologia de Gênero não existe e não diz nada além da demonstração explícita de ignorância, no sentido de desconhecimento incitação ao ódio e fanatismo religioso. O Debate sobre questões de Gênero traz às claras o Machismo, Sexismo, Misoginia, Violência contra Mulher, Mortes e intolerância diante das amplas formas expressão da sexualidade humana promovendo a Homofobia e Transfobia.

O termo Diversidade tem origem no Latim *diversitas*, *atis* que significa variedade, diferença, distinção, pluralidade, multiplicidade e pode ser aplicado em inúmeros contextos, a exemplo: na Biologia e Ciências, Cultura e Sociedade, Etnia e Raça, Gastronomia, Religião e também na Sexualidade. Indicando, no último caso, as possibilidades de amor, desejo, práticas sexuais e identidade corporal são questões plurais e ao mesmo tempo individualizadas.

Sexualidade é um tema transversal que deve sim ser digerido nas escolas e demais ambientes de formação de pessoas. Inclui direitos, cidadania, saúde física e mental e não cabe censura em um estado Laico, muito menos em uma Pátria Educadora. É inconstitucional!

Vergonhosamente, o Brasil é o país líder em mortes de LGBTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (Transexuais/Travestis) - no mundo! Mais de 40% das mortes registradas em todo o mundo se localizam aqui. Este prêmio não condiz com nenhum tipo de Ideologia que faça o bem à humanidade e a qualquer Estado, seja laico ou declaradamente religioso. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), que registra casos de assassinatos da população LGBTs a partir de informações publicadas em jornais e enviadas por organizações não governamentais, um LGBT é morto a cada 28 horas!

A cada 28 horas um LGBT é agredido e/ou morto de forma violenta e nenhuma política pública é eficiente para solucionar o problema, ao contrário quando temos a oportunidade de mudarmos essa perversa realidade, viramos as costas e hipocritamente, fingimos que o problema não existe. Enquanto isso, do dia 22 de junho até o presente momento, no mínimo 3 pessoas LGBTs foram assassinadas no Brasil.

Diante destes dados é de extrema importância que a discussão sobre gênero e diversidade esteja presente nas escolas públicas, pois assim poderemos garantir o que já está em nossa lei, a dignidade da pessoa humana. A promoção deste debate não pretende destruir famílias, acabar com os homens e mulheres. Em nada pode influenciar no desejo e na vida de quem é heterossexual e cisgênero, porém devolve a dignidade e os direitos roubados da condição feminina, das mulheres e de pessoas transexuais e travestis. A realidade não pode ser ignorada, caso contrário, continuaremos colaborando para a formação de adultos hostis à diversidade sexual.

Somente através da educação podemos criar uma sociedade mais justa e igualitária. A sociedade esclarecida, pautada em direitos e focada no bem estar coletivo, não é permitido retrocesso e obscuridade no que se refere aos Direitos Humanos.

O NUDIS seus parceiros e colaboradores manifesta TOTAL APOIO às discussões sobre gênero e diversidade nas escolas de Valadares e pede apoio ao legislativo municipal, na pessoa da Prefeita Elisa Costa, para que VETE as emendas que propõem a retirada dos termos DIVERSIDADE e GÊNERO e aprove um Plano Municipal de Educação- PME que permita a discussão, estudos, produção de materiais sobre os temas em questão.

Governador Valadares, 25 de Junho de 2015.

Assinam essa Carta Aberta:

Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades – NUDIS

Comunidade Anglicana da Trindade em Governador Valadares

Núcleo de Extensão em 'Direito e Identidade de Gênero' do curso de Direito da UFJF campus avançado Governador Valadares.

Teodolina Batista Doutora em Direito Público e membro do instituto de Direito da Família – IBDFAM e do Conselho de Direitos Humanos de Governador Valadares

Vereador Glêdston Guetão

Dra Lorene Christino Bomfim

Valdirene dos Santos Oliveira

Tatiana Mara Pinto Santiago

Iraildes NEVES de Moura

Gina Pagú

Paulo Márcio Rodrigues Nascimento.

Elisa Muller Coelho

Sandrelli Procópio Rodrigues

Thâmara Stephany Vaz Carlos

Lorena Silva Vitória – Advogada

No início da carta há a referência à discussão sobre “Ideologia de Gênero” e ao mal-estar em relação à palavra diversidade, que foi retirada do plano. No dia 22 de junho o tema “Ideologia de Gênero” foi mesmo a discussão principal durante toda a votação, criação de emendas e aprovação do plano, embora a expressão em momento algum tenha sido referenciada no texto do PME-GV. O grupo de autores da carta faz uma crítica pertinente à expressão, que

não representa nada, uma compreensão semelhante à que apresentei no primeiro capítulo. Afirma que seu uso é sintoma de desconhecimento do conceito e das pautas de gênero, e que acaba por incitar (ou reforçar) o ódio e os conflitos por preconceitos a diversidade e identidade de gênero. A carta traz ainda argumentos que também poderiam contribuir para a construção de um Veto pelo Executivo às emendas apresentadas. O texto lembra que a sexualidade é um tema transversal na educação escolar e envolve conteúdos de saúde, direitos humanos, diversidade e identidade que são garantidos pela CF.

Ao trazer dados de assassinatos e violência contra LGBTs no Brasil, reafirma a importância em desenvolver uma educação que contribua no sentido de acabar com essa realidade trágica. Outro questionamento pertinente é sobre a disseminação da ideia que trazer a pauta de gênero para a educação irá provocar a “destruição à família”, e defende a educação por uma sociedade mais justa, fala em direitos humanos e diz não ao retrocesso. Contudo, ao final da carta, se engana pedindo o veto às emendas que retiram as expressões “gênero” e diversidade. Não há gênero no plano nacional, não tinha no PME também. As palavras excluídas foram “diversidade” e “discriminação”.

No mesmo dia, o semanário de fim de semana Jornal Figueira publicou uma matéria, assinada por Fernando Gentil, sobre a votação acontecida no dia 22/06/2015, com o título “Estado laico perde mais uma para a homofobia”. O texto inicia dizendo que

Ao som de gritos homofóbicos, a Câmara cedeu aos pedidos da vereadora pastora Eliane, do Democratas, e modificou o que seria o início de uma medida progressista para a educação em Valadares. Não havia nada de mais no texto, apenas o fato de que a diversidade seria tratada de forma respeitosa nas escolas do município, mas nem isso os fundamentalistas quiseram.

Numa semana em que a intolerância ocupou as manchetes de jornais e as redes sociais, 15 pastores evangélicos levaram seu rebanho para a Câmara de Vereadores de Governador Valadares com o intuito de retirar do Plano Municipal de Educação toda e qualquer menção que possa trazer algum benefício à diversidade sexual e à identidade de gênero. Com o velho discurso homofóbico e aliados a um pseudo possível candidato a vereador de Valadares que só sabia gritar frases fascistas, interromper a reunião diversas vezes e atacar gratuitamente alguns vereadores, os evangélicos presentes no legislativo conseguiram destruir o Estado laico mais uma vez. (JORNAL FIGUEIRA, 2015, p. 04)

Assumindo esse tom denunciante o jornal fala ainda que não houve nenhum vereador ou vereadora que houvesse se posicionado de forma contrária às emendas, e destacou o posicionamento dos vereadores do PT, do PTB e em especial Iracy de Matos do Solidariedade. Iracy não assinou as emendas, e embora não tenha se posicionado contra, fez questão de deixar claro que não estava assinando. O jornal destaca uma fala do vereador Glêdston Guetão (PT) ao ser entrevistado: “No nosso plano não está a questão da figura de gênero. Isso é boato, via

grupo de Whatsapp de outros estados. Falamos sim de diversidade, mas o que eles denominam “identidade de gênero” não está no plano de Minas Gerais, muito menos no de Governador Valadares” (JORNAL FIGUEIRA, 2015, p. 04). E não estava mesmo, mas deveria estar. Não esteve nos debates de construção do plano, não estava no plano, mas foi “combatido e retirado” pelas emendas propostas. O jornal informou ainda sobre a fala do vereador Ricardo Assunção (PTB) que havia chamado o plano de perigoso, dizendo que a palavra diversidade que aparecia no texto abria margens para “a prefeita atuar por decreto depois de aprovada. Esse é o problema”. E por fim, pontuou o posicionamento do outro vereador petista, que “se mostrou intolerante” (idem). Trouxe ainda a fala de uma professora aposentada do estado e do município, Creusa Santos de 54 anos.

A professora aposentada do estado e do município Creusa Santos, 54 anos, é contra as medidas homofóbicas. “O Brasil é o país da diversidade e o termo é banido em projeto de lei municipal em GV. Chega de coronelismo. Já basta o Congresso tirando todos os direitos dos trabalhadores. A pastora e vereadora Eliane foi muito infeliz e demonstrou não conhecer a história do Brasil e os demais não tiveram a capacidade para levantar a discussão, demonstrando não ter compromisso com quem os elegeu. Vamos ficar atentos a estes vereadores” disse, indignada. E ainda completou: “Independentemente da sua orientação sexual, você é um cidadão e merece ser respeitado. O que se viu na Câmara foi oportunismo de alguns vereadores, principalmente os que se dizem evangélicos”, afirma. (JORNAL FIGUEIRA, 2015, p. 04)

O jornal narra ainda um acontecimento no dia da votação que não foi possível perceber pela filmagem gravada das reuniões. Segundo a matéria, um grupo de pessoas com deficiência auditiva se fez presente no dia 22 com o objetivo de reivindicar uma emenda que obrigasse o município a ter escola bilingue para surdos. Mas que, ainda segundo o jornal, o grupo não conseguiu sequer se manifestar, tanto por falta de intérpretes de LIBRAS na Câmara, quanto pelo foco nas questões de gênero em todo o debate.

4.4 O veto e a derrubada do veto

Assim, após a análise do executivo e cumprindo o prazo estipulado pelo PNE, no dia 25 de junho de 2015 é publicada no Diário Oficial Eletrônico a Lei 6.636 de 24 de junho de 2015 aprovando o Plano Municipal de Educação. Mas, o texto publicado consta dois vetos do executivo: os parágrafos 1º e 2º que foram inseridos no Art. 1º pela emenda aditiva 001/2015 aprovada pela Câmara no dia 22 de junho. Junto à Lei é publicado também o Parecer nº 0617/15, com protocolo 55566 no Processo 481/15, que recomendava o Veto Parcial do Executivo (CMGV, 2015). Os parágrafos vetados traziam o seguinte texto:

Parágrafo 1º: Fica vedada a implantação, divulgação, estudo, adoção de materiais didáticos, e ou qualquer forma de propagação pertinente à “Ideologia de Gênero” no âmbito da rede municipal de ensino.

Parágrafo 2º: A presente Lei não será regulamentada em quaisquer aspectos que tendam a aplicar a “Ideologia de Gênero” no âmbito das escolas públicas do município de Governador Valadares.

Esses textos citam duas vezes a expressão “Ideologia de Gênero”, determinando que esta não poderia ser “aplicada”, nem propagada nas escolas públicas de Valadares. Contudo, a “qual” ideologia de gênero o texto se refere, não é dito. A expressão aparece entre aspas, mas não há nenhum esclarecimento sobre o que se trata. Sendo uma expressão composta por palavras que podem imprimir diferentes conotações e sentidos, a emenda poderia mesmo ser interpretada com um sentido contrário àquele que era intencionado pelos vereadores e vereadora que a propuseram. Como uma expressão inventada por um grupo religioso pode ser incorporada a uma legislação sem uma conceituação mínima que esclareça o que exatamente está sendo proibido naquelas emendas? Sendo uma expressão controversa, entendo que deixou margem para múltiplas interpretações. Mas, as justificativas para o Veto nem mesmo abordam essa incoerência.

Foi encaminhado pelo executivo para o legislativo, no dia 29 de junho de 2015, um documento protocolado DAPLES/SMG/713/2015 constando os argumentos sobre o Veto do executivo e o CME aprovado (CMGV 481, 2015). De acordo com o documento, a emenda aditiva 001-2015 foi considerada inconstitucional, e os principais argumentos do Executivo foram o Art. 2º da CF, os Art. 6º e 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais (CEMG) e o Art. 3º da Lei Orgânica do Município de Governador Valadares (LOMGV). Essa fundamentação acabou se mostrando a maior fragilidade do Veto. Na verdade, todos esses fundamentos legais rezam sobre a autonomia entre os poderes de um governo democrático, o que seria um argumento mais plausível se o Veto tratasse das Emendas 2 e 3 que eram modificativas, e, portanto, estavam alterando um texto nacional sancionado pelo Executivo Federal. Além disso, essas emendas modificativas me parecem inconstitucionais, pois ferem a Lei no que tange a não discriminação da diversidade. Quanto à emenda aditiva, ela é incoerente e seu texto não tem validade, ou mesmo poderia ser entendida como uma proposta de rever tanto as práticas escolares quanto o material didático no combate à ideologia de gênero patriarcal.

É esse argumento inclusive que aparece na fala da prefeita Elisa Costa (PT), em um vídeo ao qual já me referi anteriormente, mas que somente foi lançado após a derrubada do Veto. Referindo-se não somente à emenda aditiva, mas também às modificativas, ela disse que,

As emendas que foram apresentadas, elas são inconstitucionais, né, porque elas descaracterizam, né, prioritariamente a a Lei nacional e os conteúdos que devem ser dados numa educação inclusiva, transformadora, uma educação democrática. Da mesma forma, a Constituição Federal diz que ninguém pode ser discriminado, por credo, por raça, por cor, né, por orientação sexual. E foi suprimida a palavra “discriminação”, né, dentro do texto municipal, da da, do conteúdo né, do plano, contrariando completamente a Constituição Federal e a própria lei do plano nacional, né. (PGV, 2015a)

E ferem não apenas o que rege na Lei Maior ou o PNE, mas também na LDB que, alinhada à CF, preconiza uma educação inclusiva e democrática, promotora do respeito à diversidade e do combate à discriminação.

Após a publicação do PME no diário oficial com os dois vetos, comentários sobre o plano e a votação ganharam destaque nas mídias sociais de pessoas da cidade, mas, os vetos ainda seriam apreciados pela Câmara de Vereadores. Assim, poucos dias depois, em 03 de julho, a carta do NUDIS foi (re)publicada no Jornal Figueira – mídia local, impressa e digital – cuja gestão era realizada por profissionais que participavam ou apoiavam os governos municipal, estadual e nacional da época, que eram exercidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A edição número 66 do ano 2 do Jornal Figueira é especial para a temática, pois pauta temas de gênero pelo ao menos cinco vezes ao longo de suas doze páginas. A começar por uma capa colorida, com quase trinta rostos, em sua maioria sorridentes, cobertos com as cores do arco-íris em marca d'água. As imagens, retiradas de uma rede social, fizeram parte de um momento de comemoração mundial em relação à regulamentação do casamento homoafetivo no Estados Unidos da América no dia 26 de junho de 2015. No corpo do jornal quatro textos diferentes trazem as pautas de gênero. Entre os quatro, o primeiro deles aparece à página 04 e é a carta do Coletivo NUDIS que fora publicada no Facebook do coletivo no dia 26 de junho, agora com mais assinaturas, dentre elas outro coletivo (de gênero e etnia), o Coletivo Encrespa, e o vereador Clêdston Guetão (PT).

Nas páginas centrais do tabloide duas matérias vinculadas ao tema da capa propõem pautas de gênero: 1) na página 06, intitulada “26 milhões colorem foto do Facebook”; e 2) na página 07, intitulada “O amor não escolhe famílias”. A primeira é a matéria da capa e refere-se à legalização do casamento entre pessoas do sexo nos EUA e como a notícia repercutiu nas

redes sociais, sobretudo no Facebook. No texto da matéria, o jornalista Fernando Gentil lembra o quanto Valadares é conhecida como uma cidade conservadora “com pensamento tradicional, preconceituoso e reacionário”. Entrevistada, a psicóloga e coordenadora do NUDIS, Tatiana Santiago fala das dificuldades de um coletivo de gênero atuar em uma cidade onde “quase 60% da população se autodenomina evangélica” e destaca que a intolerância por parte dessas igrejas é muitas vezes incentivada pelas lideranças religiosas. A segunda matéria, já na página 07, assinada por Gina Pagú, traz histórias de famílias que se constituíram a partir de relacionamentos homoafetivos, e do sucesso na adoção de filhos e na estratégia de barriga de aluguel que surgem nos casos narrados. E por fim, na página 09 outro manifesto, este da Comunidade Anglicana da Trindade em Governador Valadares, repudiando as emendas e pedindo pela manutenção do veto. Sendo também uma denominação de religião cristã, a comunidade que já havia assinado a carta liderada pelo Coletivo NUDIS, resolve escrever seu manifesto próprio, nos seguintes termos:

Manifesto da Comunidade Anglicana da Trindade em Governador Valadares, frente à emenda aditiva à Lei que estabelece o Plano Municipal de Educação 2015-2025

Nós da Comunidade Anglicana da Trindade em Governador Valadares, membros da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, expressamos por meio desta carta nosso posicionamento público referente à emenda aditiva proposta pela Câmara Municipal de Governador Valadares na noite de 22 de junho por ocasião da aprovação do Plano Municipal de Educação.

Preocupa-nos a referida emenda, quando reza que “§1 – Fica vedada a implantação, divulgação, estudo, adoção de materiais didáticos e/ou qualquer forma de propagação pertinente à ideologia de gênero no âmbito da rede municipal de ensino”, e ainda que “§2 – A presente lei não será regulamentada em quaisquer aspectos que tendam a aplicar a ideologia de gênero ou orientação sexual no âmbito das escolas públicas do município de Governador Valadares.”

Consideramos que estas disposições colocam graves dificuldades no processo de promoção de uma educação inclusiva, acolhedora e valorizadora da diversidade das experiências legitimamente humanas. A nosso ver, tal posicionamento da maioria dos vereadores incita ainda mais os sentimentos de ódio e preconceito na sociedade valadarense, tendo como desdobramentos a exclusão e as violências diversas contra as mulheres e contra as pessoas que se identificam como homoafetivas por causa da amplitude do conceito de gênero.

Defendemos a promoção de uma cultura de paz e reconciliação entre as pessoas dentro do ambiente escolar. E isto se torna inviável quando se proíbe que um tema social tão relevante seja devidamente tratado de acordo com cada faixa etária, buscando desenvolver uma consciência de respeito às diferenças em meio à complexidade das realidades humanas.

Assim, embasados em nossa perspectiva de fé em Jesus Cristo, como o Senhor que acolhe e dignifica todas as pessoas e toda a pessoa, e no princípio cristão clássico da subsidiariedade, entendida como promoção, empoderamento e desenvolvimento sociopolítico das pessoas excluídas, unimo-nos a tantas outras vezes e solicitamos à Casa Legislativa desta cidade que reveja este posicionamento e retire esta emenda. Entendemos que, assim, a nossa educação no âmbito municipal não se encontrará coagida diante de qualquer pensamento ou ação que deponha contra a dignidade

humana, ao impor uma ideologia heteronormativa que agride o ser humano em sua liberdade de expressão, direito inalienável.
Pela Comunidade Anglicana da Trindade,
Reverendo Ariel Irrazábal Montero
(JORNAL FIGUEIRA, 2015, p. 09)

O texto da Comunidade Anglicana não faz uma crítica à expressão “Ideologia de Gênero”, acaba assumindo o sentido atribuído pelos vereadores e vereadora que propuseram a emenda aditiva. Novamente o que é “Ideologia de Gênero” não foi discutido, o que de certa forma legitima a conotação dada pelas religiões cristãs que criaram e adotaram essa expressão falaciosa. No mais, a carta demonstra conhecimentos sobre o texto do PME e as pautas de gênero. No entanto, quando diz que a emenda aditiva iria dificultar uma educação inclusiva, acolhedora e que valorizasse a diversidade, está trazendo os argumentos propícios para questionar as emendas modificativas, que atacaram diretamente as palavras “diversidade” e “discriminação”. Afirmar que os parágrafos da emenda aditiva trazem tais riscos à educação é de certa forma assumir uma ideia de que existe uma ideologia de gênero que os movimentos feministas e de gênero querem impor à sociedade por meio da educação, é validar a existência desse dragão quixotesco criado pela Igreja Católica e incorporado por grande parte das denominações cristãs protestantes. Ainda assim, a carta traz conteúdos relevantes, por exemplo, ao sinalizar que o posicionamento da maioria dos vereadores acaba por fomentar o ódio e o preconceito. Fala ainda de paz e da fé cristã como fundamentos para uma educação que defenda a diversidade e combata a discriminação. Contudo, apesar de ser a manifestação de uma igreja cristã, seu pedido de retirada da emenda aditiva pelo legislativo não impactou no posicionamento dessa maioria de vereadores, ou sequer foi citada, quando os vetos foram votados.

O Veto do Executivo e suas devidas justificativas somente foram analisados pelo legislativo em reuniões ordinárias da Câmara nos dias 08 e 09 de julho de 2015. No início da 6ª Reunião Ordinária mês de julho, realizada em 08/07/2015, o presidente da câmara, Aduauto Carteiro (PRTB), pede ao vereador Pedro da Utilar (PSD) que faça a leitura da bíblia e ele escolhe o seguinte texto (Filemon 1:4-6):

Dou graças ao meu Deus, lembrando-me, sempre, de ti nas minhas orações, estando ciente do teu amor e da fé que tens para com o Senhor Jesus e todos os santos; para que a comunicação da tua fé seja eficaz, no conhecimento de todo o bem que em vós há, por Cristo Jesus. (CMGV, 2015c).

Após a leitura, o presidente completa: “Sobre a proteção de Deus, damos início aos nosso trabalho”. A Ata da reunião anterior é lida e aprovada e em sequência após algumas falas

breves é apresentada a pauta do dia, constando como primeiro tópico a discussão sobre o Veto do executivo às emendas aditivas 1 e 2 dos parágrafos acrescentados no Art. 1º do PME. A vereadora Pastora Eliane (DEM) e o vereador Paulinho Costa (PDT) solicitam cópia de todos os DAPLES, e outros dois vereadores pedem somente do DAPLES sobre os vetos. Antes dos informes, o presidente da câmara diz que o DAPLES relacionado aos vetos havia chegado à câmara naquele dia mesmo, e que, em função disto, ele faria após os informes uma pausa para a discussão dos vetos. A suspensão que é anunciada para ser de 10 minutos, acaba durando 20 minutos, durante os quais, os vereadores se retiram da câmara e permanecem em conversa no gabinete da presidência da câmara.

Nesse dia havia presença de pessoas na galeria, mas que apenas assistiam a reunião, sem significativa manifestação ao longo da reunião. Inclusive, os presentes ali estavam em função de outra pauta. Porém, foi registrada pelo vereador Cezinha Alvarenga (PRB) a presença de representantes da Igreja Católica que aguardavam a discussão dos vetos, pauta que ficou para o final da reunião. Já ao final da reunião é lido um parecer de uma comissão especial que se manifesta contra os vetos mas solicita que a pauta seja incluída na ordem do dia para a 7ª Reunião Ordinária do mês de julho, a ser realizada no dia seguinte. Ao tempo de 1h40' da gravação, embora o presidente anuncie que voltarão em 5 minutos, o vídeo gravado é encerrado, não havendo mais registros sobre o retorno, mas também não há mais nenhuma discussão sobre os vetos, uma vez que a pauta foi adiada para o dia seguinte.

No Processo 481/15 consta a resolução que designou no dia 08 uma comissão responsável por analisar e dar um parecer à câmara sobre os vetos do Executivo, para a votação na próxima reunião. Foram designados quatro vereadores e uma vereadora, com um/a suplente para cada, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – vereadores e suplentes responsáveis por analisar e dar parecer aos vetos

VEREADOR/A	SUPLENTE
Geovane Honório (PT)	Pastora Eliane (DEM)
Doutor Marcílio (PMDB)	Levi Vieira (PMN)
Padre Paulo (PT)	Ananias Camelô (PSB)
Paulinho Costa (PDT)	José Iderlan (PPS)
Iracly de Matos (Solidariedade)	Ricardo Assunção (PTB)

Fonte: Elaboração da autora

A reunião do dia 09 foi mais uma reunião polêmica. A galeria estava bem mais calma que a no dia 22 de junho, e mais vazia também, mostrando cadeiras desocupadas entre os presentes. Ainda assim, havia e foi registrada a presença de lideranças religiosas das igrejas cristãs católica e evangélicas. No início da reunião, e nas primeiras falas o público manifesta muito pouco, mas a medida que os discursos inflamados são proferidos, e na votação de um único vereador e uma única vereadora que apoiaram os vetos, a galeria também manifestou de forma mais incisiva. Ao iniciar, o presidente da Câmara solicita à vereadora Pastora Eliane (DEM) que faça a leitura da bíblia. Antes da leitura os vereadores e demais presentes se colocam de pé.

A vereadora escolhe o salmo 112, que segundo ela “fala um pouco acerca da família”. Ela não lê o salmo completo, somente os versículos de 1 a 4, que dizem:

Louvai ao SENHOR. Bem-aventurado o homem que teme ao SENHOR, que em seus mandamentos tem grande prazer. A sua semente será poderosa na terra; a geração dos retos será abençoada. Prosperidade e riquezas haverá na sua casa, e a sua justiça permanece para sempre. Aos justos nasce luz nas trevas; ele é piedoso, misericordioso e justo. (CMGV, 2015d).

É uma leitura que reforça o lugar de poder daqueles que legislam em favor da sua fé e não da coletividade. É tanto uma intimidação para aqueles que protestam, quanto uma marca de dominação e de cumplicidade entre a câmara e os representantes religiosos presentes na galeria. Após a leitura, o presidente fez sua fala rotineira de abertura das reuniões: “sobre a proteção de Deus, damos inícios aos nosso trabalho”. Depois da leitura da Ata da reunião anterior, o vereador Paulinho Costa (PDT) pede a palavra. Em sua fala ele registra e pede para constar em Ata a presença do Pastor Fanuel e “em nome dele todos os demais pastores aqui”. Esse registro reforça a adesão deste, e dos demais que também fizeram questão de sustentar suas falas nas diretrizes de pastores e outras representações religiosas cristãs, à colonialidade do ser e do saber de Quijano (referenciar), em que o saber de matriz cristã eurocêntrica se tornou o fundamento para uma moral normativa do ser. O registro da presença de religiosos cristãos, ou a alusão de consultas feitas a eles e seus estatutos é recorrente nas reuniões, tanto na votação do PME, quanto na derrubada dos vetos. Em sequência é solicitada a leitura de expediente pelo presidente, e então o vereador Cezinha Alvarenga (PRB) faz a leitura de uma carta que tinha em mãos:

Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Ao Exmo. Sr. Vereador Adalto Carteiro, presidente da Câmara Municipal de Valadares

Não a ideologia de gê... não à ideologia ou identidade de gênero – Projeto de Lei 75/15 Sr. presidente,

Com o Veto da Exma. Prefeita à emenda aditiva que acrescenta ao, o parágrafo 1 e 2 do Projeto 75/15, pedimos a essa magna Casa para derrubar o Veto, da senhora prefeita e rejeitar a proposição do Executivo.

Na condição de cidadãos brasileiros e também defensores e seguidores da fé cristã, estamos deveras preocupados com a inserção no plano em epi epi epígrafe epígrafe da do tema “ideologia e identidade de gênero”.

Entre as principais críticas feitas por especialistas em educação ao documento que ditará as normas a serem seguidas por educadores de todo o país pelos próximos dez anos, está a de: o referido plano está contaminado com a referência ideologia de gênero que serviria para reorientar a sociedade.

Encaminhado pela diretoria ministério e mem e membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, ministério de Governador Valadares, fundada fundada a mais de 70 anos nessa cidade, hoje com cerca de 20.000 membros.

Salatiel Fidelis de Souza, pastor presidente, e Eber Gonçalves de Souza, primeiro secretário. (CMGV, 2015d, 19’18”).

A carta mostrando total desconhecimento sobre o teor do texto do PME adota as críticas infundadas que circulavam nas redes sociais e na comunidade valadareense, sobretudo nos campos das religiões cristãs e da educação. Em todo o texto não há uma menção sequer a gênero, ou feminismo, ou diversidade sexual, nem no PNE, tampouco no PME-GV. E novamente aqui cabe a questão que já abordei, e de outra forma também o grupo NUDIS pontuou em seu texto: nunca existiu uma pauta para a educação que possa ser chamada de “ideologia de gênero”. Essa é uma invenção religiosa, cristã, católica, e, portanto, só tem o sentido, a conotação que lhe estão atribuindo, no contexto religioso. Fora desse contexto, ela pode até mesmo ser compreendida no sentido exatamente contrário ao que as igrejas cristãs estão lhe imprimindo.

Vale observar ainda, que a carta traz uma outra expressão: “ideologia e identidade de gênero”. Chama a atenção em trazer para o termo já adotado por igrejas cristãs – “Ideologia de Gênero” – a palavra “identidade”. Ao fazer isto, aproximam o termo falacioso de um conceito muito importante das pautas de gênero, que é a identidade de gênero. Pareceu-me uma manobra para aproximar a “Ideologia de Gênero” das pautas, conceitos, argumentos e lutas de gênero. Uma apropriação ilegítima, com propósito legitimador do discurso religioso conservador que pretende combater os avanços das agendas feministas e de gênero.

Na continuidade da reunião o vereador lê outros expedientes e o presidente suspende a reunião por cinco minutos, sem dar explicação. No retorno da pausa há uma reorganização da pauta e votação em bloco de outros itens, deixando a votação sobre os vetos às emendas do PME como última pauta. As discussões e votação sobre os vetos são retomadas aos 34” da reunião e perduram até o tempo de 1h52’35”. Não farei aqui uma transcrição detalhada de toda a reunião, mas sinto necessidade de compartilhar algumas falas que estão carregadas de

significado e que traduzem bem como vereadores e vereadoras se posicionaram, não apenas em relação ao veto, mas sobretudo em relação às pautas de gênero na educação. Antes mesmo de entrar na votação, por volta dos 28'21", o Presidente da Câmara, vereador Adauto Carteiro (PRTB), apresentou a justificativa dos vetos do Executivo, lendo um pequeno trecho do documento assinado pela prefeita Elisa Costa (PT), que também trazia explicações sobre os tipos de fundamentos possíveis para um veto.

Quero dizer hoje que, no veto da prefeita, que eu vejo algumas lideranças evangélicas aqui... eu vou fazer uma leitura, rápida, do que a prefeita nos mandou através do veto: Ilmo senhor..., ilma senhora prefeita municipal ã... ilma senhora prefeita municipal, ééé... excelentíssima senhora prefeita municipal enviou a esta casa ééé... legislativa, através do ofício ééé... zero, 07/2015 em razão do veto parcial a proposição de Lei 021/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências, atingindo especificamente o parágrafo primeiro e o segundo do artigo, do artigo primeiro do referido projeto.

A prefeita motivou o veto com o argumento de que a emenda apresentada seria inconstitucional por violarem o Art. 2º da Constituição Federal, bem como os Art. 6º e 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais e do Art. 3º da Lei Orgânica Municipal, que trata da independência dos poderes. (CMGV, 2015d)

O presidente da Câmara leu ainda a explicação sobre as possibilidades de veto que o Executivo pode fazer de acordo com o Art. 37 inciso II da Lei Orgânica de Governador Valadares. Segundo o texto lido, o Veto pode ser: parcial ou total; e jurídico, político ou jurídico-político. Os vetos em questão eram do tipo parcial, uma vez que não vetou a Lei do PME-GV na íntegra, mas apenas em parte, e jurídico, pois, na interpretação do Executivo Municipal a emenda vetada é inconstitucional (veto jurídico). Após a leitura da fundamentação do Veto, o presidente solicita aos vereadores que toda discussão e justificativas sejam fundamentadas nos argumentos dos vetos, na sua inconstitucionalidade ou não. Mas não foi assim que transcorreram as justificativas da votação. Repetindo e até mesmo agravando os ataques homofóbicos e patriarcais proferidos na votação do dia 22 de junho de 2015, os discursos acalorados e as justificativas apresentadas no dia 09 de julho do mesmo ano pautam novamente a família patriarcal contemporânea e o ataque quixotesco a uma “Ideologia de Gênero” que só aparece no PME-GV por meio dos dois parágrafos da Emenda aditiva 001/2015.

São realizadas brevemente as votações em bloco das outras duas pautas, e em seguida o Presidente anuncia a votação dos vetos ao PME-GV. Antes da votação, o vereador Geovane Honório (PT) e a vereadora Pastora Eliane (DEM) pedem a palavra, que é concedida ao vereador.

Senhor presidente, ééé, nós estamos discutindo aqui com relação ao veto do executivo municipal, ao parágrafo 1º e 2º do Plano Municipal de Educação. Uma emenda proposta pela vereadora pastora Eliane, vereador Levi também, vários vereadores assinaram, vereador Paulim, tanto outros vereadores assinaram essa proposição no intuito de, ééé, não permitir a implantação da “Ideologia de Gênero” dentro de uma proposta do Plano Municipal de Educação, e também, com relação a a ia distribuição de qualquer tipo de material didático. Senhor presidente, não não não cabe aqui a discussão mais sobre o mérito. Nós faremos isso na nossa justificativa, eu já peço, na justificativa de voto, logo depois. (CMGV, 2015d)

Honório (PT) ainda reforça que a discussão do dia deve ser sobre a fundamentação do Veto do Executivo, fazendo uma crítica que este foi mal orientado pela procuradoria municipal. Os argumentos de Honório são coerentes no sentido legal, embora elogiosos às desastrosas emendas do legislativo municipal. Pois não há mesmo nenhuma irregularidade na Câmara ler o PL e propor emendas, em nada a atuação do legislativo fere a independência dos três poderes. Honório (PT) faz a crítica e diz não irá entrar no mérito da questão debatida na votação do dia 22/06/2015, mas é exatamente o que ele faz.

E aí, não querendo entrar no mérito, mas nós estamos fazendo aqui sem dúvida a proteção verdadeira da família [sua fala demonstra empáfia e deboche]. O Estado tinha que assumir a defesa da família [exaltado, em tom mais alto, é aplaudido e ovacionado pela galeria], e não com essas propostas presidente, pra prejudicar [ainda mais alto, com ênfase em algumas palavras mais dramáticas] as nossas famílias, aqui da nossa cidade e do nosso Brasil [entonação cadenciada de um discurso em palanque]. Nós temos que defender, o que é a baaaaaaase de uma sociedade [acentuando o “a” da palavra base, arranhando a garganta, e com mais aplausos], a verdadeira base, aquela instituída realmente por Deus, aquela definida, senhor presidente, entre o homem e a mulher [gritando, com dedo em riste, balançando o braço – ouve-se um grito de aprovação na galeria], essa discussão não cabe aqui mais [muito aplaudido e ovacionado], mas na nossa justificativa, nós falaremos, dizendo que o seguinte: é inadmissível [gritando, a voz chega a falhar] uma proposta vim pra essa casa [com o documento em mão, balançando os papéis], como vei fei, como foi encaminhado senhor presidente, além do mais, rejeitar uma proposta encaminhada pela pastora Eliane e por pelos vereadores dessa casa. Nós votamos na defesa e na proteção da família... em qualquer lugar e custe o que custar [e o tom da voz vai subindo, e a galeria ovacionando], se for necessário dar a vida [grita e arranhando a garganta novamente, e vai sendo aplaudido] em nome da promoção da família da nossa cidade. Essa é a nossa fala, senhor presidente. [aplausos e gritos na galeria] (CMGV, 2015d, 40’17’)

Após a fala de Geovane Honório, o presidente passa a palavra para a Vereadora Pastora Eliane (DEM). Ela faz uma extensa saudação aos presentes, registra a presença do pastor presidente do Conselho Evangélico de Pastores de Governador Valadares (CONEP), cumprimenta todos os pastores presentes, registra a presença e pede aplausos para o pastor da Assembleia de Deus, diz que a presença dele é uma honra, e pede para que conste em Ata e continua:

Quero falar sobre... antes de mais nada quero dizer, que eu não estou aqui pra fazer discriminação de ninguém, não sou contra a opção sexual de ninguém, mas tô aqui pra defender a família e as nossas crianças... e daqui a pouco vou falar um pouco mais acerca disso e... mas quero voltar aqui ao Veto... (CMGV, 2015d, 42'08")

É importante observar que justamente a palavra discriminação foi retirada do PME-GV pela emenda de proposição da vereadora-pastora. Ao retirar o combate “a toda e qualquer forma de discriminação” do texto original do PME os vereadores e a vereadora estavam justamente garantindo que alguma (se não todas) forma de discriminação não fosse combatida nos currículos escolares. Claro, com o foco em impedir o combate à discriminação de gênero, combate este, por eles designado como “Ideologia de Gênero”. Então a vereadora-pastora lê os artigos citados das leis utilizadas na justificativa dos vetos pelo executivo. Ela lê, gritando o que prevê cada artigo, e sua crítica à indicação desses artigos como argumento do veto, que é muito semelhante à crítica feita por Geovane Honório (PT). E então ela dispara:

Ora senhores vereadores e líderes religiosos que aqui estão, não tiveram embasamento de inconstitucionalidade para vetar as nossas emendas, citando artigos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal que não se refere ao proposto. E, não a este Veto. Viva a família! (CMGV, 2015d, 44'40")

Em meio a aplausos da galeria é chamada a Votação Nominal que segue uma determinada ordem de votação. Sendo a primeira pessoa que vota a favor dos vetos, a vereadora Iracy de Matos é vaiada após votar. E daí em diante a galeria que até então estava silenciosa, passa a se manifestar em todos os demais votos. Aos 46'58", após o voto do vereador Paulinho Costa pela derrubada dos vetos, ouve-se o grito: “Ano que vem tem eleição, hein Guetão!”, que é seguido por outro grito para a vereadora Iracy, “É, Iracy, ...” e embora não dê pra ouvir com exatidão a continuidade da frase, fica claro o tom ameaçador, provavelmente se referindo também às eleições para vereadores que estariam próximas.

Após todos e todas votarem, os vetos são derrubados, com o seguinte resultado:

- 16 votos pela derrubada do veto;
- 02 votos pela manutenção do veto;
- 03 vereadores ausentes.

O resultado é confirmado aos 47'43 da gravação da reunião, e é muito ovacionado, com mais gritos de “Viva a família” e ataques à vereadora Iracy de Matos (Solidariedade).

Após a votação os vereadores tiveram o direito de justificativa de seus votos. Como pesquisadora, não deixo de ser uma mulher que se posiciona pelas pautas de gênero, e por isso foi muito difícil ouvir todas as justificativas apresentadas. Assistir a gravação provocou em

mim diversas emoções que, em alguns momentos foram difíceis de lidar. É importante pontuar isso nesse texto, pois não acredito em uma total neutralidade da pesquisa, mesmo entendendo que buscar um afastamento é necessário. Assistir as falas, novamente cheias de preconceitos, desinformação e ataques às pautas de gênero provocou em mim uma triste sensação de exaustão e revolta. Ainda assim, busco reler esses momentos pelas teorias de gênero, apontando os erros conceituais presentes nas justificativas e participações de alguns vereadores.

Enquanto a câmara organiza a continuidade dos trabalhos, a galeria continua proferindo gritos que soam como ameaça: “É, Guetão, ...”, “É, Iracy, ...”. Intercalando diferentes vozes, de homens e mulheres. A vereadora se levanta e os gritos se direcionam a ela, são gritos que carregam tons de acusação e ameaça, mas não consigo ouvir as palavras, pois as falas retornam na câmara. Enquanto são lidos pareceres e outros informes, os gritos continuam durante pouco mais de um minuto. Consegui identificar, em algum momento, um grito de um homem “É, Iracy, votou sim, hein?!”

E mais um grito acalorado de “Viva a família” seguido de ovação na galeria.

As leituras informativas de pareceres continuam, mas a galeria interage com vereadores e entre si, ignorando totalmente as leituras e encaminhamentos que estão ocorrendo. A galeria muito barulhenta e a vereadora Iracy solicita duas vezes que fossem abertas as justificativas. Até que o vereador Ricardo Assunção (PTB) pede a palavra e intervém para os pareceres e proposições fossem considerados lidos e que o presidente abrisse para as justificativas. Então a vereadora-pastora solicita a leitura da sua proposição. Ela está propondo que a Bíblia seja fonte de consulta obrigatória nas escolas, mas não dá detalhe sobre como seria, e pra que tipo ou momento de consulta. É uma proposta tipicamente de doutrinação na escola pública e do uso do cristianismo para o poder.

Aos 52’44” são abertas as justificativas dos votos. A primeira a falar é Iracy de Matos. Depois dela outros sete vereadores fazem a sua defesa. Optei por trazer na íntegra, todas as falas. O impacto dessas falas é considerável e às vezes é nos detalhes de gestos, tons de voz, reação da galeria e outros registros que busco reproduzir nas transcrições e narrativas, que o contexto patriarcal da colonialidade de poder e de gênero aparece e é marcado pela inseparabilidade das pautas da diversidade, a mesma diversidade que foi atacada pelas emendas modificativas, emendas essas que nem sequer foram vetadas pelo executivo.

Aos 53’10”, a primeira justificativa e da vereadora Iracy de Matos (Solidariedade). Ao iniciar sua fala, ouve-se uma vaia baixa e curta vindo da galeria. Muitas vozes, burburinho, a voz de uma mulher se destaca e parece ser de alguma pessoa conhecida pela vereadora e pelo presidente da câmara. Iracy de Matos (Solidariedade) se esforça para a atenção dos presentes,

mas, somente consegue quanto o presidente intervém para garantir sua fala. A forma como ela e Guetão fazem suas justificativas mostra um sentimento de estar na defensiva, e encontrando coragem para fazerem seus posicionamentos dentro do que acreditavam naquele momento, ainda que sendo o oposto do que a galeria e o plenário queriam. A fala do Vereador Guetão (PT) mostra também um outro esforço, o da compreensão, da mudança de pensamento e entendimento sobre as emendas, as pautas de gênero e os discursos e posicionamentos de seus pares. Mas ainda não demonstra total compreensão, típico do processo mesmo da aprendizagem, reforçando a tese da abertura para rever posicionamentos, ideias, paradigmas... que somente esse vereador demonstrou. Acredito, até pelas falas de Geovane Honório (PT) em sua justificativa, que houve dentro do partido também uma mobilização para essa discussão na qual agora o vereador Guetão (PT) se pautava. Já a vereadora Iracy de Matos mostra entendimento das pautas da diversidade de modo geral, e do trato nas relações políticas sociais. Na sequência, transcrevo longos trechos dessas justificativas que considere importantes para uma leitura de todas as questões pontuadas.

Ao finalmente conseguir falar, aos 54'19", Iracy começa lembrando que ainda não havia se posicionado nem uma vez sobre os debates em torno da "Ideologia de Gênero" e o PME-GV. E pede que todos a ouvissem, pois ela iria se "explicar". Disse ainda da velocidade das mídias sociais para interpretações diversas circularem, mas que ela esperava ser compreendida para que se fizesse justiça. Nesse momento imaginei, apenas imaginei, pois não tive nenhuma confirmação, que a vereadora sofreu teria sido criticada nas redes sociais. E continuou:

Olha, pra quem não me conhece eu sou assistente social de formação profissional, há trinta anos exercendo a função de assistente social... Não tem ninguém, pode tê alguém aqui que trabalhe igual com família, mas mais do que eu, não tem. Sou casada há trinta e cinco anos, tenho duas filhas muito bem criadas, li o plano, não vi no plano nada que pudesse ameaçar a constituição da família brasileira ou valadarense. [há um cansaço em sua voz, uma tristeza, quase um suspiro... há muita seriedade em sua postura, mas sem afetação, e ela fala encarando a galeria, uma galeria com muitos pastores engravatados...]. Não vi. A palavra, senhores e senhoras, diversidade, ela me inclui, eu sou negra. [o tom ganha emoção e firmeza, e é aplaudida por um pequeno grupo que também está na galeria] Eu trabalho com pessoas com deficiência [ênfase na palavra... olhar sério, senho franzido e preocupado]. Eu eu não posso como assistente social... imagine vocês, eu como assistente social, toda hora na minha frente recebendo uma família... e cada família, pastores, são constituídas de valores diferentes. Vocês imagine eu, assistente social que tenha qualquer nível de preconceito, com aquela pessoa que chega na minha frente pra, pro meu atendimento, pra o meu serviço como assistente social, servidora pública. E ainda tem mais, senhores senhor presidente, o fato de vir pra, presse palamento, eu não deixo de ser assistente social. As pessoas que já tão me acompanhando aqui sabe, da minha coerência (ênfase na palavra), e não sou covarde. Eu poderia não ter vindo aqui hoje como muitos não vieram, e não tô dizendo que não veio por isso, mas eu não, eu hoje eu tava com dor de cabeça e vim pra reunião. Porque eu enfrento... e quero que as

peças saiba da minha postura, saiba porquê... Não tô aqui querendo fazer circo, tô aqui dizendo que eu não vi nada no plano que ameaçasse a constituição da família. E vou ler pra vocês, porque na minha profissão eu... todas as minhas... eu pô eu eu sigo um código de ética, e os princípios fundamentais do meu código de ética são doze. Mas, eu ler do três aqui. [ela é avisada que só terá mais dois minutos de fala]

- reconhecimento da liberdade como valor ético, central e das demandas políticas a elas inerente... inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- posicionamento em favor da equidade e da justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados, as discussões das diferenças.

[finaliza a leitura com muita ênfase na voz]

Senhores e senhoras, seu presidente, pra concluir, eu queria fazer uma reflexão aqui. Nenhuma criança, senhores e senhoras, eu sou mãe, sou esposa... nenhuma criança nasce preconceituosa. Nós, famílias, introjetamos nessa, nessas pessoas, nessas crianças, os nossos valores e às vezes preconceito. Quem não se lembra que há menos de um mês, nos Estados Unidos, um garoto, um menino cheio de vida [fala mais acalorada], pegou uma arma, entrou num templo religioso, onde tinha pessoas orando, e disparou a arma e matou onze pessoas, sabem porque né?! Porque elas eram negras!⁶³ [ênfase e aplausos do grupo menor ali presente]

Por isso eu não posso, senhores e senhoras, vê o que eu não vejo no plano... eu sou uma pessoa que respeito a diversidade, quero respeitar a diversidade...

E pra encerrar, senhor presidente, eu gostaria de lembrar que o plano ainda era embasado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, que zela pela política do desenvolvimento biopsicossocial da criança! O Estatuto... a Lei 8.069. E eu, pra encerrar [olhos fixos na galeria], pra que vocês que posso chamar de irmãos aqui nessa casa hoje, quero lembrar que: Deus é amor! Quero lembrar que Jesus, não discriminou ninguém [bastante emocionada, acentuou a voz e continuou]. Ele fez uma recomendação, “amai-vos uns aos outros como eu vos amei!” [finaliza bastante emocionada e a galeria em murmurinho crescente] É isso que Jesus deixou [aplausos e ovação, gritos, mas evidentemente de um grupo pequeno]... E duas palavras que eu queria deixar: aceitação minha gente, aceitação e tolerância é o caminho pra paz nesse mundo nosso que tá precisando, muito obrigada! [aplausos, ovação, e alguns descontentamentos também] (CMGV, 2015d, 55’)

No início dessa fala, Iracy de Matos (Solidariedade) sente a necessidade de se descrever profissionalmente e socialmente, como alguém que trabalha com famílias e que é casada e tem sua própria família (nuclear). Como se esse seu lugar de fala fosse imprescindível para ter credibilidade ao “se” explicar. Já na metade para o final de sua justificativa ela reforça que é mãe e esposa, e que por tanto está apta a opinar sobre os ataques à diversidade e ao combate à discriminação no texto do PME-GV. A fala da vereadora foi muito sensível, e embora pareça pelos desdobramentos posteriores que em nada conseguiu sensibilizar as pessoas presentes na galeria ou no plenário, ainda assim recebeu aplausos de pessoas que estavam

⁶³ A vereadora se referiu a um episódio ocorrido nos Estados Unidos. Um jovem, no dia 17 de junho de 2015, que estava na Igreja de Charleston, em Columbia, Carolina do Sul, atirou e matou nove fiéis ali presentes também. “Para as autoridades locais, o conjunto de ações em que o jovem esteve envolvido foi enquadrado como crimes de ódio, uma vez que a motivação étnica e religiosa para vitimar pessoas.” (OLIVEIRA, 2015, p. 55).

presentes. Suas pontuações apontam para interseccionalidades de gênero, raça e classe, o que sempre nos aproxima de perspectiva decolonial. E talvez até para uma “religiosidade decolonial”, se isto é possível, em que tentou tocar os presentes pautando-se nas mais solidárias pregações do cristianismo.

À 1h de gravação começa a segunda justificativa, do vereador Cezinha Alvarenga. (PRB) que cumprimentou a todos presentes. E com uma fala agitada, mostrando-se empoderado, diz que vai resumir a justificativa, e começa:

Não comungo com a “Ideologia de Gênero”, com a questão de implan, implementar ela a qualquer nível. Não comungo. E repudio, no, um dos, um dos argumentos do veto, eu repudio dizer que: quem vota contra o veto tá votando para erradicação, contra a erradicação de todas as formas de discriminação [a galeria está agitada, muito murmurinho, o vereador fala bem alto, gesticula muito e dá bastante ênfase nas palavras-chave de seu discurso]. Eu não concordo! [grito: aêêê, seguido de palmas] Eu sou uma pessoa, eu sou cristão mais sou laico, respeito toda religião, respeito toda opção, seja ela, não só sexual, como como veio mais a tona na “Ideologia de Gênero”, mas respeito qualquer cultura diferente, qualquer fazer... então, eu eu repudio [gritos incompreensíveis na galeria] eu repudio essa fala na argumentação do veto, porque eu sou respeitoso a toda e qualquer liberdade e não comungo com a “Ideologia de Gênero”. Hoje, no momento, não comungo porque não vejo ela necessária para que, comungue os princí... que ela que ela seja necessária para quê ande paralelo com a Constituição Federal. Eu acho que ela, ela assim é um excesso, um excesso a implementação é uma forma obrigatória. Então, muito obrigado, eu não vou delongar mais [muitos gritos] e quero dizer que, quero dizer que várias vezes aqui também [gritos do tipo “é isso aí Cezinha!”], várias vezes aqui também tive oportunidade de não votar a favor da maioria que estava aqui... dizer que hoje eu não tô aqui fazendo circo não, Milvinho! Tô aqui porque eu defendo o que eu acho. Com conteúdo, pesquisei no Google, perguntei psicólogos, tem um vereador lá em Santa Catarina que fez um vídeo, se não me engano... eu esqueci o nome da cidade, ele fez um vídeo, contratou uma psicóloga e ele falou muito bem sobre essa questão. Porque vetar a palavra “Ideologia de Gênero” colocada na emenda por nós, é uma afronta sim, à família! [ênfase, exaltação] É uma afronta! Então eu não tô aqui fazendo graça não! [vai ficando mais exaltado e finaliza gritando] Porque quando fô pra votar com uma minoria eu também voto. [muito murmurinho de aprovação na galeria, depois aplausos e ovação]. (CMGV, 2015d, 1h00’12”)

A questão da laicidade aparece com este vereador, mas também será citada pela Pastora Eliene e outros. E sempre de uma forma confusa, em que não parece haver clareza sobre o conceito. Também não há clareza no que se entende por “Ideologia de Gênero” que parece ser uma “opção sexual”, que diz que respeita e depois acusa de uma “implementação obrigatória”. Diz que não está ali “fazendo circo”, o que remete à fala de Iracy, quando ela disse algo parecido. Há contradição e desconhecimento em suas afirmativas, embora o vereador argumente que havia estudado o assunto. Ao citar as fontes essas se mostram imparciais ou mesmo sem legitimidade acadêmica ou científica. E assim como será uma constância em todos os vereadores que votaram contra os vetos retoma a pauta do pânico moral e da família patriarcal contemporânea para justificar seu voto.

Na sequência, à 1h03'13" foi a vez de Geovane Honório (PT) fazer sua justificativa:

Senhor presidente, veja bem, o nosso voto nessa casa, a nossa defesa contra o veto foi dentro de uma consciência, primeiro como parlamentar defendendo a legislação do nosso município, e defendendo a nossa Constituição. Essa foi a discussão. Segundo, seu presidente, na defesa da família original [sua fala começa a ganhar tons mais acentuados], da família de fato instituída por Deus [grita gesticulando com a mão, dedos em riste, e voltando seu olhar e seu discurso diretamente para a galeria – gritos de “aííí” e ovação]. Não existe seu presidente, para nós, [ainda gritos e aplausos] meio termo. Não tem metade homem, metade mulher. Ou é homem, ou é mulher [muita ovação e aplausos]. Seu presidente, eu lamento muito fala, fala de alguns colegas, principalmente quem nos antecederam, dizendo que essa casa tá votando a favor da discriminação, pelo contrário, seu presidente, a Constituição fala que nós todos somos iguais. A palavra de Deus fala que todos somos iguais. Inclusive no pecado! [ênfase que grita e arranha a garganta]. Todos nós somos pecadores [a galeria manifesta em concordância]. Não tem ninguém perfeito aqui, seu presidente, como alguém falou aí não! [sob o tom e a galeria manifesta em gritos de concordância]. Achando que ela é a melhor de todos colegas aqui [se ouve gritos como “aí, gente!” “uhullll!” na galeria]. É pecadora também! [falas na galeria, que não dá pra ouvir bem, soam em concordância com expressões como “nossa!” “isso!”]. Nós somos mais do que pecadores e carecemos da graça de Deus [fala tudo isso demonstrando expressiva indignação, agitando o braço, apontando o dedo] pra sermos redimidos [a galeria aplaude e uma voz manifesta entusiasmada grita: “boa!”]. Senhor presidente, o nosso voto foi um voto de repúdio [sua expressão é de raiva, e continua apontando o indicador e balançando o braço] a essa ideia de vim com palavra pra mesclar a ideia de gênero [vem da galeria um grito “aêêê!” e dá pra ouvir a voz que parece ser uma mulher, muito próxima a captação do microfone, que parece dizer “deixa ele falar!”, mas não tenho certeza]. A palavra diversidade, ela é ampla sim! [a esta altura o vereador já está gritando, e divide seus olhares, seu direcionamento de fala entre o presidente da câmara e a galeria o tempo todo]. Ela sim defende etnias a classe, mas o interesse [fala isso olhando para a galeria e apontando o dedo para o lado oposto] do governo ali, não é a diversidade da etnia [dedo em riste, voz arranhando a garganta e gritando e é aplaudido], não é a diversidade de classe, [aplausos] é a diversidade do homossexual, senhor presidente [fala com agressividade olhando diretamente para a galeria, onde uma voz masculina grita: “chupa, Iracy!”]. Esta é a realidade, é muito claro ali, pra quem conhece sabe o que eles queriam dizer com a palavra diversidade. Qual é o verdadeiro interesse do secretário de educação pra implementar o que ele qué, o que ele sempre defendeu. Essa é a realidade, senhor presidente. Quanto a isso, eu não vou coadunar, não vou defender, vou falar contra. Pode custar o que custar! Pode custar o meu mandato, pode custar a minha vida, [a galeria já agitada explode em aplausos e ovação, e a fala do vereador é cada vez mais enfática e dramática] mas eu falo a defesa da família seu presidente [muitos gritos de concordância, mas não é possível entender, e aplausos]. Não vou admitir pressão de ex... que se diz companheiros e companheiras, que querem dizer que estão no pecado e que eu tenho que seguir. De forma alguma. Segue! [com acenos e sorriso sarcástico] Vou pedir a Deus o seu perdão, que Deus possa perdoar... e possa me perdoar também como pecador... A defesa que eu faço, senhor presidente, é a defesa da transformação e de cobrar, sim, do governo municipal, do governo estadual, do governo federal, pra que eles apliquem política pública na defesa da verdadeira família [gritando e arranhando a garganta – aplausos e ovação]! É essa defesa que nós temos que fazer. É por isso, que o jovem citado aqui, a criança, metralhou várias pessoas [bem gritado, gesticulado, dramatizado]... Olha o respaldo dessa família... [bem suave, com a mão aberta, com a palma voltada para cima e movimento lento] O que que faltou? [sorriso sarcástico – alguém responde “Deus” na galeria – e gritando, gesticulando e olhando para a galeria o vereador continua]. Quantos não virão acima desses com essa família entre aspa que eles tão querendo instituir aqui no Brasil? [uma voz masculina na galeria grita: “é isso aí, ó!”] Isso nós num vamo aceitar! Quantos lares podem ser destruídos com essa defesa, vereador Leonardo Glória? [gritando, arranhando a garganta, com clara alegria no rosto, e dedo em riste] Nós temos que ser conscientes.

E o meu voto foi consciente [franze o nariz e balança a cabeça]. Foi na defesa... [muita conversa na galeria], senhor presidente, fechando a minha palavra, teve um vereador que leu aqui a palavra da bíblia da passagem da mulher adúltera, que Jesus então perguntou praqueles ali é-ré [risada sarcástica] quem se... se alguém não tinha pecado que atirasse a primeira pedra, todo mundo foi embora, ninguém quis atirar a primeira pedra. Só que o vereador [com voz mansa] esqueceu de ler a outra parte. [voz masculina na galeria: “verdade!”] Jesus falou praquela mulher: “Vá, e não peques mais!” [gritando ainda mais alto, apontando o dedo, e arranhando a garganta – é bastante ovacionado – ouve-se também uma gargalhada que parece ser feminina, um deboche à fala do vereador – e continua gritando e balançando a mão apontado para baixo]. Perdoou aquela mulher. Perdoou aquela mulher. Mas, seu presidente, não deixou que o pecado continuasse na vida dela [a galeria eufórica em aprovação]. É isto que nós temos que fazer! Não a discriminação, mas defesa da família, da honra da família, senhor presidente! [o presidente avisa que o tempo do vereador acabou, enquanto a galeria ovaciona e aplaude e grita várias frases em apoio – escuto uma mais audível, voz masculina que diz: “converteu mesmo!” e muitas palmas]. (CMGV, 2015d, 1h03’13”)

Questões de indissociabilidade muito fortes na fala do Honório. O dimorfismo e o binarismo são muito marcantes em todas as suas falas sobre a temática da “Ideologia de Gênero”. Um discurso de ódio ou repulsa, cheio de preconceitos que ele diz não ter.

Tem um momento de seu discurso que parece que se refere à fala da vereadora Iracy (Solidariedade) quando faz um ataque às intenções da palavra diversidade no texto do PME, dizendo que “ela” defende sim a diversidade de classe e etnia, mas que a palavra diversidade apareceria ao longo do texto para atender a um suposto interesse do secretário de educação em implementar o que Geovane Honório (PT) chamou de “a diversidade do homossexual”. E é nesse momento que se ouve na galeria uma voz masculina gritar: “Chupa, Iracy!”. Chama a atenção também a agressividade com que o vereador fala nesse ponto do discurso, dando uma conotação para a diversidade de gênero como um crime ou uma imoralidade a ser combatida. Sua acusação se mostra infundada quando recordamos sobre as nove vezes que a palavra diversidade apareceu no texto e o sentido que ela trazia em cada uma dessas inserções. A sensação é que o vereador não leu ou não entendeu o texto original do PME-GV.

Logo em seguida o vereador petista relembra o caso citado por Iracy sobre o jovem que metralhou várias pessoas e questiona “O que que faltou?”. O que há nessa pergunta retórica de Honório? Qual acusação? E ele prossegue com a pauta do pânico moral questionando a destruição dos lares e da família “com essa defesa”. A defesa da diversidade de gênero, a defesa do combate a toda discriminação, incluindo de gênero. O que ele pretendeu dizer? Que uma família que não seja heteronormativa é uma família que irá produzir jovens assassinos? E o que

isso tem a ver com o episódio narrado por Iracy? Mas, o vereador é apoiado e aplaudido em sua paralógica⁶⁴ pela galeria.

Há um momento em que o vereador petista menciona alguém, sem nominar, mas do sexto feminino, dizendo que essa pessoa se acha melhor que todos os colegas, mas que ela é uma pecadora também. Nesse momento, as reações na galeria são mais à surdina, porém vibrantes, e manifestam expressões como “aí gente, uhulll!” ou “nossa!”, “isso!”. A minha percepção é que ele se referia à vereadora Iracy de Matos. Ao final Honório ainda faz um comentário sobre a leitura bíblica de seu colega petista, Glêdston Guetão, na abertura da 5ª reunião extraordinária da votação do PME-GV: Ele comenta a passagem da mulher adúltera para justificar sua condenação moral à homossexualidade, lembrando que Jesus haveria perdoado a pecadora e orientado para não pecar mais. Há uma gargalhada quando ele cita dramaticamente “vá e não peques mais!”. São dois momentos em que a coloniidade de gênero emerge ainda mais explícita, não apenas no posicionamento do vereador, mas no contexto geral presente na câmara de vereadores que aplaudia e ovacionava o vereador petista.

Muitos gritos ofensivos também na galeria enquanto ele continua

Senhor presidente, eu eu... eu fui até abordado por alguns militantes do meu partido... é porque eles esquece um pouco a nossa história, da minha defesa aqui das políticas públicas do partido e do governo. E quando nós tomamos posicionamento como este, pra eles nós somos... não servimos pra mais nada. (CMGV, 2015d, 1h08')

O presidente avisa que seu tempo acabou. Enquanto a galeria ainda se manifestava, o vereador Chiquinho (PSDB) vai iniciando a quarta justificativa às 1h08'54”:

Senhor presidente, demais colegas vereadores, público aqui presente, lideranças religiosas aqui já nominadas, né, lideranças da nossa cidade... cumprimentar aqui, é, todos que nessa noite memorável [aumenta a voz, a ênfase e a gesticulação] nessa casa, estiveram presente aqui. Eu quero iniciar a minha pal... a minhas palavras, senhor presidente, falando principalmente quem está presente aqui, o presidente do CONEP, o conselho dos pastores... quero só falar, essa Câmara hoje, ela marcou, ela marcou uma grande votação que nós tivemos aqui... O início [muita ênfase] de uma grande luta! Uma luta de Davi com Golias! Nessa casa aqui hoje, nós já tínhamos nos posicionado em favor da família. Mas, essa casa, ela deu um exemplo pra nossa cidade, e pro nosso país! Porque, senhor presidente? Eles falaram, esses dias, que a família cristã é uma instituição falida! [muita ênfase] E não... nós não vamos aceitar isso. A família cristã não é uma instituição [micro pausa], falida! [ênfase e ovação, gritos de “é isso aí!”]. E essa casa, ela deu esse exemplo. Nós não podemos aceitar, que as nossas famílias sejam falidas. Famílias baseadas no amor de Deus [na galeria alguém grita: “aêêê!”]. Essas são as verdadeiras famílias [algumas palmas]. Nós temos enfrentado, senhor presidente, as vezes, projetos, não só aqui na nossa casa, na

⁶⁴ Pensamento que acredita ter chegado a uma conclusão lógica, porém utilizou premissas não verdadeiras ou que não estabelecem relações entre si.

Câmara, mas como no Congresso, que nós estamos acompanhando. Mais principalmente, senhor presidente, algumas emissoras de televisão [começa a ficar bem exaltado] que estão prejudicando, denegrindo a maior instituição [pausa, procurando as palavras] do poder de Deus, que é a família. [também intercala falar para o presidente da câmara e falar para os apoiadores na galeria] As emissoras de televisão, além do poder que aí está, estão atacando as famílias [gritos na galeria]. Eles podem roubar a petobrás, podem roubar o mensalão, [gritos na galeria, e o vereador exaltado, gritando] mas as famílias eles não vão roubar não [balançando o dedo em negativa, freneticamente – aplausos, ovação, assovios]. E aí, senhor presidente [gritos altos em uma voz masculina na galeria: “eh, Iracy, eh Guetão!”], desde quando esse projeto chegou aqui, que já chegou de forma errada. Chegou aqui na sexta-feira pra gente votar numa segunda-feira... um projeto cheio de brechas, um projeto cheio de má fé, e nós não podemos votar matérias aqui sem discutir. E aí, eu parabeno essas lideranças que estão aqui hoje, seu presidente, porque se não tivesse a movimentação de vocês, senhores [falando e apontando diretamente para os pastores e demais representantes religiosos na galeria, enquanto gritava], se a comunidade valadarense não tivesse vindo aqui pra essa casa [uma voz masculina grita: “aê Chiquinho!” e aplaude] talvez esse projeto teria passado aqui... [o presidente solicita que ele conclua] Mas, parabéns a todos que estão aqui presente! Saibam que essa noite a Câmara Municipal de Valadares fez história! [ovação] Todos os vereadores que votaram que votaram não ao veto, mas principalmente as lideranças que vieram aqui acompanhar o nosso trabalho [ovação, aplausos]. Somos a favor, senhor presidente, concluindo, somos a favor da família, a família cristã! As palavras que o vereador Geovane Honório falou ali. Essa é a verdadeira família [a galeria grita eufórica]. E aí, senhor presidente, só pra finalizar mesmo.. Viva a família! Um grande abraço e parabéns! [ovação e aplausos] (CMGV, 2015d, 1h08'54)

O vereador Chiquinho (PSDB) reproduz a mesma necessidade de outros vereadores de registrar a importância das lideranças religiosas da cidade. Na mesma linha do pânico moral, o vereador anuncia que “eles” falaram que a família está falida. Mas, eles quem? Em que contexto? E o que isso tem a ver com as emendas e os vetos a elas? Assim como os demais vereadores e a vereadora-pastora, o vereador Chiquinho pauta a família patriarcal contemporânea como único modelo aceitável de família. E para endossar seus argumentos morais, o vereador faz alusão a escândalos de corrupção recentes, acusações envolvendo o Partido dos Trabalhadores, que é o partido do governo municipal à época. E novamente traz um discurso distorcido do que é a democracia que ouve a comunidade, em sua representatividade, entendendo que ao ouvir as igrejas cristãs essa comunidade estaria contemplada.

A quinta justificativa é feita à 1h13'25” pelo vereador Levi Presidente (PMN) que cumprimenta os gestores da câmara e em seguida se volta à galeria:

Aos pastores aqui presente, a paz do senhor pra todos! Que Deus possa abençoar a noite de cada um de vocês! Senhor presidente, é, com relação ao meu voto da minha pessoa, é... O homem na terra já é pecadores por vários tipo de motivo. Um grande motivo, é de, de destruir aquilo que Deus fez. Deus deixou um mundo tão maravilhoso, deixou a ge... farta de água, de fruta, de várias coisa, e o homem vem destruindo. Tanto que hoje cê vê, toda hora que chega na televisão, “a água tá acabando, a água tá acabando, a á...” e o povo num tá acreditando. Então seu presidente, a gente, hoje o que nós fizemos aqui é mais que uma obrigação. É defender aquilo que Deus construiu. Homem nenhum na terra tem o poder de destruir o que

Deus fez. Cê entendeu, seu presidente? Então, o que a minha pessoa... o voto que a minha pessoa deu aqui hoje não ao veto, é, a veiz, é igual, muita gente colocou aqui que não achou nada no projeto, não achou nada. Mas, o que nós fizemo aqui hoje, foi tampá as brecha que tinha no projeto. Porque hoje não poderia tê, mas amanhã eles poderia enfiar o que eles quisesse no projeto [gritos na galeria de “isso!” – o vereador falava de forma tranquila]. Então, seu presidente, eu acho que, nós fizemo mais que justiça hoje... é, é, colocar essas emenda nesse projeto, é defender o projeto de acordo que nada vem do jeito que a gente quê. Mas é o que nós poderemo assegurar hoje as família de Governador Valadares... É muitos na televisão cê vê que tem cidade que foi aprovado do jeito que tava aqui, entendeu? Então, senhor presidente, mas Valadares sim, já foi capital mundial do, dos evangélico, do, de depe, dependente de religião, já foi a capital mundial da religião, então, acho que nós tem que defender esse título [e olha para a galeria, mas sempre falando de forma comedida e é aplaudido]. Eu acho que cada dia que se abre uma igreja, senhor presidente, não se abre uma igreja pra falar mal de da vida de ninguém. Abre uma igreja pra falar do amor de Cristo. Então eu acho que é isso que nós tem que defender. É falar o amor de Cristo, o amor de nós sermos família, de nós sermos irmão em Cristo. Então, seu presidente, eu acho que mais do que, que, do que justo, nós fizemo justiça essa noite [volta-se para a galeria]. Muito obrigado e boa noite a todos! [gritos, aplausos, ovação]. (CMGV, 2015d, 1h13'25”)

A gravação já está a 1h15'55” quando o vereador Guetão (PT) faz a sua justificativa que foi a sexta. O vereador inicia sua com os cumprimentos que faz mostrando muito cuidado ao falar e mencionar colegas e lideranças presentes. Irei reproduzir sua longa introdução para tentar reproduzir essa que parecia ser uma dificuldade do vereador em iniciar sua justificativa para apoiar os vetos do executivo. Assim como a vereadora Iracy (Solidariedade), Glêdston Guetão (PT) faz questão de dizer que é um “homem de família”, o que em ambos os casos me pareceu ser uma tentativa de dar legitimidade à sua fala.

Antes mesmo que o vereador iniciasse sua justificativa, como havia relatado que sua esposa se encontrava grávida pela segunda vez, alguém na galeria pergunta como seria o nome da criança se fosse menino e se fosse menina. O vereador responde os questionamentos, mas se mostra um pouco desconfortável e também confuso sobre os conceitos de sexo e gênero, reforçando pra mim a ideia que vinha se dedicando a entender melhor o tema, mas ainda não tinha uma compreensão mais consistente. Guetão inicia sua fala fazendo uma leitura dos pontos mais importantes do PME, da própria importância desse documento, e de avanços que a educação municipal já alcançando nos últimos anos. Em sua fala, o vereador argumenta sobre o processo de elaboração do plano e suas potencialidades.

Chama a atenção o fato de ser a fala mais longa, mas ser também o momento em que a galeria esteve mais atenta e silenciosa. Foi também a fala com o tom de mais tranquilidade, assim como na fala da Iracy, mas sem passar a angústia e frustração que havia na fala da vereadora. A fala de Guetão seria didática? Ou diplomática? Estariam os presentes dispostos a ouvi-lo, de um modo em que não estiveram dispostos a ouvir a Iracy? O momento passa essa

atmosfera que ao mesmo tempo mostra tranquilidade, mas também uma certa insegurança para falar pra aquele público, um discurso medido e comedido.

Senhor presidente, vereador Adauto Carteiro, na sua pessoa vou cumprimentar todos os vereadores, as vereadoras presentes. Quero cumprimentar também a vereadora pastora Eliane, brilhante trabalho nesta casa [e faz um aceno de cabeça para a vereadora – se mostra um pouco nervoso]. Parabenizar vossa excelência, viu? Parabéns, continue nessa, nessa luta! Queroo cumprimentar a imprensa presente aqui na pessoa do Albino. Éééé... Da nossa galeria, quero cumprimentar toda liderança espiritual, os católicos, os protestantes, as pessoas que trabalham em pastorais, aaa as pessoas também, nessas pessoas eu quero cumprimentar o Juarez Gomes, viu Juarez, liderança... vossa excelência... tá esperando uma cadeira para vossa excelência [e aponta uma cadeira de vereadores vazia]. Vossa senhoria, viu, Juarez. E o pastor José Correia, né, ele saiu? Mas, o pastor Eder, pastor Edinho... cumprimentar o presidente do CONEP, né... O importante ééé... instituo e congrega aaa várias igreja evangélicas, né? Pastor Laercio tá ali, Igreja Metodista. Bom, quero cumprimentar as pessoas que estão nos assistindo no mundo inteiro através da internet [e aponta a câmera], falar pressa camerazinha ali que é muito importante. Falar pros senhores e pras senhoras, mas falar pra também pra Governador Valadares, pras pessoas que vã... que tão nos assistindo na internet, no computador, num smartphone... Muito bem! Viva a família! Viva a família. Sou casado com a Kellymara Moreira, uma senhora digna. Tenho um filho de 2 anos, Dr. Marcílio, Pedro. Ela tá grávida de 4 meses, ve vereador Robinho Miffareg, a gente não sabe o sexo ainda... o gênero! [usa uma certa ênfase e um gesto com a mão], se é menino ou menina, deve saber semana que vem ou na outra semana... É... vou pegar, vou me ater... [nesse momento, não dá pra ouvir, mas alguém pergunta algo pra ele] não, a gente ainda não sabe o sexo ainda, se é menino ou menina, se for menino deve se chamar João, se for menina deve se chamar Ana.

Vereador Ricardo Assunção, vou me ater ao Plano Municipal de Educação [ele fala pausado, muitas vezes espremendo os olhos, pensando]. Sobre a população LGBT, que está nas igrejas católicas e evangélicas, não adianta tapar o sol com a peneira [falava movimento a mão, o dedo indicador, mas sem uma postura agressiva]. Vários pastores sabe o que eu tô falando aqui. Eu vou me ater a isso. A isso não, né, vou me ater a essa questão, eu vou me ater ao Plano Municipal de Educação. Um plano pra 10 anos, que fala da valorização do professor, vereadora Iracy de Matos, que fala [sua entonação ganha um contorno de discurso político] de, uma educação integral, que Valadares já deu um salto na frente, que agora que o plano nacional está falando em escola em tempo integral, e a prefeita Elisa em 2010 implantou, de forma caro corajosa, e aí aí tem [ainda mostra alguma insegurança, gesticula, mas tudo com comedimento, apesar do tom de discurso político na fala] tem, tem avançado nesse sentido. Foi feito uma conferência, e tem algumas pessoas ali, eu vi a Márcia, que ficaram o dia inteiro no Instituto Federal de Minas Gerais, eu participei, tava lá o pastor Denis, que é diretor de uma escola, da Escola Municipal João XXIII, ele é diretor, ficou o dia inteiro discutindo o Plano Municipal de Educação [fala pausadamente], vereador Leonardo Glória, pra 10 anos. É o horizonte que nós queremos pra educação no município, Rildo do Hospital. Então é um plano riquíssimo, que infelizmente está resumido a uma palavra “diversidade”. Aí eu quero chamar, todos e todas a uma reflexão: vamos ler. [há silêncio na galeria] E aí, vou falar agora um pouco de igreja. Por mais que o Estado seja laico, eu defendo o Estado laico, que nós temos que, fazer leis, é pra todos e todas [pela primeira vez sobe um pouco seu tom de voz, balança as mãos, mas sem passar agressividade]... Eu tenho minha formação cristã. Tanto na igreja católica como na igreja evangélica, e respeito, e leio a bíblia, faço minhas orações de madrugada. Mas, ninguém precisa saber disso [faz sempre pequenas pausas, como pensando as próximas palavras]. Aqui eu sou vereador. Eu tenho x que receber a pessoa que for no meu gabinete, que pro professa o Candomblé? “Não, num recebo o senhor aqui não!” Então eu tenho que, rasgá meu diploma de vereador e ímbora! [um pouco enfático e fazendo gesto de rasgar um papel] Porque a Constituição fala que o vereador tem que receber [volta ao tom de discurso político, imprime ênfase e gesticula] todos e todas! O deputado, o senador, a

presidenta, a a prefeita, o presidente da câmara... A gente é pago com dinheiro público pra atender o público [momento que sua fala fica mais exaltada]. Num é evangélico, num é católico, num é ateu, é todo mundo! [com ênfase nas duas últimas palavras] Assim como as igrejas recebem todo mundo... [volta a falar com calma e pausas] Jesus pregou foi isso, acolhida. Não fazemos acepção de pessoas... E tem várias passagens bíblicas, com contexto ou sem contexto. Se for, quiser debater bíblia também, eu debato bíblia! [passando firmeza na fala, mas de forma calma] né? Tem a da mulher adúltera... e aí tá falando aqui o menor dessa casa. Quem tá falando aqui é o mais pecador de todos e todas aqui! Eu tenho consciência disso. Sou o maior pecador de de todos aqui. Eu sou o menor dessa casa... [e o silêncio na galeria se mantém] Eu quando eu falo essa casa, são todos e todas que estão aqui, no plenário e nessa galeria, e as pessoas que estão nos assis assistindo. E não é da boca pra fora, quem me conhece. [sua fala continua com pequenas pausas que parecem marcar seu pensamento cuidadoso para falar] Vários pastores aqui me conhecem, várias pessoas da igreja católica... me conhecem. Pra terminar, a gente tem que debater esse assunto mesmo e aí eu votei favorável porque eu não vi no plano... “Ah, Guetão, tem um banheiro lá de hom, um banheiro só pra menino e pra menina.” Não existe isso no plano. Não existe! [bem enfático] Ah, tem lá no plano, é... “Ideologia de Gênero”. Não existe essa palavra “ideologia de gênero”. Não tem a expressão “Ideologia de Gênero” [continua sendo enfático nas palavras]. Não tem! Tem discrimina... tem discriminação, tem diversidade... Que aí a palavra “diversidade”, aí tem gente que quer jogar prum lado, “não porque diversidade quer implantar isso aqui”. Pelo amor de Deus, tá querendo pegar o ovo na galinha! Diversidade é tudo! (CMGV, 2015d, 1h15’55”)

Destaco ainda na justificativa do vereador ele trazer uma breve referência a outras religiões além da católica e evangélicas que até então vinham sendo referendadas como as únicas que tinham legitimidade para o debate sobre o PME. Ele tenta ainda responder ao comentário sobre a sua leitura da passagem bíblica da mulher adúltera, mas acaba não fechando a ideia. Diz da necessidade de todos estudarem o assunto para um debate mais consistente sobre gênero, sobre diversidade e educação.

Já ao final de sua fala, o vereador Glêdston Guetão (PT) narra situações de preconceito que vivenciou no curso de graduação em Direito, trazendo como exemplo de problemas que afetam pessoas e grupos que sofrem discriminação quando a diversidade não compreendida. Reforçou a necessidade de ampliar o debate sobre as pautas de gênero, e tentou mostrar que a própria Igreja Católica estaria mais aberta ao diálogo.

Aí contar só uma historinha... E muitos aqui sabem que que é discriminação, muitos aqui sabem que que é de sê, de sê, a sua, a sua cor, se você é careca, se você é cabeludo, se é magro, se é gordo, se você é mulher, se você é homem, tudo isso é diversidade. Tudo isso é diversidade! O pastor Roberto tá ali, ele sabe, ele me conhece a minha história. Então eu vou defender nessa casa [o presidente pede que conclua] a acolhida de todo mundo! A acolhida de todo mundo. Eu não sou vereador de “A” de “B”, mas de “A” até “Z”! Até “Z”. E aí, seu presidente, nós temo que ampliar o debate do povo LGBT nessa casa. Nós temo que ampliar o debate, e aí a gente faz uma audiência pública. Chamar as igrejas, Igreja Católica... E aí pra encerra de fato, o Papa Francisco tem dado lição em muita gente, em muita liderança religiosa. Tá começando a falar de acolhida de acolhida dos divorciados, tá começando a falar de acolhida do povo LGBT... [novo breve burburinho na galeria] E nós temos que abrir o coração [ênfase pausando por sílabas]! Abrir o coração. Então aqui, fica aqui meu respeito... eu votei

sim, com consciência, como legislador dessa casa. Meu abraço e contém comigo, muito obrigado! (CMGV, 2015d)

Ao final da fala é perceptível uma ou duas pessoas batendo palmas, acredito que do mesmo pequeno grupo que apoiou também a fala da Iracy, e outras vaiando, outras gritando contra... mas muitos já haviam ido embora.

A sétima justificativa foi do vereador Paulinho Costa (PDT) por volta de 1h25'13" da gravação. O vereador Paulinho (PDT) antes de apresentar a sua própria justificativa fez também uma narrativa sobre sua trajetória estudantil, em uma explícita tentativa de deslegitimar o contexto apresentado por Guetão (PT). Uma fala para invalidar a fala do vereador petista que o antecedeu sobre diversidade e discriminação, para desconstruir a dor do outro, minimizar e desdenhar. E usa uma experiência pessoal para deslegitimar uma experiência que era representativa de uma situação de preconceito.

Ao iniciar sua justificativa, Paulinho Costa (PDT) também apresenta suas credenciais religiosas e de sua família, e relata orgulhoso as consultas que havia feito a autoridades cristãs, para pautar seu posicionamento.

Minha esposa é batista, eu sou católico, e com um imenso respeito e amizade com diversos pastores, como é o pastor Edinho aqui, e diversos que aqui estão. pastor Fanuel, frequento muito a igreja dele, pastor da Assembleia de Deus que esteve aqui, o pastor Salatiel, e diversos pastores que mim conhecem aqui. [...] Mas, senhores, ééé, eu contei um pouco da minha história e muitos não sabem, vereador Dr. Marcílio, também fui seminarista capuchinho... da Igreja Católica. E eu tomei o cuidado, senhores vereadores, eu conversei com o Bispo. Ontem eu ainda brinquei com o vereador Padre Paulo aqui, falei olha, amanhã eu quero ver o seu voto, dependendo dele eu vou mandar uma carta ao Papa pedindo a sua excomunhão da igreja [fala em tom jocoso], porque o Papa Francisco que eu conheço, apoia a família, vereador Gledson [a galeria grita em concordância, ovaciona] como eu apoio [a galeria aplaude, grita, ovaciona]. Nos apoiamos a família. E, claro, essa questão de discriminação, nem os evangélicos discriminam, ninguém discrimina [fala em tom de desprezo]. Mas, nós também não podemos criar possibilidades de incentivar também. Eu acho que, cada um na sua, vamos respeitar, cada um tem as suas preferências, mas incentivar, através de lei, através de... não aí, nós não podemos, eu acho é que nós temos que trabalhar permanentemente [ênfase] pela for fortalecimento cada vez mais da família. Não existe nada sem família no mundo, isso é pe, é Deus que fala [com autoridade, propriedade]. Então, nós temos que tê mo, isso muito claro. E pra mim, sem família eu não existo. Então, ééé, eu tive com o Bispo... viu seu presidente, que constasse em ata, vereador Pedro da Utilar, eu tive com Dom Félix. Você olha, também que é católico... "Sô Bispo, qual que é a posição da Igreja Católica sobre as emendas lá na câmara?" "Vereador, nós somos a favor da família, o que for contra cês tem que votar." Então, eu tô falando isso... E eu também concordo alguma coisa com o vereador Glêdston... o plano decenal são, é pra daqui 10 anos a educação de Valadares! Tem pontos importantes, tem avanços... Agora, se, pra que criar uma celeuma desse tamanho com as emendas? Elas só tão melhorando o plano, no meu sin, na minha visão, uai. Foram construídas aqui com representantes legítimos, com representantes de qualidade da igreja católica e evangélica. As emendas não foram fruto só do vereador Paulinho Costa, vereadora Pastora Eliane, vereador... Não! As emendas são da nossa comunidade através das igrejas evangélicas e do representante

da Igreja Católica que estava aqui. Então, porque vereador Ricardo Assunção, nós vamos ficar contra? Aqui é a casa do povo, e nós temos que ser uma caixa de ressonânciaaaa... [com ênfase]. O que a sociedade respira, nós temos que inspirar e colocar em prática aqui [aplausos]. Então é isso que eu senti aqui nessa noite [aplausos e pausa]. Tô muito feliz, muito consciente. Votei contra a o plano na segunda votação, porque lamentavelmente nós vamos ter que adequar o plano... ele tem muitos erros, muitas coisas que que foram colocadas que nós temos que fazer a correção... E hoje, votei a favor das emendas, com o maior prazer... Delegamos, os vereadores aqui todos delegaram a Pastora Eliane para que conduzisse o processo e ficamos na retaguarda, junto com ela, dando apoio a ela. Tô muito tranquilo, muito satisfeito. Então senhores presentes, leve o meu abraço, continuem nos ajudando a cuidar cada vez mais das nossas famílias, isso que nós precisamos. (CMGV, 2015d, 1h25'13")

Embora com um tom menos agressivo e dramático, a justificativa do Paulinho Costa (PDT) repete vários elementos do discurso de Geovane Honório (PT). Ao negar que exista discriminação em relação à diversidade e identidade de gênero, o vereador afirma que não se pode incentivar também. Sua fala está se referindo a homossexualidade que seria incentivada pela “Ideologia de Gênero” na escola. Desconhecimento, homofobia e discriminação são reforçadas ao emendar que é necessário trabalhar pelo fortalecimento da família, como se houvesse uma adversidade entre diversidade de gênero e família. O vereador também enalteceu a qualidade do trabalho na proposição das emendas que estaria na legitimidade e qualidade dos representantes da comunidade que contribuíram para a elaboração delas. Novamente a ideia que havendo representações das igrejas cristãs estaria assegurada a representatividade da comunidade.

A oitava e última justificativa é do vereador Pedro da Utilar (PSD) e inicia no tempo de 1h43'01" da gravação, concordando com a fala do vereador que o antecedeu. Aliás, a justificativa do Pedro da Utilar (PSD) não traz nenhuma novidade, é a repetição dos argumentos, equívocos e preconceitos já apresentados pelos demais vereadores que votaram contra os vetos e pediram justificativa. Inicia referendando seu posicionamento por consultas a lideranças religiosas e outros profissionais, e legitima a própria fala na sua participação em igrejas cristãs. Também coloca a diversidade de gênero como um ataque à família, como se esta não pudesse existir em outras configurações que não aquela patriarcal contemporânea. E reduz a representatividade religiosa às igrejas cristãs.

Então nós entendemos que deveria votar. Mas, por precaução, por enxergarmos que poderia acontecer o que está sendo falado que é a “Ideologia de Gênero”, nós trabalhamos em cima desse plano, preocupados, estudando o plano, com pessoas junto com a gente, entendeu? Então, nós trabalhamos com advogado, com o Dr. Nicolás, trabalhamos com a a minha esposa junto comigo, com a socióloga, e também fomos até o nosso pároco e ao Bispo. Então nós tivemos que embasar para podermos aqui votar. Então, as emendas foram feitas, e nós votamos no plano com as emendas. Se retirar as emendas, eu acho que teria que tirar o meu voto. [aplausos] Cê entendeu? Então nós votamos no plano com as emendas. Nós gostaríamos de entender que o

plano teria que vir com as emendas que foram feita pelos vereadores, e com a ajuda dos senhores também participaram e os demais que estavam no dia. Então, trouxe alguns problemas, algumas polêmicas para, até para mim, mas tenho certeza que eu trabalho, trabalho na igreja, servindo a igreja, a nossa igreja que a igreja do povo onde eu sigo, a casa que é do povo, mas nós trabalhamos também com família, já fomos coordenadores da pastoral familiar, temos o grupo de casais que reúne há 38 anos, inclusive hoje lá em casa tem uma reunião [momento em que se empolga um pouco para falar, apontando o chão] do meu grupo de casais com nove casais. Entendeu? Então, quer dizer, nós somos famílias, temos filhos, quatro filhos e cinco netos. Então, não poderia nunca de deixar falar que a família está destruída, que a família está para terminar. Família é a base da sociedade, família é tudo para nós. [aplausos e ovação] Entendeu? Então, temos que, temos que procurar nos resguardar de todas as formas, para proteger a família. Então nós agradecemos pela presença dos senhores, por esse trabalho que vocês tão fazendo, nos ajudando a poder a trabalhar nesse projeto, nesse plano de educação. Então ficamos felizes. Eu queria era dar para os senhores pastores que a gente tem que procurar viver no bem, e viver vamos dizer assim num ecumenismo. Porque, eu tenho uma filha, igual o Paulim já contou os caso dele, vão contar os caso... Eu tenho uma filha, casada com um rapaz da igreja evangélica, que é lá da, da Igreja Batista da Esplanada... inclusive ela também, o marido dela participaram comigo... entendeu? Ééé... minha filha é ca é da igreja vai com dois netos meus... então eu tenho maior ligação com o pastor Sebastião Arsênio que, que é o pastor da igreja deles. Né, eu de vez em quando a gente vai lá, quando tem alguma homenagem e tal, somos convidado, entendeu? Então, não tem problema nenhum nós termos essa ligação, nós temo que viver é o bem viver a igreja que sabemos que somos humanos, somos falhos, como foi dito aqui até pelo Guetão... Mas, nós, além de tudo somos cristãos, e além de acima de tudo somo cristão, mas, cristão através da nossa família, através da família de cada um de nós. [um grito com voz masculina bem alto: “muito bem!”] Muito obrigado a todos, uma boa noite! [aplausos, ovação, assovios] (CMGV, 2015d, 1h34’01”)

Após as justificativas, passada 1h49’25” da gravação, a cedida a fala à Vereadora Pastora Eliane (DEM), que manifestou seu repúdio ao Jornal Figueira.

Eu vou... não vou estar é, cumprimentando, já cumprimentei, mas eu quero só aqui manifestar uma nota de repúdio contra o jornal Figueira, que fez uma página inteira aqui falando que eu estou fazendo discriminação, que eu não conheço a história do Brasil e que colocou como título “Mais uma vez o Estado laico ééé, perdeu”. Primeiro que o Estado é laico, mas o povo não é laico. Esse parlam... Os parlamentares aqui não são laico. As pessoas... eles desconhecem o que é ser laico e laicista – eu não sou laicista! O laicista, ele reprime totalmente a religião; o laico te dá direito de escolher uma religião. E quem me colocou aqui, 90%, foi os evangélicos. Cada um aqui tem uma religião definida: católicos, espíritas, protestantes, evangélicos. Então, o Estado é laico, mas o povo não é laico. Cada um tem a sua religião... [ela já começa falando bem alto e aos poucos ela vai subindo o tom da voz] Vereador Robinho Mifarreg, como você, um excelente, é, teólogo, é, estudou teologia na na na faculdade católica. Eu estudei teologia, paguei os meus estudos dando faxina na casa dos outros. Quem me encorajou foi a minha mãe. Por isso que eu digo: quem tem que criar filho, quem tem que cria os filhos, quem tem que educar os filhos é o pai e a mãe. Se essa criança entrou aí, matou esses essas pessoas lá na na igreja porque eram negros, por causa de racismo, porque não teve uma educação na casa deles. Minha mãe é negra! Meus irmãos são negros! Eu tenho dois homossexuais na minha família! Eu tenho uma pessoa que ela é da religião do candomblé na minha família! Amo todos! Não faço discriminação de nenhum. [já gritando e gesticulando muito] Então, uuu, a-a-a-a esse bendito aqui que escreveu isso e depois fez esse jornal todo colorido querendo me ofender aqui, ele tem que estudar mais. [nesse momento ela toma em mãos uma cópia impressa do Jornal Figueira do dia 03 de julho, enquanto a matéria por ela citada é na verdade do jornal publicado em 26 de junho] Vai conviver na minha casa! [alguém na

galeria ovaciona] Vai passar um dia comigo, pra conhecer o que é família de verdade, tá! Pra saber o que que eu passei. Não fale da minha vida se não vive comigo! Eu ó num tem nada a ver Estado laico com o querer defender a família, porque a própria Constituição ela me dá esse direito de defender a minha família. Gostaria de falar mais. Mas, creio que por hoje basta. Eu quero agradecer ao Paulinho Costa, quero agradecer ao Geovane; quero agradecer ao Leo; quero agradecer aos pastores que nos apoiaram nesse Projeto. E quero que os desinformados coloquem na cabeça que Estado laico não tem nada a ver com povo laico. [aplausos e ovação, mas de poucos, pois a própria galeria já estava mais vazia]. (CMGV, 2015d, 1h49'25").

É reunião é encerrada pelo presidente e anunciada nova reunião em sequência, mas já com outra pauta.

No dia 10 de julho a PGM publica o vídeo de esclarecimentos sobre o PME, as emendas e os vetos. Já citei esse mesmo vídeo aqui em outros momentos. Nele, a então prefeita Elisa Costa (PT) apresenta pontos centrais que as discussões trataram e que foram contempladas no documento final do PME-GV.

Alguns eixos eu queria destacar como muito importantes para o presente e para o futuro da nossa educação em Governador Valadares:

- Consolidar a nossa Escola de Tempo Integral. Nossa experiência de 2010 pra cá né, já apontou que esse é o caminho pra se ter uma aprendizagem de melhor qualidade, crianças tendo uma visão mais geral da sociedade, da cidade.
- Pra garantir qualidade de educação, nós precisamos valorizar os nossos professores, os nossos educadores, e pra valorizá-los também nós temos que ter um salário mais digno.
- O avanço na ampliação do acesso às creches, ou seja, universalizar o atendimento. Integrando, né, as mães também que tem melhores oportunidades de trabalho, né, ir para o mercado de trabalho, né.
- Crianças também que podem ser incluídas, e muito, socialmente, e evitar índices de violência, né, nessa faixa etária.
- É, consolidar também a participação democrática né, na comunidade, na educação. Educação se faz com a sociedade, se faz com as famílias, com as comunidades, né. (PGV, 2015a, 1'06")

Uma mãe que participou do processo de construção do PME é entrevistada no vídeo. Diante das emendas apresentadas pelo legislativo ela comenta e questiona: “É importante sim a gente tá lá dentro lutando pelos valores dos filhos da gente. Mas... de que valeu?” (PGV, 2015a).

A prefeita Elisa (PT) fala de todos os pontos importantes que tiveram a atenção dos trabalhos realizados, as preocupações, perspectivas e propostas para a educação no município. O objetivo de suas falas era marcar a importância das discussões sobre diversidade e sobre a luta contra a discriminação de toda “natureza” que deveriam fazer parte do PME-GV.

Então são temas que eu acho que da sociedade hoje, né. E uma escola que é presença na sociedade/comunidade não pode se abster de ter esses temas debatidos, né, na educação, né. Se a educação não ajudar a refletir esse tempo, as redes sociais ocuparão

esse espaço das escolas, ocuparão os espaços das igrejas, ocuparão os espaços dos partidos políticos.

É o que ajuda também as instituições a fazer reflexão sobre a sociedade.

Então, por essa razão eu acho que eu cumpri meu papel de prefeita de Governador Valadares, respeitando todas as pessoas e as suas escolhas, respeitando todas as religiões, né, respeitando todas as suas opiniões, pra ter uma educação que serve, que sirva, que seja pra todos e pra todas. (PGV, 2015^a, 2'40"- 4'13")

No entanto, ao longo de toda sua fala no vídeo, nos dois momentos que isso acontece, ela não se refere à pauta de gênero. Timidamente em um único trechinho já ao final do vídeo, e sem aprofundar o assunto, ela fala que “[...] a Constituição Federal diz que ninguém pode ser discriminado, por credo, por raça, por cor, né, por orientação sexual.” (PGV, 2015, 2'59" - 3'07") (grifo meu). É o mais próximo que se chega da temática de gênero pela sua aproximação com a pauta da sexualidade, sugerindo que o tema se apresentava como um tabu naquele momento, algo a ser evitado e que ficasse somente subentendido. O que reforça a tese de que o debate de gênero não foi mesmo realizado na construção do PME-GV 2015-2025.

As emendas que foram apresentadas, elas são inconstitucionais, né, porque elas descaracterizam, né, prioritariamente a a Lei nacional e os conteúdos que devem ser dados numa educação inclusiva, transformadora, uma educação democrática.

Da mesma forma, a Constituição Federal diz que ninguém pode ser discriminado, por credo, por raça, por cor, né, por orientação sexual. E foi suprimida a palavra ‘discriminação’, né, dentro do texto municipal, da da, do conteúdo né, do plano, contrariando completamente a Constituição Federal e a própria lei do plano nacional, né. (PGV, 2015^a, 2'40"- 4'13")

E no dia 14 de julho, mas com data do dia 10, é publicada pelo facebook do CONEP GV outra “Carta Aberta” assinada conselho. Endereçada à comunidade local, a carta do CONEP diz que o conselho não se intimidará diante de ameaças à família cristã.

CARTA ABERTA À COMUNIDADE VALADARENSE

O Conselho Evangélico de Pastores de Governador Valadares nominado CONEP, defende as famílias, de forma ampla, geral e irrestrita, na plenitude de toda a sua essência; reconhecendo, que ela prevalece como instituição divina, sendo força motriz na construção das relações entre pais, mães e filhos, continuando a ser a célula vital e meio fundamental de perpetuação da espécie humana;

O CONEP, apesar de estar cômico da laicidade do Estado e também das transformações sociais com o advento da modernidade e das revoluções contemporâneas. Por isso, confirma e reafirma a imutabilidade dos princípios bíblicos, os quais não sofreram mutações diante das transições temporais;

O CONEP, se contrapõe a todo tipo de exclusão social, à religiosidade e a qualquer tipo de discriminação. Todavia, não se calará, não se curvará, nem se renderá às ameaças frontais e confrontais que possam provocar à desagregação familiar, embutidas de forma subliminar no PME-GV (Plano Municipal de Educação de Governador Valadares) com relação à “Ideologia de Gênero”, matéria muito debatida e já vencida tanto no Congresso Nacional como na Câmara Municipal de nossa cidade; O CONEP continuará trabalhando contextualizado distante da visão perfeccionista e reacionária; todavia, de forma propositiva com uma visão qualitativa e terapêutica

focada na inclusão social em prol da evangelização, do discipulado e ajuda social; não fazendo acepção de pessoas; não se fechando em seu interior; antes, crendo na conversão e restauração das pessoas, sem recair no extremo da permissividade, seguindo o exemplo de Jesus.

O CONEP, entende que todo aprendizado é necessariamente mediado e o homem se constrói na sua interação com o meio; sua formação se dá numa relação dialética entre si e a sociedade a seu redor, em que o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem;

O CONEP, entende que, quando tratamos do meio família, consideramos as presenças paterna e materna como indispensáveis, referência e modelo para o desenvolvimento saudável da identidade, afetividade e sexualidade em meninos e meninas, respectivamente;

O CONEP, manifesta-se contrário à imposição da “Ideologia de Gênero” programada para ser aplicada nas escolas; entendendo, que a mesma tem o caráter maléfico, perverso, abominável, faccioso, leviano, permissivo, libertino, licenciado e ofensivo aos princípios da moralidade, contrariando, assim, os pilares básicos da instituição família, estabelecida por Deus;

O CONEP, solidariza-se com as famílias valadarenses, na defesa da formação integral de nossos filhos (crianças, adolescentes e jovens), com os objetivos ampliados possibilitando-os buscar e alcançar as conquistas de suas autonomias moral e intelectual, visando suas formação como cidadãos conscientes, responsáveis e livres. Assim, eles poderão contribuir para as futuras gerações como agentes construtores de uma sociedade mais humana, mais justa, mais solidária e mais fraterna;

O CONEP, continuará como guardião vigilante, buscando acompanhar de perto, a aplicabilidade e futura regulamentação do projeto de lei Nº 075/2015 (PME - Plano Municipal de Educação) ora em questão; na tentativa específica de resguardar os direitos de defesa de nossas famílias;

O CONEP, manifesta Moção de Apoio e Congratulação à Câmara Municipal, através da maioria de seus vereadores, os quais rejeitaram o veto do executivo municipal, às emendas apostas apresentadas ao referido projeto, contrariamente à nefasta e energúmena Ideologia de Gênero.

Diretoria do CONEP e

Pastores Associados;

Governador Valadares, 10 de julho de 2015

Ensina a criança no caminho em que deve andar; e quando crescer não se desviará dele - Provérbios 22:6.

4.5 Considerações todo o processo do PME-GV

Oliveira (2015) trabalha com duas questões em sua hipótese sobre o processo de elaboração e votação do PME-GV, e ele a desenvolve por meio de quatro fatores. A sua hipótese foi “de que faltaram aos parlamentares locais conhecimentos específicos em relação às questões de gênero” – o que fica evidente no discurso conservador e colonial que predominou na votação do plano – e a ausência de uma abertura política para os debates que seriam necessários para compreensão das pautas de diversidade e combate às diversas formas de discriminação (OLIVEIRA, 2015)

Oliveira (2015) traz a importância do conhecimento dos legisladores sobre as matérias que irão votar como condição para uma legislação mais abrangente e eficaz. Ele coloca dois importantes questionamentos que nos ajudam a compreender sua hipótese: “[...] qual o conhecimento específico sobre o tema gênero os parlamentares locais detinham e a quem os

mesmos atenderam ao emendar o texto final do documento, banindo a possibilidade da implementação desse tema dentro da política educacional do município?” (OLIVEIRA, 2015, p. 65). Afinal, a Lei deve seguir o princípio da generalidade, como pontua Oliveira (2015, p. 64). Esse é um cuidado necessário a atuação do legislativo, buscando na representatividade alcançar a coletividade da forma mais plural e democrática possível. E não ouvir somente grupos dominantes.

Ao longo de todo o processo de tramitação do Plano Municipal de Educação em Governador Valadares, a falta de abertura política para o diálogo com os movimentos sociais, entidades e/ou pessoas representantes da comunidade LGBT, por exemplo, soou como uma hipótese significativa do que de fato faltou aos parlamentares locais para que a agenda de gênero proposta, pelo Executivo, não fosse tolhida. (OLIVEIRA, 2015, p. 76-77)

Ou seja, no processo de votação, o desconhecimento, e no processo de construção, o silenciamento. E o evento de 2019 que trarei no próximo capítulo poderá talvez contribuir com essa ideia. Pois nele, os silenciados de 2015 estiveram presentes e se posicionaram, alcançando resultados e nos fazendo pensar como teria sido 2015 se houvesse realmente representatividade e democracia na construção e votação do PME-GV.

Os quatro fatores que apoiam as hipóteses de Oliveira (2015) são: a predominância religiosa cristã e seu uso político, a falta (de tempo para) estudos e debates, a ausência de um trâmite mais sistemático e abrangente para uma efetiva participação e representatividade da comunidade, e o quarto que ele chama da “tradição local” forjada na fundação da cidade que, segundo Espíndola (2013), teve a família e a terra como elementos fundamentais (OLIVEIRA, 2015, p. 21). Sobre a questão religiosa também já fiz várias pontuações ao longo das narrativas, e ela para mim é parte disto que Oliveira (2015) chamou de “tradição local”, é parte do “combo” da colonialidade. As faltas no processo também são foram pontuadas, e podem ser pensadas como a falta de participação e representatividade na construção, na análise e na votação do PME-GV.

Corroboro também com as hipóteses de Oliveira (2015) pois realmente é notória a falta de conhecimento dos vereadores e vereadora sobre gênero, diversidade, discriminação e direitos humanos. Somente a vereadora Iracy de Matos mostrou compreensão e coerência sobre essas agendas, principalmente quando da justificativa de sua escolha na votação dos vetos do Executivo. Também fica claro para mim que não houve abertura política dos vereadores e vereadora que derrubaram os vetos para o diálogo com os movimentos feministas, movimentos de gênero. Somente um vereador, Glêdston Guetão (PT) mostrou-se aberto a esse diálogo, pois

visivelmente, quando participou da votação dos vetos apresentou mais informações e compreensões sobre as questões de gênero do que demonstrou na votação do PME-GV e nas entrevistas que deu para a mídia local logo após o evento do dia 22 de junho de 2015.

Preciso pontuar umas questões que não são discordâncias das conclusões de Oliveira (2015), acredito que sejam apenas complementações, mas também uma pequena correção. É que, na verdade, o Executivo não propôs nenhuma agenda de gênero no PME que fosse tolhida pelo Legislativo Municipal. O que o Legislativo perseguiu nem existia. Não foi apenas nas sessões da câmara, mas a discussão esteve ausente do próprio processo de construção do PME-GV. Deveria ter feito parte, mas, como seria recebido na câmara? Havia uma atmosfera que não pode ser desconsiderada. O desconhecimento era notório, pois obviamente esses parlamentares pautaram-se no conceito de "ideologia de gênero" adotado por religiosos, tanto católicos quanto protestantes. O que me leva a outra questão que quero pontuar, mais que desconhecimento e falta de abertura política, não havia representatividade de outros grupos, nem sociais, nem culturais, nem religiosos. O fechamento político lido por Oliveira (2015) parece ter raízes mais profundas, modernas, coloniais, patriarcais. O que predominou foi o posicionamento ideológico da maioria dos vereadores e de lideranças cristãs defensoras do que considero a verdadeira ideologia de gênero que vem do patriarcalismo moderno colonial.

ao contrário de uma eventual possibilidade de abertura à agenda de gênero, os parlamentares se uniram às igrejas locais, seus líderes religiosos e à porção conservadora e defensora do modelo tradicional de família, tornando-se impermeáveis contra todas e quaisquer possibilidades de flexibilização nesta direção.

Esta blindagem fora forjada à base de uma coalizão e cooptação simples, fundamentada não apenas em opções partidárias nem tampouco em afinidades religiosas, somente, mas em torno da heteronormatividade, do binarismo, do sexismo.” (OLIVEIRA, 2015, p. 77)

Quando Oliveira cita Espíndola (2013) para falar da “tradição local” está entrando na questão da colonialidade presente na constituição de uma cidade jovem, ainda Princesa do Vale, que impacta na política local. É a base de constituição da cidade, a colonialidade presente na formação da região em que gênero, raça, classe são oprimidos e recursos naturais devastados.

Em seu trabalho Oliveira (2015) traz ainda outro questionamento interessante. Quando questiona a ausência de mobilização e participação de grupos ligados a gênero, de professores e sindicatos, problematiza também que as vidas de todos que estiveram presentes e envolvidos no processo são atravessadas pelos gêneros e sofre com as opressões de gênero.

[...] as ações em torno da agenda de gênero ainda encontram profundas resistências por uma parcela não tão significativa em tamanho, mas estrondosa em poder político

ou dominação. Essa parcela, muito bem identificada dentro de Governador Valadares através de seus representantes (parlamentares e líderes religiosos) consegue, ainda, em pleno século XXI, restringir os direitos humanos de forma clientelista, o que contraria todos e quaisquer princípios constitucionais. (OLIVEIRA, 2015, p. 85)

Também questiono e penso que não participação de grupos de resistência fica como uma lacuna na pesquisa de Oliveira. Porque esses os movimentos sociais e de gênero da cidade não estiveram presentes na discussão da câmara não fica claro. Mas algumas pistas surgiram entre entrevistados, e sobretudo, entre as narrativas de participantes das Rodas de Conversa Virtuais.

5 A DISCUSSÃO DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO EM 2019

Esse último capítulo fala do episódio de 2019: a votação do Projeto de Lei Escola Sem Partido, e posteriormente do seu substitutivo chamado de “Escola Democrática”, na Câmara Municipal de Governador Valadares, nos meses de novembro e dezembro de 2019. Como já detalhado na introdução dessa tese, esse capítulo é construído por narrativas de mídias locais e de pessoas que estiveram presentes nas votações. 2019 foi um ano icônico, marcando o primeiro ano do governo Bolsonaro, trazendo para a cidade o movimento e o projeto ESP, que logo em janeiro já se faz destaque na mídia local, como já mencionado no capítulo 3, quando falo da cidade na segunda década do novo século.

A matéria do Jornal O Olhar do dia 17 de janeiro de 2019, além de trazer a lista das escolas que teriam professores “doutrinadores marxistas” e a informação sobre a ação do SindUte-GV contra o “QG Bolsonaro”, traz também informações sobre a intenção dos membros desse “QG” dizendo que a ESP será implantada em breve na cidade (COSTA, 2019a). A matéria entrevista alguns personagens que aparecerão no relato dos participantes da roda de conversa, que se posicionam sobre a implementação de tal projeto na educação em Governador Valadares.

Rafael Toledo, presidente do SindUte-GV, cita a Constituição Federal, a LDB, e se mostra indignado com o ataque à pluralidade de ideias. A vereadora Rosemary Mafra lamenta que cada vez menos se tem um debate político idôneo e fundamentado na cidade, e diz que a ideia do “QG” é inflamar o caos no sistema democrático. E o vereador Coronel Wagner, que diz concordar com a implementação do projeto do ESP em GV, seria mais tarde o proponente do PL do ESP para votação na câmara. (COSTA, 2019a)

Em 22 de janeiro do mesmo ano, a lista das escolas com professores “doutrinadores marxistas”, que teria sido publicada no Facebook do “QG Bolsonaro” no dia 14, com a promessa de publicar em breve os nomes de tais professores, volta a ser notícia em O Olhar. Segundo relatado pelo jornal, o presidente do “QG Conservador” – uma dissidência do “QG Bolsonaro” –, Sérgio Adriani de Barros, procurou a reportagem do Jornal O Olhar para esclarecer que seu grupo não estaria envolvido na divulgação de nenhuma lista acusando escolas ou professores de doutrinação marxista. Embora na matéria fique claro que o grupo dissidente não assume nenhuma ligação com a lista das escolas, é esclarecido também por

Sérgio Adriani de Barros que a direita conservadora apoia o ESP, e esperava que ele fosse aprovado nacionalmente (COSTA, 2019b).

A questão da lista também apareceu na Roda de Conversa Virtual. Participante 2 é quem fala primeiro no assunto. Sua fala surge na roda quando o grupo relata os momentos de conflito na votação, justamente para dizer de intimidação, de medo durante a sessão.

E, uma coisa que, eu até anotei aqui pra não esquecer é que, é... havia o povo do QG do Bolsonaro e havia o povo da “direita conservadora”. Por que que é bom destacar? Porque, eles em momento... – Participante 4 podia lembrar o ano – eles listaram as escolas que tinham professores doutrinadores [...] por acaso o nome da minha escola tava, não sei se a referência era eu [...] E, quando saiu essa lista, teve esse esse esse desentendimento... alguns falaram assim “não, a gente não faz parte do povo que soltou essa lista... a gente é isso, o povo que soltou essa lista é isso...” Então tem essa diferença, do QG [*do Bolsonaro*] e do grupo que se intitula direita conservadora. Então, essa diferença ficou pontuada exatamente nesse episódio, da soltura da lista das escolas que tinham professores doutrinadores... enfim, é isso. Então, eu acho que é importante destacar isso. (Participante 2, 2021)

Participante 4 também comenta a lista e acrescenta que o Sind-UTE/MG moveu um processo em relação à tal lista, e então “ninguém mais queria ser o pai da lista”. E acrescenta: “então eu não sei se de fato eles são separadinhos não, eles quiseram se separar para não se responsabilizar pelo ato da lista, eu acho que foi nesse sentido também” (Participante 4, 2021).

As matérias publicadas em O Olhar traduzem um pouco do contexto da cidade em 2019, muito antes da tramitação e votação do Projeto de Lei que pretendia implantar o ESP na educação valadarense, uma cidade com mais de 70%⁶⁵ dos eleitores felizes com o resultado das eleições presidenciais do ano anterior. E as Rodas de Conversa Virtuais trazem muito mais que a narrativa das sessões de votação na Câmara Municipal. Elas também compõem o cenário local, desde muito antes, como já citado no capítulo 3, mas sobretudo do clima pós-eleições de 2018, os medos e as resistências desses participantes das rodas. Organizei os temas abordados em algumas categorias e subcategorias que apresento a seguir. Contudo, pronomes e artigos que se refeririam a participantes dessas rodas, por sua conotação de gênero, serão evitados, no intuito mesmo de não facilitar a identificação de participantes em relação ao perfil descrito no plano de navegação da introdução dessa tese. Nem sempre será possível coibir a identificação de características de um/a ou outro/a participante, pois as próprias falas irão denunciar. Mas, penso ser prudente, pela própria questão ética da pesquisa, não facilitar.

⁶⁵ Resultados de Governador Valadares para o 2º turno das eleições presidenciais de 2018: Bolsonaro 71,07%; Haddad 28,93%. Fonte: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-minas-gerais/governador-valadares-mg/presidente/>

5.1 Capitalismo estruturante e questões decoloniais

Desde o início da minha pesquisa eu tinha hipóteses sobre o perfil da cidade. Quando estudei colonialidade, uma hipótese central foi tomando forma: que o que hoje caracteriza uma predominante cultura política em Valadares é uma herança do capitalismo estruturante, dessa colonialidade. Quando fiz as rodas de conversa virtuais eu ainda não tinha nome para minha hipótese, mas ela já estava lá. O que eu já vinha buscando, mas não podia falar para não direcionar as falas das/os participantes, mais do que a própria pergunta já direciona, vai aparecer nas falas de Participante 5, de modo não intencional explícito sobre o pensamento decolonial, e de modo explícito e intencional sobre capitalismo estruturante. O capitalismo estruturante também aparece intencionalmente na fala de Participante 2. Participante 3 chega a citar as interseccionalidades e traz em suas falas muito do pensamento decolonial, ainda que sem nominá-lo como tal.

No início de sua fala, Participante 5 se mostra incomodada/o com meu objeto de pesquisa que faz um recorte específico sobre a cidade de Governador Valadares. Sua crítica à minha pesquisa é também metodológica, sem se dar conta que esta se dava em função da delimitação do campo da pesquisa. Não expliquei, para não intervir na fala de participantes. Entendi que minha função naquele momento, como pesquisadora, era perguntar e não debater. Ainda que em diversos momentos eu manifestasse emoções no processo da escuta, e mesmo que raramente, também verbalizei algumas opiniões, meu foco nas Rodas de Conversa Virtuais era perguntar e ouvir. E foi interessante ouvir, pois à medida que Participante 5 tecia seus argumentos indicando meu “erro metodológico”, me trazia elementos que fortaleciam as minhas escolhas.

Eu quero que você entenda a minha fala, Renata. Assim da forma mais generosa possível. Eu não estou aqui pra qualificar o seu trabalho de forma alguma, mas eu acho que a forma que é colocada a questão ela está muito abrangente

[...]

Porque eu acho sinceramente, Renata, que é insuficiente uma análise de gênero em Valadares, insuficiente extremamente raso. Eu acredito muito que a questão do gênero é um ponto que você tocou no início, como a ideologia do patriarcado. Então quer dizer, essa discussão não passa nem só pelo sistema capitalista, nem só pelo feudalismo nem pelo escravismo, isso é desde desde... Então, a discussão de gênero ela é muito superficial, ela é muito insuficiente se gente delimita ela apenas a uma concepção da atualidade. (PARTICIPANTE 5, 2021)

Nesse momento, Participante 5 mostra um livro de Engels⁶⁶ em suas mãos, dizendo que naquela obra, o autor afirma que “a mulher é a primeira propriedade do homem” (PARTICIPANTE 5, 2021) e faz uma reflexão pertinente, dizendo que a discussão de gênero teria que passar pelo surgimento da desigualdade social. Embora seu intuito seja outro e sua base teórica seja marxista, em sua observação Participante 5 entra em uma das questões principais do pensamento decolonial: a inseparabilidade das discussões de gênero e classe. E, embora ainda não trouxesse de modo articulado a essa percepção as questões étnico-raciais, que também fazem parte da estruturação da dominação econômica colonial, não deixou de citá-las como uma pauta que também lhe interessava. A interpretação de Participante 5 da minha pesquisa ia na direção contrária que tomei, entendendo que meu olhar para gênero se dava desconectado das questões de classe e raciais, simplesmente porque meu objeto de pesquisa está delimitado ao caso de Governador Valadares. E insistiu por um significativo tempo de fala que “uma discussão sobre gênero em Governador Valadares, ela é muito insuficiente.”, deixando claro que não deveria ser feita uma discussão sobre gênero na realidade local.

Eu acho que é preciso ser feita uma discussão histórica uma discussão vinculada a desigualdade social onde vê a mulher como propriedade do homem desde desde... Eu tô falando aqui desde o período neolítico quando surge a agricultura, paleolítico nômade, então pra gente entender o que a gente vivencia hoje... E Valadares é um reflexo dessa estrutura. (Participante 5, 2021)

E ao falar em estrutura, busca a análise da ideologia alemã feita por Marx para dizer que a infraestrutura econômica determina a superestrutura que por sua vez é ideológica. Fiquei pensando se isso não seria um argumento a favor exatamente de uma pesquisa cujo recorte se dá em uma estrutura local.

E então completa:

Eu penso assim, que dentro de Valadares... Valadares ela é a representatividade de uma reprodução de um processo de desigualdade social. Ou seja, o que acontece em Valadares acontece no mundo. Ah! Mas o que acontece mais em Valadares? Claro, Valadares é conservador, sim. O mundo é conservador! Isso não é discussão aqui em Valadares... O estado de Minas Gerais é conservador, o Planeta Terra é conservador! (Participante 5, 2021)

A sua reflexão ainda se estende propondo uma necessidade de alteração no meu objeto de pesquisa, entendendo que estudar a questão de gênero em Governador Valadares seria

⁶⁶ A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

“insuficiente”, “raso”. Mas, enquanto argumentava, Participante 5 fazia, sem perceber, o mesmo caminho que eu já havia feito na escrita do capítulo 1 dessa tese, que foi sinalizar as similitudes da questão desde o contexto macro até o contexto local. E ainda, fazendo esse diálogo com as implicações do capitalismo. Só que, enquanto Participante 5 buscava uma lógica em Marx, eu encontrei no meu giro a lógica decolonial. Ouvi todas as críticas apontadas sem intervir ou questionar, uma vez que a construção argumentativa de Participante 5 carregava em si elementos importantes para minha pesquisa, e desenhava seu próprio raciocínio e leitura, naquele momento, sobre a questão de gênero na cidade. O que foi desenhando também, por sua leitura marxista, a ideia desse capitalismo estruturante, uma realidade presente em toda América Latina, forjado no colonialismo e consolidado na colonialidade.

Sua leitura marxista também deixava claro que seu debate não era de gênero, mas de classe. E embora fizesse uma tentativa de trazer uma compreensão do debate de gênero, buscando o vínculo entre classe e gênero, sua perspectiva era claramente de uma superioridade das questões de classe, e não havia uma leitura da articulação entre gênero, classe e etnia. Miguel (2017) faz uma discussão entre capitalismo e patriarcado em que aborda modelos dessa relação fundamentam um feminismo marxista.

O entendimento do vínculo entre gênero e classe passa por aquilo que Heidi HARTMANN (1997 [1979]) chamou de “o infeliz casamento entre marxismo e feminismo” (p. 97), que reproduziria a relação entre marido e mulher na common law inglesa: “marxismo e feminismo são um e esse um é o marxismo” (p. 97). Diante da força analítica da tradição marxista, o feminismo se viu constrangido a simplesmente tentar encaixar a variável “gênero” num arcabouço conceitual que fora produzido para e já era integralmente ocupado por “classe”. O desafio, segundo a própria Hartmann, não é chegar ao divórcio entre feminismo e marxismo, mas a uma relação conjugal equilibrada e igualitária, com o entendimento de que as estruturas de dominação de gênero e as estruturas de dominação de classe são igualmente importantes na determinação da situação das mulheres nas sociedades capitalistas patriarcais. (MIGUEL, 2017, p. 1227)

Enquanto Miguel busca argumentar que o feminismo trata classe como uma categoria marginal, Hartmann está dizendo exatamente o contrário do feminismo marxista que sobrepõe o debate de classe às pautas de gênero. Por outro lado, interessante observar que a própria metáfora de Hartmann foi construída numa perspectiva de papéis e identidades de gênero binária, de relacionamentos heterossexuais, e as questões de raça ainda ficam fora desse casamento. Morgante e Nader (2014, p. 04) lembram a observação de Saffioti sobre o feminismo marxista estar dividido entre quem admite a subordinação do patriarcado ao sistema capitalista e quem utiliza o conceito de patriarcado apenas como ideologia, numa visão de base e superestrutura. Para Quijano (2009), as questões étnico-raciais não estão nessa leitura das

superestruturas, mas estão em uma “matriz de poder colonial”, em uma outra lógica do poder que envolve múltiplas dimensões. Ballestrin (2017) destaca o esforço de Quijano em pensar fora dessas estruturas marxistas para trazer gênero e raça em suas leituras.

5.1.1 Valadares é uma cidade conservadora, preconceituosa

Participante 1 traz uma percepção da cidade que me surpreende. Do “meu lugar”, sempre li Valadares como conservadora, e isto é uníssono na primeira roda (quando pergunto sobre o contexto da cidade), mas nunca teria descrito como uma cidade da resistência organizada. Algo que Participante 1 lê, pois é alguém dos movimentos de luta.

Bem eu vejo governador Valadares assim uma sociedade muito conservadora, né, eu tenho essa impressão eeee assim como como outras frentes de luta né dentro dos movimentos sociais eu vejo que da mesma forma, como uma sociedade muito conservadora, também tem um movimento de resistência muito forte a esse conservadorismo, né o que é fundamental para poder é, pra fazer construir a luta pela garantia de direitos. Ainda existe, é, a questão de gênero e outras uma visão é absolutamente torta de que essas discussões... no caso de gênero, de forma específica, quer a retirada de direitos de um grupo para dar a outro, e que absolutamente não é, né, é a construção de direitos de um grupo que é historicamente alijado neles. Então eu vejo Valadares dessa maneira, sociedade muito conservadora, mas também com com grupos bem organizados para o enfrentamento a esse conservadorismo e a a busca por direitos. (Participante 1)

Já Participante 2, que veio de outra cidade, tem uma leitura menos otimista. Sua cidade de origem tem em torno de 30.000 habitantes enquanto Valadares tem dez vezes essa população. Sua expectativa, assim como das pessoas de sua cidade que lhe são mais próximas, era de encontrar uma cidade menos conservadora, mais aberta à diversidade. Mas em sua leitura de Valadares, Participante 2 considera que predominam aqui as mesmas concepções conservadoras de sua cidade de origem, talvez ainda mais acentuadas. Sua comparação entre as duas cidades passa também pelo tempo de emancipação de cada uma, sendo Valadares uma jovem de 80 anos, sua cidade tem mais de 400 anos de história. A questão religiosa muito significativa também na formação de cada uma das cidades, tendo em Valadares uma competição parelha entre católicos e protestantes desde sua colonização, enquanto na cidade de Participante 2 a fundação daquele território se deu em uma base católica que ainda predomina.

Governador Valadares é uma cidade que tem mais evangélicos que a média nacional, equiparando bem próximo ao percentual de católicos, que em geral é maioria no Brasil. A influência estadunidense na cidade, desde o início do século passado, fez com que as religiões cristãs, católica e evangélicas, ganhassem dimensões parecidas.

Numa região em que engenheiros e técnicos estadunidenses construíram a estrada-de-ferro, introduziram o tratamento de água, dominavam a extração e o beneficiamento da mica e da madeira-de-lei, as práticas católicas tendiam a serem catalogadas como “atrasadas” e tudo o que fosse estrangeiro, tomado também como sinônimo de evangélico, era “moderno”. Como paradoxo, os fazendeiros evangélicos mantinham a estrutura fundiária, as relações de autoridade e as práticas agrícolas “atrasadas” e, ao mesmo tempo, gabavam-se de terem introduzido na região “a bíblia, a bota e o boi”. (SILVA, 2006, p. 17)

Um cenário de intolerância religiosa, que predominava o catolicismo, seguido de perto pelo protestantismo, mas com profunda indisposição às religiões de matriz africana ou indígenas. Inclusive com uso de violência de forças policiais como já descrito ao falar dos anos de 1960, no segundo capítulo dessa tese.

A escola e a religião são centrais na percepção que Participante 2 constrói das questões de gênero na cidade. Seu olhar foca na escola, e em como a religião aparece na escola, colocando desafios para o trabalho docente com as pautas que eu chamaria decoloniais, mas que podem ser expressas pelos temas transversais obrigatórios de direitos humanos e relações étnico-raciais.

Então eu percebo isso que gênero em Valadares, essas dificuldades, muito por conta do elemento da religião, da religião evangélica né, e as interseccionalidades que acompanham então né, raça gênero... E aí nos espaços também que nós estamos enquanto esquerda, a gente vai apanhar muito em relação a gênero raça e diversidade sexual. Então a mulher preta, o gay afeminado, as pessoas trans que praticamente não existem nesses espaços, mas apanham mais, são mais silenciadas, são mais apagadas e quando fura é na base de muita, muita luta. (Participante 2, 2021)

Essa percepção de Participante 2 é mais próxima da minha. Ele/a também é da luta, mas pontua claramente que qualquer avanço nas pautas de gênero na cidade exige dos movimentos um esforço fatigante, e os avanços são assim pouco significativos. E quando buscava uma memória que ilustrasse sua fala, lembrou-se de um episódio que envolvia também Participante 4, acontecido no dia da eleição de Bolsonaro.

Quando ela falou de Valadares ser hostil... E por conta de eu ser objeto, eu me lembro, no dia da vitória do atual presidente [na época da entrevista era o Bolsonaro], no dia da vitória daquele ser, a gente foi encontrar com Participante 1, eu e um amigo nosso que é preto gay afeminado... Mas a situação foi a seguinte, e eu acho muito simbólico porque foi algo que me fez passar muito mal. Porque assim, gente já tava mal por causa do resultado, apesar da gente imaginar, mas a gente já tava... A gente foi ao encontro de Participante 4, que tinha acabado de sair da apuração. A gente parou no semáforo, a gente tava de moto e eu tava na garupa. A gente parou no semáforo porque estava vermelho e tinha um rapaz, um homem, varrendo a calçada de um bar, e ele olhou pra gente do nada e falou assim: “agora que o fulano ganhou” – não vou falar o nome dele mais – “agora que o fulano ganhou, a gente vai poder matar viado”. Ele falou algo parecido com isso. Tava eu, esse amigo meu que é gay, e ele falou isso... e assim, aquilo foi muito louco, assim, foi muito louco! Porque ele não tinha como saber

que o meu amigo era gay né, gente? Não tô colocando isso, eu tô colocando como foi simbólico, como foi louco... Meu amigo escutou aquilo naquele momento da vitória desse cara! E como que ninguém fala?... “Ah! Ele fala só brincando...” Mas, como que as pessoas encarnaram que de fato com a vitória dele é pra isso, tá liberado, ele falou com essas palavras. E foi muito simbólico, muito, muito! (Participante 2, 2021)

O relato de Participante 2 acena para uma atmosfera que se anunciava. As pautas de gênero, classe e etnia, mas sobretudo gênero e etnia, sofreriam os mais diversos ataques “autorizados” pelo grupo político que ascendia ao poder nacional. Um grupo que era apoiado pelo poder local.

E eu queria mencionar, quando Participante 4 falou que as pessoas não sentem vergonha hoje, não hoje né, eu acho que essa coisa de serem preconceituosas, eu acho que como a gente muitas vezes nunca reagiu, então acho que, eles não precisavam não sentirem vergonha de falar, mas não só não sentir vergonha de falar como ganhar mais de cem mil seguidores, acho que isso de uma semana pra cá é o que mais me chocou e até hoje eu não dei conta de processar essa informação... (Participante 2, 2021).

Nesse momento, Participante 3 repete a si a pergunta que eu havia lançado na roda: “Então, é, como que eu percebo a questão de gênero?” [na cidade]. E sua resposta já foi citada no capítulo anterior, quando falei do panorama da cidade na primeira década do século 21. Em sua percepção as questões de gênero na cidade são atravessadas pelas interseccionalidades – ou seria a inseparabilidade das críticas decoloniais? –, e os espaços de lazer noturno das pessoas LGBTQIAPN+ são espaços discriminados na cidade. Os mesmos que aparecem na tese de Novaes (2022) e com as mesmas características, sendo um deles conhecido como o “Inferninho”, citado por Participante 3 (NOVAES, 2022, p. 158).

Participante 3 continua...

Então, eu vejo Valadares uma cidade violenta pra quem tem uma orientação sexual diferente, uma cidade agressiva. Você não pode, aqui em Valadares eu não vejo, e as pessoas LGBTQs não andam de mãos dadas não vão ao shopping de mãos dadas, não se beijam nos bares. Que é muito comum você vê em Belo Horizonte. Que é muito comum você vê nas capitais, ou até mesmo em cidades mais próximas daqui. Ipatinga até eu já estive em locais de praça locais públicos que lá tem muito mais esses locais do que aqui, que as pessoas andam de mãos dadas que as meninas se beijam, que os meninos se beijam. (Participante 3, 2021)

Participante 3 acaba dizendo algo muito importante para essa pesquisa. Ela compara Valadares a outra cidade de porte médio, jovem e do interior de Minas Gerais. Cidade relativamente próxima de GV, considerando a extensão do estado de Minas Gerais, mas que teve uma história econômica muito diferente da valadarense. Ipatinga não pertence ao Vale do Rio Doce, sua região é conhecida como Vale do Aço, e sua ascensão é ainda mais recente do

que de Valadares. Região de produção de significativa produção industrial, de exploração e beneficiamento de minério de ferro, cuja formação da população se deu por atrair empresários e trabalhadores da metalúrgica, com perspectivas muito diferentes dos camponeses e latifundiários que colonizaram a região de Governador Valadares. Na pesquisa de Novaes (2022, p. 119 e 168), seu entrevistado “Hefesto” também compara Valadares com outras cidades onde a possibilidade de aceitação a manifestações públicas da homoafetividade é bem mais significativa.

Ainda sobre Valadares ser conservadora, Participante 4 intervém na conversa e pontua que irá completar a narrativa de Participante 2, que teria ficado incompleta. Participante 4 justifica sua intervenção pois o restante da história demonstraria o quanto Valadares “[...] é uma cidade extremamente conservadora, uma cidade de coronéis... Que ainda hoje é uma cidade de coronéis! A gente sabe...” (Participante 2, 2021). E então completa a narrativa dizendo que ao chegarem num bar, alguém se aproximou do trio com hostilidade, porque estavam usando um boton do candidato derrotado naquele dia, Fernando Haddad do PT.

A gente sentia muito medo. A gente ouvia tiros, porque as pessoas comemoravam com tiros pro alto. E a gente com o boton... E a gente falou: não vou tirar, não vou tirar. Mas assim, a ponto da gente ter que... Eu vim embora pra minha casa chorando de medo! Eu falei: eles vão me matar há qualquer momento!

[...]

Porque tinha uma pessoa que o tempo inteiro levantava da mesa dele e vinha pra nossa mesa pra nos hostilizar pra nos xingar. E assim, tipo assim: que que esse bando de preto tá aqui com esse boton do Haddad? A gente foi muito violentado mesmo no dia da eleição. Foi um trem assim que realmente é difícil até pra poder lembrar... (Participante 4, 2021)

Sua fala me causou muitos sentimentos, e também provocou minhas memórias sobre o que havia estudado até ali. Senti medo... medo e profunda gratidão por essas pessoas que estavam ali, compartilhando comigo histórias que marcam bem a cultura da cidade e o momento político que atravessávamos aqui. E ainda no contexto da sua narrativa complementar à de Participante 2, Participante 4 faz uma reflexão sobre os movimentos nos anos 1990 em Valadares.

Ai cê imagina... há 30 anos atrás ter uma gaymada na rua!!! Como que isso é forte, como isso é resistir! Se eu tô falando que eu tive medo na eleição do presidente de Participante 2 [aqui um chiste com Participante 2]... Eu tive medo! Eu tive que vir pra casa, porque eu tive medo de ficar com o boton, porque tava com o boton do Haddad que eu vim pra casa e chorei de medo de verdade! E eu tô falando disso recente... Cê imagina fazer uma gaymada há 30 anos atrás, o quanto que isso é forte, o quanto que isso demonstra a resistência dessas pessoas! Eu já comentei com a Renata, mas eu vou frisar aqui também: a gente não encontra essas pessoas, inclusive tem também a questão da intolerância religiosa é muito comum, porque essas pessoas tem que viver

escondidas!!! Participante 2 sabe disso, a gente tem aqui em Valadares uma casa onde mora uma série de trans, que as pessoas têm medo de dar o endereço, porque tem medo de chegar lá literalmente. “Participante 4, não vou te dar o endereço” – eu queria visitar – “porque a gente tem medo. Você é muito bacaninha e tudo, mas enfim, você é hetero, então você tem esse defeito que a gente não pode te dar esse endereço.” Porque, por meio das pessoas, vivem a sombra da sociedade literalmente! “Eu preciso preservar a minha vida... por uma questão de sobrevivência eu não vou dizer onde estou, eu não vou dizer onde eu moro, eu não vou dizer quem eu sou... Porque se eu digo, eu vou morrer, eu vou ser perseguida, eu vou ser hostilizada... já sou hostilizada, mas se eu disser isso, o impacto ainda seria maior.” Acho que é isso que eu queria falar. (Participante 4, 2021)

A fala de Participante 4 ultrapassa meu objeto de pesquisa e está em conjunção com o que Participante 5 se referia em suas ponderações quanto a amplitude do meu objeto de pesquisa. Mas o que Participante 5 via como negativo, vejo como resultado que confirma minha construção nessa pesquisa, de mostrar o macro e ver no micro seus reflexos, seus impactos, e o território (o terreno político) que lhe é solo fértil. É o jogo de escalas que tratam os historiadores que trabalham com a micro-história. O que tudo isso intensifica é uma pergunta já antiga: haveria cidades em que essa lógica não se confirmasse? E ainda que em todas as cidades de todo mundo essa mesma lógica se confirmasse, ou em todas as cidades mineiras jovens e de médio porte, do interior... A questão é como, em que grau, com que agravantes e atenuantes isso se dá em cada cidade com esse mesmo perfil. E mais, quais as hipóteses históricas e teóricas para essa dada, essa específica realidade. Para mim é muito do que essa tese é... uma proposição de hipóteses históricas e uma leitura enviesada da cidade. Hipóteses ancoradas nos estudos decoloniais e leitura propositalmente no viés feminista⁶⁷.

Suas narrativas sobre os medos no dia da eleição de Bolsonaro, e mesmo mais de dois anos depois, quando a roda de conversa foi realizada, trazem novamente questões sobre o que é específico da cidade e o que seria do cenário nacional. Será que em todas as cidades do Brasil esse medo estaria presente? Ou esse medo estaria também vinculado à ideia de que “eles ainda estão por aí”? E quem são “eles” em 2018? Quem eram “eles” na câmara de vereadores em 2019 ou mesmo no momento daquela conversa? Quem está por aí, nessa cidade? A interseccionalidade de Crenshaw ou a inseparabilidade de Lugones intensifica o medo de Participante 4. Como interseccionalidade, aflora em sua fala, e denuncia os medos de uma mulher preta ao transitar “livremente” pelas ruas de uma cidade conservadora. Como inseparabilidade, reforça minhas hipóteses de uma cidade imersa na colonialidade, que carece de leituras decoloniais e políticas descoloniais.

⁶⁷ Minha perspectiva do que estou chamando aqui de viés feminista está na introdução dessa tese, tanto nas definições sobre feminismo, quanto de uma educação feminista.

Eu falei, já tinha falado com você mesmo... eu, eu tenho uma série de blusa, é, “Luto por igualdade de gênero!”, “Luto contra LGBTfobia!”, e aí, eu, ainda hoje eu me sinto... eu não me sinto segura de usar essas blusas, pra andar na rua de Valadares. Então, esse é o momento político que a gente tá vivendo, assim. Eu tenho medo. Eu fui votar com a blusa que fala “Mulher não vota em candidato que fala mal de mulher.”, alguma coisa assim, até esqueci a frase, e eu fui com medo... assim, porque eu tenho medo, de verdade, de usar essas blusas e aí ser agredida. Não, mesmo que não seja fisicamente, mas que, que verbalmente essas pessoas consigam, ah, se sintam no direito de me agredir. Principalmente porque eu sou uma mulher negra, né, e aí, né, o corpo negro ainda tem menos valor ainda, né, como se diz, é, a, “a carne negra é a mais barata do mercado”, então, a qualquer momento eu posso ser agredida, então não me sinto segura. (Participante 4, 2021)

Ainda sobre a temática da cidade “conservadora”, o relato de Participante 6 foi muito significativo. Ao contar sobre como percebe o conservadorismo local, narrou sua história de vida, seu engajamento político e social na cidade, contou os desafios que enfrentou e o quanto se colocou como pioneira em diversos espaços públicos e políticos em que mulheres ainda são minoria.

5.1.2 Uma pioneira na roda

Seu relato traz de forma comovente e inspiradora uma trajetória de uma mulher que veio de uma cidade muito pequena, de região próxima a Governador Valadares e aqui foi buscando espaços de atuação política e social, sendo pioneira em diversos espaços que ainda, naquela época, por volta dos anos 80, eram ocupados até então somente por homens. Enumerar seus espaços de conquista e seus caminhos aqui, seria descrever e revelar toda sua identidade. Não houve uma solicitação que não fizesse isso, mas foi uma escolha minha por tentar não identificar ninguém. Mas a história contada por ela, que por ser ela já revela mais que eu gostaria, trouxe personagens e movimentos que destacaram a ausência das mulheres no campo político, e o quanto a sua presença pioneira provocou resistências e restrições. Sua candidatura, para o que fosse, como “cabeça” de chapa sempre seria questionada, trazendo intervenções e sugestões que se colocasse como vice de um candidato do sexo masculino. Ainda assim, sua fala problematizou o momento atual, reverberando o retrocesso das conquistas de gênero do final do século passado, que abordei no primeiro capítulo.

Então... assim, a gente escutou muita coisa, mas mas, naquela época, vencemos esse obstáculo, né. [...] Aliás, Renata, eu acho que a gente tá é retrocedendo, sabe. O tempo de hoje parece que, a gente, eu fico olhando lá atrás, quando eu disputei lá no diretório acadêmico a presidência do DA, e participei muito dos movimentos de, é... estudantis na época né, que era o EMED, o ENED, os encontros nacionais, encontro estadual... e hoje a gente, assim, percebe que as mulheres, elas, tão meio distantes né, dessa... de

um modo geral. É, talvez por desinteresse, não sei, né, queria fazer essa discussão. (Participante 6, 2021)

Não fizemos essa discussão, não diretamente. Mas ela poderia estar no medo de Participante 4, na frustração e pessimismo de Participante 2, nas experiências e lutas de Participante 3... nos retrocessos, enfim.

O pioneirismo de Participante 6, verificável nos registros por onde atuou, se deu em diversos espaços da política, tanto em cargos por ela chamados de “bastidores”, quanto no cenário eleitoral da cidade. Movimentos sociais, órgãos e conselhos de sua área de atuação, educação, gestão pública, vereadora e outras funções mais, iam aparecendo na sequência narrada quase sempre como a primeira mulher, ou no mínimo uma das primeiras, a exercer aquele cargo ou função. E lamenta muito ao falar que algumas atividades que desempenhou há mais de vinte anos, depois dela, nenhuma outra mulher havia assumido a mesma função.

É abrindo caminho... eu sempre achei que nós temos que ser escada, né, para outras subirem. E eu incentivo muito a participação das mulheres nos espaços de poder, dos quais eu tive a oportunidade, a grata satisfação de, de estar lá. Mas não tenho apego, né, não tenho nenhum apego a esses espaços de poder porque gostaria é na verdade de servir de escada mesmo, para que outras também, né... (Participante 6, 2021)

E referindo-se aos apontamentos que Participante 5 fez quanto ao recorte dessa pesquisa na cidade de Governador Valadares, ela ainda coloca sua perspectiva sobre as questões de gênero e pautas feministas na cidade.

Nossa população, né, num tô falando nós mulheres, mas a nossa população de um modo geral, incluindo as mulheres, em Governador Valadares a gente tem uma resistência talvez um pouco maior, pra poder ganhar as mentes das mulheres, sabe, pra poder... e aí é um papel extremamente necessário e fundamental pra nós, enquanto somos formadoras de opinião. Porque, eu tive, né, eu tive em vários desses espaços, é, e eu percebo isso, a gente não consegue chegar, é, na realidade das mulheres, enquanto massa, né, enquanto, sabe, pra todas. Não pra nós, mas para todas. (Participante 6, 2021)

Por sua militância política, as participantes 2, 3 e 4 acompanharam em muitos momentos a atuação da Participante 6 como vereadora na Câmara Municipal de Governador Valadares e comentaram sobre violências sofridas por ela, naquele cenário tão marcadamente e majoritariamente masculino. Segundo as participantes, a câmara de uma “cidade de coronéis”. Segundo a Participante 2 (2021), em uma dada votação, havia uma autoridade política masculina da cidade que a deixava “muito assustada” pois durante o processo, postou-se ao lado da Participante 6 em um posicionamento e atitudes que claramente tinham o objetivo de

intimidar a vereadora. Para a Participante 2 esse foi um episódio bem simbólico sobre a questão de gênero em Valadares. Em seguida a Participante 4 completa o relato da Participante 2 dizendo que a violência sofrida por Participante 6 era uma constante. A ponto da Participante 4 parar de acompanhar a atuação da vereadora na câmara, pois, segundo ela, a atitude dos homens a irritava muito. “Ela não calava, né, mas assim, o tempo inteiro as pessoas tentavam silenciar ela, sabe, os outros vereadores tentavam silenciar... Já tentaram tomar projeto da mão dela, assim, uma coisa horrorosa!” (Participante 4, 2021). Essa violência sofrida também aparece na fala da Participante 6.

Na política, a mesma coisa na política né, é, cê vê que a gente não consegue fazer uma câmara municipal, é, que tenha uma participação feminina de forma combativa, né. Eu sofri muita, muita, vamos chamar assim, resistência mesmo, né, na câmara, pela grande maioria né, dos homens, de forma que, assim, é, não foi uma experiência das melhores, enquanto participante lá da câmara municipal, porque... você pode participar de uma forma passiva e aí as coisas passam, sabe, por você e num te incomoda, porque né, você também num... Agora se você for realmente né, ter, fazer um debate e marcar realmente as suas posições, é, são muito conflituosas, num é. Então eu vejo assim, eu vejo, quando eu convivo, né, com mulheres... Na minha área, em outros municípios, do porte de Governador Valadares, a gente percebe que há uma certa, é, vamos chamar de doméstico mesmo aqui... eu não porque que nós não conseguimos chegar nas mentes das nossas mulheres enquanto massa, pra gente conseguir é, avançar nessa questão do gênero. Cê veja que a gente faz debate, igual nós fizemos o debate na câmara, né, a respeito da Escola Sem Partido, fizemos outros debates de gênero, mas a gente não conseguiu que esse debate chegasse até as massas, até a quem interessa realmente. Então, é importante essa nossa discussão aqui e o seu trabalho. (Participante 6, 2021)

Sua fala me fez pensar na importância daquele momento, no valor dessa pesquisa, nas significativas contribuições de cada participante da roda. Desde a época, até o momento dessa escrita, essa fala tem sido um estímulo à conclusão dessa pesquisa. São tantas censuras, preconceitos e limites que encontro para as discussões de gênero nessa cidade, que me perguntei várias vezes no processo da pesquisa, qual o seu significado, qual o sentido de tudo que estudei e ouvi. Confesso que também sinto medo... porém em nada comparado ao que sentem as minhas interlocutoras militantes. Prossigo, então!

5.1.3 A questão religiosa – igreja católica reage às conquistas

Ainda que eu não quisesse que o tema religioso fosse pautado, mas na verdade eu queria, não poderia ignorá-lo na roda. Por tudo que já foi dito nos capítulos anteriores e mesmo nesse, sobre o perfil religioso da cidade, desde sua consolidação enquanto município, e por toda influência mundial das religiões, sobretudo da Igreja Católica, nos retrocessos das pautas de gênero, é importante trazer o que surge sobre essa temática na roda de conversa.

Já mencionei a leitura que Participante 2 faz da cidade por meio da influência das igrejas nas escolas. Participante 4 fala de sua leitura da questão de gênero na cidade a partir dos retrocessos da última década.

[...] eu entendo que nós tivemos de 2015, é quando, é como se a gente tivesse é, um retrocesso muito grande em pautas que a gente tinha, que a gente tava feliz da vida que a gente tava camin... não era o ideal, num tô falando que a gente tava no, né, no ideal, mas a gente tinha caminhado muito. E na maioria das pautas, que, que eu acredito, que eu defendo, enquanto professora, enquanto educadora. E aí é como se eu visse assim, e aí é meio que um desespero, né: o que que nós fizemos e o que que nós poderíamos ter feito pra que não acontecesse tantos retrocessos, tantas perdas? [...] a gente fazia greve pra conquistas de novos direitos, e aí agora a gente faz greve, faz reivindicação pra não perder direitos que a gente já tem, que a gente já adquiriu. Olha, sabe, que loucura isso. [...] agora a gente faz isso pra não perder o que a gente já tem e que a gente já tinha conquistado. É esse o momento político que a gente tá vivendo né, só de retrocesso. (Participante 4, 2021)

Participante 3, por experiência de longa data nas lutas sociais, traz para a conversa outra característica nacional: a “esquerda conservadora”. Em uma de suas participações na roda, descreve como eram os trabalhos realizados pela pastoral da Igreja Católica, ligada à CEB’s, em sua comunidade, e da qual fazia parte, com um recorte sempre de classe, e posteriormente de etnia, na luta contra o extermínio e o encarceramento da juventude negra. Contudo, seu encontro com a pauta de gênero, feminista, se deu muitos anos depois e em outras áreas de sua vida. Rer e escrever sobre sua fala me faz lembrar de Baco, entrevistado de Novaes (2022, p. 162), quando ele diz que pra ser respeitado na esquerda valadarense, tem que reproduzir a masculinidade hegemônica, conservadora.

Então essa pauta me atravessa muito depois é... que eu já estava militando, que eu já militava, então se descobrir é... mulher negra bissexual isso foi um caminho depois que eu já atuava fortemente na esquerda e na esquerda de Valadares que é uma esquerda conservadora a gente não fazia o debate de gênero, como não faz até hoje né, a gente pode ver as mulheres do campo ainda oprimidas aí pelos companheiros... Então, eu cresci nesse nesse, é... nesse esp... eu me formei na militância nesse espaço, que não discutia gênero, não discutia orientação sexual, que não discutia... discutia classe muito forte e discutia muito a questão né, é dos direitos, da reforma agrária, enfim. (Participante 3, 2021).

A leitura de Participante 3 é de uma cidade ainda muito violenta para a questão de gênero, de orientação sexual. Em sua análise traz o exemplo do ex-vereador Pedro Zacarias, e reforça que é uma cidade hostil em todos os campos, nos espaços públicos e privados, no que compete às questões de gênero.

[...] a gente teve a experiência de ter um candidato que representava a igreja sempre foi da igreja da pastoral ele teve X de votos, 700/800 votos, quando ele se identifica

como um homem gay e assume a sua orientação sexual, esses votos da igreja, daquela comunidade onde ele cresceu, católica, eles desapareceram. Então, ele teve tipo um terço desses votos. E ai pra você vê que não muda a história dele, não muda a construção política dele, não muda nada. O que mudou foi ele assumir uma orientação sexual, que aquela base católica ali da esquerda, é... comunitária, ela diz agora essa pessoa não pode mais nos representar. (Participante, 2021).

Participante 2, que veio de outra cidade, como já mencionado, predominantemente católica, trouxe uma diferença na sua percepção da religiosidade e a pauta de gênero, tendo como ponto de partida sua experiência como docente, em sala de aula, na lida com os estudantes e seus familiares.

Então aqui as discussões de gênero pensando nesse lugar da escola ele é... ele tem muito mais resistência ele tem é... muito mais embates do que lá né... mas não sei de outros lugares porque é obvio que a gente sabe que não é especificidade de Valadares lá também havia resistências, óbvio. Mas aqui tem esse elemento de religião assim que ele ele, ele... determina esse lugar que a gente discute ou quer determinar... não determina porque a gente se coloca, mas se você não, não se colocar, a questão religiosa vai ser determinante. (Participante 2, 2021).

Há um longo trecho da fala de Participante 3 que foi quase irresistível reproduzir na íntegra. Mas fiz cortes intercalados com breves comentários meus, por entender que sua análise corrobora com muito do que trouxe no primeiro capítulo quando falava dos avanços feministas do final do Século XX e dos retrocessos conservadores no Século XXI. Participante 3 reforça o papel das igrejas cristãs na questão da orientação sexual, sobretudo no que se refere à juventude.

Essa questão é uma questão que é uma, é... eles batem, né, forte, a questão do, do nascer homem, nascer mulher, a genitália, enfim. Eles jamais vão, vão dialogar, né, com né... a Igreja Católica, que eu conheço mais, jamais vai dialogar com a ideia de, da gente, nascer com um, um sexo biológico e querer assumir outros signos, né, de, de feminilidade, ou não... É, porque isso ameaça, né, o poder da igreja... uma igreja que só tem homens, pra início de conversa, uma igreja masculina ao invés... E eu acho que todas as outras igrejas cristãs vêm nessa linha, né. Eu acho que o espiritismo ainda faz uma, é, uma reflexão, mas o candomblé também, é, a questão de nascença, né, de, de você nasceu, é aquele gênero ali dentro da roda, pelo que eu sei também... então, enfim, a questão religiosa, é uma questão que eles usam muito bem. Mas, é a cortina de fumaça mesmo, pra poder implantar uma ideologia conservadora, mas, com a pauta política neoliberal. E eles conseguiram, a, fazer isso, com muita, com muita estratégia. E conseguiram fazer, acumulando, né, é... toda essa, essa baboseira sem fundamento. (Participante 3, 2021)

Entendo que a reflexão de Participante 3 vai no ponto principal dos movimentos conservadores neoliberais (expressão estranha) que usam a religião para impedir e retroceder os avanços das pautas feministas. Lembro da já citada contribuição do texto de Ratzinger, na época cardeal e posteriormente Papa da Igreja Católica, que chamou as pautas feministas de

“ideologia do empoderamento das mulheres”. Para Miskolci e Campana (2017, p, 726) a retórica de Ratzinger é uma contraofensiva político-discursiva às conquistas feministas nas últimas décadas do século XX. Sendo o poder da Igreja Católica um poder patriarcal, embora ainda possa nos seus movimentos de comunidades de base (como a já referenciada CEBs) defender pautas de classes e etnias, sua resistência é construída e consolidada nas pautas de gênero. Participante 3, em sua análise, salienta que há uma população manipulada que não tem argumentos e que não consegue sustentar um debate, mas que existem os que pensam e divulgam os argumentos pautados nos fundamentos religiosos, no pânico moral e no quixotesco desmonte das famílias, mas com total consciência que o que está em jogo é mesmo o poder patriarcal. O que Participante 3 registra é a guerra político-moral que parte da Igreja Católica e das igrejas evangélicas, e mesmo outras religiões conservadoras, travam com os movimentos de gênero e suas pautas da diversidade.

Não aborda diretamente o pensamento decolonial, mas expressa uma leitura crítica dos discursos conservadores que sustentam e fortalecem a dominação político-ideológica do capitalismo moderno. A percepção de Participante 3 está nos avanços também registrados no início do Século XXI das conquistas feministas no campo político eleitoral no Brasil, não só no sentido de conquistas das mulheres, mas feministas também no sentido da inseparabilidade presente no feminismo decolonial.

Acho, ô Renata, que, isso tem muito a ver com... essa reação deles também tem muito a ver com, com as últimas eleições que a gente conseguiu eleger um número maior de mulheres, vem fazendo isso, de negros, de indígenas, né. Aí, eles, eles precisavam, é, frear esse movimento, né. Que ele nasce desses debates assim, eu acho que tem muito a ver com as redes, muito a ver com o pós-2013, tem muito a ver com aquilo que eu já trouxe, né, é... então é uma reação mesmo à questão, né, das mulheres... [...] A direita, nesse sentido, tá muito mais organizada. Ela pegou esse, esse movimento, né, mundial, e organizou ali o conservadorismo, e a ideologia deles e enfim... eu acho que hoje a gente, a gente tem perdido essa batalha, tem perdido essa batalha porque a gente não consegue, é, ainda dialogar com, com essa, com a população. Por primeiro porque a gente perdeu as bases das igrejas, né, as igrejas né, principalmente teologia da libertação aqui no Brasil, nós perdemos essa base, e não estamos no dia a dia, no cotidiano das pessoas. Então como que a gente vai, é, dialogar com essas pessoas, né? Se a gente não tá no dia a dia, no cotidiano... então eu vejo isso muito, sair da igreja, por exemplo, movimento que eu fiz de sair da igreja me distanciou dessas, dessas bases que antes eu poderia, né... dos grupos de jovens, enfim, e eles tão lá. Eles continuaram lá e continuaram mobilizando a base deles fortemente e expandiram ainda pras igrejas evangélicas, né, que eu acho que hoje é maioria na cidade, tenho quase certeza que é. (Participante 3, 2021)

O espaço de construção de uma esquerda que avançou em classe e até etnia, retrocedeu diante dos avanços de gênero, e passa a ser palco de formação para o pensamento colonial, patriarcal. Uma direita que consegue frear a igreja nas pautas sociais e raciais por meio do medo

que a própria igreja tem diante dos avanços feministas. As leituras de Participante 3 instigam Participante 2 a trazer para a conversa também a questão do Movimento Escola Sem Partido e da patologização da homossexualidade no campo da Psicologia, pois são questões que aparecem na cidade também ligadas aos movimentos das igrejas evangélicas.

Mas uma outra coisa, essas disputas... quando Participante 3 fala que eles estão mais organizados... Nós tivemos a disputa do, esqueci... do povo da psicologia, que grupos... porque a igreja, ela conseguiu realmente, gente, puta que pariu, vai ficar gravado, desculpa mais, ela conseguiu entender que, estando em determinados lugares, ela poderia articular tudo isso... que o ESP na realidade é, né uma teia né... como Participante 3 falou assim, essa cortina de fumaça, d'uma teia que foi se tramando... então essa, ai, alguém lembra aí, o Conselho... ai que nó lembrei eu mesma, o Conselho de Psicologia, ele foi disputado por causa de grupos religiosos... porque grupos religiosos defendem, não só o ESP, como a “cura gay”. (Participante 2, 2021)

Pelas redes sociais, acompanhei a divulgação de palestras e eventos de igrejas locais de variadas denominações evangélicas, com uma abordagem psicológica para o que seria a “cura gay”. Ou seja, profissionais do campo da psicologia que falam em “homossexualismo” como uma patologia a ser “curada”⁶⁸. Participantes 2 e 4 relatam ainda que a influência do Conselho de Psicologia na cidade vai ser percebida também dentro das escolas, sobretudo na integração entre a escola e a família.

5.2 Conflitos e ameaças em 2019 na câmara e o contexto político

Nessa seção vou apresentar os acontecimentos de 2019, porém, em uma dinâmica muito diferente da apresentação do episódio de 2015. Sobre a votação do PME eu mesma construí minha narrativa, a partir da transcrição e leitura das reuniões que estão gravadas, disponíveis no portal da Câmara Municipal de Governador Valadares. Aqui as narrativas são outras. Elas foram enredadas por participantes da roda de conversa, num emaranhado de outras narrativas e leituras da cidade, em diálogo com as quais venho construindo esse capítulo. Aqui é outra história... agora não é uma história que eu tenha lido ou assistido, mas são as histórias que me contaram.

Ao contrário de 2015, em 2019 houve uma organização de participação e resistência. O momento político é bem distinto em relação a 2015. Os retrocessos já não são mais ameaças,

⁶⁸ Um exemplo é Marisa Lobo, uma psicóloga midiática, que se autointitula como “Psicóloga cristã”. Palestrou na cidade em 06 de maio de 2018, na Igreja Presbiteriana Renovada. Profissionais locais também realizaram momentos semelhantes nas igrejas da cidade, ou em parceria com elas.

são realidades. A luta não é apenas para frear os retrocessos e retomar avanços das pautas feministas, mas é a resistência aos avanços do discurso do ódio, das pautas conservadoras reacionárias, aos subterfúgios de uma direita patriarcal, que conseguiu utilizar-se do pânico para moral para defender seus privilégios e poder.

5.2.1 Mobilização e participação

Em 2019 a esquerda, então oposição, se organizou. Antes mesmo da votação do Projeto de Lei Escola Sem Partido um grupo de militantes procura o vereador Coronel Wagner, proponente do PL ESP, numa tentativa de retirar o projeto.

Maldita hora que nós fomos naquele gabinete, né. Sentamos com o Wagner... [...] o cara sabe né, ele, ele, o cara discutiu território aqui... ele é um cara que não é bobo... só que ele sabe que isso mobiliza o povo, ele sabe que isso move uma massa. Claro que ele sabia que aquilo era inconstitucional, claro que ele sabia tudo aquilo, mas ele queria mobilização... [...] Lá no gabinete dele, que nos atendeu foi o filho dele e um outro rapazinho, que é é, e aí eles falaram “Olha, nós queremos uma escola neutra, mas nós somos conservador”. Na verdade, essa, essa neutralidade que eles pregam, é pra perseguir professor, gente. Onde, que escola que vocês já estudaram que não foi conservadora? Que não teve ensino religioso? Que escola que cês estudaram que professor não coloca a opinião, a vivência? É porque é assim, ninguém é neutro. Mas esse discurso de neutralidade deles, é pra perseguir professor, é pra dar margem pra perseguir professor.

[...]

a gente fez essa conversa infeliz com o Wagner, ele falou “não...”, ele ria, debochava, e todos esses argumentos da questão da liberdade do professor... o sindicato levou pra ele e ele “gente, eu vou colocar o projeto pra fazer o circo”. Ele... E o filho dele vinha e falava, nós somos conservadores, nós queremos uma escola conservadora, uma escola que seja neutra, que não discuta Che Guevara, Paulo Freire, e todos os comunistas... enfim, é que discuta o modelo liberal mas também que não discuta só Marx, enfim... eles levaram tudo isso. É, e aí lá em 2019 a gente, foi feita essa conversa com eles... a gente foi pro embate. (Participante 3, 2021)

Na narrativa de Participante 3 a neutralidade defendida pelo grupo que propõe o ESP no município não é neutra. Tem lado e coloca escolhas sobre o que a escola deve ou não deve ensinar. A implementação do projeto daria sim poder para controlar os currículos, controlando as escolhas docentes. Não houve negociação possível, e o a proposta foi para a votação na câmara. Participante 4 relata que foi criado um grupo na tentativa de uma melhor organização da resistência, na mobilização de ações que pudessem barrar ou derrotar o PL 127/2019⁶⁹. O

⁶⁹ PROCESSO N° 738/19. <https://www.camaragv.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/1a-reuniao-ordinaria-do-mes-de-novembro-de-2019/28110>, <https://www.camaragv.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/1a-reuniao-ordinaria-do-mes-de-dezembro-de-2019/28120>, <https://www.camaragv.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/5a-reuniao-ordinaria-do-mes-de-dezembro-de-2019/28124> e <https://www.camaragv.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/7a-reuniao-ordinaria-do-mes-de-dezembro-de-2019/28127>.

grupo se organizou também para visitar os vereadores e tentar o convencimento, o diálogo, e disse entre risos, que a intenção era explicar que não existe “ideologia de gênero”. Mas, como no episódio narrado por Participante 3, não houve muito sucesso nos diálogos.

Também foi por meio da mobilização no grupo de whatsapp que participantes 2 e 5 souberam da votação e foram para o embate. Nas redes de contatos, Participante 5 recebeu a chamada tanto pelo viés de participantes 2, 3 e 4, quanto de Participante 1. Sobre o grupo que se fez presente, embora mobilizado, ainda era minoria como afirmaram participantes 2, 3, 4 e 5.

Bom, eu já disse que os movimentos sociais de Valadares eles, eles se inter cruzam, assim... A gente sabe quem quem são as pessoas... eu assim, antes de ir eu já sab... eu já poderia listar na minha cabeça quem são as pessoas que estariam lá [risos]. E aí eu vi... e é, e infelizmente... a gente tem um grupo, né, que há anos vem, né, e esse grupo basicamente é o mesmo grupo [...]. Tanto que quando a gente montou o grupo de de whatsapp pra pensar mobilizações, a gente já pensou, aí colocou todo mundo era era administradora e, e aí todas as pessoas já colocavam... “não, vou chamar fulano, ciclano...” e todo mundo se conhecia no grupo. Mesmo que a gente não tinha proximidade, a gente sabia, quando colocava uma pessoa no grupo, eu já sabia assim ó: “sabia que essa pessoa viria pro grupo”. Eu tinha certeza. Que a gente sabe quem são as pessoas, e quais as bandeiras que essas pessoas levantam aqui na, na, na cidade. (Participante 4, 2021)

Embora haja toda uma mobilização e as tentativas de se organizarem, há uma limitação pois o grupo parece não conseguir sair de si mesmo. Não haveriam outras pessoas na cidade também interessadas na pauta, preocupadas/ Onde elas estavam, onde estava eu/ Porque é tão difícil fazer a mobilização de não militantes/ O que me faria ir e o que me faria não ir/ Participante 4 fala da presença de participantes 1, 2, 3, 5 e 6, de membros da Atlética, “o pessoal do SIND-UTE, os outros diretores do SIND-UTE/MG estavam lá também, [...] as pessoas que estavam lá que a gente olhava e sabia que aquelas pessoas estariam lá de qualquer jeito [...]” (Participante 4, 2021). Participante 4 fez questão de ressaltar a ausência que sentiu do Sindicato dos Servidores Municipais, que não se posicionou e não enviou representante. Registrou a presença de professores do Instituto Federal, das escolas estaduais e de pessoas dos coletivos, mas não viu professores da Rede Municipal, que são diretamente afetados pelo projeto.

E eu acho que é, que é importante também, ter esse registro, porque os servidores municipais, eles não tiveram nenhum tipo de mobilização. Inclusive, eu procurei saber: “E aí, que que o pessoal tá fa... né, da rede municipal?”, aí falou “não a gente num... não sei, a gente num quer fazer nada não. Então, eu achei, no mínimo, estranho, é, o sindicato né, dos servidores municipais, não ter mobilizado esses servidores, pra fazer esse processo, né, de enfrentamento, tendo em vista que eram os primeiros, né, e os mais afetados (Participante 4, 2021).

São os primeiros sintomas de uma articulação com muitas fragilidades. E ainda assim, em 2019 os grupos se mostraram mais consolidados e conscientes de suas lutas do que em 2015. Se a articulação de 2019 ainda se deu longe de uma potente mobilização, já se mostrou um avanço em relação ao período de 2015.

[...] quem foi brigar foi o sindicato, foram vocês [se referindo aos participantes professores], enquanto coletivo. Os professores não vieram pra luta, porque no geral eles também compraram esse discurso. Compravam esse, esse, é, esse debate. Eu ouvi coisas assim, e eles riam e debochavam, Wagner e o filho e tal, porque eles querem aplicar a identidade... a ideologia conservadora atrelada à política neoliberal, né, mas eles inventam essas coisas e sabem dessas bobagens... do “banheiro coletivo”, né... é... do “kit gay”, né. De jogar essas coisas, que eles sabem que não acontecem, que professor não faz isso, muito pelo contrário. [...] Então assim, é... eu participei dos dois momentos, acho que o momento do ESP, como existiu também uma luta nacional, a gente conseguiu organizar aqui, né, do jeito que a gente tinha. Mas, infelizmente, aí eu, eu concordo com Participante 5, a gente se organiza ali, na pauta da identidade, identitária. Porque, quando, por exemplo a, a Atlética, ela vai pra essa luta, mas ela dialoga com o governo conservador, ela na verdade, tá fazendo aquela luta ali, pontual. Se for... pra questão de cotas eles não foram... eles não foram fazer a defesa... (Participante 3, 2021).

Participante 3 lamenta a falta de coesão entre os movimentos que poderiam se articular numa perspectiva de interseccionalidade, e mostra uma “luta” de gênero, desvinculada das demais pautas que para o feminismo decolonial são indissociáveis: etnia e classe (também questões ambientais). Penso que aqui a realidade vai na contramão da primeira narrativa de Participante 1 que acredita haver na cidade uma organização para a luta. Sem dúvida, é notório que na última década surgiram grupos com suas pautas de gênero e etnia, fortalecendo o debate e as resistências, mas o que emerge nas falas de demais participantes é uma ação ainda pouco articulada entre grupos, sobretudo quando se compreende a necessidade de uma leitura e uma atuação no viés da inseparabilidade entre gênero, classe e etnias. Os desafios são profundos, pois a direita conservadora consolidou narrativas do pânico moral, pautadas em teologias carismáticas ou neopentecostais.

E assim, eu quando, quando eu penso e lembro dos argumentos das pessoas que estavam lá, dos vereadores que defendiam, eram coisas assim, totalmente surreal! Ou seja, não tinha argumento... e, e muito pautada na questão religiosa, muito mesmo, pautado na questão religiosa, é, teve um momento [...] que eles estavam falando: “Não, que a gente tem que proteger nossas crianças, quanto a qualquer tipo de violência sexual...” e eu comecei a gritar: “os meus alunos sofrem violência sexual dos pais, dos tios, dos padrastos...” e gritando lá na câmara. [...] Eu estou há 15 anos em duas escolas públicas e periféricas, e eu tenho relatos e todas as vezes, e assim, é até difícil pra eu falar, todas as vezes que eu abordo a temática, por exemplo, de violência sexual, eu tenho alunos ou alunas que relatam essas violências, e normalmente são a família, né. Então assim, que família tradicional é essa, que eles tão defendendo, que é justamente essa família que, que agride, né, que violenta, essas cr... esses, esses alunos. É, é, qualquer pessoa que minimamente conhece a realidade

dessas, desses alunos e alunas que são violentadas violentados, iam entender a importância dessas... de todas essas discussões na escola, pra que os alunos dê conta de entender que isso é um tipo de violência, e entender que é possível denunciar. (Participante 4, 2021)

Do outro lado da disputa, aqueles que se viam contemplados no PL 127/2019, segundo o relato de todas/os participantes se fizeram maioria na câmara, tanto entre os vereadores quanto na galeria.

O grupo que tava lá, a favor do ESP, nitidamente, era esse grupo que, a linguagem corporal deles era essa linguagem corporal [...] então se se fizesse uma análise corp, da linguagem corporal deles, ou uma análise do discurso, você perceberia esse lugar de, [...]que existe um, um rótulo pra família conservadora... Esse homem que tava lá, era esse homem que representa esse rótulo, né. (Participante 2, 2021)

A descrição de Participante 2 é confirmada por demais participantes e reafirmada por Participante 5. O grupo cita ainda a presença de estudantes do Grêmio Estudantil de uma instituição local.

Então, eu acho que a gente tinha conhecimento do que tava acontecendo, né, mas a gente não estava organizado, e aí eu me incluo no meio, tá. Nós não estávamos organizados... Pô cadê os professores, os educadores, que não compareceram? Tô falando da massa, cadê a rede? Né? Rede municipal, rede estadual, tinha que tá lá, né, então... Eu acho que o nosso grupo estava enfraquecido, né, naquele momento, desarticulado e... e por isso que foi adiante o projeto da Escola Democrática, tá. Então essas as minhas observações nesse início aqui. (Participante 5, 2021)

Participante 5 deixa claro que não foi para defender a pauta de gênero, mas em defesa da liberdade de cátedra prevista nos artigos 12 e 13 da LDB, o artigo quinto da Constituição Federal que garante a liberdade de expressão e a liberdade intelectual, e para apontar a incoerência constitucional do projeto. A pauta de gênero seria então secundária. Penso que a defesa que cada participante fazia ali também não era especificamente de gênero, mas dos direitos humanos e da liberdade e dignidade docente. Mas, somente Participante 5 fez questão de afirmar essa condição. Demais participantes, sobretudo Participante 3, demonstraram compreensão e percepção das interseccionalidades que tanto se aproximam do conceito de inseparabilidade entre gênero, classe e etnia do feminismo decolonial.

Em matéria publicada em 02 de novembro de 2019, O Olhar fala da votação do PL 127/2019 e apresenta a participação de alguns parlamentares. Rosemary Mafra, vereadora pelo PCdoB, lembrou que ESP já havia sido rechaçado em um Parecer da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares, sendo considerado incompatível com a proposta municipal de educação. A vereadora citou ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

como lei federal, com a qual o projeto ESP não dialoga, e que a proposta curricular ali descrita não poderia ser alterada pela câmara de vereadores.

Manifestou também

[...] o vereador Alessandro Ferraz-Alê (sem partido), que criticou o debate em torno do assunto, alegando perda de tempo e de recursos para o município por se tratar de matéria inconstitucional. “Gera gastos, e quando fala em punir os professores, não fala como, nem quem. Fala em neutralidade política e ideológica, mas quem vai definir o que é neutro? pois o que é neutro pra mim, pode não ser para outro”, ponderou. O vereador explicou ainda que mesmo o projeto sendo aprovado na Casa e sancionado pelo prefeito, poderia ser questionado na justiça e seria considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, segundo sua avaliação. “Eu não vou aprovar projeto que é inconstitucional. Eu vou fazer o que é certo e não o que o vereador Wagner quer, nunca. E o que o meu eleitor exige, nas minhas redes sociais, é que eu vote contra o projeto”, disparou. (COSTA, 2019)

Segundo Costa (2019), Iracy de Matos, vereadora pelo Solidariedade, lembrou que a pauta deveria ter sido discutida em audiência pública com a comunidade escolar. Questionou sobre alguma coerência entre a LDB e o projeto de ESP. Disse desconhecer práticas de doutrinação partidária nas escolas e que os professores cumprem um currículo oficial. Ao final Iracy pontuou a importância de discutir questões de contingenciamentos de recursos para a educação, entre outras áreas, priorizando pautas da educação como qualidade do ensino, valorização dos profissionais e inclusão.

Uma matéria do MG Inter TV (02/11/2019) entrevista Rafael Toledo, representante do sindicato dos trabalhadores em educação, que faz uma crítica ao projeto:

Aquela escola que... preconizada pelo projeto Escola Sem Partido, é uma escola totalmente, é... antidemocrática porque limita a ação do professor, impõe a ele deveres absurdos que não fazem parte mais da nossa sociedade. Então nós precisamos evoluir enquanto sociedade, discutir todos os assuntos necessários. Então democracia pressupõe que as pessoas possam pensar diferente, possam discutir diferentes conteúdos, possam estar em diferentes ambientes e receber informações de todas as fontes. (INTER TV DOS VALES, 2019)

E o projeto ESP, como já discutido nessa tese, não vinha no sentido de permitir todas as fontes, mas de proibir aquelas que trabalham o pensamento progressista e socialista. Ainda na matéria do telejornal, em entrevista, o vereador Coronel Wagner (PMN) faz uma fala um tanto contraditória. Defende seu projeto da ESP em Valadares, dizendo que é um projeto democrático ao mesmo que tempo que afirma “Professor é pra ensinar matéria, num é pra influenciar aluno a respeito de teoria A ou B, a respeito de gênero, a respeito de religião. A escola é um lugar de ensino e aprendizagem.” Mas que escola democrática é essa em que as teorias A ou B são proibidas, e as pautas de gênero e religião não podem ser discutidas? O que

seria então um currículo democrático? E qual sua competência técnica para falar de ensino e aprendizagem, quando sua fala mostra uma perspectiva muito limitada desse processo?

Antes da votação, esse vereador, quer era o proponente, fez duas defesas de seu PL. Em sua segunda oportunidade de fala, o vereador “[...] resumiu que o escola sem partido preserva os valores éticos, morais e religiosos da família, e que é uma proposta de defesa da educação e da democracia. Ao final, pediu apoio para sua aprovação.” (COSTA, 2019). O jornal faz referência também à primeira fala do vereador, e cita que esta fala provocou certo tumulto na galeria.

Coronel Wagner tentou fazer uma defesa consistente de sua proposta, mas as vaias e outras manifestações da plateia esvaziaram o discurso do parlamentar. Da tribuna da Câmara, ele voltou a acusar que a escola hoje estaria “contaminada” com ideologias da esquerda e reafirmou que o argentino Ernesto Guevara, conhecido como Che Guevara, “foi um assassino”. Em meio à sua fala, houve um início de tumulto no auditório e o presidente Júlio Tebas de Avelar (PV) teve que suspender os trabalhos por 10 minutos. Alguns vereadores chegaram a pedir para encerrar a reunião, mas Avelar não concordou alegando que não era justo tomar a medida a cada vez que o público fosse à Câmara manifestar. (COSTA, 2019)

O jornal não detalha, mas as/os participantes da Roda de Conversa Virtual e o telejornal MG Inter TV 1ª Edição do dia 02 de novembro de 2019 relatam como os ânimos se exaltaram no dia da votação.

5.2.2 A galeria reage

A reportagem do MG Inter TV já começa com o seu apresentador/âncora dizendo que o “projeto gerou polêmica na reunião da câmara”. Na chamada para a matéria ele comenta:

A primeira reunião ordinária do mês de novembro da câmara de Governador Valadares foi quente. Cê vai ver as imagens aí. É que ontem foi a primeira votação do projeto que ficou conhecido como Projeto da Escola sem Partido, que por si só já é muito polêmico. Não só em Valadares. No Brasil inteiro a polêmica já está estabelecida em relação a esse projeto, há muito tempo. A galeria ficou lotada, tanto por pessoas que são a favor, como por pessoas que são contra o projeto. Em alguns momentos o clima ficou desse jeito que você tá vendo aí, acalourado, muitos gritos, clima acirrado mesmo de discussão. Teve gente que levou aí mordanças, né, pessoal que era contra pra poder protestar. Os vereadores também se levantaram, né... E o clima ficou bastante tenso mesmo, na câmara, ontem a noite, em Governador Valadares. (INTER TV DOS VALES, 2019)

As imagens mostram um cenário caótico na galeria, e reconheço nelas algumas/alguns participantes da roda envolvidas/os no conflito. Aparece um/a dos participantes gritando com alguém, um rapaz de blusa preta e máscara preta (ou seria mordança?), com o braço em riste, o presidente do sindicato dos professores esbravejando também. E aparece o momento que

alguém partiu para agressão física a um/a participante da roda. Havia uma bandeira LGTB na grade da galeria. Durante a matéria vejo um outro rapaz com mordaca na boca em protesto, outros professores que também conheço, mais discretos, também com máscara/mordaca. O repórter abre a matéria dizendo que o vereador Coronel Wagner do PMN apresentou seu PL que ficou conhecido como “[...] projeto da Escola Sem Partido, que proíbe professores de emitir opiniões e visões políticas em sala de aula nas escolas municipais.” Em sua fala polêmica, que gerou o tumulto na galeria, o vereador disse que “[...] entre os objetivos da proposta estaria a neutralidade política, ideológica e religiosa.” (INTER TV DOS VALES, 2019).

A narrativa do conflito pela roda foi despertada por Participante 2, quando lembrou da presença do QG Bolsonaro e o clima hostil na galeria, e da lista que tal QG havia divulgado em janeiro, como intimidação para professores e escolas. Lembrar dessa intimidação fez o grupo lembrar que, mais que intimidados, no dia se sentiram ameaçados fisicamente. Foi aí que o grupo lembrou do tumulto no dia da sessão na câmara e narraram como vivenciaram o momento. Todas/os participantes estavam na câmara no dia, e se envolveram ainda que indiretamente no momento do conflito. Porém, havia um/a participante⁷⁰ diretamente envolvida/o e contou o que lhe ocorreu. Em sua narrativa, lembrou os estudantes que estavam presentes e o quanto ficaram assustados.

Tinha uma senhora, na nossa frente, uma senhora idosa, né... na hora que o Wagner estava apresentando, Coronel Wagner estava apresentando o projeto Escola Sem Partido, e que ela manifestou contra. E o assessor do Coronel Sandro falou, senhora ca, cala sua boca ou então cê sai daqui. Foi a hora que eu levantei e falei “tira nós daqui, seu babaca, tira nós daqui, seu otário, tira nós daqui”. E aí sim eles vieram pra cima de mim. [...] e eles me ameaçaram fisicamente, né, então foi quando... eu queria narrar isso, porque isso aconteceu. (Participante Envolvido, 2021).

O participante envolvido no conflito disse que lembrava da cena de um amigo seu vir pulando as cadeiras da galeria para entrar entre ele e o assessor que avançava em sua direção. Identificou a presença de outras/os participantes perto dele, e percebia as diferentes reações, umas mais temerosas, outras mais indignadas, das/os colegas presentes (Participante Envolvido, 2021).

Eu realmente, fiquei extremamente nervoso, né, inconformado e revoltado com a forma que o Paulinho estava tratando a Rosemary Mafra e que e que reverberou a forma que o assessor do Sandro tratou a senhora. Uma idosa, que eu não conhecia, tá, não conhecia... e aí, me deu esse start, que eu não aguentei na hora. Falei então “tira nós daqui, essa aqui é a casa do povo”. E aí ele ficou debatendo pra mim, e aí nós

⁷⁰ Durante a narrativa do conflito irei chamar esse participante apenas de Participante Envolvido.

ficamos daquele jeito, até acalmar os ânimos. Mas eu sofri ameaças depois também. Na saída, falaram que iam me bater, falaram que iam me pegar, né. (Participante Envolvido, 2021)

O Participante Envolvido termina seu relato falando da repercussão do episódio diante de seus alunos que perguntavam se ele havia sido preso, impactando na sua imagem docente. E reforça que o vereador Paulinho Costa satirizava a vereadora Rosemary Mafra, em uma tentativa de desequilibrá-la. “É, é, são essas as estratégias deles, desvalorizar a nossa narrativa e a nossa postura diante da sociedade. Exatamente a oposição a eles, tentando enfraquecer o [nosso] movimento” (Participante Envolvido, 2021).

Outras/os participantes fazem contribuições na narrativa, e ressaltam a importância em terem lembrado esse episódio. Alguns outros detalhes de nomes dos personagens envolvidos no conflito, reações e outras participações. Amigas/as que reagiram em defesa, pessoas que se colocaram entre o Participante Envolvido e o assessor e seus companheiros. Quem segurou quem, que outras provocações foram proferidas. Amigos que também avançavam com gritos de “vem tirar” rebatidos por gritos de “eu vou tirar mesmo”.

Nesse interim, o presidente da câmara chamou a polícia.

E aí, assim, os comentários que a gente ouvia, eles ridicularizavam esse, esse acionar a polícia, porque boa parte dessas pessoas são policiais. E aí, eles ridicularizavam, tipo assim, “chamando a polícia a polícia pra nós, não, deve ser pra ele, né?!”. Porque, nesse sentido que era que eles faziam piada e ridicularizavam. Que se era pra chamar a polícia, mas quem ia se ferrar, entre aspas, era a gente. (Outra/o Participante Qualquer, 2021)

Ainda segundo os relatos na roda, o filho do Coronel Wagner se aproximou de um/a dos/as participantes e falou no seu ouvido, de forma intimidadora “Baixa a bola!”, em meio ao tumulto, sem que mais ninguém visse ou ouvisse. A/o participante reagiu encarando-o e gritando ainda mais, e ficando com a sensação que estava se passando por uma pessoa desequilibrada que começou a gritar com ele “sem motivo algum”. Por fim, a sessão não foi cancelada, mas foi suspensa por 10 minutos.

5.2.3 A inconstitucionalidade do PL 127/2019 e o Substitutivo 001/2019

Após o intervalo, a sessão recomeçou e a alguns vereadores puderam então manifestar suas análises do PL. Essas participações já foram resumidas aqui, antes de tratar da narrativa do conflito. A inquestionável inconstitucionalidade do PL 127/2019 foi exposta por argumentos de alguns vereadores, que também expuseram como o ESP está também contrário à LDB. “Mesmo, é, e todos eles, é, todas as pessoas envolvidas sabia das decisões né, de outras cidades,

de outros lugares, que era inconstitucional, mas ainda assim eles insistiram em, em votar o projeto e aprovar o projeto.” (Participante 4, 2021).

Um entrevistado no telejornal MG Inter TV, Helbert, identificado como representante do movimento LGBT, também argumenta pela inconstitucionalidade do projeto que o vereador Coronel Wagner apresentou:

Uma vez que esse projeto, ele limita o que não deve ser discutido em uma questão de orientação sexual ou “ideologias de gênero” que não existe, ele é um projeto inconstitucional, né. Então, ele vai contra o princípio da dignidade humana, que tá lá no Art. 5º da nossa Constituição. E inclusive, é... houve, decisão do ministro Barroso e Gilmar Mendes recentemente onde ele declarou inconstitucional uma lei aqui de Ipatinga que previa a não discussão dessas questões de discussão de diversidade sexual, de identidade de gênero, dentro das escolas.

Participante 5 faz uma interessante análise das incoerências da proposta que também dialoga com as percepções e argumentos dos vereadores contrários ao PL 127/2019. Uma incoerência seria o próprio nome, Escola Sem Partido, que pressupõe uma escola partidária à qual combater. E nesse sentido, Participante 5 observa que em nenhum dispositivo legal da educação brasileira há qualquer orientação para uma educação partidária. Outra incoerência seria a negação que todo discurso é ideológico, ao preconizar o combate à “Ideologia de Gênero”. Além de apontar, claro, as incoerências com a CF e a LDB.

Assim como no cenário nacional, nos relatos dos participantes da roda e nas matérias de jornais, é possível perceber que existe uma direita conservadora, e uma outra direita ainda mais radical bolsonarista (dentre muitas outras variações, mas essas duas predominavam no evento de votação do PL 127/2019). Os dois grupos se fizeram presentes na sessão e se uniram para aprovar o projeto, na promessa de um substitutivo, com o nome de Escola Democrática, que na perspectiva deles seria um projeto coerente com a legislação nacional, e que ao mesmo tempo protegia os interesses da família (Diversos participantes, 2021).

Antes da votação do projeto, os vereadores da base de apoio ao executivo, apresentaram um projeto substitutivo ao do Coronel Wagner, que deixa os professores mais livres para abordarem em sala de aula questões como religião, política, entre outros assuntos. (INTER TV DOS VALES, 2019).

O jornal digital O Olhar, no dia 02 de novembro de 2019, traz a manchete: “Mesmo aprovado, Escola Sem Partido está descartado em Governador Valadares”. O acordo da direita para a aprovação do projeto era a garantia de uma nova proposição, do substitutivo, que para ser proposto precisava aprovar o PL 127/2019 primeiro.

O projeto de Lei 127/19, que implanta o programa Escola sem Partido, foi aprovado em primeira discussão, com 14 votos favoráveis e 5 contrários. Agora ele “sai de cena”, conforme explicou a liderança Paulinho Costa, para dar lugar ao projeto substitutivo, que após parecer das comissões, retorna ao plenário para discussão e votação. (COSTA, 2019)

No mesmo dia, ao final da matéria, o âncora/apresentador do MG Inter TV 1ª edição encerra a reportagem ainda falando do clima de conflito na câmara.

Pois é, e nesse clima tenso, o projeto foi votado, acabou sendo aprovado, mas, pode sofrer modificações. Já que um dos vereadores apresentou um substitutivo que vai ser avaliado nas próximas reuniões da câmara. [...] Agora, os vereadores explicaram que até pra avaliar o substitutivo, apresentado pelo vereador Paulinho Costa, o projeto original da escola sem partido tinha que ser aprovado. Afinal, não há como substituir algo que não existe. Então não tinha jeito de ter substitutivo, pois ia substituir o que, né. Agora, a expectativa é que na segunda ou na terça-feira os vereadores já possam votar no substitutivo, aí a gente vai ver como é que vai ficar, na cara que vai tomar esse projeto. Então né, promete ser mais um dia de discussões quentes na câmara municipal que a gente vai acompanhar e trazer a informação aqui pra você. (INTER TV DOS VALES, 2019)

O Projeto Substitutivo 001/2019 foi intitulado Escola Democrática. Segundo Participante 4 houve ainda uma tentativa de articulação na elaboração do substitutivo, com a participação de um educador com quem dialogaram, buscando também outras pessoas, reuniram e pontuaram as pautas mais importantes que precisavam constar num projeto para uma escola verdadeiramente democrática. Participante 4 relata que com a articulação que foi feita foi possível acreditar que seria proposto um projeto coerente, levando o grupo a acreditar que havia conquistado uma vitória. Mas, de acordo com o seu relato, quando o PS 001/2019 foi apresentado ele era “o mesmo projeto de forma maquiada...” (Participante 4, 2021).

Para a reportagem do MG Inter TV, o vereador Paulinho Costa (PDT) explica o que pretendem propor no PS 0001/2019.

Nós não concordamos com o Projeto Escola Sem Partido em alguns... em alguns artigos. Fizemos o substitutivo preservando família, preservando a liberdade do professor de dar aula... Em linhas gerais nosso projeto é constitucional, é por isso que nós apresentamos. (INTER TV DOS VALES, 2019).

Sobre o substitutivo, Escola Democrática, Participante 5 aponta nova incoerência. Um projeto por uma escola democrática pressupõe que a escola não seja democrática, o que é incoerente com regem a CF e a LDB, quanto ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a educação democrática. Participante 5 aponta também, o que Participante 2 já havia denunciado sobre a invalidação e desconstrução da participação da vereadora Rosemary Mafra por parte de outros vereadores. “Desvalorizando a fala dela, desvalorizando ela enquanto

pessoa, enquanto ser humano, né. Explicitamente exercendo violência psicológica e simbólica a ela, em público, desconsiderando a fala dela” (Participante 5). A parlamentar apontava as incoerências com a LDB e a CF e alerta que a alteração do currículo oficial não compete a municípios e seus vereadores. “Então, quer dizer, o que que aconteceu lá naquele dia? Aconteceu naquele dia foi um teatro político, do jogo político, sobre três tripés que Participante 2 já falou. O tripé da política, da religião e de uma pseudofilosofia” (Participante 5). Participante 5 disse ainda que no dia sentiu-se envergonhado em relação a um colega⁷¹ pesquisador, gestor pedagógico, mestre e conhecedor da legislação da sua profissão, mas que participou da escrita do PS Escola Democrática para representar o pensamento efetivamente democrático, mas acabou defendendo a aprovação de um projeto substitutivo que não mudou os principais entraves do PL 127/2019. “[...] eu fiquei extremamente decepcionado e envergonhado. Decepcionado enquanto político, envergonhado como educador.” (Participante 5, 2021).

[...] e quando a gente veio e viu o projeto, a gente percebeu que o projeto na verdade era, era uma maquiagem da Escola Sem Partido. Tirava-se algumas coisas, mesmo, mas era uma, uma maquiagem e que continuava enfatizando a não discussão da questão de gênero na escola. E aí, a gente, inclusive quanto SINDIUTE, a gente fez até uma nota de repúdio, é, em relação ao novo projeto. Porque na verdade, eles tentaram nos enganar, mesmo, assim... A gente tava articulado, a gente tava tentando fazer né, a oposição, pra que o projeto não passasse. Aí eles tiraram o projeto, maquiaram, colocaram um outro nome no projeto pra tentar nos enganar, e que o projeto passasse, como realmente o projeto, infelizmente passou. (Participante 4, 2021)

Participante 4 pede para registrar que talvez, o educador que deveria articular um projeto de Escola Democrática não tivesse sua proposta validada pelos demais proponentes. Seu registro é de um, como chamou, “disse que não disse”, do qual não tinha certeza, mas que

É, outra coisa que eu queria registrar, é, e talvez em relação, é, ao projeto de, da Escola Democrática... e aí eu não posso afirmar porque eu não tive diretamente lá ná... durante esse processo de negociação de um projeto no outro... que, quem escreveu o projeto, escreveu o projeto de uma forma, e aí um vereador, é, alterou o projeto.... Inclusive, essa pessoa que escreveu o projeto, escreveu e depois saiu do partido, entre outras coisas, dizendo que é por causa disso... mas, eu não posso afirmar, não. Porque o projeto ele fez o projeto, né, combinou com as pessoas, né, que ele tinha combinado, que ia tentar fazer, que ia trocar, e depois, na hora “H”, ele mesmo viu que o projeto tinha sido alterado. Mas é uma informação que eu não posso afirmar... (Participante 4, 2021).

⁷¹ O mesmo citado por Participante 4 quando fala da articulação frustrada, com a tentativa que a escrita do projeto substitutivo fosse uma proposta de educação democrática.

Entendo que a preocupação de Participante 4 ao pedir que fosse feito esse registro, é que as falas da roda não fossem incorretas ou injustas com o colega que fazia o papel de articulador na redação do substitutivo Escola Democrática.

No dia 06 de novembro de 2019 o telejornal MG Inter TV 1ª edição noticia que o PS 001/2019 ainda não tinha data para ser votado. Em entrevista nessa matéria, o vereador Paulinho Costa (PDT) explica novamente o propósito do projeto substitutivo, que tem função de contemplar melhor o que seus proponentes pensam, mas que só é possível apresentá-lo quando o original é aprovado. Segundo o vereador o substitutivo estava em avaliação por comissões designadas que emitirão parecer, e foi construído com a participação de professores e na garantia dos “pilares da educação através da LDB da Constituição Federal, e preservando principalmente a família, e os professores, e os estudantes.” (INTER TV DOS VALES, 2019b). Na mesma reportagem, o vereador Coronel Wagner (PMN) também falou sobre o Projeto Escola Democrática:

A nossa opinião a respeito do substitutivo, é que ele traz um avanço no que diz respeito à proibição da doutrinação no ambiente escolar, uma vez que ele prevê lá a proibição da “ideologia de gênero” da escola. Então isso pra nós já é uma evolução. Mas, por outro lado, nós acreditamos que ele deveria ter sido mais encorpado no sentido de também proibir a ideologia político-partidária em sala de aula.

De acordo com o Processo 738/2019 e o Processo 1/1548 que resume toda a tramitação do PL 127/2019, o projeto Escola Democrática teve um Parecer Exarado Favorável em 06 de novembro de 2019. Sua tramitação ainda é longa até 08 de janeiro de 2020 quando é sancionada a Lei 7.107/2020 que “Dispõe sobre a liberdade de expressão, de opinião e de pensamentos no ambiente escolar das redes pública e privada de ensino do município de Governador Valadares e institui o mês da escola democrática e dá outras providências”.

2+O Art. 1º do texto da Lei 7.107/2020 trata dos direitos liberdade de expressão e pluralidade de ideia, além dos princípios educacionais de solidariedade, cidadania e qualificação para o trabalho. Tudo que já está garantido na CF e na LDB. O parágrafo único desse artigo imputa à Secretaria Municipal de Educação a promoção de divulgação dessa legislação. Já o Art. 2º traz o que fica vedado à educação escolar no município. Dos incisos de I a IV o artigo proíbe discriminação, preconceito, bullying, cerceamento de opiniões (por violência ou ameaça), calúnias, difamação, injúria e a violação das normas educacionais como a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisa e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (PGV, 2020). Contudo, o inciso V proíbe a “promoção e veiculação de ensinamentos sobre Ideologia de Gênero.” (PGV, 2020).

Contraditório, inconstitucional e com uma redação capiciosa e questionável, o inciso vai contra tudo que a própria Lei 7.107 rege no Artigo 1º e nos demais incisos do Artigo 2º. Cabe ao inciso V do Art. 2º todas as críticas já apontadas até aqui feitas por vereadores, representante de movimentos de gênero e participantes da roda. O texto tem mais sete artigos. Mas, destaco aqui somente mais dois. O Art. 7º que denomina as ações de divulgação dos princípios definidos no Art. 1º como “Programa Escola Democrática”, e o Art. 8º que determina que “As instituições de ensino das redes públicas e privadas devem divulgar que a ‘Escola é território aberto do conhecimento e livre de censura: Lei Municipal nº 000/2019”. Ou seja, a Lei 7.107/2020 institui um programa que tem por função divulgar ela mesma. E ainda determina que as escolas devem também divulgar outra lei municipal, cuja numeração certamente está errada. Não há orientação para ações efetivas de combate ao preconceito, à discriminação e ao bullying, nem de promoção dos princípios definidos em seu Art. 1º.

Mas é no ponto de interseção entre 2015 e 2019 que reitero aqui um apontamento que fiz sobre o uso do termo “Ideologia de Gênero” no texto legal do Plano Municipal de Educação em 2015. Há uma ligação entre esses dois eventos, e o ponto de ligação é o debate de gênero. Por que gênero? Porque a igreja abriu a breja por aí? Porque assim foi constituída a modernidade? E como a inseparabilidade de gênero classe e raça distribui impactos e desdobramentos nas relações de dominação e opressão? Cabe então, novamente questionar se “ideologia de gênero” é um termo que pode ser assumido pelo texto legal. Qual sua fundamentação?

O termo carece totalmente de uma definição para que o texto dessa lei sequer faça sentido. Miskolci e Campana (2017, p. 739) já denunciaram o quanto a gramática política que envolve a expressão opera na lógica do pânico moral em uma retórica de ameaça. Mas não há sustentação teórica para o termo “ideologia de gênero”, se esta é a lógica do texto legal. Até mesmo porque, se houvesse uma “ideologia de gênero” com qualquer fundamento filosófico ou científico que lhe possa ser atribuído, essa se enquadraria na pluralidade de ideias, asseguradas como direitos de expressão e nos currículos escolares pela CF, pela LDB, pela BNCC, pelo PNE ou pelos PCN’s de 1997. Qualquer tentativa de definição da expressão “ideologia de gênero” na semântica do pânico moral não pode ser adotada por uma legislação, pois se sustenta em impropérios do tipo “kit gay” e “mamadeira de piroca”. São distorções e fantasias sobre as pautas de gênero, enquanto diversidade, nos currículos escolares. Não é real e enfrenta a complexa teia de narrativas das redes sociais. Há muito espaço para as narrativas hegemônicas da colonialidade do poder.

Ou o termo pode ainda ser entendido como o define Tiburi (2018, p. 48), como o tenho assumido sem aspas ao longo dessa tese: a verdadeira ideologia de gênero é o patriarcado, que sempre nos foi imposto por uma ideologia dominante. E se é, quão capcioso é o texto que proíbe ensinamentos sobre “Ideologia de Gênero”? Está proibindo o que exatamente? Proíbe que se ensine a ideologia patriarcal como princípios para crianças e jovens? Ou proíbe que se ensine a crianças e jovens que existe uma ideologia patriarcal dominante? Em todos os casos estaria negando a pluralidade de ideias.

E mais uma vez o currículo das escolas de Governador Valadares é alijado das discussões de gênero. Pelo ao menos o currículo oficial. Mas o vasto território do currículo também é espaço de poder, lutas e resistências. A ideia de que o currículo é um campo de disputas, segundo Arroyo (2011), data dos anos 70/80, e essas disputas ultrapassam os campos teóricos, discursivos e legais. Elas se materializam no currículo vivido no cotidiano das relações escolares. Ainda assim, Arroyo sinaliza o quanto o próprio currículo oficial avançou no final dos anos de 1990 e no começo do século 21. Esses avanços já foram tratados no texto dessa tese em outros momentos. Então, o que vemos em Valadares nos conflitos de 2015 e 2019 são antigos avanços novamente em disputa gerando retrocessos. Mas, se olharmos mais de perto, com o mesmo olhar da pesquisadora Marluce Paraíso (2016, 2018⁷²) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), percebemos que as novas/velhas disputas se materializam em resistências no currículo vivido.

5.3 Para ir fechando a roda: resistências, desafios e pandemia

Já mencionei no início desse capítulo a percepção de Participante 1 (2021) quando diz que vê uma cidade muito conservadora, contudo, também “[...] com grupos bem-organizados para o enfrentamento a esse conservadorismo [...]”. Na sequência, Participante 2 pontua que há sim a resistência e diz que é muito bonito ver essa resistência. Mas lamenta que ainda não é uma resistência capaz de lograr maiores avanços de suas pautas, e que está mais para sobrevivência em uma realidade adversa às suas questões. Ainda assim, o que participantes 2, 3 e 4 compartilham sobre os movimentos e lutas, e sobretudo 2 e 4 que atuam em escolas, sobre as resistências nos curriculares e práticas escolares, mostra que nem só de conservadores a

⁷² Os textos da prof^a. Dr^a. Marluce Alves Paraíso (UFMG) estudados durante a produção dessa tese focam as experiências curriculares de resistência aos estudos de gênero. A pesquisadora fala em seu texto, no livro por ela organizado, que seus estudos mostram os retrocessos e as dificuldades, mas buscam mesmo é pelas resistências.

cidade é feita, e comprova o quanto um currículo é vivo e pode resistir à censura, ao medo e ao silenciamento. A Roda de Conversa Virtual trouxe sobre resistências de gênero na cidade, e nas práticas escolares, nos currículos. Mas trouxe também os novos rumos dos movimentos de gênero na cidade e seus conflitos.

[...] me deixa muito triste porque quando a federal veio pra cá eu acho que a gente, todo mundo ficou muito feliz, porque “a federal na cidade vai avançar a mentalidade”. E eu percebi uma coisa de, de tentar apagar esses movimentos de resistência eu acho que Participante 3 vai compreender o que eu tô dizendo e Participante 4 também. Porque tem coisas que já aconteciam na cidade, que eram focos de resistência... E movimentos que chegaram agora estão dizendo que criaram isso, assim... é mais ou menos nessa linha que eu estou dizendo e aí eu que sou de fora sei que não é isso, assim, sabe, eu acho um absurdo, sabe, porque isso não colabora em nada nas nossas lutas, né. (Participante 2)

Essa fala de Participante 2 provocou um registro de Participante 3, fazendo um resgate da história da mobilização para pautas de gênero na cidade. Seu resgate volta na primeira década do século XX e por isso foi apresentado ainda no capítulo 3, ao falar da questão de gênero na história da cidade. Retomo nesse tópico partes da sua fala que ainda não compartilhei, mas que tiveram origem exatamente a partir da provocação de Participante 2.

Fica óbvio da sua fala, que da mesma forma que Participante 2, também tinha uma expectativa que a chegada da universidade federal trouxesse uma nova cultura pra cidade. “[...] eu até achava que a própria questão do lazer, das manifestações culturais isso ia fazer com que a gente tivesse espaços mais diversos [...]” (Participante 3, 2021). Em sua leitura a vinda da federal impactou pouco na cultura da cidade, aliás, pelo que dizem Participante 2 e Participante 3, parece muito mais que o lazer e os movimentos de estudantes que chegam com a federal em 2012⁷³ são impactados pela cultura da cidade do que o contrário.

Então eu vejo que não fez esse movimento de trazer espaços mais diversos, plurais, né... pelo contrário se trouxe uma visibilidade para um certo movimento, uma visibilidade que dialoga com a cidade, que faz intervenção em praças, que não deixa de ser importante, mas é só de visibilidade, sabe... Não é uma, um movimento que agrega essas lutas mais de frente, mais pontuais que é impactar na política pública, que é fazer a disputa da sociedade. Então eu vejo é... ainda com muita dificuldade, principalmente quando o recorte é orientação sexual, a gente fazer qualquer diálogo aqui na cidade.

Talvez seja por isso que, quando pergunto se os movimentos de gênero na cidade são recentes, Participante 3 fazer questão de frisar que não. Citou os movimentos do vereador Pedro

⁷³ Fonte: <https://www2.ufjf.br/gv/sobre/campus-gv/>

Zacarias no início do século XX, quando teve a oportunidade de seu primeiro mandato, com um projeto de lei “[...] para que as pessoas pudessem andar de mãos dadas na rua e não fossem hostilizadas, era coisa assim que o comércio não podia expulsar, enfim isso lá atrás [...]” (Participante 3, 2021). Mas, seu projeto teve apoio somente de uma vereadora da direita, cujo filho é homossexual. Meu recorte temporal naquele momento era diferente de Participante 3. Considero qualquer movimento do século 21, dos últimos 23 anos, como recente. Quando olho para os avanços nas pautas feministas e de gênero nos anos 1990 e vejo já no Século XXI um projeto que buscava apenas garantir o direito de mãos dadas e ainda assim não receber apoio, então considero recente, ou ao menos tardio, os avanços na cidade ainda tão tímidos já no início do século.

Mas estou de acordo que os grupos mais recentes não foram pioneiros, embora trouxessem mais recente visibilidade às pautas de gênero, não são esses movimentos que iniciam as resistências que podem ser de múltiplas formas. Fica evidente para mim, nas falas das/os participantes, certo desconforto em relação ao novos que chegaram, por esses desconsiderarem os que já estavam na cidade fazendo movimentos.

E... houve também bastante, e ai eu não sei se de forma organizada, mas, na educação a gente tem referencias de pessoas LGBTs que fizeram lutas dentro dos sindicatos... Não acho que é recente... Eu acho que é recente é... a visibilidade. Porque ai vem com outras coisas. Vem com a internet, vem com as novas formas de organização, vem com 2013 com a gente dando a cara na rua, vem com outras formas de visibilidade. Então eu não posso dizer que é recente. (Participante 3, 2021)

Por outro lado, reforça que o primeiro coletivo organizado de gênero na cidade foi mesmo o NUDIS, constituído por volta de 2012/2013, e foi onde Participante 3 acessou pela primeira vez os debates com recortes específicos de gênero e diversidade. Como coletivo organizado vejo como muito recente, por volta de 10 anos. Inicialmente, segundo Participante 3 (2021) o coletivo conseguiu utilizar espaços bem estratégicos para fazer suas discussões em função do cenário político local e nacional favoráveis às pautas de gênero, classe e etnia. Contudo, com os já citados retrocessos das últimas décadas, tanto nacionais quanto mundiais, não é possível avaliar os impactos dos movimentos dos últimos 10 anos na cultura da cidade, até pelo contexto de pandemia que se insere nesse período. Ou seja, se não houve grandes avanços e impactos na cultura local na última década, quanto de não retrocesso esses grupos mais recentes conseguiram contribuir? Não é fácil captar o papel e a força desses movimentos que surgidos no contexto dos retrocessos enfrentaram uma pandemia que impedia substancialmente os movimentos coletivos de rua.

A fala de Participante 4 também sinaliza o desconforto pela falta de continuidade e articulação entre novos movimentos e antigos protagonistas das pautas de gênero na cidade. O que, a essa altura, já me faz pensar que pode ser uma dificuldade que 2015 tenha enfrentado. Os movimentos organizados ainda muito recentes e com pouco diálogo com as resistências mais antigas. Não apenas resistências e movimentos de gênero, mas que na sua interseccionalidade foram também de classe e etnia, como nos exemplos narrados por Participante 4 sobre o Miss Gay e a Gaymada ainda nos anos 1990 do século passado.

Que não era um movimento organizado, mas era um movimento de resistência, muitas vezes até sem essa consciência de movimento de resistência. Eu tenho 41 anos então eu tô falando de coisas que aconteciam há 30 anos atrás. [...] Eu lembro de dois lugares que eu já fui especificamente, no Bairro de Lourdes e no Pérola. Que já acontecia também que eu lembro que era o pessoal da região do Palmeiras que disputava com a região do Pérola, que eu ia assistir com frequência com as minhas irmãs que me levavam. Então esse movimento é o que a Participante 3 falou, não tinha essa visibilidade que hoje a gente tem. Talvez porque as pessoas não conseguiam dar uma nomenclatura àquilo que eles estavam fazendo, entender que aquilo era uma forma de resistência. Mas que já existia há muito tempo, essas coisas que aconteciam na cidade... (Participante 4, 2021)

Participante 4 também se sentiu provocada por Participante 2, sobre a chegada da universidade federal na cidade. As expectativas das efervescências dos debates, da pluralidade cultural que uma universidade federal atrai, da mobilização estudantil e docente. Lembro que também compartilhei desse sentimento na época, das expectativas em relação a vinda da universidade federal para a cidade, de avanços no debate das diversas pautas das chamadas minorias.

Não que não tenha agregado, mas a gente percebe também que eles trazem esses movimentos da universidade, trazem coisas como se fosse tudo muito novo para Valadares como se Valadares... Anulando todo o histórico das pessoas que já estavam aqui e já faziam essa resistência há muito tempo. Aí eu acho que fica a mágoa dos filhos da cidade, que poxa, a gente tava aqui antes... não só eu, mas as pessoas que estavam antes de mim... não vamo anular isso aqui não, podemos anular aquilo que as pessoas fizeram (Participante 4, 2021)

Essas questões que foram pontuadas por participantes 2, 3 e 4 me remeteram ao maior desafio das práticas extensionistas: o diálogo com a comunidade pautado antes de tudo na escuta, na compreensão das histórias e identidades, e na construção de ações com e não para a comunidade. É mais uma hipótese, é mais uma entre tantas perguntas que essa tese me trouxe.

Se faltou essa dialogicidade freiriana⁷⁴ para criar coalizões e não colisões. Antes de consolidar movimentos específicos da IES, é importante buscar a pesquisa, a compreensão das relações no território e quem já faz resistências e que resistências. Para além da pesquisa, implementar a lógica da extensão, da dialogicidade.

Sobre movimentos ainda mais recentes, avanços nos debates e ações na cidade, Participante 3 aborda o campo. Em seu relato relembra que nos debates no campo a pauta que predomina é a reforma agrária, e que a questão da mulher simplesmente nem era pautada, embora todos os movimentos fossem liderados pelas mulheres.

Elas estão à frente, elas fazem a educação do campo, elas estão lá nas escolas, estão... Mas elas não se viam nesse processo, às vezes, de opressão, de patriarcado, então essas palavras não existiam: patriarcado, opressão... Era muito isso mesmo de todo o seu esforço ta ali na luta de classe, ta ali pra reforma agrária, né. Hoje não, hoje a gente já tem movimentos de mulheres camponesas que é específico de mulheres. O MST já tem os recortes de gênero de orientação... Isso é muito recente, isso é muito recente... (Participante 3, 2021).

Em sua experiência com a militância no MST, Participante 3 lembra quando as mulheres começaram a ver pelas filhas, e pelos próprios recortes de gênero pautados pelo movimento que adota uma educação feminista em várias comunidades em todo o Brasil, a necessidade de discutir questões de gênero. Mas frisa que além de ser muito recente, nunca viu “[...] essa pauta sendo debatida nos sindicatos dos trabalhadores rurais. É nunca mesmo!” (Participante 3, 2021). Embora a maioria das feirantes sejam mulheres e das mulheres serem maioria nos movimentos, a pauta não estava nos movimentos do campo, entrou muito recentemente. Ao mesmo tempo é nos movimentos das mulheres do campo que a educação feminista, que tanto gostaria de ver nos currículos das nossas escolas, encontra novos espaços de avanços, sobretudo os movimentos de resistência ligados também à terra e ao meio ambiente.

5.3.1 Gênero na escola, currículo e autonomia docente

De todos os espaços de resistências, é na escola que elas me interessam mais. Acredito nas ações de longo prazo, acredito na escola como potencialidade de transformação, de avanços. O currículo, esse já identificado campo de disputas... as disputas no currículo vivido, no chamado de currículo oculto, ou no currículo real. Nunca é o mesmo que o currículo prescrito.

⁷⁴ Do livro comunicação ou extensão, sobre a dialogicidade extensionista em Paulo Freire.

Recebe influências diversas... quando falo das resistências na escola, é de currículo que estamos falando.

As narrativas de resistências nas escolas vieram predominantemente de um/a participante específico/a. Não irei atribuir, ao contrário, vou distribuir entre as/os três participantes docentes... pois não importa o/a narrador/a, e sim o narrado. Colocarei muito menos que recebi para não caracterizar demais cada participante docente. O que a seguir apresento como fala de “Participantes Docentes” são falas de participantes 2, 4 ou 5.

Participantes Docentes narram que o espaço escolar é espaço de embates, de enfrentamento sobretudo por influências religiosas vindas das famílias, sobretudo em nossa cidade, onde a questão religiosa é determinante. Destacaram as questões de gênero na própria organização escolar em que a maioria do corpo docente é composto por mulheres. E sua interseccionalidade com gênero e classe, nesse espaço onde também “[...] as pessoas que limpam e cozinham também são as mulheres e são as mulheres pretas [...]” (Participantes Docentes, 2021). As narrativas trazem também as tensões e o avanço das ideias de uma direita que aprende a usar e manipular as mídias à moda de Steve Bannon⁷⁵.

Que assim, eu falo num grupo que eu participo, que eu percebi exatamente quando o olavismo entrou na cabeça dos adolescentes, quan, quando esse pessoal, começou a usar YouTube, e nós enquanto esquerda, não, porque a gente achava que não... E eles começaram, e essa coisa de youtuber, youtuber... e como que isso, é, eu consegui perceber isso na sala de aula. Então eu me lembro, inclusive foi algo que me marcou muito, a primeira vez, que um aluno mencionou Olavo de Carvalho na sala de aula, não o Olavo de Carvalho, mas um dos que segue Olavo de Carvalho e que tinha um canal, e esse aluno falou alguma coisa na sala. Eu olhei, e aí que eu me dei conta, e fui atrás pra pesquisar, porque obviamente, apesar de ter feito Filosofia, esse clássico [risos] a gente não estudou... então... ai meu Deus... [risos]. Aí, porque... então eu percebo, a gente, eu percebi isso na escola, como que isso foi vindo e sendo introduzido na vida do, da juventude, sendo os, dos meus alunos, dos meus estudantes... E, nesse momento, principalmente no contexto de 2019, a gente já estava em um ambiente em que havia tensões.

Participantes Docentes falam ainda das diferenças institucionais em função dos perfis de docentes e gestão de cada escola. Em algumas escolas a autonomia docente é mais respeitada, em outras menos. Em uma das escolas mais democráticas, uma Participante Docente desenvolvia um projeto com as alunas do Ensino Médio. Ela se reunia somente com meninas, no horário do recreio, uma vez por semana. A participação era livre, não havia nenhuma relação

⁷⁵ Steve Bannon “[...] é um ideólogo da nova direita radical populista e foi o principal estrategista de Trump.” Fonte (e mais informações): <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/10/21/quem-e-steve-bannon.htm?cmpid=copiaecola>.

com notas ou qualquer atividade ligada à disciplina ministrada. O projeto iniciado em 2018 tinha o título “A condição da mulher na sociedade brasileira” e se propunha discutir as diversas pautas que envolvem as jovens e as mulheres no Brasil: de debut a gordofobia era discutido nessas reuniões. Com o tempo o grupo acolheu também meninos gays e meninas trans que quiseram participar, e logo começou a incomodar. Após um episódio que envolveu conflitos religiosos com a mãe de uma jovem, o grupo foi encerrado, a pedido da gestão da escola. A professora chegou a elaborar uma estratégia para conseguir voltar com o grupo no ano seguinte, uma vez que já estavam no final de 2019. Contudo, infelizmente, com a pandemia ainda não havia sido possível retomar o projeto quando fizemos a Roda de Conversa Virtual.

Então é esse contexto, um contexto de tensão, um contexto em que essas pessoas, como Participante 4 disse, se sentem no direito de de se meter na nossa profissão, porque eles não ditam isso, na, pra outro profissional, mas, pra nós professores eles acham que devem dizer o que a gente tem que ensinar [...] eu vivo sendo assediada pelo povo do Escola Sem Partido. Eles me amam... Mas, foi uma outra situação, enfim, e... e aí eu fui inclusive na advogada do sindicato, porque, né, tudo tem limite, e aí, o que a advogada nos, me disse, que, uma orientação que eu achei muito interessante, que é isso... ela falou assim: “olha, eles não tem como te denunciar, eles não tem como fazer nada com você judicialmente, a Escola Sem Partido é do no campo político, então vai ser sempre esse embate, esse desgaste, no campo político. Porque é inconstitucional... o STF já falou que é inconstitucional mais de uma vez...” então assim, é isso. Mas é isso, a gente passa por essas situações, e não vamos deixar de passar por elas, nesse campo ideológico. (Participantes Docentes, 2021)

Outro campo de disputas que Participantes Docentes identificaram, não faz parte da escola, mas dialoga diretamente com ela, foram os conselhos municipais como o Conselho Tutelar e o Conselho de Psicologia. Houve uma disputa nesses espaços entre os grupos que os Participantes Docentes identificaram como progressistas, de um lado, e da ESP e da “cura gay” de outro. E a relação da escola com esses espaços é direta e estreita, sobretudo em relação ao Conselho Tutelar, para onde muitos casos são encaminhados a partir da escola. Ao falar dos conselhos, Participantes Docentes trazem diversos relatos de casos complexos que são encaminhados ao Conselho Tutelar, e que por isso demandam um conselho atuante, crítico e com abertura para as pautas de sexualidade, uma vez que a maior parte dos casos passa por questões de abusos de crianças, em sua maioria, por familiares ou pessoas próximas das famílias. E, de acordo com Participantes Docentes, nem sempre o conselho dá conta dessas.

Depende de uma escola, que, se não vai fazer a discussão, uma palestra é, é, de, abuso sexual, se ela não pode falar sobre isso, a criança que tá sendo abusada pelo padrasto, pelo tio, pelo amigo, pelo pai, velho, num vai saber que ela tá sendo estuprada, abusada sexual... (Participantes Docentes, 2021).

Participantes Docentes demonstraram muitas preocupações com as condições, a realidade das crianças e as disputas por campos sociais que contribuem para a manutenção das estruturas patriarcais e racistas. Outra pauta que colocaram suas preocupações é com a educação domiciliar (homeschooling).

Então, o homeschooling é um desdobramento disso né. Porque, é... qual que é um dos argumentos que o povo – é, vou usar né: educação domiciliar! É que eles vão educar os filhos do jeito... é... dentro dos valores que eles acreditam que tem que ser. Então, o homeschooling é esse des... a educação domiciliar é esse desdobramento disso, é... e aí, é aquilo que eu já falei né... Então, se é dentro de casa, se a criança não vai ter acesso a escola, não vai ter acesso a uma informação para além daquilo que a família já traz, primeiro, ela não vai é, ter um contato com diversidade, com pluralidade e não vai ter um contato com os educadores e as educadoras... (Participantes Docentes, 2021)

Participantes Docentes também expressaram sobre a solidão. Solidão dentro da escola, em ver que colegas não se importam, não pautam essas questões. E da solidão nos enfrentamentos aos que espalham o pânico moral que sustenta os ataques e retrocessos das pautas de gênero. “Por que é isso né?... Quando Participante 3 falou do bendito do coronel debochado... porque eles sabem que é isso... O objetivo é nos minar... é... nos destruir. Porque não tem psicológico que guenta, gente, não tem [...]” (Participantes Docentes, 2021)

Como não poderia ser diferente, a BNCC também foi colocada na roda por Participantes Docentes. Embora também tenha sido impactada pelos ataques aos avanços das discussões de gênero nas escolas, de acordo com os relatos de Participantes Docentes ela ainda oportuniza a resistência no currículo vivido, uma vez que, em consonância com a legislação educacional, prevê a discussão da diversidade, pluralidade. Assim, o ensino de Filosofia, por exemplo, obrigado a escolher livros com conteúdos não filosóficos, voltados para outros campos das ciências sociais aplicadas, pode problematizar o conteúdo e promover a reflexão, pautado na BNCC.

Houve anos que a oportunidade de escolher bons livros também foi um caminho de resistência. Um livro escolhido por um/a Participante Docente trazia filosofias africanas, orientais, feministas, e ainda trazia um viés histórico. Todo o trabalho com as temáticas fora da filosofia eurocêntrica estava justificado no livro didático, que faz parte do currículo oficial.

[...] tinha esse que eu escolhi na época, inclusive eu escolhi ele por isso... Ele não era o melhor, no sentido da filosofia eurocêntrica, mas ele trazia filosofias africanas, filosofias orientais, filosofias feministas. E eu escolhi porque era histórico. Foi a primeira vez... e aí, aí, depois eu fui parar pra pensar: “gente, eu, isso é histórico na minha vida!”, foi a primeira vez que eu vi em um livro de filosofia aprovado, né,

pelo PNLD que tinha isso. Então eu escolhi ele, né. É... (Participantes Docentes, 2021)

E embora não tenha sido lembrado na roda, os direitos humanos, as relações étnico-raciais e a educação ambiental são temas transversais obrigatórios pela legislação nacional que normatiza (também) o campo da educação. As temáticas em direitos humanos e relações étnico-raciais, assim como a educação ambiental, contemplam ou dialogam pelo viés da interseccionalidade ou do pensamento decolonial, com as pautas de gênero, e assim já garantem legalmente a obrigatoriedade dessa educação em gênero nas escolas.

De acordo com os artigos 2º, 3º e 4º da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 a educação ambiental é parte essencial e permanente dos currículos, em todos os níveis e modalidades da educação brasileira, tendo como princípios básicos o enfoque da sustentabilidade, da ética, da educação, do trabalho e das práticas sociais, reconhecendo e respeitando a pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999) O Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002, em seus Artigos 5º e 6º estabelece a obrigatoriedade da Educação Ambiental e sua integração de modo transversal, na criação de programas de educação ambiental integrados às atividades diversas de conservação e proteção ambiental e “às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde. (BRASIL, 2002)

Já a Resolução CNE/CP 01 de 17 de junho de 2004 “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.” (BRASIL, 2004). O Art. 1º da Resolução normatiza que a educação das relações étnico-raciais deve acontecer também em todos os níveis e modalidades da educação no Brasil. No Art. 3º § 4º o texto legal orienta que deverão ser desenvolvidas “[...] pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas [...]. O Art. 4º sugere a articulação com grupos de movimentos culturais, étnico-raciais e outras instituições de formação, estudos e pesquisas em relação ao tema objeto da resolução. (BRASIL, 2004)

E ainda, a Resolução CNE/CP 01 de 30 de maio de 2012, em seu Art. 3º, institui que a Educação em Direitos Humanos se fundamenta nos princípios da dignidade humana e igualdade de direitos, na laicidade do Estado e na democracia, na valorização e reconhecimento das diferenças e diversidades, na sustentabilidade socioambiental e na sua transversalidade e globalidade. O texto normativo institui a obrigatoriedade do tema transversal direitos humanos e em Art. 6º determina que este deve constar em Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos e

Planos de Desenvolvimento das instituições de educação, em materiais didáticos e pedagógicos e nos processos avaliativos. (BRASIL, 2012)

Assim, professores e professoras da Educação Básica e do Ensino Superior têm o respaldo legal garantido para a realização de um currículo efetivamente integrado aos movimentos sociais, e que trabalhem uma educação para a diversidade. E sendo temas obrigatórios legalmente, serão evidentemente cobrados em processos seletivos para o ingresso na universidade, sobretudo nas federais.

Quando eu trabalho por exemplo, já faço debate de gênero, e aí tem o PISM⁷⁶, teve um ano que o PISM trouxe uma questão maravilhosa, inclusive dum filme francês, e aí eu faço o debate, eu trago as questões do PISM. Porque se alguém falar, eu falo assim “eu tô preparando meus alunos pro vestibular... gente, que que é isso? Como assim eu não posso preparar meus alunos para o vestibular?”. Então assim, quando teve esse monte de povo, “ah no ENEM...” essas coisas... isso né, a gente vai trazendo como estratégia, é estratégia. Ou você faz isso, ou cê se prepare... a gente tem que tá ali calcado em alguma coisa.

Também o Currículo Referência Minas Gerais⁷⁷ foi apontado como um espaço de resistência. Participantes Docentes falaram que antes do Currículo Referência as propostas, as habilidades e competências, eram genéricas a primeira vista, mas com uma análise mais aprofundada era possível perceber o que quanto refletia uma matriz eurocêntrica na Filosofia, por exemplo, assim como em outras áreas do conhecimento. Já a proposta do currículo de Minas Gerais, à época da roda, trazia também conteúdos sobre filosofias de diferentes etnias. Lembraram que, embora a BNCC tenha os espaços de discussões que oportunizam uma educação crítica, há também uma explícita influência neoliberal em conteúdos ligados às tecnologias e ao mercado de trabalho, e então lembraram de projetos em parceria com o Unibanco, Banco Itaú, Instituto Ayrton Senna, etc. Sobre a presença de algum banco como parceiro na educação foi ressaltado que

[...] ele num tá ali porque ele é amigo da escola, acha lindo tá ali parceiro... num é isso, nunca que é isso... mas é lógico que os meus colegas acham que é isso, gente... os meus colegas da escola, quando eu debati o Jovem do Futuro pela primeira vez, em 2019, eu apanhei na escola: “ai, você não torce pras coisa dá certo”, “a gente nem tentou e você já tá falando isso”... e eu fiquei assim... gente!... E eu levei o comparativo com o Escola Viva do Espírito Santo que é a mesma coisa e falei, levei o artigo, é, mencionei, de como que lá foi avaliado o Escola Viva e o mesmo formato.

⁷⁶ O Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) é um processo de avaliação seriada, em que os candidatos às vagas na UFJF (que tem um campus avançado em Governador Valadares) participam de três módulos de avaliação, um ao final de cada ano do Ensino Médio. Mais informações em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2011/10/pism-entenda-como-funciona-e-suas-vantagens/>.

⁷⁷ Mais informações em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>.

Não, é eu que... apanhei mesmo, no auditório da minha escola, que eu era a que não tava torcendo pra dar certo. (Participantes Docentes, 2021).

Fazer a resistência implica fazer leituras críticas de tantas propostas que são bombardeadas na educação o tempo todo, com vieses diversos, ideologias e intenções múltiplas, que na maior parte das vezes a escola não consegue compreender as intenções que estão por trás dos benefícios apresentados. A escola pública, sempre tão carente de verbas e projetos, acaba acolhendo essas parcerias sem uma reflexão mais profunda de seus impactos a curto, médio e longo prazo. Assim, Participantes Docentes acabam colocando também os limites da resistência, das possibilidades de atuação docente.

[...] cê vai falar dentro do limite aceitável pela sociedade... então passou daquele limite, tá ali, cê pode falar, mas, naquele limite... passou disso, não! Então, ou seja, qual é o limite? É uma filos, é uma filosofia feminista, liberal, é, é, me, mesmo filosofias af... eu acho que eles não sabem o que filosofia africana na realidade, desconfio que eles não saibam, saibam... quem colocou lá talvez até saiba, mas, no geral as pessoas não sabem. (Participantes Docentes, 2021)

Além disso, a própria lista, aquela publicada no início de 2019 pelo QG Bolsonaro, volta a pauta como uma dificuldade para as resistências. Foi uma ação intimidadora, que teve sim impactos nas práticas docentes, sobretudo dos professores que trabalham nas escolas que apareceram na lista publicada nas redes sociais do QG. Entre os membros de tal grupo, muitos são coronéis reformados da polícia militar e outros são pessoas com o expressivo poder político na cidade. Isso somado ao contexto político da época, com um ano de mandato do Governo Bolsonaro, tornou-se sem dúvida uma estratégia de silenciamento, de controle do trabalho docente e das práticas curriculares nas escolas de Valadares.

Outro fator que dificulta a resistência, colocado por Participantes Docentes foi a desarticulação dos grupos que defendem uma educação progressista. “[...] precisa articular, a força coletiva, o movimento social, que se opõem a essas propostas absurdas, pseudocientíficas, pseudofilosóficas, é o negacionismo científico, o conservadorismo, enfim...” (Participantes Docentes 2021). E até mesmo, em alguns casos, a falta de uma formação continuada para os professores que trabalhasse com os temas transversais obrigatórios, garantindo conteúdos de gênero, de relações étnico-raciais, de classe e meio ambiente, ou seja, uma formação para uma educação feminista decolonial. Havia na roda Participantes Docentes que não se sentiam competentes para o ensino da história afro-brasileira, por exemplo, ou para desenvolver uma educação feminista.

Porque eu uso da minha autonomia. Eu uso da minha autonomia, eu levo pra dentro de sala a a a minha capacidade de de ser formador, de ser formador no processo educativo, então eu pego textos variados, é, às vezes eu uso material didático, mas eu acredito o seguinte, que pela, pela, pelo MEC, pelo Ministério da Educação, não tem, assim como não tem também, é, uma reflexão mais aprofundada sobre afro, né, não dir... o empenho pra produção de conteúdo nessa área, né, não tem esse empenho, né, mas da forma como isso é dado, do chão da aula, né, no dia a dia somos nós que fazemos a tria, a atribuição aí da da nossa, da nossa liberdade e autonomia quanto docente, e vamos, e vamos levando, né. Eu acho que é por aí. (Participantes Docentes, 2021).

Enquanto a conversa rodava entre participantes docentes, Participante 3 ia contribuindo com algumas lembranças sobre projetos ou entraves, por meio do “chat” da sala virtual. Falou da “Fundação Lemon” que estaria ganhando “[...] quase todos os editais de material didático do país inteiro [...]” (Participante 3), além de projetos financiados, formações, e outros, trazendo pautas como meio ambiente e questões da mulher, porém sempre no viés liberal ou neoliberal. Ações que demandam altos investimentos que grandes corporações, representando elites econômicas, podem financiar. E segundo Participante 3, os técnicos responsáveis pela produção de conteúdos em Ciências Humanas como Filosofia e Sociologia eram pessoas formadas em áreas aplicadas como Direito e Administração. Autores totalmente desconhecidos e sem nenhuma tradição ou envolvimento na produção científica da área. Ao final das falas, Participante 3 comenta sobre essas empresas.

Estratégia, estratégia política ideológica ...lindamente pensada, financiada, extremamente inteligente, inclusive, que a esquerda não tá dando conta de de acompanhar, de fazer, de processar. Até porque a gente tá em intensos ataques, né, também não dá pra gente negar, por exemplo, a perseguição política que a gente sofre, nas escolas, perseguição política que eu sofro. [...] E eu vejo várias pessoas da esquerda, que saíram do governo pós Elisa, que não conseguem trabalhar, não conseguem emprego por causa desse, desse... de ser militante, de ser, de já ter sido parte de um governo... Isso é muito difícil aqui em Valadares, pra muitas pessoas, sabe? Então, estar à frente dessas lutas, tá com a minha cara lá estar, é também, é... correr esse risco de de não conseguir trabalhar mais na minha cidade. (Participante 3, 2021)

Participante 3 disse que chegou a cogitar deixar a cidade, sair de Valadares. Sua fala provocou uma identificação em mim. Tantas vezes pensei em sair da cidade, por seu perfil conservador e por tantos rótulos que nos são impostos. Participante 3 fala exatamente dos rótulos que recebe, que seus amigos e amigas recebem, e que impactam muito além da sua vida profissional.

É, aí, voltando agora para a primeira pergunta, os, os desdobramentos disso... Eu percebo uma escola muito mais, tô falando de uma forma geral, porque quando tipo assim, eu faço a discussão [de gênero], Participantes Docentes faz a discussão... eu

conheço alguns professores que fazem... mas a gente de novo, a gente não é a regra, a gente é um grupo muito pequeno de professores que fazem essa discussão. Então, de uma forma geral, quando lá trás, antes de 2015, é por exemplo, antes de 2014, que eu chamava pra fazer um projeto, eu percebia que as pessoas estavam muito mais aberta, e menos temerosa de fazer essa discussão. Hoje as pessoas, quando elas não concorda, elas têm medo de fazer a discussão. Então, é nisso que eu falo, que falei num outro momento, desse retrocesso. As pessoas não topam nem fazer mais essa discussão, porque elas têm medo, e e assim, não tiro a razão não, porque eu também tenho medo... Eu vou até certo ponto também... porque, é muito, é muito, assim, falo de Valadares, mas isso é geral, é perigoso para nós fazermos essa discussão, porque as pessoas, né, o povo, os adeptos as es... à ESP, eles vão pra cima da gente. (Participante 4, 2021)

Fazer resistência implica em enfrentar o medo, enfrentar muitos desafios nas relações em sociedade, de trabalho, de outros grupos como religiões. Os encontros vão de estigmas ao medo concreto de perseguições de toda natureza. E ainda lidar com o desconhecimento de colegas professores e professoras. A pauta da formação volta a ser colocada pelos Participantes Docentes, a necessidade de formação continuada sobre as temáticas de gênero, classe e etnia. Participantes Docentes descrevem colegas que reproduzem discursos machistas e racistas com os alunos, um currículo conduzido por professores e professoras que não discutem o material didático, não exploram as possibilidades. E muitos por desconhecimento mesmo, ou incompreensão. Por isso, Participantes Docentes questionaram a importância e a ausência de formação de docentes para essas pautas.

A necessidade de formação foi justificada/evidenciada um relato sobre a última formação que alguns/algumas participantes docentes tiveram, antes da nossa roda.

[...] nós é, enquanto coletivo do SindiUTE, a gente faz... fazíamos né, a gente acabou não conseguindo em função da pandemia fazer... a gente faz uma formação sobre negritude, uma formação sobre diversidade e uma formação sobre gênero... e a nossa, não lembro, foi 2019, eu acho, que a nossa formação sobre gênero. E aí na mesa tinha eu, uma mulher preta, a Sheila, que é uma mulher preta e lésbica, e duas trans. E aí, foi questionado por v... por várias pessoas se aquela mesa tinha mulheres. Se aquilo ali representava uma discussão de gênero. E aí eu tiv... na reunião de avaliação foi uma reunião pesadíssima, porque a gente foi muito criticada, porque, aquela mesa, com duas mulheres trans, com uma mulher preta, com uma mulher preta e lésbica não representava uma discussão de gênero. Porque a categoria queria discutir era, é, violência doméstica... E aí uma das mulheres trans falou o tempo inteiro das vários tipos de violência que ela sofria, mas, aquilo foi totalmente anulado e invalidado pelos demais. Porque a aquela violência que ela falava o tempo todo que ela sofria... quer dizer, não não tem importância. E também não é uma violência de gênero, “porque ela é uma mulher trans”. É nesse sentido que foi a discussão... (Participantes Docentes, 2021)

Já íamos encerrando as conversas sobre resistências e desafios quando uma das Participantes Docentes levanta a pauta da neutralidade. Questionou o que é neutralidade e a existência de docentes ou de pessoas neutras, e sobre “qual” neutralidade se está falando.

Narrou que uma vez foi acusada de ser mesmo doutrinadora, por um colega de escola que se dizia um professor neutro. Explicou na sua narrativa que o colega não era um bolsonarista ou mesmo alguém da direita radical, mas alguém que se percebia neutro.

E eu falei pra ele assim: “Você não é neutro fazendo isso. Você é conservador.” E aí, ele... “Você tem um lado fazendo isso.” E aí ele teimou, e eu tive que explicar. Eu falei assim: “Quando você exp...” – e ele é professor de matemática – Eu falei assim: “Quando você explica uma equação... você explicou a equação, sei lá, você...” Porque ele no caso, ele fala da origem daquilo, ele traz um pouco disso e explica a equação. Eu falei: “cê acha que na cabeça dos alunos, quem fez aquela equação? Pergunta pra eles: vocês acham que essa equação foi feita por um homem ou por uma mulher? Eles vão dizer que é por um homem. E se você perguntar: por um homem branco ou por um homem preto, eles vão dizer que é por um homem branco. Ou seja, isso... não há neutralidade. Já existe ali um posicionamento ideológico. Então se você tá dizendo que entra na sala e se põe como neutro, na verdade você está do lado desse posicionamento que já existe. (Uma Participante Docente, 2021)

A participante explicou ainda que ao se colocar em defesa do MST, por exemplo, ela está na verdade fazendo um contraponto ao que já existe enquanto *status quo*, que é um posicionamento contra o movimento. Então falar do movimento, como se organiza, o que defende, é dar a visão plural, a quem, em geral, tem apenas a visão liberal dominante. Colocou por fim que considera o discurso da neutralidade também daqueles que compartilham o posicionamento das pautas de gênero, classe e etnia, porque, evidentemente, não somos neutras e neutros. Não há neutralidade, o que há é diversidade e pluralidade.

Afinal, neutralidade é o que preconiza pretensiosamente o projeto Escola Sem Partido. Como se fosse politicamente neutro, o projeto adota o discurso dominante, o *status quo*, para defender uma educação pseudo-neutra. Uma reflexão que traz mesmo a falta do debate de gênero e suas interseccionalidades na formação dos professores como um problema central: a perpetuação de uma falsa e ingênua neutralidade que acaba validando e fomentando relações de poder mantida nos discursos hegemônicos da herança moderna colonial dessa realidade capitalista patriarcal em que estamos submetidos.

O problema da formação docente se volta nos mesmos entraves que participantes docentes se encontram nas escolas: o medo e os limites de fazer as resistências. Quem vai formar professores e professoras nessa cidade com as pautas de gênero e suas interseccionalidades? Quais os limites dessa formação? Quando sairá a próxima lista e quem estará nela? Qual será o contexto político, quem estará no poder e como terá chegado lá?

Perguntas... mais perguntas...

5.3.2 Fechando essa conversa: os impactos da pandemia

Por todos os entraves dessa pesquisa e pelo momento que vivenciávamos quando a roda aconteceu, impossível não perguntar para participantes sobre impactos da pandemia em todas essas questões de gênero e suas interseccionalidades. Participante 5 pontuou os desafios e complexidade da educação por meios digitais que se impôs no contexto da pandemia. E se há havia dificuldades com as pautas de uma formação de consciência crítica na educação, em sua perspectiva, durante a pandemia ela inexistiu. Participante 2 criticou o material produzido pelo estado de Minas Gerais no contexto da pandemia, qualificando-o como tendencioso em 2020, mas que em 2021 o material havia melhorado e já seguiu um currículo menos (neo)liberal. Mas, não especificou nada em relação ao contexto da pandemia.

Participante 4 lembrou a sobrecarga que a pandemia trouxe, sobretudo para as mulheres. Muitas professoras cuidam da casa, trabalham em duas ou três escolas, muitas vezes estão envolvidas com pais idosos que eram população de alto risco naquele momento. Mulheres que normalmente já tinha uma sobrecarga que se agrava no contexto da pandemia, quando é na casa que a escola e o trabalho passam a funcionar. Lembrando que é um momento em que a limpeza é ainda mais exigida nesse espaço doméstico. Falou dos impactos na saúde mental de muitas mulheres que ano estão dando conta do distanciamento social. “Quando eu converso com outras colegas de trabalho, ou a... aí eu percebo que elas também não estão bem, né. Principalmente as mulheres que tão com essa sobrecarga maior.” (Participante 4, 2021). Já em relação às questões da educação, lembra que a pandemia

[...] só veio acentuar e ressaltar uma desigualdade educacional que já existia no Brasil. Eu tive conselho de classe até cinco e meia, e aí, é... é muito triste, porque, a gente tava fazendo a lista dos alunos que a gente vai mandar pro Conselho Tutelar, porque não tá desenvolvendo as atividades. E eu sou velha, né, nas duas escolas, então conheço o menino lá no sexto ano, eu sei a do pai, da mãe, do tio, aonde que mora, sei da vida dos meus alunos. E... a grande maioria dos meninos que não tão fazendo nada, são meninos que eram, não eram alfabetizado, que tinha dificuldade de aprendizagem, mas não tinham direito a professoras de apoio, pessoas que vivem na mais extrema pobreza, então não tem um celular pra poder fazer nada... aí a escola manda o PET impresso mais, se eu sou semianalfabeto, se eu tô no sexto ano, se eu não sei ler o enunciado que tá pedindo, como é que eu vou fazer. E aí meu pai e minha mãe também analfabeto, como é que eu vou, fazer isso? Né? (Participante 4, 2021)

Sua indignação dessa condição social de adolescentes em conflito com a escola foi em relação a colegas que atribuíam o não fazer somente a desinteresse e preguiça dos estudantes. Participante 4 admite que sim, existem casos que são por desinteresse mesmo, mas existem outras questões sociais que precisam ser analisadas nas condições desses estudantes e nas

dificuldades que eles enfrentam. Contudo, sobre o contexto da pandemia, Participante 4 destacou mesmo foi a realidade da mulher preta. Apontou as mulheres pretas presentes na roda, dizendo que todas estavam em situação de privilégio em relação à maioria das mulheres pretas no Brasil, pois estavam trabalhando em casa. Segundo suas leituras de estudos ligados à COVID 19, Participante 4 disse que a maior parte dessas mulheres trabalham em funções de limpeza, empresarial, pública ou doméstica e, portanto, não poderiam trabalhar remotamente.

O que Participante 4 aborda são aquelas mulheres “de” Vergès, que acordam e limpam o mundo, recolhem seus dejetos, para outras pessoas. As mulheres que se encontram na interseccionalidade gênero-raça-classe, que materializam em seus corpos a inseparabilidade entre essas pautas como preconiza o pensamento decolonial.

Tão indispensáveis que, mesmo em tempos disruptivos como o que vivenciamos em 2020 e 2021 – em razão da pandemia de Covid-19 –, estas mulheres permaneceram/em desenvolvendo as atividades de limpeza pública e privada, abastecendo os mercados; seus filhos/as, pais e, porventura, companheiros/as, também negros/as e racializados/as, são, em sua maioria, aqueles que mantiveram/mantêm os serviços de delivery, transporte e abastecimento das cidades em plena quarentena. Não à toa, a população periférica e negra já é a mais atingida pela doença e por sua face reveladora da desigualdade social em países como o Brasil e Estados Unidos, por exemplo. (MEDEIROS, 2021, p. 02)

Segundo Participante 4, são justamente essas mulheres pretas e periféricas as que mais morreram na pandemia. E é uma população que é acolhida por um sistema de saúde com muitos problemas e limitações, pois não tem recursos para fazer como o prefeito da cidade ao pegar COVID-19, que pegou um avião e foi pra São Paulo se tratar.

Fechando nossa roda, Participante 3 levou suas reflexões sobre a pandemia para outros caminhos. Sua fala começou pelo programa de TV, o *reality show* da Rede Globo: o Big Brother Brasil (BBB). Em sua leitura a última edição do programa seria icônica em relação aos desdobramentos e impactos da pandemia sobre as questões de gênero.

[...] e aí a gente pega: “ah mas agora a gente tem sete pessoas negras no BBB” e queimamos as sete, mas, independente disso, a marca que patrocinava era a Avon e a Avon lançando sete tons de peles pretas, sabe... Então aí eu vejo mulheres feministas de grupos feministas de Valadares discutindo profundamente BBB, né, sabe. Uma coisa... então é isso, eu acho que um dos desdobramentos que a gente teve dessas lutas é que elas foram totalmente cooptadas pela direita, totalmente. Hoje a gente discute um feminismo liberal, uma pauta de negritude liberal, que não tem transversalidade, interseccionalidade... mercado captou isso tudo e a gente tá perdendo de lavada e nós contribuimos pra chegar até aí, e vejo, continuamos contribuindo. (Participante 3, 2021)

Entendo as críticas feitas por Participante 3, e concordo. Contudo, vejo que essa apropriação das pautas pela direita é muito mais antiga que o contexto do momento no qual a roda acontecia. São práticas antigas, em que as pautas são cooptadas e ressignificadas para que continuem sustentando o capitalismo moderno. Sua crítica se estendeu também a outros desdobramentos, que não foram necessariamente do contexto pandêmico, mas do conjunto entre esse contexto e o governo bolsonarista, como a precarização do trabalho, da educação, privatizações, etc. Em sua leitura do contexto pandêmico, esse aumenta as contradições do capitalismo, que afloraram na pandemia. Assim, disse Participante 3, como aflora na guerra, nas crises, aumentando a violência sobre os recortes de negros, indígenas, da fome, do feminicídio e da lgbtfobia.

Ao falar de uma possibilidade de educação feminista, Participante 3 faz ainda algumas considerações sobre a articulação entre as discussões acadêmicas e os movimentos feministas. Possivelmente o contexto da pandemia afastou ainda mais esses dois espaços das discussões feministas: a rua e a academia. Mas em sua fala é possível ver com clareza o quanto os movimentos de rua e as discussões acadêmicas estão distantes em Valadares. Percebi em outras cidades, como Belo Horizonte, Florianópolis, que esse distanciamento não é tão expressivo. Que há uma sintonia entre os movimentos de rua e as universidades. Mas, concordo que em Valadares não é assim.

[...] eu tenho acreditado muito que a gente precisa retomar os núcleos de debates feministas para além da academia... Não pode ficar preso na academia, não pode, e eu sim... foi, foi muito importante pra poder divulgar o feminismo, mas a gente tirou né né, da da da... a gente não conseguiu atrelar aí a luta da rua, das mulheres na rua, nos espaços, nas fábricas, no mercado no no de trabalho, enfim com o a o debate acadêmico. O debate acadêmico foi mais avançado até... foi muito rápido, mas a luta ela não se deu... eu acho que a gente tem que começar a fazer núcleos de, de debates feministas para além também dos espaços da escola... tem que ter nos currículos né, mas, a gente tem que ter na organização de base mesmo, se não a gente não vai conseguir retomar um feminismo que seja um feminismo real pra todas as mulheres, né. A gente vai ficar focado no feminismo acadêmico ali... (Participante 3, 2021).

Acredito que o distanciamento entre o debate acadêmico e os movimentos de rua pautado por Participante 3 está mesmo no perfil conservador da cidade. Sou professora em uma universidade local, que se aproxima da comunidade e trabalha junto com ela, em diversas outras pautas. Mas vejo que nessa IES as discussões de gênero pautadas ainda são bem tímidas, e prevalecem no campo das questões das mulheres e não de um feminismo plural da diversidade de gênero. Entendo que os avanços acadêmicos apontados por Participante 3 se deram no âmbito nacional, aos quais teve acesso por sua postura de engajamento e liderança, mas não porque as IES da cidade e região venham assumindo essas discussões e promovendo saberes

nesse campo. Talvez a universidade pública, a federal que veio para a cidade em 2012, seja a única que tenha efetivamente avançado suas discussões de gênero, mas, sem conseguir uma efetiva integração com as pessoas que já faziam os movimentos de resistências, de defesa da diversidade de gênero em Valadares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a elaboração da proposta de estudo sobre a temática tratada nessa tese, eu tinha a intenção de realizar uma conversa com as escolas sobre gênero e currículo. A ideia inicial era realizar um trabalho de pesquisa-ação com jovens do Ensino Médio e seus professores, em rodas de conversa sobre pautas feministas, e entrevistas aos profissionais de uma ou duas escolas públicas, em diferentes regiões da cidade. O objetivo então era conhecer práticas e resistências nos currículos escolares vividos por professores e estudantes de Ensino Médio em Governador Valadares após os movimentos antigênero nas políticas públicas educacionais de 2015 a 2019. No entanto, nos anos 2018 e 2019, vivenciávamos na cidade de Governador Valadares um contexto gravemente adverso aos estudos de gênero. As eleições presidenciais em 2018, em que aproximadamente 70% da população valadarense votou no candidato conservador, e as mobilizações do movimento Escola Sem Partido para a votação do projeto e 2019, pautaram procedimentos e condutas de pais e professores que dificultaram o trabalho com essa temática nas escolas, ao mesmo que tempo me despertaram para a necessidade de compreender os conflitos e seus desdobramentos antes de qualquer outro movimento de pesquisa. Senti a necessidade de entender a cidade e as relações políticas no campo das discussões curriculares, dentro dos movimentos de construção e aprovação dos planos da educação escolar básica.

Apesar de desistir das ideias iniciais de uma pesquisa-ação, tanto em razão do contexto pandêmico quanto o contexto da hostilidade para pautas de gênero na educação em Valadares, e trazer meu foco para o conflito, não deixei de olhar para os currículos escolares numa perspectiva de educação feminista. Na impossibilidade de acompanhar seus desdobramentos nas escolas, nesse contexto de pandemia, foi possível trabalhar no campo da legislação municipal, dos conflitos e das resistências.

Em 2020 a polêmica sobre os estudos de gênero no currículo ficou mais “silenciosa”, sendo possível pensar/descrever um cenário um pouco menos grave. Alguns movimentos de rua, como “*El violador eres tu*” no final de 2019 podem ter contribuído para a aparente “calmaria” do ano seguinte. A inconstitucionalidade da proibição das discussões de gênero na escola, reconhecida pelo STF no final de abril/2020, marcou uma vitória dos estudos de gênero nas disputas curriculares. Episódios de grande expressão midiática de violência contra mulher

e abuso sexual de infantes reforçaram a importância das pautas feministas na educação escolar. E enfim, o contexto da pandemia evidenciou ainda mais condições de violência sofridas por mulheres e crianças nos espaços domésticos, assim como as desigualdades que marcam as possibilidades e recursos das práticas escolares, denunciando a urgência de uma educação feminista.

Embora ainda seja um tema “problemático” para ser abordado, entendo ser necessária uma escuta de profissionais analistas ou pedagogas(os) e professoras(es) das redes municipal e estadual de ensino, para entender como os currículos estão estruturados nesses segmentos após a aprovação dos Planos Municipal e Estadual de Educação (2015) e do projeto “Escola Democrática” (2019). Uma outra pesquisa, aquela que não fiz, para compreender efetivamente os impactos dessa legislação municipal nos currículos das escolas de Governador Valadares no tocante a uma educação para a diversidade e a inclusão no sentido mais amplo, ancorada nos direitos humanos.

Por toda a tese fui deixando perguntas. Outras. Nem consigo retomar todas. Mas resgatarei aqui alguns questionamentos na tentativa de amarrar, ainda que não encerrar, alguns pontos levantados. Do meu lugar de educadora, pedagoga, problematizei a viabilidade de uma educação feminista nos currículos escolares na cidade de Governador Valadares e perguntei por outros espaços em que essa educação feminista vem sendo possível. Em leituras encontrei uma educação feminista em movimentos sociais, em espaços não escolares, nos movimentos feministas e do campo. Na conversa com participantes encontrei resistências que ainda lutam e ocupam nas escolas os espaços de resistências, apesar dos retrocessos nos últimos anos, que limitam cada vez mais essas resistências. E encontrei também o medo. Participante 4 (2021) ao falar das resistências falou desse medo de sofrer represálias, ataques das igrejas, das famílias, ou mesmo da força do Estado. Professoras(es), por medo ou desconhecimento, silenciam as pautas de gênero nas escolas, sendo poucos que resistem. Medo que parece ser comum a todo país, ao mesmo tempo que ganha contornos mais acentuados na cidade. Olhar para os conflitos de 1964 me fez pensar que a cidade guarda mesmo um contexto hostil às questões de gênero. Contudo, as perguntas permanecem, ainda que reformuladas.

Embora não tenha sido objetivo desse trabalho encontrar essas respostas, as perguntas se fizeram presentes durante todo o processo da pesquisa. O que sobrou para a escola? Como ficam os currículos da Educação Básica em Governador Valadares a partir dos documentos que consolidaram os resultados das disputas ocorrentes? O que resta aos educadores progressistas em Governador Valadares (MG), sobretudo nas escolas públicas estaduais e municipais, para efetivarem uma educação em gênero ou uma educação feminista? Como gestoras e gestores da

educação vêm se organizando nesse sentido? Ainda há espaço para gênero/feminismo na educação escolar desse território? E, diante do medo e do desconhecimento que limitam as resistências de professoras(es), como fica a formação delas(es) para o desenvolvimento de uma educação feminista? Qual o papel da universidade, qual o meu papel (apesar do medo)?

Há uma contribuição possível e necessária da universidade na formação de professores, sobretudo no curso de Pedagogia – que forma não apenas os professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas também os profissionais que trabalham na formação continuada de todos os profissionais da Educação Básica – na compreensão do feminismo enquanto teoria em movimento. O saber sistematizado da academia não pode se manter fechado na universidade, assim como os movimentos de resistência não deveriam ignorar esse saber. Há na epistemologia feminista uma semelhança à epistemologia da Pedagogia enquanto Ciência da Educação. São epistemologias interdisciplinares e construídas na práxis, no movimento de ação-reflexão-ação. O desenvolvimento e consolidação de uma educação feminista depende da compreensão dessa base e efetivação da formação de professoras(es).

Questionei o contexto da Igreja Católica no surgimento da cruzada antigênero com o discurso da “Ideologia de Gênero” e o que ele representa. E embora Participante 3 tenha esboçado uma leitura desse contexto que veio ao encontro das minhas hipóteses, não houve uma resposta para essa questão na minha pesquisa. Ficaram as inquietações sobre a atitude de recusa aos direitos humanos e de necessidade de sustentação do patriarcado. Ainda mais intrigante quando, apesar disso, há 10 anos essa igreja elegeu um papa latino-americano e defensor de várias pautas humanitárias. A atuação do atual pontífice da Igreja Católica expôs sua aceitação aos avanços de pautas de classe e etnia, mas reafirmou o combate aos avanços de gênero. Um paradoxo na perspectiva do feminismo decolonial. Foi “mais simples” perguntar quem se envolveu na estratégia do pânico moral, como isso impactou e ainda impacta os currículos na cidade.

Outro questionamento que insisti ao longo da tese foi sobre o uso da expressão “Ideologia de Gênero” no texto de uma lei municipal, sem que haja uma clara definição a seu respeito. À pergunta se o feminismo é também ideologia, defini minha resposta como posicionamento, entendendo-o como uma contraideologia, sendo o Patriarcado a ideologia de gênero. Com certeza, as opções que faço são radicalmente diferentes do significado que os grupos presentes nos dois episódios – maioria dos vereadores em 2015 e proponentes do ESP em 2019 – atribuem ao termo “Ideologia de Gênero”. E como não são opções meramente pessoais, acredito que o impasse quanto ao significado e o sentido do termo é razoável para defender que ele não poderia ser utilizado em um texto legal.

Dos muitos questionamentos levantados que continuaram sem respostas, o que mais me incomoda é aquele mais silenciado: onde estavam as mulheres de luta no início dos anos 60, na cidade? Onde estão hoje, ou, onde estão suas filhas e filhos? O que elas têm a dizer e até hoje não disseram? Sabemos quem eram as mulheres que gritavam, que podiam gritar, mas não sabemos quem eram as silenciadas.

Durante a leitura do episódio de 2015, a discussão sobre o Plano Municipal de Ensino e a “ideologia de gênero”, levantei diversas perguntas sobre as falas de vários vereadores, suas incoerências, suposições e acusações. Todas sem repostas. Também sem respostas ficaram, claro, os questionamentos que se desdobram de reflexões sobre o que poderia ter sido feito ou como deveria ser feito no sentido da luta contra a censura sofrida pelo PME na câmara municipal em 2015. A condução da discussão do projeto, se realizada de forma efetivamente democrática e participativa, com devida representatividade, poderia gerar um resultado diferente na votação do PME? A participação de grupos e coletivos dos movimentos de gênero na elaboração do PME teria resultado em uma proposta aprovável ou ainda mais censurada? Não há, evidentemente uma resposta para essas perguntas, mas não deixa de haver uma hipótese, ancorada nos retrocessos e políticas antigênero: embora fossem ações importantes para visibilidades e aprendizados, não havia muita chance em se efetivar na aprovação de um plano municipal que propusesse uma educação com a perspectiva feminista.

A pesquisa me trouxe mais perguntas do que respostas. Ainda assim, consegui entender o que antes não entendia sobre a cidade, sua história, seus conflitos, e como isso hoje reflete também nas disputas curriculares da educação no município. A compreensão do currículo como um campo politicamente disputado já vinha de estudos da minha profissão de longa data. Há muitos anos estudo currículo numa perspectiva de suas implicações político-ideológicas. A leitura dos conflitos na câmara municipal em 2015 e 2019 trouxe a materialização desses estudos, no sentido de o currículo ser esse lugar de disputas não somente dentro das escolas, mas um campo amplo que começa nas pautas nacionais que transitam entre legislativo, executivo e até mesmo o judiciário⁷⁸.

O ponto de chegada é explicitamente um novo ponto de partida e traz as perguntas e inquietações iniciais desta pedagoga que acredita na importância de uma pedagogia feminista para a educação de crianças e jovens em seus territórios. Não para perguntar novamente, mas para enfim construir uma tese. Responder como os discursos de ódio, os retrocessos em direitos

⁷⁸ Como a decisão do STF em abril de 2020 pela inconstitucionalidade da proibição das discussões de gênero nas escolas.

humanos (e gênero) impactaram a educação em Governador Valadares. Analisar os conflitos e disputas no campo político-educacional, na elaboração de planos governamentais e projetos para normatização dos currículos escolares da cidade. entender os ataques às pautas de gênero em um cenário historicamente construído.

Por que eu queria entender a cidade? Desde a infância havia essa percepção de uma cidade conservadora. O acesso a Belo Horizonte em todas férias e feriados, ter primos muito próximos que residiam em Brasília, já nos davam leituras sobre o conservadorismo em GV. Diferença que pode parecer pequena, sutil, mas como a temperatura do planeta, a distância de um ou dois graus já provoca significativos impactos na vida dos excluídos e silenciados. Queria também entender esses impactos nas escolas. Como essa cultura conservadora local, como os antagonismos políticos imprimem suas lutas nos currículos escolares. Partindo então do *lobby* “Ideologia de Gênero” e seu impacto no contexto local, abordei o caso da cidade de Governador Valadares com o recorte nos episódios sobre políticas curriculares na câmara municipal em 2015 e 2019.

Trabalhar com narrativas minhas, de entrevistadas(os) e participantes foi desafiador na busca de respostas. Conjecturas e percepções foram aos poucos dando sentido aos acontecimentos narrados, na produção de uma racionalidade, buscando além das subjetividades as marcas do contexto de sua produção que influencia a própria narrativa ou os modos de narrar. Em alguns momentos das leituras do narrado consegui problematizar esse contexto, em outros momentos estou dentro dele. Ainda assim, acredito que a construção dessa tese trouxe algumas explicações dos eventos narrados.

Assim, a cidade como labirinto, a experiência e a história foram se misturando... O exercício de olhar Valadares, me fez pensar muito na infância e adolescência anos 70 e 80. O desafio de lembrar a emoção e o significado, que hoje já não é o mesmo. Como as figueiras do rio Doce, perto da minha casa, na orla do bairro onde moro e de onde leio a cidade, que antes eram apenas lembranças de amores, agora são história de tempos remotos do território colonizado. Constituíram assim minha tese de que a colonialidade presente na cultura conservadora da cidade trouxe, por meio do legislativo municipal, a censura aos currículos, as dificuldades para o desenvolvimento de uma educação feminista, o medo e os desafios a professoras e professores que fazem a resistência progressista na educação do município. Mais do que isso, a tese é também um espaço para registrar as narrativas dos silenciados.

Fecho o texto, ainda com tantos questionamentos abertos, com uma última e brevíssima narrativa:

Ao iniciar sua fala, Participante 3 agradece... diz do silenciamento que sofre, e da dificuldade que é falar da própria história da cidade, e dizer pelas pessoas... Então respondi que estaria assumindo esse foco de narrar os fatos na perspectiva delas(es), que é perspectiva não contada, a silenciada, desde os anos 60, e que era a que queria ouvir naquela hora. Cito então a Marisa Vorraber Costa sobre a importância de sermos nós mesmos narradores de nossas histórias.

Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar em que nos encontramos, elas serão narradas destes outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de desconstruir os saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos. (Costa, 2007, p.92)

A tese assim, está redigida a muitas vozes que compõem narrativas sobre Governador Valadares diferentes daquelas que contam os “vencedores”, os coronéis da cidade.

“Enquanto o leão não aprender a falar, a história contada sempre glorificará o caçador.”

(Provérbio africano)

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. Estado**. 15 (2) Dez 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANDRÉ, Marli e LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ANDRÉ, Marli. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005. (Série Pesquisa, v. 13)
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa? Petrópolis: vozes, 2011.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.
- BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola sem partido e sem gênero: Redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Rev. FAEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020.
- BICALHO, Maria Gabriela Parenti; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes. **Aprendendo a docência no contexto da escola em tempo integral. Projeto Institucional Pibid/Univale 2010**. Governador Valadares/MG: UNIVALE, 2010.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chainreferral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, CA, v. 10, n. 2, 1981.
- BIROLI; CAMINOTTI. The Conservative Backlash against Gender in Latin America, Online Critical Perspectives on Gender and Politics. **Politics & Gender** 16 (2020), 1-38.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a12v2447.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2021.

BOZZANO, Caroline Betemps. “Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e58972, 2019.

BRASIL, **Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002**, regulamenta a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2002.

BRASIL, **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL, **Lei 13.005 é de 25 de junho de 2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2014.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 01 de 17 de junho de 2004**. “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 01 de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, dez. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000400141&lng=pt&nrm=iso.

CMGV - CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. **Processo 481 de 18 de junho de 2015**. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2015a.

CMGV - CÂMARA MUNICIPAL GOVERNADOR VALADARES. **1ª 2ª 3ª 4ª e 5ª Reunião Extraordinária Mês de Junho 23-06-2015**. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2015b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2aSZctzAtHg&t=2960s>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

CMGV - CÂMARA MUNICIPAL GOVERNADOR VALADARES. **6ª Reunião Ordinária mês de julho 08-07-2015**. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2015c. (audiovisual). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x9Z2HA3Qkm0>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

CMGV - CÂMARA MUNICIPAL GOVERNADOR VALADARES. **7ª Reunião Ordinária mês julho 09-07-2015**. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2015d. (audiovisual) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IvjbQiFYOUY>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

CONEP-GV - CONSELHO EVANGÉLICO DE PASTORES DE GOVERNADOR VALADARES. Carta Aberta à Comunidade Valadarense. Governador Valadares: **Facebook/conepgv** de 14 de jul 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/conep.gv?fref=nf>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

COSTA, Andréa. Mesmo aprovado, Escola Sem Partido está descartado em Valadares, **O Olhar** de 02 de nov. 2019c. Disponível em: <<https://oolhar.com.br/mesmo-aprovado-escola-sem-partido-esta-descartado-em-valadares/>>. Acesso em: 31 de jul. 2022.

COSTA, Andréa. Projeto ainda não foi votado, mas grupo quer impor Escola Sem Partido em Valadares, **O Olhar** de 17 de jan. 2019a. Disponível em: <<https://oolhar.com.br/projeto-ainda-nao-foi-votado-mas-grupo-quer-impor-escola-sem-partido-em-valadares/>>. Acesso em: 16 de dez. 2019.

COSTA, Claudia de Lima. Interrogando Lugones: reflexões sobre um debate inconcluso. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e85070, 2022.

COSTA, Claudia de Lima. Os estudos culturais na encruzilhada dos feminismos materiais e descoloniais. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 44, p. 79-113, jul./dez. 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural de identidade. In: (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

COSTA, Sérgio. **Política para quem precisa de política: movimentos sociais urbanos, participação e democracia**. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DALTOÉ, Andréia da Silva; FERREIRA, Ceila Maria. Ideologia e filiações de sentido no *Escola Sem Partido*. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 209-227, jan./abr. 2019.

DE NORONHA, Danielle Parfentieff; EZEQUIEL, Maíra. “A presença da colonialidade no cinema feminista latinoamericano”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, e80240, 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1995.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Fernanda Vasconcelos. “**Sem querer você mostra o seu preconceito!**”: um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de Ensino Médio. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DIOGO, Emilli Moreira; FLACH, Simone de Fátima. A tramitação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional a partir dos pressupostos da qualidade social: uma análise preliminar. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENES, E. N. S.; GRECO, R. O.. Educação integral e Diversidade: práticas do PIBID/UNIVALE. In: LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Levindo Diniz. **Anais do I Seminário Internacional de Educação Integral: observando realidades e construindo compromissos**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2015.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história**. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 71-88, jan./jun. 2009

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 67-75, 2000.

FELIPE-SILVA, Fernanda de Melo, ESPINDOLA, Haruf Salmen, GENOVEZ, Patrícia Falco. Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha. In: **X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410641_ARQUIVO_MemoriasdadisputapelaterraemGovernadorValadaressobosolharesdetresatoresdistintospaimaeeilha-PorFernandadeMeloFelipedaSilva.pdf. Acessado em: 26 de novembro de 2021.

FELIPPE, Miguel F.; COSTA, A.; FRANCO, R.; MATOS, R. E. S.. A tragédia do Rio Doce: a lama, o povo e a água. Relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/BHP). **Revista Geografia**, v. 1, p. 63-94, 2016.

FÉLIX, Antônio Carlos. Dom Félix fala sobre a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação. **Portal da Diocese de Governador Valadares**. Governador Valadares, 2015. Disponível em: <http://diocesevaladares.com.br/noticiasdiocese/dom-felix-fala-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem Partido”: imposição da mordça aos educadores. **e-Mosaicos**, V. 5, N. 9, junho 2016.

GENOVEZ, Patrícia Falco; TEIXEIRA, Cristiane Caldas Diniz; BRAGA, Tiago Farias. Relação entre História e Memórias: Narrativas da Formação Histórica e Territorial do Centro de Governador Valadares (MG). **Revista Brasileira de Educação e Cultura** – Centro de Ensino Superior de São Gotardo Número XIX Jan-jun 2019. Páginas 39-67 ISSN 2237-3098

GOVERNADOR VALADARES, (MG). Lei nº 6.636, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico Governador Valadares-MG**, 25 de junho de 2015. Disponível em:

<https://www.valadares.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/DIARIO_OFICIAL_ANO_II_EDICA_O_318?cdLocal=2&arquivo=%7b0175ABB5-EC51-DBD7-DA6C-6ADCB54ACE4D%7d.pdf> Acesso em: 17 de nov. 2022.

GRECO, R. O.; ENES, E. N. S.; COELHO, F. O.; HELAL, E. R. A. V.; SANTOS, T. M.; SANTOS, V. M.. Percursos de formação integral: trajetórias interdisciplinares no PIBID Pedagogia. In: ENES, Eliene Nery Santana; GRECO, Renata de Oliveira (orgs.). **Percursos da formação integral nas trajetórias do PIBID-UNIVALE** [recurso eletrônico]. Governador Valadares, MG: UNIVALE, 2019.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=pt&nrm=iso>

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, 15 de agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1. Disponível em <http://www.uff.br/etc>

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. (ISBN 978-85-01-11607-9 - recurso eletrônico).

INTER TV DOS VALES, filiada à Rede Globo de Televisão. Nove projetos são discutidos na Câmara Municipal de Governador Valadares. **MG Inter TV 1ª Edição**. Governador Valadares, 02 de novembro de 2019. 06 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4269802/?s=0s>. Acesso em 12/11/2020.

INTER TV DOS VALES, filiada à Rede Globo de Televisão. Plano Municipal de Educação de Governador Valadares é votado nesta segunda-feira (22). **MG Inter TV 1ª Edição**. Governador Valadares, 22 de junho 2015. 04 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4269802/?s=0s>. Acesso em 12/11/2020.

INTER TV DOS VALES, filiada à Rede Globo de Televisão. Vereadores aprovam proposta da 'escola sem partido' em Valadares. Entre eles o projeto escola democrática. **MG Inter TV 1ª Edição**. Governador Valadares, 06 de novembro de 2019b. 03 minutos. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4269802/?s=0s>. Acesso em 12/11/2020.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (organizador). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>>.

KALIL, Isabela. In: Conversas: Isabela Kalil e o perfil dos eleitores da Nova Direita. Meio (Canal do jornalista Pedro Dória). **Youtube**. 07 de julho de 2020. 1h14min32s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=88m6YRNUWTU&feature=youtu.be>> Acesso em 20 de julho de 2020.

LE GOFF, Jacques et alii. **A nova história**. Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.

LÉFÈBVRE, Henri. "A cidade e a divisão do trabalho"; "Conclusões gerais" In: **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, s/d. p. 29-76, 165-173.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. In: **O direito à cidade**. 1ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001. cap. 12, p. 103-117

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, MARÍA. Colonialidade e Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, MARÍA. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun., 2017.

MARTES, Ana Cristina Braga; SOARES, Weber. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 41-54, Ago. 2006. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2022.

MEC. **Portal do Ministério da Educação**. Saiba Mais – Programa Mais Educação. 2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32787-mais-educacao?start=100>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

MEDEIROS, Gilmara Joane Macedo de. “Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e74626, 2021.

MEDEIROS, Nagel. **Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados**. (Tese de Mestrado). Programa de Mestrado Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. UNIVALE. Governador Valadares: UNIVALE, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, v.25, n.3, e530, setembro-dezembro/2017.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F; GOMES, R. **Pesquisas sociais: teoria, método e criatividade**. 29ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, Setembro/Dezembro 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero” **Cadernos Pagu** (53), junho, 2018. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>

MORAIS, Michelle Nunes de. Índícios dos conflitos agrários em Governador Valadares/MG no romance nas Terras do Rio Sem dono. **BALEIA NA REDE**, [S. l.], v. 1, n. 10, 2013. DOI: 10.36311/1808-8473.2013.v1n10.3362. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/baleianarede/article/view/3362>. Acesso em: 09 jan. 2022.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas**. ANPUH-RIO. 28 de julho a 1º de agosto de 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Grilagem como Legado. In: MOTTA, Márcia M. M.; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Orgs.) **Voluntariado e Universo Rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. Sexualidade e gênero no envelhecimento. **ALCEU** - v.5 - n.9 - p. 77 a 86 - jul./dez. 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Revista Estudos Feministas**, ISSN 1806-9584, Florianópolis, v. 8, n. 02, p. 09-41, 2000.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **“PRAZER, MARICONA”: multiterritorialidades de homens gays envelhecidos em Governador Valadares**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2022. (versão apresentada para banca e aprovada)

OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. O movimento Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina: experiências em prol dos direitos sexuais e reprodutivos, **e-cadernos CES** [Online], 04/2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/240>

OLIVEIRA, Ana Cláudia Rodrigues de; LANZA, Fábio; STORTO, Letícia Jovelina. A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 468-478, set./dez. 2019.

OLIVEIRA, Elder Fernandes. **Gênero, educação e política: uma análise a partir do processo legislativo de tramitação do Plano Municipal de Educação (PME) de Governador Valadares - Minas Gerais.** Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a obtenção do título de especialista em Gênero e Diversidade na Escola. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

OLIVEIRA, Sônia Maria Queiroz de; DIAS, Carlos Alberto. Ciclos econômicos e a consolidação do território de Governador Valadares. **WebArtigos.** Online. 30 de novembro de 2010.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series.** Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004. p.1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Revista Currículo Sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades.** Belo Horizonte: Mazza, 2018.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

PESSOA, Janira Valentim Cherry. **O cotidiano de escolas do Município de Governador Valadares no contexto da Escola de Tempo Integral: um olhar sobre o tempo, o espaço e o rendimento escolar.** Dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: UFOP, 2016.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. (publicação audiovisual) Governador Valadares: **Facebook/@prefeituragv** de 10 de Jul. 2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Prefeituragv/videos/999001836798621/>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. **DAPLE/SMG/636/15** – Encaminhamento do Plano Municipal de Educação (PME) à Câmara Municipal de Governador Valadares. Governador Valadares: Prefeitura Municipal, 2015b.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. **DAPLE/SMG/701/15** – Razões do Veto – Manifesta inconstitucionalidade. Governador Valadares: Prefeitura Municipal, 2015c.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. Lei 7.107 de 08 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a liberdade de expressão, de opinião e de pensamentos no ambiente escolar das redes pública e privada de ensino do município de Governador Valadares e institui o mês

da escola democrática e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município Governador Valadares**. Governador Valadares, Ano VII, nº, de 08 de janeiro de 2020.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. Processo 738/2019 e processo 1/1548.

PGV - PREFEITURA DE GOVERNADOR VALADARES. Resolução SMED 10/2015. **Diário Oficial Eletrônico do Município Governador Valadares**. Governador Valadares, Ano II, nº 287, de 11 de maio de 2015d.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**, 44, Quito-Ecuador, agosto de 1998. ISSN-1012-1498

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

RABELO, Ernane Corrêa. Vida e morte de O Combate. Trabalho apresentado no **3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho "Preservando a memória da Imprensa e construindo a história da mídia no Brasil"**, realizado de 14 a 16 de abril de 2005, Novo Hamburgo/RS: Centro Universitário Feevale, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo (SP): Ática, 1993.

REYES, Edmé Domínguez; RAMÍREZ, Cirila Quintero; WOLFF, Cristina Scheibe. **Populismo de direita anti-gênero na América Latina: os casos do México e Brasil**. 2020. (não publicado)

ROCHA, Roosvany Beltrame. **Caminhos e descaminhos da escola de tempo integral de Governador Valadares-MG: trajetórias de resistência de jovens**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: UFOP, 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. ‘A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica’, **Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião** 13: 39, Jul./Set. 2015, pp. 1237–60, <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237>.

Rousseau, Stéphanie. **Ativismo antigênero no Peru e seu impacto na política de Estado**. Pontificia Universidad Católica del Peru. 2020. Doi: 10.1017/S1743923X20000070.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da sexualidade. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 15-24, set. 2010.

SANTIAGO, Rosane. Plano municipal de educação é aprovado com 3 emendas. Governador Valadares, **Diário do Rio Doce** de 24 de jun. 2015. Disponível em: <<http://issuu.com/websano/docs/diario24062015>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

SANTOS, Fábio Fraga dos. **Às margens do rio Doce e no meio da lama: os danos do desastre da mineradora Samarco sobre o município de Governador Valadares – MG**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

SANTOS, Wallace Ferreira dos. **A invenção da cidade: Governador Valadares na trilha da modernização (1960-1970)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. v. 20 (2), jul-dez, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. v. 20 (2), jul-dez, 1995.

SECOM - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. Plano Municipal de Educação é aprovado em conferência. **Portal da Prefeitura de Governador Valadares. Governador Valadares**. Governador Valadares, 25 de mai, 2015. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/plano-municipal-de-educacao-e-aprovado-em-conferencia/22219>. Acesso em 25 de out. de 2020.

SECOM - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. Plano Municipal de Educação segue para votação na Câmara. **Portal da Prefeitura de Governador Valadares. Governador Valadares**. Governador Valadares, 22 de jun, 2015b. Disponível em: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/plano-municipal-de-educacao-segue-para-votacao-na-camara/22266>. Acesso em 25 de out. de 2020.

SEFFNER, Fernando; BORRILLO, Daniel; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Gênero e sexualidade: Entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 5-9, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100005&lng=en&nrm=iso>

SILVA, Jaider B. A Bíblia, a bota e o boi: a presença protestante na colonização do Médio Rio Doce - **Protestantismo em Revista**, v. 11 (ano 05, n. 03), set/dez. 2006. ISSN 1678-6408 Disponível em: <<http://www.est.edu.br/nepp>>

SILVA, Lucinei Pereira da; SIMAN, Lana Mara de Castro; COELHO, Araci Rodrigues. História Local e desdobramentos curriculares nas terras do rio sem dono: narrativas e vozes docentes. In: XVII Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica - Teoria, Pesquisa e Prática, 2017, Foz do Iguaçu. **Anais do XVII Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica**, 2017. p. 1-14.

SILVA, Sara Edwrigens Barros. **Violência contra a mulher em Governador Valadares, MG: políticas públicas e rede de enfrentamento sob a ótica de profissionais que trabalham com a questão**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 2022.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 241-270, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/14.pdf>. Acesso em 09 outubro 2020.

SIQUEIRA, Sueli. Imigração e retorno na perspectiva de gênero. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira e OLIVAR, José Miguel Nieto (orgs.). **Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011. (Coleção Encontros)

SNYDER, Cara K.; WOLFF, Cristina Scheibe. The Perfect Misogynist Storm and The Electromagnetic Shape of Feminism: Weathering Brazil's Political Crisis. **Journal of International Women's Studies**, 20(8), 2019, 87-109.

SOARES, Weber. **Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense**. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado) – IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOARES, Weber. Governador Valadares e Sertões do Leste: recortes temporais resultantes da tensão entre processos de ordem vasta e de ordem local. **Revista Geografias**, Belo Horizonte - Edição Especial - Vale do Rio Doce: formação geo-histórica e questões atuais, 2016.

SOUSA, Leonardo Gomes; DIAS, Carlos Alberto. Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 24 a 28 de maio de 2010. in: **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina: UFMG, 2010.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Aproximações teóricas e metodológicas. 3ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVALE. **Educação e docências em tempo integral: territórios educativos**. Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UNIVALE. Governador Valadares, MG: UNIVALE, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WASSER, Nicolas; FRANÇA, Isadora Lins. In the Line of Fire: Sex(uality) and Gender Ideology in Brazil, **Femina Política** – Zeitschrift für feministische Politikwissenschaft, 1-2020, S. 138-141.

WEBER, MAX. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. pp. 67-88.